



Antologia de Ensaio

**Compromissos com o Meio Ambiente:
50 anos da Conferência de Estocolmo (1972-2022)**

Antologia de Ensaios Compromissos com o Meio Ambiente: 50 anos da Conferência de Estocolmo (1972-2022).

Coordenação editorial

Paula André (DINÂMIA’CET-IUL /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa)

Apoio técnico e difusão

Mariana Leite Braga (DINÂMIA’CET-IUL)

Edição

DINÂMIA’CET-IUL

Julho de 2022

ISBN

978-989-781-682-6

Fotografia na capa

Laranjeira, logradouro, Lisboa, fotografia Paula André, 2021

Assumindo a “história como sistema” (José Ortega y Gasset) e cientes da contemporânea “ética da vulnerabilidade” (Emilio Martínez) a *Antologia de Ensaios Compromissos com o Meio Ambiente. 50 anos da Conferência de Estocolmo (1972-2022)*, celebra os 50 anos da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo de 5 a 16 de Junho de 1972, e procura perspectivar o meio ambiente humano. Acreditamos no conhecimento enquanto objectivação dos desafios globais, ferramenta para dar oportunidade ao planeta e para repensar o nosso papel enquanto seus habitantes tal como pedia Miguel Delibes no seu discurso “El sentido del progreso desde mi obra”. Partindo da paragem imposta e “forma quase subversiva de interpretar o mundo” (José María Lassalle), interrogando o modelo civilizacional e a ecologia política (Bruno Latour) um conjunto de investigadores apresentam estudos e projectos que colocam em questão a habitabilidade do território em termos ambientais.

Índice

p.1

Notas do Processo do Meio Ambiente em Curso!

Paula André

p.25

E nos 100 anos da conferência de Estocolmo?

Maria Adelaide Ferreira

p.37

The UN 2030 Agenda and Portuguese Urban Policies

Eduardo José Rocha Medeiros

p.49

O Impacto Sócio-económico-ambiental do Agronegócio no Brasil: o Falso Dilema entre Meio Ambiente e Economia na Perspectiva da Ecologia Profunda e a Pachamama

Antonio Guimaraes Brito

Gabrielle Orti Chucuri

Fernanda Diel

p.60

Narrativas da natureza: mudanças e permanências

Amanda Barbosa da Silveira

p.75

Grupo de risco. A relação pelo desenho

Sónia Mota Ribeiro

p.88

Espaço, Ambiente e Ecologia nas práticas artísticas contemporâneas – uma entrada a partir dos anos 1960 e 1970

Margarida Brito Alves

Vanessa Badagliacca

p.96

50 anos após Estocolmo: a era do Antropoceno e suas paisagens antagônicas

Vanessa Sartori Rodi

p.108

Quarta Natura. Hacia un nuevo marco conceptual para el estudio de la relación Ser Humano-Naturaleza

Jesus Santiago Ramos

p.121

*“Desenvolvimento [Património] e Meio Ambiente Humano”
entre a Paisagem Histórica e o Território Vago*

Miguel Reimão Costa

p.136

Regressar Onde?

O mapeamento fotográfico do espaço português

Duarte Belo

p.158

Notas curriculares

Notas do Processo do Meio Ambiente em Curso!

Paula André

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa
Dinâmia'cet-iul
paula.andre@iscte-iul.pt

Resumo: A pretexto dos 50 anos da Conferência de Estocolmo (1972), partindo de inquietações e activismos contemporâneos em torno do Meio Ambiente, recuperando o rasto da *Declaração de Estocolmo* (1972), o rasto da curadoria do arquitecto paisagista Júlio Moreira da secção *Landscape Design* para a 2ª *exposição de design português* (1973), e pesquisando os ecos do seu livro *O mundo é a nossa casa* (1973), as pequenas notas do presente texto procuram resgatar a utopia e a esperança de Júlio Moreira entendendo-as como Processo do Meio Ambiente em Curso! Procuram-se também ressonâncias da série documental *Há só uma terra...* (1972-76) produzida pela Comissão Nacional do Ambiente com a coordenação do engenheiro José Correia da Cunha, com realização e apresentação do jornalista Luís Filipe Costa, exibida ao público em horário nobre na Radiotelevsão Portuguesa (RTP), procurando consciencializar a opinião pública dos temas relacionados com a ecologia e com as questões ambientais.

Palavras-chave: *Declaração de Estocolmo*; Meio Ambiente; *Há só uma terra*; Júlio Moreira; *O Mundo é a nossa casa*

A pretexto dos 50 anos da Conferência de Estocolmo de 1972 e do apelo para a necessidade de educar para compreender o mundo, elegemos o direito à utopia e o direito à esperança como bandeiras deste incerto tempo contemporâneo. Neste processo integramos o arquitecto Liam Young (1979-), que procura construir mundos imaginários através da sua *Cidade Planeta* para 10 mil milhões de pessoas (a população estimada em 2050), pois acredita que criando mundos imaginários podemos ligar-nos emocionalmente com as ideias e desafios no futuro. O desafio de Liam Young desenhasse na sequência da proposta de um novo mundo do biólogo Edward O. Wilson (1929-2021) a que chamou *Meia-Terra* dedicando metade da terra à natureza. A *Cidade Planeta* foi criada como resposta à linha vermelha crescente no gráfico da alteração climática, como um roteiro para um futuro desejado, e pode ocupar pouco mais de 0,02% da Terra. Permitiria devolver quase todo o planeta à Natureza¹. Integramos igualmente a arquitecta Lesly Lokko (1964-), curadora da Bienal de Arquitectura de Veneza de 2023, com o tema *O Laboratório do Futuro*, que considera que está a surgir uma nova ordem mundial “com novos centros de produção e controle de conhecimento” e que “após dois dos anos mais difíceis e decisivos de que há memória, os arquitectos têm uma oportunidade única de mostrar ao mundo o que fazem de melhor: apresentar ideias ambiciosas e criativas que nos ajudem a imaginar um futuro mais equitativo e optimista em comum”². Consideramos que esse direito à utopia e à esperança deve ser um processo em curso! Na verdade, a Carta UNESCO da União Nacional dos Arquitectos para a formação em arquitectura procura responsabilizar e criar compromissos com o ambiente construído ao assumir

“Nós, arquitectos, implicados na evolução futura da qualidade do ambiente construído num mundo em rápida transformação, cremos que tudo quanto tem repercussão sobre o modo como tal ambiente é planeado, concebido, construído, utilizado, equipado, cuidado e mantido, pertence ao domínio da Arquitectura”³.

No actual contexto de impasse da guerra entre a Rússia e a Ucrânia o filósofo Edgar Morin (1921-) alerta para a necessidade de manter o foco na preservação do meio ambiente lutando contra a degradação ecológica

“Espera-se que a paz chegue o mais rápido possível, pois a guerra não só produz desastres humanos irremediáveis na Ucrânia, mas também piora as condições de vida no mundo e gera o risco de fome em muitos países e, o que esquecemos, que obscurece os problemas vitais que tivemos de enfrentar durante décadas, como a degradação ecológica do planeta, incluindo o aquecimento global, a explosão descontrolada de lucro que está determinando a crise ecológica e agravando a crise generalizada das democracias no mundo, a crise da globalização agravada pela crise

¹ Liam Young: Planet City -- a sci-fi vision of an astonishing regenerative future | TED, <https://www.youtube.com/watch?v=AX4ewS-YIbA>

² Lesly Lokko appointed curator of the Biennale Architettura 2023, <https://www.labiennale.org/en/news/lesley-lokko-appointed-curator-biennale-architettura-2023>

³ Carta UNESCO-UIA para a formação em Arquitectura. Paris, UIA, 2017, p.3.

planetária resultante da pandemia, uma pandemia ela própria não domada e que corre o risco de ser novamente desencadeada”⁴.

A lucidez do olhar radiográfico de E. Morin está presente no pensamento do geógrafo David Harvey (1935-) ao sublinhar que

“todos os projectos (e argumentos) ecológicos são simultaneamente projectos (e argumentos) político-económicos e vice-versa. Os argumentos ecológicos nunca são socialmente neutros, assim como os argumentos sociopolíticos não são ecologicamente neutros. Observar mais de perto a maneira como a ecologia e a política se relacionam torna-se imperativo se quisermos ter uma melhor compreensão de como abordar questões ambientais/ecológicas”⁵.

Investigando e trabalhando na área da bioética, da filosofia do meio ambiente, e da capacidade de enfrentar o desafio climático, a filósofa Corine Pelluchon (1967-) na sua obra *Reparemos el Mundo. Humanos, animales, naturaleza* (2022)⁶, desenvolve igualmente o pensamento em torno da nossa relação com o meio ambiente, desenhando e propondo a urgente reconciliação com a natureza e de uma revolução antropológica. Segundo Corine Pelluchon é alarmante que o nosso modelo de vida esteja fundado na exploração ilimitada dos seres vivos, sendo necessário mais do que nunca não esquecer que a ecologia tem o seu espaço na política e que sem perder a sua qualidade deve estar acessível⁷.

No mesmo sentido o filósofo Michael Marder (1980-) na sua obra *El vertedero filosófico. Una fenomenología de la devastación* (2022)⁸, destaca a importância do mundo vegetal no pensamento e na existência humana, assim como a importância da descarbonização e o papel que a filosofia desempenha actualmente nos desafios da humanidade⁹.

António Guterres (1949-) secretário-geral da *Organização das Nações Unidas* (ONU) apresentou o tema do Dia Mundial do Meio Ambiente *Apenas uma Terra* (Only one Earth) como declaração de facto:

“Este planeta é o nosso único lar. É vital que salvaguardemos a saúde da sua atmosfera, a riqueza e a diversidade da vida na Terra, os seus ecossistemas e os seus recursos finitos. Mas não o estamos a fazer. Estamos a pedir demasiado ao nosso planeta para manter formas

⁴ Edgar Morin, *De l'URSS à la Sainte Russie*, 2022, <https://edgarmorin.secsesp.org.br/categoria/sobre-morin/36-de-l-urss-a-la-sainte-russie>

⁵ David Harvey, The nature of environment: the dialectics of social and environmental change, in, *Socialist Register*, n.29, 1993, p. 25.

⁶ Corine Pelluchon, *Reparemos el Mundo. Humanos, animales, naturaleza*. Ned Ediciones, 2022.

⁷ Pablo Suárez, La forma en que habitamos el mundo explica también nuestra identidad moral, entrevista a Corine Pelluchon, in, *Medio Ambiente*, 19 Maio 2022, in, <https://ethic.es/2022/05/entrevista-corine-pelluchon/>

⁸ Michael Marder, *El vertedero filosófico. Una fenomenología de la devastación*. Ned Ediciones, 2022.

⁹ David Lorenzo Cardiel, Para resolver las cuestiones energéticas también se necesitan filósofos, in, *Medio Ambiente*, 25 Maio 2022, <https://ethic.es/2022/05/entrevista-michael-marder/>

de vida que são insustentáveis. Os sistemas naturais da Terra não conseguem acompanhar as nossas exigências”¹⁰.

No discurso de abertura da conferência *Stockholm+50* dia 2 de Junho de 2022 em Estocolmo António Guterres apelou ao “fim da guerra suicida contra a natureza”¹¹ alertando para a “tripla crise planetária gerada pelas alterações climáticas, a perda de biodiversidade e pela poluição”¹², sublinhando ainda que

“as Nações Unidas estão empenhadas em liderar estes esforços globais de cooperação, porque a única forma de avançar é trabalhar com a natureza, e não contra ela. Juntos podemos assegurar que o nosso planeta não só sobrevive, como também próspera, porque temos *Apenas uma Terra*”¹³.

A necessidade de um compromisso global ficou clara no Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas de 2014 com o título *O caminho para a dignidade até 2030: erradicando a pobreza, transformando vidas e protegendo o Planeta*. Num compromisso colectivo para a sustentabilidade do Planeta – a Agenda 2030, foram mundialmente adoptados os *Objectivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS)¹⁴. A conferência *Stockholm+50* com o tema *Um planeta saudável para a prosperidade de todos – a nossa responsabilidade, a nossa oportunidade*, reiterou todos os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e chamou a atenção que “todos devemos assumir a responsabilidade de evitar a catástrofe provocada por uma tripla crise: alterações climáticas, perda da natureza e de biodiversidade, e poluição e desperdício”¹⁵.

Em Junho de 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, reunindo 113 países, foi lançado o desafio “Uma Única Terra”

¹⁰ António Guterres o secretário geral da ONU mensagem no dia Mundial do Ambiente, in, <https://unric.org/pt/mensagem-sobre-o-dia-mundial-do-ambiente/>

Cientes dos efeitos que o modo de viver contemporâneo provoca no planeta destacamos apenas algumas edições de 2022: Cary Wolfe, *Art and posthumanism, essays, encounters, conversations*; Stefano Boeri Architetti, *Green Obsession: trees towards cities-humans towards Forests*; Lisa Fitzgerald, *Digital Vision and the Ecological Aesthetic (1968-2018)*; Francisco Lloret, *La muerte de los bosques*; Marc Thorpe, *Towards an Architecture of Responsibility*; Bert de Jonghe, *Inventing greenland “Designing na Arctic Action”*, não esquecendo no entanto, tantas outras edições anteriores como as de Aldo Leopold, *A Sand Country Almanac* (1949); Jane Jacobs, *The Death and Life of Great American Cities* (1961); Rachel Carson, *Silent Spring* (1962); Christopher Alexander, “A City is not a Tree”, *Architectural Forum* (1965); Ian McHarg, *Design With Nature* (1969); Richard T. T. Forman, *Landscape Ecology* (1986); Michael Hough, *Cities and Natural Process: a Basis for Sustainability* (1994), entre muitas outras.

¹¹ Guterres na Stockholm+50, in, <https://unric.org/pt/guterres-na-stockholm50-apelo-ao-fim-da-guerra-suicida-contra-a-natureza/>

¹² Guterres na Stockholm+50, in, <https://unric.org/pt/guterres-na-stockholm50-apelo-ao-fim-da-guerra-suicida-contra-a-natureza/>

¹³ António Guterres o secretário geral da ONU mensagem no dia Mundial do Ambiente, in, <https://unric.org/pt/mensagem-sobre-o-dia-mundial-do-ambiente/>

¹⁴ 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável: 1 Erradicar a pobreza; 2 Erradicar a fome; 3 Saúde de qualidade; 4 Educação de qualidade; 5 Igualdade de género; 6 Água potável e saneamento; 7 Energias renováveis e acessíveis; 8 Trabalho digno e crescimento económico; 9 Indústria, inovação e infraestruturas; 10 Redução das desigualdades; 11 Cidades e comunidades sustentáveis; 12 Produção e consumo sustentáveis; 13 Acção climática; 14 Proteger a vida marinha; 15 Proteger a vida terrestre; 16 Paz, justiça e instituições eficazes; 17 Parcerias para a implementação dos objectivos.

¹⁵ [Tudo o que precisa saber sobre a Stockholm+50 - Nações Unidas - ONU Portugal \(unric.org\)](#)

e da qual resultaram a Declaração de Estocolmo, e a proposta Olof Palme (1927-1986), primeiro ministro da Suécia, para a criação do Dia Mundial do Ambiente¹⁶.



Olof Palme (1927-1986) primeiro ministro da Suécia em Junho de 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, in, <https://www.youtube.com/watch?v=0dGIsMEQYgI>

No seu discurso Olof Palme alertava: “Na relação humana com o meio ambiente não existe futuro individual, nem para pessoas, nem para nações. O nosso futuro é comum. Precisamos compartilhá-lo e desenhá-lo juntos” e ainda

“O ar que respiramos não é propriedade de nenhuma nação, mas compartilhado. Os grandes oceanos não são divididos por fronteiras nacionais, eles são propriedade comum. O que se pede não é abrir mão da soberania nacional, mas usar a soberania em nome do bem comum”¹⁷.

Portugal fez-se representar na Conferência de Estocolmo de 1972 por uma delegação¹⁸ da qual se destaca o geógrafo e engenheiro agrónomo José Gabriel Mendonça Correia da Cunha (1927-2017)¹⁹ tendo sido apresentado o relatório nacional. O Presidente do

¹⁶ A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 15 de Dezembro de 1972 adoptou a Resolução 2994 designando o dia 5 de Junho como o Dia Mundial do Meio Ambiente.

¹⁷ Izabella Teixeira, Roberto Waack e Renata Piazzon (integrantes da iniciativa Uma Concertação pela Amazônia), Opinião: Estocolmo+50 e o novo multilateralismo ambiental, 10 Junho 2022, in, <https://www.capitalreset.com/opiniao-estocolmo-50-e-o-novo-multilateralismo-ambiental/>

¹⁸ Composta a delegação por Rui Barbosa de Medina, Embaixador de Portugal em Estocolmo, enquanto chefe da delegação, o Eng.º José G. Correia da Cunha, então já o Presidente da CNA da JNICT, e os vogais Cap. de Frag. José E. E. Cabido de Ataíde, representante do Ministro da Marinha, António José de Lemos Salta, representante do Ministro da Saúde e Assistência, Eng.º Helder Lains e Silva, representante do Ministro do Ultramar, Eng.º António José da Silva Teixeira, representante do Secretário de Estado da Agricultura, Fernão Favilda Vieira, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e cumprindo a função de secretário da delegação, in, Brandão, Tiago, Origens da Comissão Nacional do Ambiente na emergência da política ambiental em Portugal, **Ler História**, nº 68, 2015, nota 146, <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1754#ftn146>

¹⁹ “Foi, como docente, o introdutor em Portugal dos estudos de Geografia aplicada e, como técnico de planeamento do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, o responsável pela definição geográfica das primeiras Regiões de Planeamento do país (1967). Foi pioneiro da causa ambiental no nosso país e foi fundador e único Presidente, de 1971 a 1983, da Comissão Nacional do Ambiente, que pode ser considerada como a primeira instituição portuguesa responsável pela orientação de uma política pública de ambiente, e Presidente da Comissão de Saneamento Básico do Algarve. Foi eleito Deputado à Assembleia Nacional em 1969 integrado na “Ala Liberal”. Integrou o Primeiro Governo Regional dos Açores, como Secretário Regional Adjunto da Presidência, desde 2 de janeiro de

Conselho do Estado Novo Marcelo Caetano (1906-1980) convida o eng^o Correia da Cunha para presidir à Comissão Nacional do Ambiente criada em 1971²⁰.



Frame, Portugal um retrato ambiental-país de contrastes,
<https://www.youtube.com/watch?v=Tnsuk5PQ-do>

Em Abril de 1971 enquanto deputado da ala liberal o eng^o Correia da Cunha em sessão da Assembleia Nacional, destaca que o ar e a água, a terra e o mar começaram, a assumir o carácter de bens raros, sendo uma preocupação universal e não são raros os países que dispõem de ministérios responsáveis pela protecção do ambiente²¹. Em 1977 Correia da Cunha seria eleito para a vice-presidência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) como representante de Portugal em relação às questões relacionadas com o ambiente²².

Considerando que era importante arrumar a casa²³, o eng^o José Correia da Cunha era o coordenador da série documental *Há só uma terra...* (1972-76) produzida pela Comissão Nacional do Ambiente, com realização e apresentação do jornalista Luís

1979”, in, [Cunha, José Gabriel Mendonça Correia da. 1927-2017, engenheiro - Catálogo Coletivo Arquivos \(azores.gov.pt\)](https://www.azores.gov.pt/arquivos)

²⁰ A portaria nº316/71 de 19 Junho de 1971 cria CNA. Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, um dos consultores jurídicos da Comissão a par de Magalhães Mota, “era uma Comissão intergovernamental feita para empatar jogo, melhor, o Correia da Cunha queria que ela trabalhasse, mas depois tinha os directores gerais de todos os ministérios que queriam empatar jogo (...) mas foi o núcleo, o embrião de uma chamada de atenção para o problema ecológico”, in, Depoimento de Marcelo Rebelo de Sousa, Portugal um retrato ambiental-país de contrastes, <https://www.youtube.com/watch?v=Tnsuk5PQ-do>

²¹ Cunha, C. (1971). **Aviso prévio sobre o ordenamento do território**, in Diário de Sessão da Assembleia Nacional, nº 97, X Legislatura, Sessão Legislativa n.º 2, p. 1927-1932.
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/10/02/097/1971-04-27/1927>

²² Entrevista a José Correia da Cunha, in, Noticiário Nacional, 12 Junho de 1977,
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-jose-correia-da-cunha/>

²³ A poluição sonora e atmosférica, *Há só uma terra...*, RTP, 18 Janeiro 1973,
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-poluicao-sonora-e-atmosferica/>

Filipe Costa (1936-2020), exibida ao público em horário nobre na Radiotelevisão Portuguesa (RTP), procurando consciencializar a opinião pública dos temas relacionados com a ecologia e com as questões ambientais.



Frame, A poluição sonora e atmosférica, *Há só uma terra...*, RTP, 18 Janeiro 1973, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-poluicao-sonora-e-atmosferica/>

Em depoimento Luís Filipe Costa refere que “o avanço do tom crítico do programa e à medida que se iam dizendo coisas mais graves a censura começou a arregalar o olho, havendo vários graus de censura”²⁴, e o eng^o Correia da Cunha testemunha que

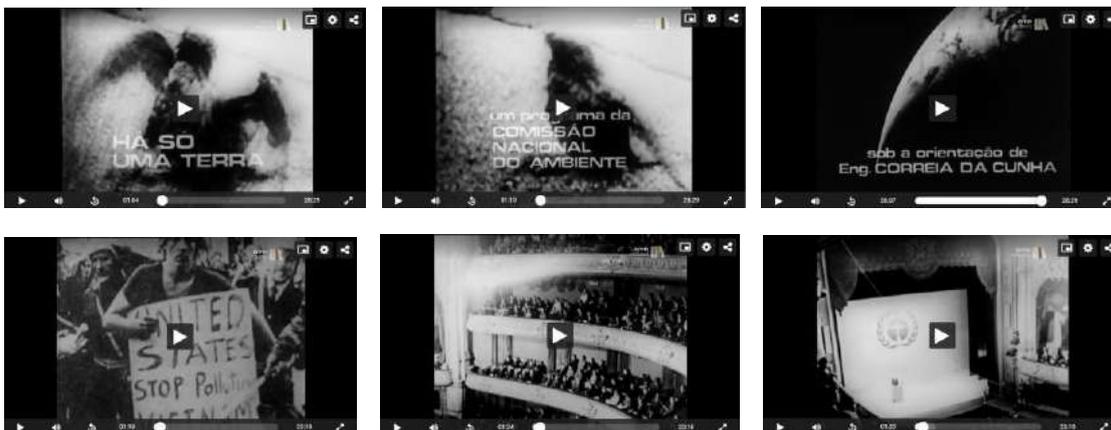
“logo a seguir à Conferência de Estocolmo ficou resolvido constituir-se a nível mundial um fundo mundial do ambiente (100 milhões de dólares) depois de uma reunião muito complicada, venho no avião e leio no jornal que o Brasil tinha adquirido uma frota de aviões de guerra num montante superior a esse valor (120 ou 125 milhões de dólares) isso fez-me muita confusão e quando chego cá, sempre com as urgências, tinha a equipa à espera, chapam-me com a máquina à frente e eu largo isso exactamente assim como é que é possível que um país realmente atrasado, com tantas dificuldades, com uma população vivendo muito mal gaste mais do que isso mesmo em armas de guerra, e depois tive conhecimento pelo próprio Ramiro Valadão de que lamentava muito mas tinham tirado do programa aquela parte”²⁵.

²⁴ Depoimentos de Luís Filipe Costa, in, Portugal um retrato ambiental-país de contrastes, <https://www.youtube.com/watch?v=Tnsuk5PQ-do>

²⁵ Depoimento de José Correia da Cunha, in, Portugal um retrato ambiental-país de contrastes, <https://www.youtube.com/watch?v=Tnsuk5PQ-do>

No programa *A poluição sonora e atmosférica* de 18 de Janeiro de 1973 é referido

“Estocolmo, Suécia, Junho de 1972. Manifestações violentas assinalam a abertura da 1ª conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano. Os problemas do ambiente, explicaria um membro da delegação britânica, são técnicos em apenas 10%, os restantes 90% são de natureza política. Politizada a partir da rua, a conferência reunida pela certeza de que a vida está em perigo neste planeta, não consegue estabelecer a estratégia de defesa de que se necessitava, limita-se a abrir o caminho. Resultado mais importante o mundo quase todos nós tomamos conhecimento da existência do problema o que é naturalmente diferente de se ter tomado consciência da gravidade e posição perante ele. Mas a informação começa a actuar. Poluição, crescimento industrial, ecologia, explosão demográfica, qualidade de vida, corrida aos armamentos, palavras e expressões que começam a invadir a linguagem do quotidiano”²⁶.



Frames do programa *A poluição sonora e atmosférica*, in, *Há só uma terra...* CNA, 18 de Janeiro de 1973, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-poluicao-sonora-e-atmosferica/>



Frames do programa *A poluição sonora e atmosférica*, in, *Há só uma terra...* CNA, 18 de Janeiro de 1973, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-poluicao-sonora-e-atmosferica/>

²⁶ *A poluição sonora e atmosférica*, in, *Há só uma terra...* CNA, 18 de Janeiro de 1973, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-poluicao-sonora-e-atmosferica/>

O programa Dia Mundial do Ambiente da série Há só uma terra... comemoraria o primeiro ano de celebração da Conferência/Declaração de Estocolmo e por isso Luís Filipe Costa refere que se pretende que a celebração seja

“reflexionadora comum sobre a actual crise do homem, porque todos nós somos parte do problema, todos nós teremos e ser parte da solução. Solução essa que por exigir tão radicais mudanças no pensamento nas estruturas poderá não estar para muito breve. Por isso mesmo este primeiro dia mundial do ambiente dirigiu as suas principais preocupações para o sector da juventude”²⁷.



Frame do programa *Há só uma terra...* tendo como fundo o Cartaz do Dia Mundial do Ambiente (5 de Junho) O Mundo é a nossa casa, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/dia-mundial-do-ambiente/>

Cumprindo-se assim um dos princípios da declaração de Estocolmo

“É essencial ministrar o ensino, em matérias de Ambiente, à juventude assim como aos adultos, tendo em devida consideração os menos favorecidos, com o fim de criar as bases que permitam esclarecer a opinião pública e dar aos indivíduos, às empresas e às colectividades o sentido das suas responsabilidades no que respeita à protecção e melhoria do Ambiente, em toda a sua dimensão humana”

É dado particular destaque à leitura do livro de Júlio Moreira *Há só uma terra* por parte de alunos nas escolas, sendo exibidos excertos dessas leituras partilhadas, e das ilustrações que compõem o livro

“esta história contada por este pequeno livrinho editado pela Comissão Nacional do Ambiente com o apoio do Instituto Nacional de Investigação

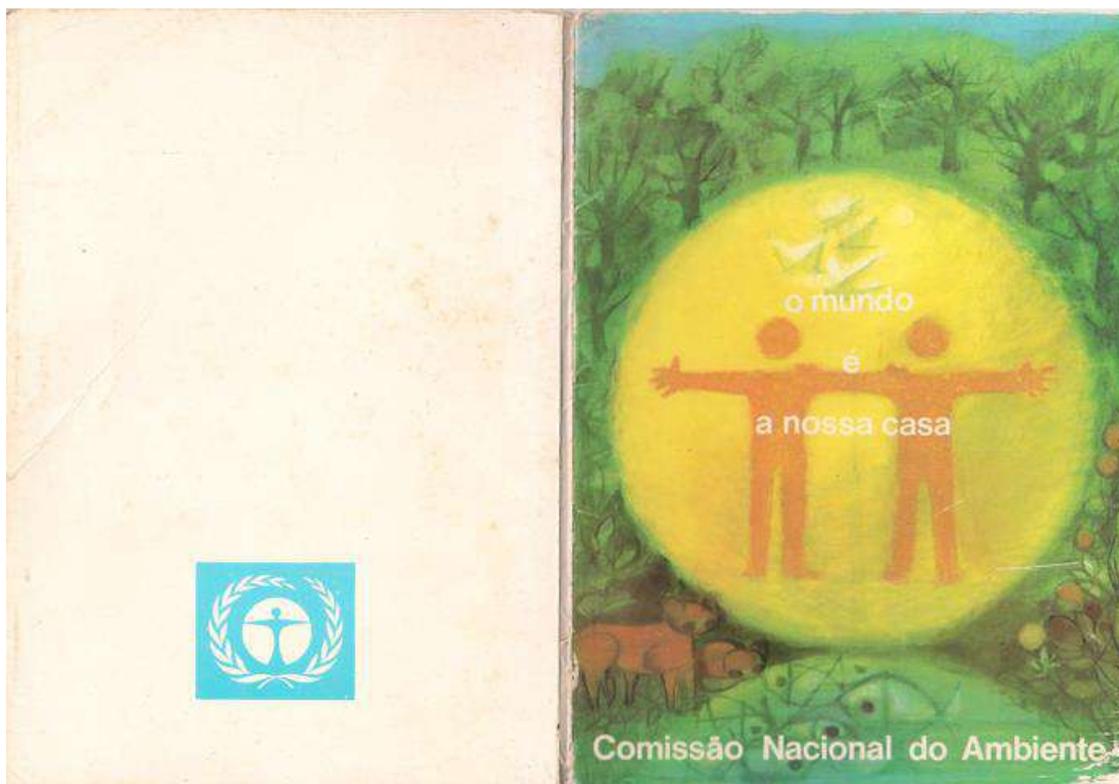
²⁷ Dia Mundial do Ambiente, *Há só uma terra...*, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/dia-mundial-do-ambiente/>

Industrial neste dia mundial do ambiente ele andou de mão em mão nos liceus e escolas do nosso país em muitos dos quais se realizaram também aulas especiais, palestras e exibições de filmes²⁸



Frames do programa *Há só uma terra...* tendo como fundo o Cartaz do Dia Mundial do Ambiente (5 de Junho) O Mundo é a nossa casa, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/dia-mundial-do-ambiente/>

²⁸ Dia Mundial do Ambiente, *Há só uma terra...*, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/dia-mundial-do-ambiente/>



Capa e contra capa do livro de Júlio Moreira, *O Mundo é a nossa casa*. Ilustrações de Margarida D'Orey e Cristina Reis. Edição conjunta da Comissão Nacional do Ambiente e do Instituto Nacional de Investigação Industrial, (com base em elementos da 2ª Exposição de Design Português realizada pelo INII em Março de 1973). Composto e impresso no Instituto Hidrográfico, Lisboa, Maio 1973; na contra-capa consta o logo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente; as fotografias do livro foram gentilmente cedidas por Cristina Reis

Tal como está mencionado na “ficha técnica” do livro *O mundo é a nossa casa*, os seus conteúdos resultam dos elementos da 2ª *Exposição de Design Português* realizada pelo Instituto Nacional de Investigação Industrial em Março de 1973, remetendo assim para a autoria de Júlio Moreira do espaço “Landscape Design” patente nessa 2ª *Exposição de Design Português* e montado no Pavilhão da Associação Industrial Portuguesa da Feira das Industrias de Lisboa.

A exposição ideada por Sena da Silva com a programação, os projectos, o texto, o apoio gráfico e fotográfico da Cooperativa Práxis, procurava “obter um mínimo de sentido didáctico”²⁹. O arquitecto paisagista Júlio Moreira³⁰ chega do Brasil no início de 1973 quando o arquitecto-designer-fotografo António Sena da Silva (1926-2001) estava a preparar a 2ª *Exposição de Design Português* e logo o convidou.

²⁹Constantino, João, 2ª Exposição de design em Portugal, in, **Binário**, nº 174, Março de 1973, p.104.

³⁰ Júlio Carlos dos Santos Moreira (29 Dezembro 1929/29 Janeiro 1930-) licenciou-se em 1954 em Engenharia Agrária pelo Instituto Superior de Agronomia (“era onde ensinavam mais coisas sobre o mundo” (2ª exposição de design português, Lisboa, 1973, p. 223.) e em 1969 concluiu a formação em Arquitetura Paisagista pelo Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista.



Júlio Moreira (fotografia de Paula André, 2 Junho de 2022)

Na entrevista³¹ que realizamos a Júlio Moreira o arquitecto paisagista refere que Sena da Silva³² foi o coordenador e programador da 2ª *exposição design português* com o apoio da PRAXIS³³, e “reservou-me um espaço enorme para o *Landscape Design*”, acrescentando

“eu era o autor dessa secção da exposição; escrevo e faço o desenho que depois a Cristina Reis dava uma forma mais aperfeiçoada; o desenho de base da secção *Landscape Design* estava registado num caderno meu, um caderninho em papel couché, que seria o guião da exposição, e que eu com uma caneta feltro vermelha fiz uma série de bonecos e escrevi as frases principais que iriam guiar a narrativa da exposição. (...) A secção de certo modo autónoma designada inicialmente por *Landscape Design* logo corrigida por *Design Paisagem* beneficiou de um conjunto de circunstâncias que permitiram atribuir-lhe condições de eficácia inesperada. Uma delas senão a principal terá sido a do Engº Correia da Cunha que facilitou a execução do projecto, realizada pela Cooperativa Praxis, reconhecidamente de técnicos e colaboradores de formação política muito próxima do Partido Comunista, ter permitido os encargos de edição do livro *O Mundo é a nossa casa*”

³¹ Entrevista a Júlio Moreira, realizada na sua casa no dia 2 de Junho de 2022.

³² Júlio Moreira salienta que “Sena da Silva, ele próprio de uma família que com uma posição importante no meio industrial com as fabricações de baterias não terá despertado grande curiosidade por parte da PIDE”.

³³ No Catálogo a Programação/Projecto/Coordenação/Textos/Apoio Gráfico e Fotográfico/Montagem esteve a cargo da PRAXIS-Cooperativa de Estúdios Técnicos SCARL, com os seguintes membros da equipa: António Sena da Silva, Gastão Cabral de Cunha Ferreira, Tomás Xavier de Figueiredo, Júlio Moreira, Madalena Figueiredo, Assunção Cordovil, Jorge Cardoso, Lurdes Ceirão, Luís João Baptista e Luís Carrôlo, in, **2ª Exposição de Design Português**, Lisboa, 1973.

Júlio Moreira sublinha ainda que

“houve uma grande participação da PRAXIS [Cooperativa de Estúdios Técnicos SCARL], cuja equipa fez a montagem da exposição e houve um sector especial a trabalhar comigo no *Design Paisagem*, em que cada um tinha uma função; havia o guião e depois a maneira de o interpretar, a realização de esquemas, a realização de ilustrações e fotografias e ainda a montagem dos espaços, com as pessoas da carpintaria”.

Relativamente ao desenho expositivo, ao itinerário percorrido pelos visitantes e ao impacto no público dos conteúdos exibidos, Júlio Moreira destaca

“o acesso à exposição fazia-se directamente do exterior para uma sala, relativamente pequena com as paredes forradas por ampliações de fotografias das vítimas das cheias de novembro de 1967 (recolhidas na madrugada), para a escala dos visitantes, A catástrofe das cheias foi fruto da ocupação de zonas periféricas de Lisboa e de outras cidades periféricas, por barracas improvisadas nos terrenos não ocupados, por gente de várias origens e raça que procuravam trabalho nas piores condições. A única saída dessa sala, onde as pessoas se confrontavam com as vítimas das inundações, era realizada através de um corredor estreito e em penumbra, ao fundo do qual as pessoas viam a sua imagem de corpo inteiro reflectida num grande espelho. A seguir ao choque o paraíso terreal era oferecido num espaço tranquilo e daí em diante os visitantes eram conduzidos através de um labirinto sem fugas laterais, com textos e imagens no contexto dos princípios da Convenção de Estocolmo. O labirinto conduzia a uma sala de fim da exposição onde os visitantes dispunham de um cavalete com grandes folhas de papel onde podiam escrever os seus comentários, sem obrigatoriedade da sua identificação”

Segundo Júlio Moreira *Design Paisagem* “foi uma tentativa de apresentação didáctica, acessível ao maior número de pessoas, da crise que ameaça os sistemas formados pelas sociedades humanas e os lugares onde vivem”³⁴, e no fundo era “contrapor às campanhas sobre o «meio ambiente» uma visão mais ampla e menos tendenciosa”³⁵. Na verdade, procurava-se que os visitantes se identificassem com aquelas vítimas e se quebrasse completamente qualquer distanciamento. As pessoas saíam daquela sala atordoadas com aquelas enormes ampliações feitas a partir fotografias das cheias de 67 publicadas nos jornais, sendo esse trabalho de fotografia foi feito pela PRAXIS.

As fotografias das publicações periódicas passadas por jogos de escala dos quais resultaram fotografias públicas e às quais se acrescem as sequências montadas nas paredes da exposição, terão criado narrativas e discursos que certamente constituíram um ensaio fotográfico da crise do meio ambiente, encenado na cenografia do espaço expositivo. Júlio Moreira no seu artigo *Você vai ao teatro...Wogenschy & Butor*, apresenta a Casa da Cultura de Grenoble inaugurada em Fevereiro de 1968, projecto do

³⁴ Moreira, Júlio – *Design Paisagem?*, in, **Grafica 70**, n.4, 1974, p.35.

³⁵ Moreira, Júlio – *Design Paisagem?*, in, **Grafica 70**, n.4, 1974, p.35.

arquitecto André Wogenscky (1916-2004) colaborador de Le Corbusier de 1945 a 1956, como referência de um futuro em que “teatro em diálogo com a arquitectura encontrará novas expressões mais ligadas ao espaço e ao movimento” podendo o teatro (no mundo inteiro) ser influenciado pela sala móvel de Grenoble³⁶.

Podemos conjecturar que imagens das cheias de 1967 estariam exibidas nesse espaço através do cotejo de alguma publicações coevas como a revista *Flama* ou *O Século Ilustrado*, das quais extraímos algumas imagens



Flama, 8 dez, 1967



Flama, 8 dez, 1967



Flama, 1 Dezembro 1967

³⁶ Moreira, Júlio, *Você vai ao teatro...Wogenscky & Butor*, in, *& ect...*, nº 13 (10 Março, 1968), p.7.



Flama, 1 Dezembro 1967



O Século Ilustrado, 2 Dezembro 1967



O Século Ilustrado, 2 Dezembro 1967



O Século Ilustrado, 2 Dezembro 1967



Ainda segundo testemunho de Júlio Moreira

“nessa saída única onde havia um cavalete com papel de desenho de tamanho grande em que as pessoas escreviam o que queriam, desenhavam o que queriam e faziam os comentários que queriam, começaram a aparecer uns espias a arrancar as folhas, (mas houve muito desse material que foi recolhido e que foi para a PRAXIS); é claro que a censura devia estar pelos cabelos; não sei se alguém tem o espólio da PRAXIS”.

O *zeitgeist* fica claro:

“As coisas funcionavam pelos resultados que obtinham e não pela memória que guardavam; é importante guardar a memória, mas naquela altura ninguém se preocupava; não era prioritário; prioritário era mudar!”

No âmbito do *Landscape Design* Júlio Moreira testemunha que foi realizada à noite uma mesa redonda (21 de Março que teve início às 21:30) em que

“eu convidei pessoas com uma escolha inicial; convidei o José Cardoso Pires, convidei o Gonçalo Ribeiro Telles, entre outros, e depois havia as pessoas que queriam participar e que tinham evidentemente lugar para participar; o Gonçalo Ribeiro Telles tinha sido meu professor enquanto assistente do professor Caldeira Cabral³⁷.

Sem qualquer pretensão de fazer um levantamento exaustivo de como a imprensa recebeu a secção *Landscape Design* do arquitecto paisagista Júlio Moreira na 2ª *exposição design português* destacamos apenas algumas notícias publicadas nos jornais *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *República*, *Expresso*, *Jornal do Comércio* e o *Século*. Todas as notícias eram muito elogiosas e alguns artigos eram acompanhados de imagens.

O *Diário de Lisboa* ressalta a primeira demonstração de uma posição crítico-didáctica assumida por um organismo oficial no vasto sector dedicado ao “design paisagem” orientado por Júlio Moreira³⁸. No que diz respeito ao percurso refere que

“o visitante encontra desde o início uma sequência de mensagens, por vezes agressiva, que o compromete como vítima (e responsável) do processo de degradação do meio ambiente. Para não deixar dúvidas quanto a essa participação, a seguir a uma breve reportagem das inundações de 1967, o visitante encontra-se diante de um espelho, tendo como fundo a imagem de um prédio derrubado... A análise prossegue

³⁷ Júlio Moreira lembra que o mestre Caldeira Cabral chegou a ser meu hóspede na Paisagem porque ele saiu da Rua do Salitre e enquanto tinha as obras na Avenida da Liberdade no grande atelier dele, eu cedi-lhe uma sala grande na Rodrigues Sampaio (Paisagem) para ele se instalar; houve relações de grande proximidade.

³⁸ Colóquios na 2ª exposição de design Português, a volta do design, in, **Diário de Lisboa**, 21 Março 1973, p. 11

por uma via histórica e sociológica do significado do meio em que vivemos e da vida que nele somos forçados a viver”³⁹.

É dado ainda destaque à mesa redonda considerada como “complemento activo da exposição, e discussão da tomada de posição apresentada pela exposição de «design-paisagem». Nomeando as presenças na mesa do engº Correia da Cunha presidente da Comissão Nacional do Ambiente, o escritor José Cardoso Pires, o arquitecto paisagista Júlio Moreira como responsável pelo sector da exposição e moderador, o arquitecto Nuno Portas, o economista Pereira de Moura, o arquitecto paisagista Ribeiro Telles, o arquitecto Sena da Silva responsável pelo conjunto da exposição de design e Tomás de Figueiredo [1930-1994] director da Cooperativa Praxis”⁴⁰.

Também o *Diário Popular* deu destaque à mesa redonda referindo que o espaço tinha enchido e que o debate iniciado às 21:30 tinha sido muito vivo e prolongando-se até tarde acrescentando ainda a participação da “escultora Maria Helena Matos [1924-2015] do INII e a socióloga Barbara Lopes”⁴¹.

O *Diário de Lisboa* dava igualmente notícia das reuniões-colóquio onde Júlio Moreira tinha declarado

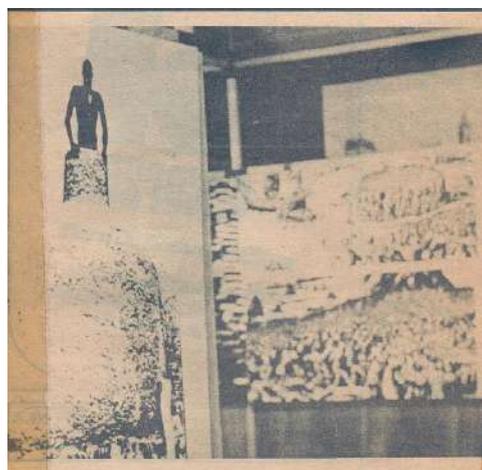
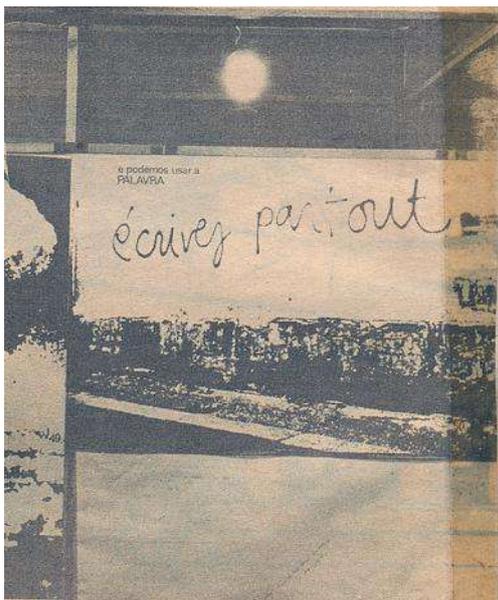
“o «design-paisagem» como A FESTA que não sabemos ainda como será, que temos de inventar, para a qual temos de preparar o mundo. «Para começar temos de arrumar o que está desarrumado...o espaço de todos...e o espaço de cada um, o tempo de trabalhar...e o tempo de viver, temos de deixar espaço para as aves, pôr os rios no lugar dos rios, pôr as árvores no lugar das árvores, deixar a terra aos bichos da terra, deixar a água para os peixes», sem no entanto saber muito bem fazer tudo isso. «Temos o buldózer, temos o computador, temos a indústria química, temos a energia atómica», só nos falta saber arrumar o mundo, «por isso estamos todos os dias a inventar» o landscape-paisagem-design «mas até agora só conseguimos realizar as aldeias turísticas, as cidades jardim, os bairros económicos, as cidades satélites, as reservas naturais (tudo inserido no contexto do grande infantário de todas as idades)»⁴².

³⁹ Colóquios na 2ª exposição de design Português, a volta do design, in, **Diário de Lisboa**, 21 Março 1973, p. 11

⁴⁰ Colóquios na 2ª exposição de design Português, a volta do design, in, **Diário de Lisboa**, 21 Março 1973, p. 11

⁴¹ O «Design» e a Industria em debate da FIL, in, **Diário Popular**, 22 Março 1973, p.13

⁴² O design em Portugal ou a intervenção adiada, **Diário de Lisboa**, 25 Março 1973, p. 6,7



O design em Portugal ou a intervenção adiada, *Diário de Lisboa*, 25 Março 1973, p. 6,7

O jornal *República* daria anunciava que estaria patente no Porto no Palácio da Bolsa a secção landscape design – design de paisagem, da responsabilidade do engenheiro agrónomo e ficcionista Júlio Moreira referindo que

“Pertinentemente o estudioso, afirmando em concreto que não quis associar design com a «imagem falsa que ainda prevalece de arquitectura paisagística como arte de conceber jardins para residências de luxo ou alinhar pequenos espaços urbanos», chama a esta secção do certame um «depoimento». Um depoimento concebido para explorar a essência do conceito de design como resposta integrada para os problemas de bem estar e sobrevivência de grupos humanos». Aí se faz a denúncia explícita do que em verdade sucedeu há cinco anos e meio, por ocasião das trágicas enxurradas que vitimaram centenas de pessoas: «as avalanches de lama não acontecem por acaso, resultam da exploração desenfreada dos terrenos». Eis vários argumentos, constantes de painéis: -a destruição do solo e da vegetação reduz a infiltração da água das chuvas; -«os aglomerados impermeáveis de prédios de rendimento descarregam grandes massas de água das chuvas ao acaso na paisagem»; -«os aterros mal localizados e mal consolidados são facilmente arrastados pelas águas»; -«as construções mal implantadas impedem o livre escoamento das águas ao longo dos seus percursos naturais» (...) Propostas a este nível? Inventar, «arrumar o que está desarrumado». E não só (...) «precisamos saber (...) que nas condições actuais é cada vez mais necessário manter uma vigilância e uma crítica permanentes sobre as intervenções em todos os níveis que se praticam sobre o meio em que vivemos»⁴³.

⁴³ Pelas ideias, contra a rotina. A II Exposição de «design» português vai ser mostrada no Porto (Palácio da Bolsa), in, **República**, 24 Março 1973, p. 8,9.



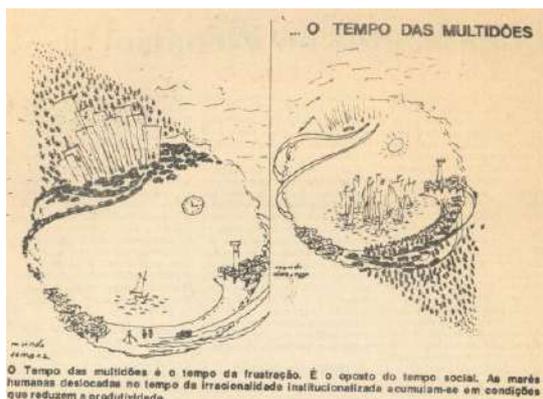
Pelas ideias, contra a rotina. A II Exposição de «design» português vai ser mostrada no Porto (Palácio da Bolsa), in, *República*, 24 Março 1973, p. 8,9.

O jornal *Expresso* considerava a secção *Landscape Design* útil e indispensável: “Útil porque «pôs o Homem a pensar em como melhorar o meio ambiente e a reflectir nos seus erros» (...) Indispensável porque o «Landscape Design» infelizmente ainda não está generalizado em Portugal”⁴⁴. Considerava que o que mais tinha afectado o público em geral era o aspecto de contestação que o «Design», mais especificamente o «Landscape Design», tinha resolvido encabeçar, e descrevia o circuito do espaço

“Encaminhados por um corredor que se dobra em sucessivos ângulos, aí defrontamos uma sequência de cartazes e fotografias alusivas à ideia que os organizadores desta Exposição quiseram pôr de pé: a indispensabilidade do «Landscape Design», como intervenção racional e estética na paisagem e a humanização que daí resultará para a vida de uma comunidade. Põem-se, portanto, aqui em realce os múltiplos aspectos tanto exteriores (os do meio ambiente) como interiores (os da vida quotidiana) que levam a pessoa a ver-se rodeada por um condicionalismo trágico do qual não se consegue facilmente libertar. Somos, em primeiro lugar, alertados por um acontecimento real, as cheias catastróficas de Novembro de 1967, apresentadas no seu quadro causal e de uma forma amplamente ilustrada. (...) Em seguida deparamo-nos com um estratagema simbólico – as flores de plástico – significando a desumanização da nossa época e da nossa vida, pela artificialidade daquilo que nos rodeia. (...) (veja-se o que acontece presentemente no oceano Pacífico: milhões e milhões de garrafas e outros desperdícios de plástico indestrutíveis, formando crescentes massas flutuantes) (...)”⁴⁵.

⁴⁴ Cenário de uma contestação, in, *Expresso*, 24 Março 1973, p. 3

⁴⁵ Cenário de uma contestação, in, *Expresso*, 24 Março 1973, p. 3

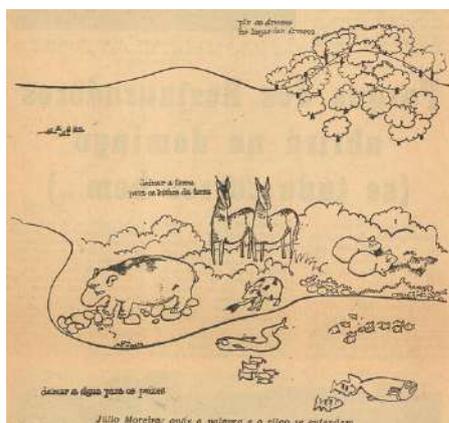


Cenário de uma contestação, in, **Expresso**, 24 Março 1973, p. 3.

O jornal *Século* sublinhava que na exposição aparecia também um mapa da cidade, em que são apontados, a vermelho, os «pontos quentes» (cheias e avalanchas de lama): Oeiras, Algueirão, Mem Martins, Vale de Lobos, Belas, Agualva, Odivelas, Póvoa de Santo Adrião, Ameixoeira, Lumiar, Ulmeira, Buraca e Alto da Boa Vista. Referia ainda que na exposição eram apontadas algumas das causas que estariam na origem das cheias:

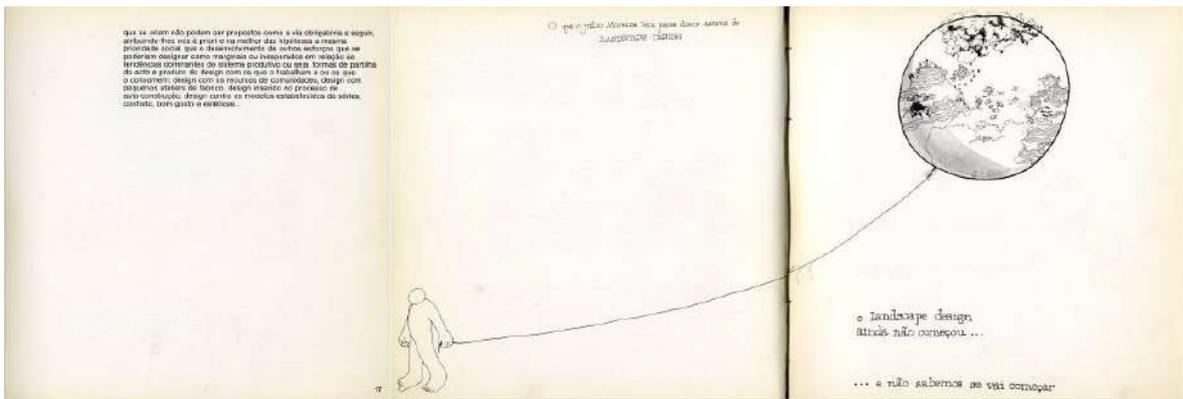
“destruição de matas nas áreas de declive, mobilização e abandono dos terrenos agricultados, detritos produzidos em pedreiras e saibreiras, cortes de estrada mal delineadas, má canalização de certos troços de ribeiras, construção de edifícios em zonas impróprias, mesmo sobre a linha de água, insuficiência de esgotos” (...) “isto acompanhado de séries de fotografias de becos, cemitérios de automóveis, lama, espaços comprimidos, que dão bem a ideia do assunto, são outros trabalhos presentes na exposição”(…) ⁴⁶.

Acompanhava o artigo do *Expresso* uma imagem do texto O que Júlio Moreira tem para dizer acerca de Landscape Design presente no catálogo da 2ª exposição de design português.



Balço de uma exposição. «Design»: dar a cada objecto o lugar que lhe compete, in, **Século**, 28 Março 1973, p.9.

⁴⁶ Balço de uma exposição. «Design»: dar a cada objecto o lugar que lhe compete, in, **Século**, 28 Março 1973, p.9.



O que Júlio Moreira tem para dizer acerca de Landscape Design, in, *2ª exposição de design português*, Lisboa, Março, 1973

Mas se o texto *O que Júlio Moreira tem para dizer acerca de Landscape Design*, desenvolvido à “maneira da poesia visual” e evidenciando o sentido de descoberta, perdurou no catálogo da *2ª exposição de design português*⁴⁷, o mesmo não aconteceu à edição de 1973 do livro *O mundo é a nossa casa*, uma vez que foi mandado queimar, pois tal como refere Júlio Moreira “Marcelo Caetano acabou por desesperar e depois do livro sair e ir para as escolas foi para à fogueira”. Depois da Revolução de 25 de Abril será feita uma nova edição do livro *O mundo é a nossa casa* (1975), mas fazendo um cotejo entre as duas edições verificamos que a edição de 1975 não corresponde exactamente à edição de 1973.

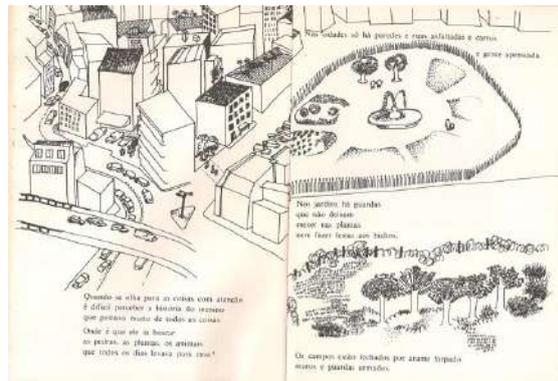
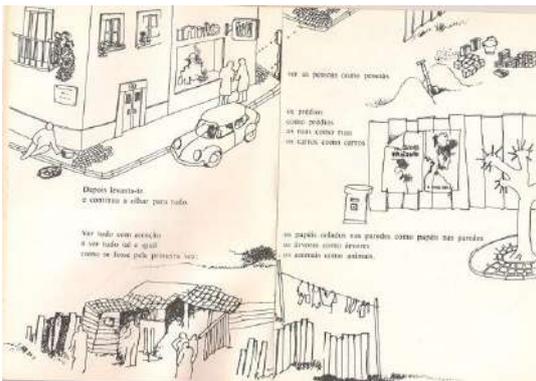


O mundo é a nossa casa (assinam este livro Júlio Moreira [1930-], Sena da Silva (1926-2001), Cristina Reis [1945-], Margarida D’Orey [1947-], Edição, CNA, Lisboa, 1975) Impresso no Instituto Hidrográfico Lisboa Maio 1975, [O mundo é a nossa casa by Cd25A UC - Issuu](#)

⁴⁷ O que Júlio Moreira tem para dizer acerca de Landscape Design, in, *2ª exposição de design português*. Lisboa, 1973, [p. 18-43]



Frames do programa *Há só uma terra...* tendo como fundo o Cartaz do Dia Mundial do Ambiente (5 de Junho) O Mundo é a nossa casa, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/dia-mundial-do-ambiente/>



Páginas da edição de Maio de 1973 do livro *O Mundo é a nossa casa*

As imagens/frases (... Ver os papéis colados nas paredes como papéis na paredes... Nos jardins há guardas que não deixam mexer nas plantas nem fazer festas aos bichos... Os campos estão fechados por arame farpado, muros e guardas armados) que ficaram registadas no programa *Há só uma terra...* de 5 de Junho de 1973 e no livro *O Mundo é a nossa casa* editado em 1973, não são replicadas na edição de 1975 do livro *O Mundo é a nossa casa*. É sempre preciso estar alerta! E é sempre preciso resgatar a utopia e a esperança de Júlio Moreira entendendo-as como Processo do Meio Ambiente em Curso!

Bibliografia

António Guterres o secretário geral da ONU mensagem no dia Mundial do Ambiente, in, <https://unric.org/pt/mensagem-sobre-o-dia-mundial-do-ambiente/>

Balanço de uma exposição. «Design»: dar a cada objecto o lugar que lhe compete, in, **Século**, 28 Março 1973, p.9.

BRANDÃO, Tiago - Origens da Comissão Nacional do Ambiente na emergência da política ambiental em Portugal, **Ler História**, nº 68, 2015, nota 146, <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1754#ftn146>

Carta UNESCO-UIA para a formação em Arquitectura. Paris, UIA, 2017,

Cenário de uma contestação, in, **Expresso**, 24 Março 1973, p. 3.

Colóquios na 2ª exposição de design Português, a volta do design, in, **Diário de Lisboa**, 21 Março 1973, p. 11.

CONSTANTINO, João - 2ª Exposição de design em Portugal, in, **Binário**, nº 174, Março de 1973, p.104.

CUNHA, Correia da - Aviso prévio sobre o ordenamento do território, in **Diário de Sessão da Assembleia Nacional**, nº 97, X Legislatura, Sessão Legislativa n.º 2, 1971, p. 1927-1932.
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/10/02/097/1971-04-27/1927>

Depoimentos de Luís Filipe Costa, in, Portugal um retrato ambiental-país de contrastes, <https://www.youtube.com/watch?v=Tnsuk5PQ-do>

Depoimento de José Correia da Cunha, in, Portugal um retrato ambiental-país de contrastes, <https://www.youtube.com/watch?v=Tnsuk5PQ-do>

Dia Mundial do Ambiente, **Há só uma terra...**, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/dia-mundial-do-ambiente/>

O «Design» e a Industria em debate da FIL, in, **Diário Popular**, 22 Março 1973, p.13.

O design em Portugal ou a intervenção adiada, **Diário de Lisboa**, 25 Março 1973, p. 6,7.

Entrevista a José Correia da Cunha, in, Noticiário Nacional, 12 Junho de 1977, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-jose-correia-da-cunha/>

Guterres na Stockholm+50, in, <https://unric.org/pt/guterres-na-stockholm50-apelo-ao-fim-da-guerra-suicida-contra-a-natureza/>

HARVEY, David - The nature of environment: the dialectics of social and environmental change, in, **Socialist Register**, n.29, 1993, p. 25.

Lesly Lokko appointed curator of the Biennale Architettura 2023,
<https://www.labiennale.org/en/news/lesley-lokko-appointed-curator-biennale-architettura-2023>

Liam Young: Planet City -- a sci-fi vision of an astonishing regenerative future | **TED**,
<https://www.youtube.com/watch?v=AX4ewS-YIbA>

LORENZO CARDIEL, David - Para resolver las cuestiones energéticas también se necesitan filósofos, in, **Medio Ambiente**, 25 Maio 2022,
<https://ethic.es/2022/05/entrevista-michael-marder/>

MARDER, Michael - **El vertedero filosófico. Una fenomenología de la devastación**. Ned Ediciones, 2022.

MOREIRA, Júlio – Design Paisagem?, in, **Grafica 70**, n.4, 1974, p.35.

MOREIRA, Júlio -Você vai ao teatro...Wogenschy & Butor, in, **& ect...**, nº 13 (10 Março, 1968), p.7.

MORIN, Edgar - **De l'URSS à la Sainte Russie**, 2022,
<https://edgarmorin.sescsp.org.br/categoria/sobre-morin/36-de-l-urss-a-la-sainte-russie>

A ONU proclama que..., **Jornal do Comércio**, 5 Junho 1973, p.28.

Pelas ideias, contra a rotina. A II Exposição de «design» português vai ser mostrada no Porto (Palácio da Bolsa), in, **República**, 24 Março 1973, p. 8,9.

PELLUCHON, Corine - **Reparemos el Mundo. Humanos, animales, naturaleza**. Ned Ediciones, 2022.

A poluição sonora e atmosférica, Há só uma terra..., RTP, 18 Janeiro 1973,
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-poluicao-sonora-e-atmosferica/>

2ª Exposição de Design Português, Lisboa, 1973.

SUÁREZ, Pablo - La forma en que habitamos el mundo explica también nuestra identidade moral, entrevista a Corine Pelluchon, in, **Medio Ambiente**, 19 Maio 2022, in, <https://ethic.es/2022/05/entrevista-corine-pelluchon/>

TEIXEIRA, Izabella; WAACK, Roberto; PIAZZON, Renata (integrantes da iniciativa Uma Concertação pela Amazônia), Opinião: Estocolmo+50 e o novo multilateralismo ambiental, 10 Junho 2022, in, <https://www.capitalreset.com/opiniao-estocolmo-50-e-o-novo-multilateralismo-ambiental/>

E nos 100 anos da Conferência de Estocolmo?

Maria Adelaide Ferreira

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL)

Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (MARE)

maferreira@fc.ul.pt

Resumo: A conferência de Estocolmo marcou, inquestionavelmente, um ponto de viragem na nossa relação com o ambiente, mas, em múltiplos domínios, os seus resultados ficaram muito aquém da sua ambição. Cinquenta anos depois de 1972, as acções humanas continuam a degradar o nosso ambiente de uma forma cada vez acelerada e mais visível e que, no caso das alterações climáticas, da poluição e da perda de biodiversidade – a chamada “emergência planetária tripla” –, ultrapassam já os limites considerados seguros a nível global – as “fronteiras planetárias” – para a subsistência/sobrevivência da nossa espécie. Urge fazermos as pazes com a natureza, diminuindo as pressões que exercemos sobre ela e dando-lhe o espaço, o tempo e as condições para se reequilibrar. É imperioso assumirmos uma ambição individual e colectiva muito maior da que alguma vez tivemos ou conhecemos, para nos reinventarmos e transformarmos a nossa maneira de estar e de nos relacionarmos com o nosso mundo, para tentarmos reencontrar um espaço seguro de funcionamento para nós, dentro das fronteiras da nossa nave espacial Terra.

Palavras-chave: Conferência de Estocolmo, fronteiras planetárias, emergência planetária tripla, acção transformadora, acção individual

Introdução

Junho de 2072

Está calor, muito calor, e não chove há meses. No Verão, o sítio melhor para se estar em Lisboa é junto ao Tejo, que ameniza localmente a sensação opressiva da canícula. No Terreiro do Paço, um grupo de passantes olha o rio, que, com a subida continuada do nível médio do mar, já lambe o passeio à maré-cheia. Nasceram na viragem do século e rondam agora os 70 anos. Comentam as notícias da actualidade, entre as quais a Conferência de Estocolmo + 100, que tem lugar por estes dias. Com ar pensativo, um deles aventa que devem andar pela idade de alguns dos que se sentaram à mesa da Conferência original, cem anos antes, em 1972. Podiam ser os nossos avós ou bisavós, exclama outro. Riem-se. Alguém junta que esses eram as gerações presentes e que este grupo de “velhos” à beira-rio eram as “gerações vindouras”. Sorriem. Vários têm filhos, outros são já avós. Um suspiro atravessa o grupo. O mundo em que vivem é bem diferente e muito mais desafiante do que aquele em que viveram os seus pais ou os seus avós. Alguns têm presentes as conclusões do mais recente relatório global sobre o estado da Terra, preparado para informar a Conferência de Estocolmo +100, que confirma as projecções, com meio século de idade, do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas¹ (IPCC) em 2021 e, talvez por isso mesmo, rapidamente disseminado (e até desacreditado) nas redes, sociais e outras. Alguém pergunta, olhando à volta: Tínhamos 20 e poucos anos. Estávamos na idade em que acreditamos que podemos mudar o mundo. Poderíamos ter feito alguma coisa para não chegarmos a este estado?

...

Junho de 2022

As mais recentes projecções do IPCC² para a região sul da Europa e Mediterrâneo na segunda metade do século XXI, *com um nível elevado de confiança e independentemente do cenário de emissões de gases com efeito de estufa e dos níveis futuros de aquecimento global*, apontam para que:

- as temperaturas subirão mais rapidamente que a temperatura média global e a frequência e intensidade de eventos de calor extremo, incluindo ondas de calor marinhas, irão continuar a aumentar;
- a frequência de períodos de frio e de dias de geada reduzir-se-á;
- a precipitação estival na área do Mediterrâneo diminuirá;

¹ O Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) é um órgão das Nações Unidas criado em 1988 e actualmente com 195 membros que conta com a colaboração voluntária e graciosa de especialistas que revêm a bibliografia científica relevante publicada anualmente e produz avaliações regulares das mudanças climáticas, dos seus impactos e riscos futuros, e de opções de adaptação e mitigação (<https://www.ipcc.ch/about/>).

² IPCC – Regional Fact sheet – Europe. Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M.I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T.K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu, and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 2021.

- o nível médio do mar subirá a um ritmo igual ou superior à média global e aumentará a frequência e intensidade de eventos extremos, causando mais inundações das zonas costeiras e recuo das costas arenosas.

O IPCC antecipa que o impacto das alterações climáticas aumente em paralelo com o aquecimento global e prevê que os limites críticos de funcionamento para os ecossistemas³ e para os seres humanos sejam excedidos para um aquecimento global igual ou superior a 2°C (ibid.).

O que isto quer dizer é que, de acordo com o conhecimento científico actual e com os melhores modelos disponíveis, não há dúvida sobre o clima que teremos à medida que nos aproximarmos do final do século. O que está em aberto é a magnitude da mudança: quanto maiores as emissões de gases com efeito de estufa, maior o aumento da temperatura e maiores e mais complexos os efeitos em cascata decorrentes. A degradação ambiental generalizada, de que as alterações climáticas são um dos aspectos mais visíveis, provocará uma miríade de outros impactos que afectarão, negativa e inevitavelmente, a nossa qualidade de vida, a nossa saúde e longevidade e o nosso bem-estar.

Que fazer perante estas projecções? Já lá iremos. Antes de olharmos para o futuro, comecemos por olhar para o passado.

A primeira conferência mundial sobre o Ambiente

Foi há exactamente 50 anos (entre 5 e 16 de Junho de 1972) que teve lugar a primeira conferência das Nações Unidas dedicada ao ambiente, especificamente, ao ambiente humano, em relação ao qual a humanidade vinha então ganhando uma nova consciência. A partir de meados da década de 1960 e como nunca antes, as primeiras imagens do nosso planeta visto do espaço, o nosso “Berlinda Azul” (Figura 1), revelaram-nos a Terra na sua totalidade mas também, na sua pequenez e fragilidade no vazio do espaço sideral. Em 1970, o acidente arrepiante e o salvamento *in extremis* dos três astronautas a bordo da Apollo 13⁴, ajudou, por sua vez, a que começássemos a estabelecer um paralelo directo entre o nosso planeta e uma nave espacial com os seus sistemas de suporte de vida⁵. Os serviços dos ecossistemas – os benefícios directos e indirectos que retiramos do funcionamento dos ecossistemas, como o oxigénio que respiramos, o alimento, a energia e as matérias primas (renováveis e não-renováveis), a regulação do clima, o tratamento de resíduos e efluentes, sem esquecer aspectos como a cultura e a inspiração - são-nos integralmente oferecidos pela nossa ecosfera e são tendencialmente tanto mais abundantes e de melhor qualidade

³ Um ecossistema é o conjunto da comunidade de seres vivos num dado local e do seu ambiente não vivo, funcionando como um todo, como um sistema.

⁴ A explosão dos reservatórios de oxigénio do módulo de serviço da Apollo 13, o gás necessário para a respiração dos astronautas e para a produção de energia, afectou gravemente o funcionamento dos sistemas de suporte de vida da nave: fornecimento de ar para respirar, água para beber, eliminação ou armazenamento de resíduos (incluindo a remoção de dióxido de carbono do ar dentro da nave, impedindo-o de atingir níveis tóxicos para os astronautas), climatização, etc.

⁵ ODUM, Eugene P. – Ecology and our endangered life-support systems. Sunderland, Massachusetts, Sinauer Associates, Inc., 1993.

quanto mais saudáveis e vibrantes (ou seja, mais diversos e resilientes) forem os ecossistemas.

A humanidade ganhava assim uma nova consciência do ambiente global, do facto de estarmos todos juntos neste planeta que é, afinal, o nosso suporte e garante de vida e, ao mesmo tempo, da sua degradação a uma escala planetária causada já pelo somatório das acções humanas. Em 1972, começavam a sentir-se os efeitos do crescimento acelerado da população mundial (Figura 2) e da correspondente aceleração no consumo de todo o tipo de recursos e na produção de todo o tipo de resíduos, com a correspondente aceleração da degradação ambiental a nível global, em terra e no oceano⁶. Assim, o ponto de partida da Declaração da Conferência de Estocolmo foi a “necessidade de uma visão e princípios comuns para inspirar e guiar os povos do mundo na preservação e melhoramento do ambiente humano”⁷.

A Conferência de Estocolmo marcou, inquestionavelmente, um ponto de viragem na nossa relação com o ambiente, tendo sido a primeira cimeira a estabelecer a relação entre degradação ambiental e pobreza e a trazer a protecção ambiental para a ribalta. Desencadeou uma nova era de cooperação a nível multilateral e internacional e levou ao estabelecimento de múltiplas organizações e de tratados e convenções ambientais, e de compromissos legais e políticos em matéria de protecção ambiental^{8,9}. A protecção da camada do ozono, através do protocolo de Montreal de 1987, que levou à eliminação progressiva da produção dos gases que a degradam e permite antecipar o seu regresso à normalidade em meados do século XXI (Figura 3), e a protecção das grandes baleias por uma moratória à sua caça comercial, estabelecida nos anos 70, que salvou estes grandes mamíferos da extinção, são dois resultados tangíveis de Estocolmo^{10,11}. Em múltiplos outros domínios, porém, a Conferência de Estocolmo ficou muito aquém da sua ambição.

⁶ STEFFEN, W., Broadgate, W., Deutsch, L., Gaffney, O., Ludwig, C. – The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration. *The Anthropocene Review*, 2(1): 81-98. 2015.

⁷ UNITED NATIONS – Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm, 16 June 1972.

⁸ CHASEK, P. - The Legacies of the Stockholm Conference. *STILL ONLY ONE EARTH: Lessons from 50 years of UN sustainable development policy*. Policy Brief # 40. International Institute for Sustainable Development, 9pp. 2022.

⁹ UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – Delivering on the Vision of the 1972 Stockholm Declaration and Achieving the 2030 Agenda for Sustainable Development: A UN System Contribution to Stockholm + 50. 2022. <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/39620>.

¹⁰ UNEP – About Montreal Protocol. <https://www.unep.org/ozonaction/who-we-are/about-montreal-protocol>. S.d.

¹¹ PARMENTIER, R. & RIGG, K. The Lisbon Addendum to the Blue Food for thought to blue food for action Paper. The Varda Group. 20 p. 2022.



Figura 1: “O Berlim Azul” (*The Blue Marble*). Fotografia tirada no dia 7 de Dezembro de 1972 pela tripulação da Apollo 17, quando se encontrava a caminho da Lua, a cerca de 29 000 km do nosso planeta¹².

¹² MARS, Kelli - 90 Years of Our Changing Views of Earth. NASA. 2020. <https://www.nasa.gov/feature/90-years-of-our-changing-views-of-earth>

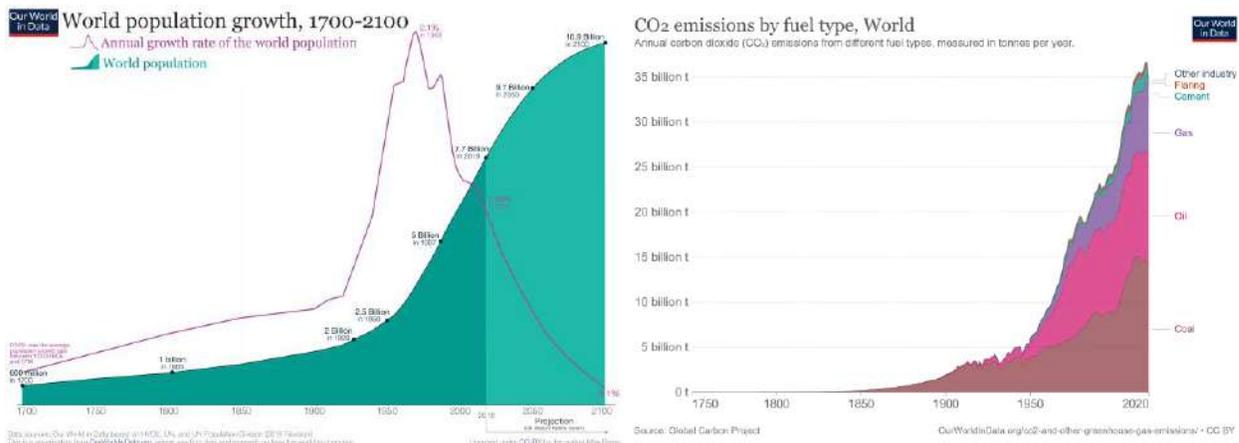


Figura 2 – Esquerda: a grande aceleração do crescimento da população humana a partir de meados do século XX (ROSER et al., 2013¹³); Direita: a concomitante aceleração das emissões de dióxido de carbono (CO₂) por tipo de combustível (Global Carbon Project, 2021¹⁴).

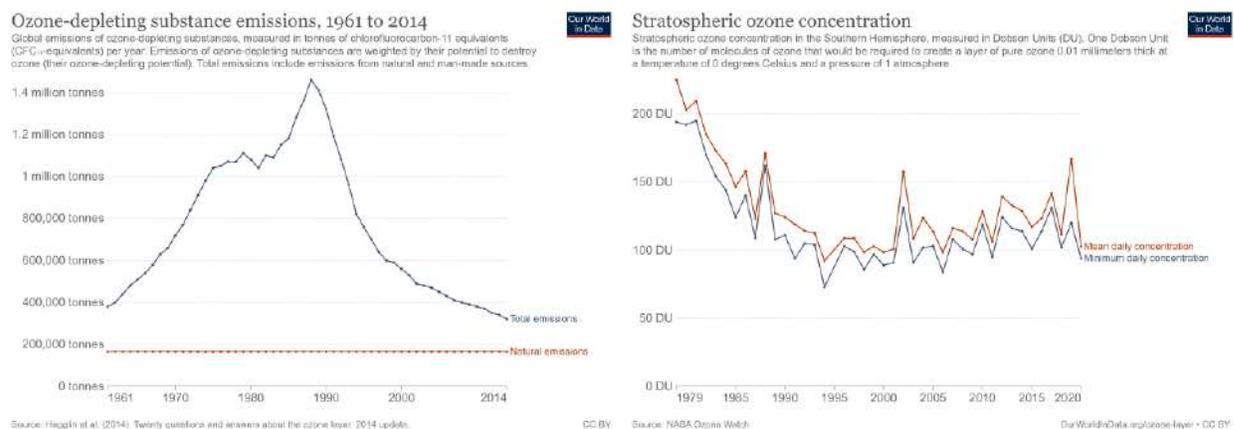


Figura 3 – Esquerda: emissões de substâncias que destroem o ozônio estratosférico (Hegglin et al., 2014¹⁵); Direita: Concentrações de ozônio estratosférico (NASA Ozone Hole Watch, 2021¹⁶).

O ambiente em perigo e a necessidade urgente de ação transformadora

Hoje, cinquenta anos depois de 1972, as ações humanas continuam a degradar o nosso ambiente de uma forma cada vez acelerada e mais visível e que, pelo menos no caso das alterações climáticas, da poluição e da perda de biodiversidade – a chamada “emergência

¹³ ROSER, M., RITCHIE, H., ORTIZ-OSPINA, E. - "World Population Growth". Published online at OurWorldInData.org. Retrieved from: 'https://ourworldindata.org/world-population-growth' [Online Resource]. 2013.

¹⁴ GLOBAL CARBON PROJECT – Supplemental data of Global Carbon Project 2021 (1.0) [Data set]. Global Carbon Project. <https://doi.org/10.18160/gcp-2021>. 2021.

¹⁵ HEGGLIN, M. I., FAHEY, D. W., MCFARLAND, M., MONTZKA, S. A., & NASH, E. R. Twenty questions and answers about the ozone layer: 2014 update. World Meteorological Organization, UNEP, NOAA, NASA, and European Commission, 2014.

¹⁶ NASA OZONE HOLE WATCH, 2021. https://ozonewatch.gsfc.nasa.gov/meteorology/annual_data.html

planetária tripla” – ultrapassam já os limites considerados seguros a nível global – as “fronteiras planetárias” – para a subsistência/sobrevivência da nossa espécie^{17,18}.

O Oceano, o maior ecossistema global e chave na regulação do clima terrestre¹⁹, que até há poucas décadas se acreditava ser inesgotável²⁰ e demasiado grande para poder falhar²¹, está já também profundamente alterado pela acção humana directa e indirecta. Ao “trio mortífero”²² de aquecimento, acidificação e desoxigenação que se faz já sentir por todo o oceano, afectando o seu funcionamento e a vida marinha até mesmo às maiores profundidades²³, junta-se a crescente poluição por plásticos (de macro- a microplásticos), também eles já detectados nos pontos mais remotos e mais profundos do oceano, em todo o tipo de organismos marinhos e em quem deles se alimenta, como nós...²⁴. A poluição por plásticos afecta também a capacidade da vida marinha de produzir oxigénio, o oxigénio que respiramos^{25,26} ...

Assim, o ambiente que habitamos e do qual dependemos totalmente – o sistema Terra –, cada vez mais ameaçado pelas actividades humanas, está progressivamente a perder capacidade de nos manter. Os cientistas alertam para a probabilidade crescente de efeitos em cascata que multipliquem o impacto das diferentes pressões e tenham consequências ainda mais nefastas e inesperadas para o ambiente e, indissociavelmente, para a nossa espécie²⁷, principalmente para um aquecimento global que ultrapasse 1,5°C acima de níveis

¹⁷ ROCKSTRÖM, J BERINGER, T., GRISCOM, B., MASCIA, M.B., FOLKE, C., CREUTZIG, F. – Opinion: We need biosphere stewardship that protects carbon sinks and builds resilience. Proceedings of the National Academy of Sciences Sep 2021, 118 (38) e2115218118.

¹⁸ UN, 2020. Alongside Pandemic, World Faces ‘Triple Planetary Emergency’, Secretary-General Tells World Forum for Democracy, Citing Climate, Nature, Pollution Crises. United Nations. <https://www.un.org/press/en/2020/sgsm20422.doc.htm> (16 November 2020)

¹⁹ IPCC – IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, V. Masson-Delmotte, P. Zhai, M. Tignor, E. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Nicolai, A. Okem, J. Petzold, B. Rama, N.M. Weyer (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, 755 pp. 2019..

²⁰ DANIEL, H., MINOT, F. – The Inexhaustible Sea. London: Macdonald and Co. (Publishers), Ltd. Pp. 239 + 25 plates. 1955.

²¹ LUBCHENKO, J., GAINES, S. – A new narrative for the ocean. Science. Vol364, 6444, 2019.

²² BIJMA, J, PÖRTNER, H-O, YESSON, CHRIS, ROGERS, A.D. – Climate change and the oceans – What does the future hold? Marine Pollution Bulletin, Volume 74, Issue 2, 2013, Pages 495-505.

²³ LEVIN, L. A., LE BRIS, N. – Deep oceans under climate change. Science 350: 766-768, 2015.

²⁴ Este problema agravou-se nos dois últimos anos com a pandemia de COVID-19 e o aumento significativo do uso e abandono de equipamentos de protecção individual (principalmente, máscaras e luvas). PENG, Y., WU, P., SCHATUP, A., ZHANG, Y. – Plastic waste release caused by COVID-19 and its fate in the global Ocean. PNAS, 118 (47). 2021.

²⁵ O oceano é o maior produtor mundial de oxigénio e o principal fabricante é uma única espécie de cianobactéria marinha que é sensível à poluição por plástico. TETU, S.G., SARKER, I., SCHRAMEYER, V. et al., - Plastic leachates impair growth and oxygen production in *Prochlorococcus*, the ocean’s most abundant photosynthetic bacteria. Commun Biol 2, 184, 2019.

²⁶ FERREIRA, M.A. – *O Prochlorococcus marinus, a COP26 e todos nós*. Público, 29 de Outubro de 2021.

²⁷ STEFFEN, W., ROCKSTRÖM, J., RICHARDSON, K., SCHELLNHUBER, H.J. – trajectories of the Earth System in the Anthropocene. PNAS. 115 (33) 8252-8259. 6 August, 2018.

pré-industriais, um limiar que não estamos longe de ultrapassar²⁸. A seca e a enorme e prolongada vaga de calor que assolam a Europa, como nunca antes, neste Verão de 2022, não nos devem deixar margens para dúvidas. Temos que fazer as pazes com a natureza, diminuindo as pressões que exercemos sobre ela e dando-lhe o espaço, o tempo e as condições para se reequilibrar²⁹.

O tempo urge e é imperioso assumirmos uma ambição individual e colectiva muito maior do que alguma vez tivemos ou conhecemos: para nos reinventarmos e transformarmos a nossa maneira de estar e de nos relacionarmos com o nosso mundo; para tentarmos reencontrar um espaço seguro de funcionamento para nós, dentro das fronteiras da nossa nave espacial comum – as nossas fronteiras planetárias.

Esta transformação implica reaprendermos o significado real de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, que são, provavelmente, dos termos mais (ab)usados e desvirtuados no léxico actual. Desenvolvimento sustentável é aquele que permite satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas³⁰. Por outras palavras, trata-se de uma questão básica de equidade, no espaço (entre todos os que partilham a terra num determinado momento) e no tempo (entre gerações humanas, as actuais e as futuras). Num planeta finito (Figura 1), com recursos finitos e com uma população crescente (Figura 2), que se espera atingir a marca dos 8 mil milhões de pessoas ainda em 2022³¹, a equação numérica da equidade entre humanos é simples e óbvio o resultado: dividir recursos finitos por um número crescente de pessoas resulta em cada vez menos recursos disponíveis para cada um. O mantra veiculado por tantos políticos e economistas, de um crescimento continuado, sustido e, como tal, ilimitado, é, pura e simplesmente, impossível e uma ilusão³².

Esta transformação implica, portanto, o abandono do “*business as usual*” da nossa sociedade de hiper-consumo³³, com a sua sede insaciável de ter, associada à exigência de satisfação imediata dos seus desejos³⁴, que nos trouxe à actual situação de emergência planetária. Tal como o desafio é claramente maior para as nossas sociedades de hiper-consumo, assim é também maior a nossa responsabilidade, individual e colectiva, de transformação.

²⁸ UN NEWS – Climate: World getting ‘measurably closer’ to 1.5-degree threshold. <https://news.un.org/en/story/2022/05/1117842>. 9 de Maio de 2022.

²⁹ UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – Making Peace with Nature: A scientific blueprint to tackle the climate, biodiversity and pollution emergencies. Nairobi, 2021. <https://www.unep.org/resources/making-peace-nature>

³⁰ WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – Our common future (Brundtland Report). 1987.

³¹ UN – World population to reach 8 billion this year, as growth rate slows. UN News, 11 July 2022. <https://news.un.org/en/story/2022/07/1122272>

³² Tal como o é a ideia, veiculada por alguns multimilionários que procuram aumentar as suas fortunas na indústria aeroespacial, de o futuro da humanidade poder estar em qualquer outro lugar que não na Terra.

³³ LIPOVETSKY, G. – Hyper-consumer society and happiness. In Agudo et al (Eds.) Environment at the crossroads: aiming for a sustainable future. Carcanet Press Limited, Manchester, pp: 80-95. 2010.

³⁴ Modo de vida brilhantemente resumido no famoso verso dos Queen, “*I want it all and I want it now*”.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas³⁵, apresentada em 2015, é o plano de acção global para “transformar o nosso mundo”, através dos seus 17 objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS)³⁶. A Arquitectura, por exemplo, pode ter uma enorme palavra a dizer em inúmeros domínios de importância fulcral^{37,38}: a nível da eficiência energética das edificações (p. ex., os chamados edifícios passivos); na poupança de água com sistemas de reutilização de águas cinzentas; na recuperação de edifícios existentes vs. construção nova em territórios naturais previamente não construídos; na utilização de materiais renováveis por oposição a materiais não-renováveis. Afinal, numa perspectiva de utilização parcimoniosa de todo o tipo de recursos. Tem, também, a oportunidade de aprender com os processos naturais, ecológicos, renováveis, sustentáveis, integrando-os de forma crescente na sua prática, contribuindo para a mitigação das pressões e para a adaptação a um ambiente em mudança. Tem, no processo, a oportunidade de promover a expansão e a reincorporação de espaços naturais nos projectos e no planeamento, de forma a maximizar: as oportunidades de regeneração dos ecossistemas naturais; o respeito pela sua dinâmica, ajudando a restaurar a biodiversidade autóctone; os serviços dos ecossistemas associados, contribuindo dessa forma, para a reconciliação da nossa sociedade com a natureza.

A nível individual, cada um de nós tem, também, um papel maior a desempenhar e todas e cada uma das nossas opções quotidianas contam: a quantidade das nossas deslocações (de curto, médio e longo curso) e o modo como nos deslocamos (a pé, de bicicleta, de transportes públicos, num veículo motorizado individual ou de avião), as escolhas alimentares que fazemos (mais ou menos proteína animal, creme de avelã com ou sem óleo de palma, maçãs da Nova Zelândia ou de Alcobaça, frutos vermelhos de explorações agrícolas que funcionam à custa da degradação do ambiente e da exploração dos seus trabalhadores?), a quantidade de equipamentos electrónicos que temos e a frequência com que os descartamos porque queremos ter e segurar a última novidade nas nossas mãos... e tantos outros exemplos possíveis. Todos podemos ser agentes e líderes da mudança, em nossas casas, nos nossos bairros, nos nossos empregos, no nosso mundo.

³⁵ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY – A/RES/70/1. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 35 p. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015.

³⁶ Os 17 ODS incluem um leque muito variado de áreas que à primeira vista podem parecer ter pouco a ver com protecção ambiental em sentido estrito, mas que são absolutamente essenciais para a alcançarmos. ODS 1: Erradicar a pobreza; ODS 2: Erradicar a fome; ODS 3: Saúde de qualidade; ODS 4: Educação de Qualidade; ODS 5: Igualdade de género; ODS 6: Água potável e saneamento; ODS 7: Energias renováveis e acessíveis; ODS 8: Trabalho digno e crescimento económico; ODS 9: indústria, inovação e infra-estruturas; ODS 10: Reduzir as desigualdades; ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12: Produção e consumo sustentáveis; ODS 13: Acção climática; ODS 14: proteger a vida marinha; ODS 15: Proteger a vida Terrestre; ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17: Parcerias para a implementação dos objectivos.

³⁷ MOSSIN, N., STILLING, S., BØJSTRUP, TC., LARSEN, VG, BLEGVAD, A., LOTZ, M. (Eds.) – An Architecture Guide to the UN 17 Sustainable Development Goals. Institute of Architecture and Technology, Royal Danish Academy - Architecture, Design, Conservation, Copenhagen. 2018.

³⁸ MOSSIN, N., STILLING, S., BØJSTRUP, TC., HAU, I. (Eds.) – An Architecture Guide to the UN 17 Sustainable Development Goals – volume 2. Institute of Architecture and Technology, Royal Danish Academy - Architecture, Design, Conservation, Copenhagen. 2020. De notar que existe um versão deste guia em português.

Está, de facto, nas nossas mãos. Cada dia abre novas oportunidades de nos superarmos, individual e colectivamente. Cabe a cada um de nós encontrar o seu papel como agente de transformação e desempenhá-lo.

Considerações finais – Lisboa, 2072

2072 está a 50 anos de distância. Os cenários e as projecções actuais para 2072 não são uma inevitabilidade – por enquanto. Sê-lo-ão, talvez até com contornos mais dramáticos do que aqueles que antecipamos actualmente, se nada fizermos para contrariar a nossa trajectória actual. O desafio é, certamente, enorme e não pára de se avolumar em múltiplas frentes. No início de 2020, quem pensaria que o mundo iria parar por causa de uma pandemia; no início de 2022, quem anteciparia o irromper de uma nova guerra na Europa, com pesadas consequências económicas, sociais e ecológicas globais? Ou a erosão dos direitos humanos em tantos pontos do mundo dito “desenvolvido”?

Em todas as frentes, a janela de oportunidade para agir está a fechar-se demasiado depressa e todos somos chamados a desempenhar o nosso papel nesta transformação tão necessária. Não apenas somos todos tripulantes da nave espacial Terra, onde não há meros passageiros³⁹, como “é demasiado tarde para sermos pessimistas”⁴⁰.

Agradecimento

A autora agradece a Francisco Andrade (FCUL – MARE) pelas discussões proveitosas e leituras críticas de versões iniciais deste texto, que em muito contribuíram para o resultado final.

Bibliografia

BIJMA, J, PÖRTNER, H-O, YESSON, CHRIS, ROGERS, A.D. – Climate change and the oceans – What does the future hold? Marine Pollution Bulletin, Volume 74, Issue 2, 2013, Pages 495-505.

CHASEK, P. - The Legacies of the Stockholm Conference. STILL ONLY ONE EARTH: Lessons from 50 years of UN sustainable development policy. Policy Brief # 40. International Institute for Sustainable Development, 9pp. 2022.

DANIEL, H., MINOT, F. – The Inexhaustible Sea. London: Macdonald and Co. (Publishers), Ltd. Pp. 239 + 25 plates. 1955.

FERREIRA, M.A. – *O Prochlorococcus marinus, a COP26 e todos nós*. Público, 29 de Outubro de 2021.
GLOBAL CARBON PROJECT – Supplemental data of Global Carbon Project 2021 (1.0) [Data set]. Global Carbon Project. <https://doi.org/10.18160/gcp-2021.2021>.

³⁹ “There are no passengers on spaceship Earth, we are all crew” Marshall McLuhan (1911-1980).

⁴⁰ Citação de Yann Arthus-Bertrand.

HEGGLIN, M. I., FAHEY, D. W., MCFARLAND, M., MONTZKA, S. A., & NASH, E. R. Twenty questions and answers about the ozone layer: 2014 update. World Meteorological Organization, UNEP, NOAA, NASA, and European Commission, 2014.

IPCC – IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, V. Masson-Delmotte, P. Zhai, M. Tignor, E. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Nicolai, A. Okem, J. Petzold, B. Rama, N.M. Weyer (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, 755 pp. 2019..

IPCC – Regional Fact sheet – Europe. Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, et al. (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 2021.

LEVIN, L. A., LE BRIS, N. – Deep oceans under climate change. *Science* 350: 766-768, 2015.

LIPOVETSKY, G. – Hyper-consumer society and happiness. In Agudo et al (Eds.) *Environment at the crossroads: aiming for a sustainable future*. Carcanet Press Limited, Manchester, pp: 80-95. 2010.

LUBCHENKO, J., GAINES, S. – A new narrative for the ocean. *Science*. Vol364, 6444, 2019.

MARS, Kelli - 90 Years of Our Changing Views of Earth. NASA. 2020. <https://www.nasa.gov/feature/90-years-of-our-changing-views-of-earth>

MOSSIN, N., STILLING, S., BØJSTRUP, TC., HAU, I. (Eds.) – *An Architecture Guide to the UN 17 Sustainable Development Goals – volume 2*. Institute of Architecture and Technology, Royal Danish Academy - Architecture, Design, Conservation, Copenhagen. 2020.

MOSSIN, N., STILLING, S., BØJSTRUP, TC., LARSEN, VG, BLEGVAD, A., LOTZ, M. (Eds.) – *An Architecture Guide to the UN 17 Sustainable Development Goals*. Institute of Architecture and Technology, Royal Danish Academy - Architecture, Design, Conservation, Copenhagen. 2018.

NASA OZONE HOLE WATCH, 2021. https://ozonewatch.gsfc.nasa.gov/meteorology/annual_data.html

ODUM, Eugene P. – *Ecology and our endangered life-support systems*. Sunderland, Massachusetts, Sinauer Associates, Inc., 1993.

PARMENTIER, R. & RIGG, K. *The Lisbon Addendum to the Blue Food for thought to blue food for action Paper*. The Varda Group. 20 p. 2022.

ROCKSTRÖM, J BERINGER, T., GRISCOM, B., MASCIA, M.B., FOLKE, C., CREUTZIG, F. – Opinion: We need biosphere stewardship that protects carbon sinks and builds resilience. *Proceedings of the National Academy of Sciences* Sep 2021, 118 (38) e2115218118.

ROSER, M., RITCHIE, H., ORTIZ-OSPINA, E. - "World Population Growth". Published online at OurWorldInData.org. Retrieved from: 'https://ourworldindata.org/world-population-growth' [Online Resource]. 2013.

STEFFEN, W., Broadgate, W., Deutsch, L., Gaffney, O., Ludwig, C. – The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration. *The Anthropocene Review*, 2(1): 81-98. 2015

STEFFEN, W., ROCKSTRÖM, J., RICHARDSON, K., SCHELLNHUBER, H.J. – trajectories of the Earth System in the Anthropocene. *PNAS*. 115 (33) 8252-8259. 6 August, 2018.

TETU, S.G., SARKER, I., SCHRAMMEYER, V. et al., - Plastic leachates impair growth and oxygen production in *Prochlorococcus*, the ocean's most abundant photosynthetic bacteria. *Commun Biol* 2, 184, 2019.

UN – World population to reach 8 billion this year, as growth rate slows. UN News, 11 July 2022. <https://news.un.org/en/story/2022/07/1122272>

UN NEWS – Climate: World getting 'measurably closer' to 1.5-degree threshold. <https://news.un.org/en/story/2022/05/1117842>. 9 de Maio de 2022.

UN – Alongside Pandemic, World Faces 'Triple Planetary Emergency', Secretary-General Tells World Forum for Democracy, Citing Climate, Nature, Pollution Crises. United Nations, 2020. <https://www.un.org/press/en/2020/sgsm20422.doc.htm> (16 November 2020)

UNEP – About Montreal Protocol. <https://www.unep.org/ozonaction/who-we-are/about-montreal-protocol>. S.d.

UNITED NATIONS – Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm, 16 June 1972.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – Delivering on the Vision of the 1972 Stockholm Declaration and Achieving the 2030 Agenda for Sustainable Development: A UN System Contribution to Stockholm + 50. 2022. <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/39620>.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – Making Peace with Nature: A scientific blueprint to tackle the climate, biodiversity and pollution emergencies. Nairobi, 2021. <https://www.unep.org/resources/making-peace-nature>

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY – A/RES/70/1. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 35 p. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – Our common future (Brundtland Report). 1987.

The UN 2030 Agenda and Portuguese Urban Policies

Eduardo José Rocha Medeiros

Iscte - DINÂMIA'CET - IUL

Eduardo.Medeiros@iscte-iul.pt

Abstract: This text summarizes the influence of the United Nations (UN) 2030 Agenda in the design and implementation of Urban Development Policies in Portugal. Supported by desk research, mostly based on literature review, the research demonstrates that an initial significant involvement and interest from Portuguese authorities in incorporating UN 2030 Agenda policy guidelines into national policy agendas, soon lost that initial momentum, and gradually gave way a largely unreported use of these guidelines, at all territorial levels. Crucially, right from the onset, the Portuguese authorities involved in discussing the UN 2030 Agenda did regard urban development as a main policy priority for Portugal. Hence, the direct influence of this Agenda in designing and implementing the Portuguese Urban Development Policies is very reduced. However, the UN 2030 Agenda urban development guidelines are closely aligned with the European Union (EU) urban policies' main goals. Hence, the Portuguese authorities have continued to consider the EU urban development policy guidelines towards a more integrated and sustainable urban development, following from the recent implementation of 108 Integrated Strategies for Sustainable Urban Development (SUD) in Portugal, financed by EU Cohesion Policy funds. In this context, this text presents a short briefing of the main effects of the implementation of the Évora SUD, following from a report that the author produced for the World Bank in 2021. In short, the analysis concluded that the implementation of the Évora SUD has brought positive effects to the Évora urban planning process in several domains. Firstly, it reinforced the strategic vision for a more integrated and SUD process of the city. Secondly, it increased the urban participatory planning process at various levels by the increasing involvement of citizens and stakeholders. Finally, it reinforced the intra- and inter-city collaboration process to foment a sound and integrated urban development process in the city and surrounding region.

Key words: UN 2030 Agenda, Integrated Strategies for Sustainable Urban Development Strategies, Spatial Planning, Urban Development, Sustainable Development

Introduction

Until Portugal joined the currently known EU in 1986, the Portuguese spatial planning system was shaped by the implementation of successive Development Plans (Planos de Fomento) which targeted specific economic domains (industry, agriculture, energy, transport, communications, education). As an EU member state, Portugal was obliged to prepare a Regional Development Plan (Plano de Desenvolvimento Regional - PDR) as a framework to access EU structural funding. These were linked to the programming periods of the EU Cohesion Policy. But only the third and last PDR (2000–2006) concentrated on supporting a new economic, social and environmental model, based on innovation, solidarity and sustainability, which is in line with several of the current United Nations (UN) 2030 Agenda development principles¹.

Curiously, in a context of an increasing incorporation of EU development agendas into the national, regional and local development strategic plans, programmes and agendas, by now (2022) Portugal does not have a dedicated urban development strategy. In this stance, the goal of this text is to analyse the UN 2030 potential influence in the design and implementation of urban development strategies. From a methodological standpoint, the analysis was based on desk research, mostly supported by literature review and data collected for a World Bank report elaborated by the author on the Évora SUD, presented in the next section which is divided into four main sub-sections. The first discusses the sustainable development goals in Portugal, the second elaborates on the urban dimension of the SDGs in Portugal, and the third and fourth respectively present the urban dimension of the Évora SUD and its main implementation impacts.

Development

The sustainable development goals in Portugal

As a member of the EU, Portugal played a fundamental role in the EU's negotiation process for the writing of the UN 2030 Agenda. More specifically, Portugal brought to the table the need to protect the oceans, and the need to foment a genuine collaboration between all interested public and private stakeholders, at all territorial levels, in implementing the SDGs. By 2010, Portugal had adopted its first National Adaptation Strategy on climate change, which was revised in 2015 and adopted in 2016. For its writing, a sound inter-ministerial coordination process took place, which involved different ministries responsible for each SDG.

In the following year, a Voluntary National Report on the SDGs was published, a sign that Portugal took its commitment to the implementation of the 2030 Agenda seriously. In this report, the crucial role of civic society and local authorities in achieving the SDGs in Portugal was highlighted. This report defined the strategic priorities related to the following SDGs: 4 - quality education; 5 - gender equality; 9 - industry, innovation and infrastructure; 10 - reducing inequalities; 13 - climate action and; 14 - protecting

¹ UN - **Transforming our world: the 2020 Agenda for Sustainable Development**. New York: United Nations, 2015.

marine life. As can be seen, the goal related to urban development measures (11 – see Table 1) was not taken as a priority by the Portuguese authorities.

Table 1. Sub-goals of the UN Agenda 2030 Goal 11: Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable

11.1 By 2030, ensure access for all to adequate, safe and affordable housing and basic services and upgrade slums
11.2 By 2030, provide access to safe, affordable, accessible and sustainable transport systems for all, improving road safety, notably by expanding public transport, with special attention to the needs of those in vulnerable situations, women, children, persons with disabilities and older persons
11.3 By 2030, enhance inclusive and sustainable urbanization and capacity for participatory, integrated and sustainable human settlement planning and management in all countries
11.4 Strengthen efforts to protect and safeguard the world’s cultural and natural heritage
11.5 By 2030, significantly reduce the number of deaths and the number of people affected and substantially decrease the direct economic losses relative to global gross domestic product caused by disasters , including water related disasters, with a focus on protecting the poor and people in vulnerable situations
11.6 By 2030, reduce the adverse per capita environmental impact of cities , including by paying special attention to air quality and municipal and other waste management
11.7 By 2030, provide universal access to safe, inclusive and accessible, green and public spaces , in particular for women and children, older persons and persons with disabilities
11.a Support positive economic, social and environmental links between urban, periurban and rural areas by strengthening national and regional development planning
11.b By 2020, substantially increase the number of cities and human settlements adopting and implementing integrated policies and plans towards inclusion, resource efficiency, mitigation and adaptation to climate change, resilience to disasters, and develop and implement, in line with the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015J2030, holistic disaster risk management at all levels
11.c Support least developed countries, including through financial and technical assistance, in building sustainable and resilient buildings utilizing local materials

Own elaboration, based on².

Despite the socioeconomic hurdles faced by Portugal in past decades, it “occupies rank number 25 out of 193 UN members who have adopted the SDGs while the score of completion is in 77.65 out of 100. While the majority of the goals are still not achieved, some progress has been made and Portugal is on the right track with the Agenda. However, lack of data is still a vital issue with most of the UN members while the country’s state prior to the 2030 Agenda in relevance with the content of the SDGs also needs to be taken into consideration when we are talking about Portugal’s

² UN - Transforming our world: the 2020 Agenda for Sustainable Development. New York: United Nations, 2015.

advancement”. According to Oliveira and Navega (2017, 8), Portugal has been deeply involved in aligning its policies and instruments to the UN SDGs, in particular via:

- the newly created contact network of the Community of Portuguese-Speaking Countries - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), aimed at achieving the SDGs and, in so doing, promoting experience-sharing and partnerships for the implementation of the 2030 Agenda;
- the adoption of an Action Plan of the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) on the SDGs with a view to mainstreaming the SDGs across the organisation’s work; and
- the process of modernizing the OECD Development Assistance Committee, financing tools and the statistical reporting system, in the light of the SDGs.

As regards institutional arrangements that facilitated the implementation of the 2030 Agenda in the country, besides the already mentioned institutional connections with the EU, OECD and CPLP, the Portuguese Ministry of Foreign Affairs was responsible for coordinating the national position for the drafting of the 2030 Agenda. “However, its implementation at the national level brings new challenges, which require some reshaping of institutional models to reflect and meet the inherent cross-sector coordination requirements” for the necessary coordination between various interested institutional stakeholders³.

As regards institutional arrangements that facilitated the implementation of the 2030 Agenda in the country, besides the already mentioned institutional connections with the EU, OECD and CPLP, the Portuguese Ministry of Foreign Affairs was responsible for coordinating the national position for the drafting of the 2030 Agenda. “However, its implementation at the national level brings new challenges, which require some reshaping of institutional models to reflect and meet the inherent cross-sector coordination requirements” for the necessary coordination between various interested institutional stakeholders³.

In view of this, the Portuguese Council of Ministers adopted the first intra-governmental guidelines for the 2030 Agenda on February 25th 2016, to be managed by both the Ministry of Foreign Affairs, which assumed the overall coordination, and the Ministry of Planning and Infrastructure. Pursuant to these guidelines, this role is played at an institutional level through the commissions responsible for the inter-ministerial coordination on foreign policy (acting as a coordination forum in charge of overseeing the domestic implementation by several ministries and preparing the reports that will inform the monitoring processes at different levels) and the inter-ministerial coordination on development cooperation (responsible for coordinating the incorporation of the SDGs into the National Development Cooperation, with regards to the external dimension of the Agenda). In operational terms, a network of focal points from different government departments has been established. Clearly, this mechanism enables, in a consistent and integrated manner, public authorities to better coordinate and exchange information, thus contributing to regular updates and monitoring of the

³ OLIVEIRA, Vitorino & NAVEGA, Francisca (eds.) - National report on the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Lisboa: Ministry of Foreign Affairs, Portuguese Government, 2017.

progress the country is achieving during this 15-year time horizon. Thereafter, each of the SDGs was allocated to a coordinating ministry responsible for its implementation, monitoring and review. However, within a complementarity framework, it is important to promote the constant dialogue with other ministries and stakeholders, in a spirit of cooperation, with a view to implement this Agenda with an integrated and inclusive approach⁴

It is also worth noting that in 2016, both the public and local authorities were consulted on the implementation of the 2030 Agenda at the national and local levels. This process was led by a group of Portuguese non-governmental organisations, with the support of the Institute for Cooperation and Language and the UN Regional Information Centre for Western Europe, with a view to collecting input on the operationalization, evaluation and monitoring of the UN 2030 Agenda. Between April and July 2016, eight workshops took place, in different parts of the country, engaging participants representing more than 130 organizations, in several parts of the country. Most fundamentally, this process included an online enquiry to reach a wider audience and provide an opportunity for every citizen to share views, individually or on behalf of an organization. The main recommendations drawn from the civil society consultation process were presented during a seminar taking place at the Portuguese Parliament on April 19th 2017, contributing to the planning and implementation debates of the 2030 Agenda in Portugal. Furthermore, the UN Global Compact Network Portugal coordinates the multi-stakeholder platform SDG Alliance Portugal, whose purpose is to raise awareness, inform, implement, monitor and evaluate the contribution of the private sector and other civil society partners to the SDGs at the national level⁴.

For Ferreira (2018), however, the institutional multi-level and participatory dynamic that started in 2016-2017 by the Portuguese authorities implementing the 2030 Agenda, ended up not having the expected outcomes and continuity in the following years. More pointedly, and according to the same author, at the strategic level, Portugal is the only European country that does not have a strategic framework for sustainable development for implementing the 2030 Agenda. The definition of a concrete roadmap/plan at the national level, which can clarify strategic guidelines, define priorities and policies, national measures and targets, and the role of various actors and existing resources would be important to leverage the implementation of this Agenda, particularly in an area that requires a concerted effort by many sectors and actors. Moreover, some sectoral policy strategies already incorporate the contribution to several SDGs, and a lack of policy discourse is visible when it comes to the implementation of the 2030 Agenda. Worse still, in practice, the functioning of the institutional model defined for the implementation is not providing the intended interconnection between the external and internal dimensions. Furthermore, the current national policy framework does not favour coordination and a structured dialogue between various governance levels, nor does it include mechanisms of dialogue with the Parliament or civil society. In addition, the participation of civil society, which was substantial in the design phase, has vanished in the implementation and monitoring phases of the Agenda. In the end, even the existing Development Cooperation Forum, which serves as a multi-actor articulation

⁴ OLIVEIRA, Vitorino & NAVEGA, Francisca (eds.) - National report on the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Lisboa: Ministry of Foreign Affairs, Portuguese Government, 2017

mechanism for discussing the UN 2030 Agenda in Portugal, has not fulfilled its intended function.

The urban dimension of the SDGs in Portugal

As started, the Portuguese priorities and strategic guidelines for implementing the UN 2030 Agenda do not directly include an urban dimension for the SDGs. Instead, they revolve around five thematic areas⁵: (i) people – ensuring that all human beings can fulfil their potential in dignity and equality and in a healthy environment; (ii) prosperity – ensuring that all human beings can enjoy prosperous and fulfilling lives; (iii) planet – the planet needs to be protected from degradation, including through sustainable consumption and production, and sustainable management; (iv) peace – emphasizing the determination to foster peaceful, just and inclusive societies which are free from fear and violence; and (v) partnership – mobilizing the means required to implement the 2030 Agenda through a revitalized Global Partnership for Sustainable Development.

Indirectly, however, these priorities envision an integrated policy approach ensuring a global perspective on sustainable development promotion and avoiding considering policies in separate silos. Moreover, the 11th SGD, aligned with the urban dimension of the SDG is included in the third thematic area – the planet. In practice, the realization of the urban dimension of the 2030 Agenda in Portugal is supported by the EU Cohesion Policy national framework (Portugal 2020) and related financial instruments geared towards fostering urban regeneration. These include the Portuguese 108 SUDs. Crucially, the Portuguese government recognizes, “in the context of its political priorities, the role of urban areas as centres of potential social, economic and cultural dynamism^{6 7}. As such, the emphasis put on urban regeneration — by defining the New Generation of Housing Policies — is having growing importance in the National Reform Programme and in Portugal 2020, and also in the Major Planning Options for 2016-19”⁵.

However, Portugal does not have an urban agenda. Instead, the National Housing Strategy 2015-2031 was selected to be “the instrument that allows for the articulation of sustainable urban solutions, with the primary aim of creating conditions that facilitate the access of households, housing, location, quality, comfort, safety, accessibility, typology, occupancy status, mobility and surrounding environment”⁸. In addition, there are specific programmes for territories and urban regeneration. In this context, there is no concrete institutional arrangement which facilitates the implementation of a comprehensive urban agenda in Portugal related to the SDGs. What exists is the current

⁵ OLIVEIRA, Vitorino & NAVEGA, Francisca (eds.) - National report on the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Lisboa: Ministry of Foreign Affairs, Portuguese Government, 2017

⁶ MEDEIROS, Eduardo; VAN DER ZWET, Arno - Evaluating integrated sustainable urban development strategies: a methodological framework applied in Portugal, European Planning Studies. 15 Apr 2019, P. 563-582.

⁷ MEDEIROS, Eduardo; VAN DER ZWET, Arno - Sustainable and Integrated Urban Planning and Governance in metropolitan and medium-sized cities?, Sustainability, 24 July 2020, P. 5976.

⁸ OLIVEIRA, Vitorino & NAVEGA, Francisca (eds.) - National report on the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Lisboa: Ministry of Foreign Affairs, Portuguese Government, 2017

investments associated with the implementation of the 108 Portuguese SUDS, which are spread across the country (Figure 1).

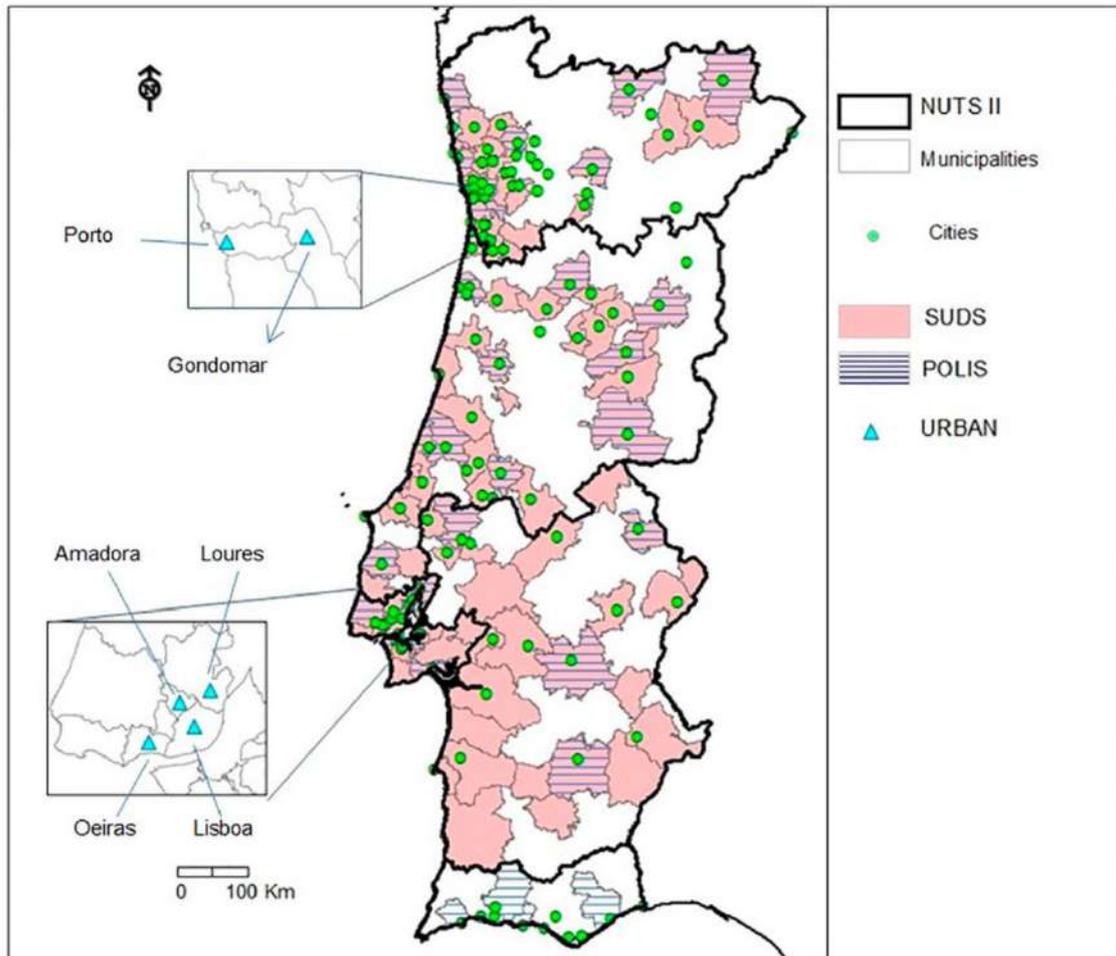


Figure 1. Urban Community Initiative, POLIS and SUDs in Portugal. Own elaboration.

The urban dimension of the Évora SUDs

With around 50,000 inhabitants (52,454 in the municipality) Évora is the main urban centre in the Alentejo Portuguese NUTE II. The city is known for its walled historical centre which has been a UNESCO World Heritage site since 1986. This municipality, alongside the other 107, has been implementing SUD since 2015⁹, which is a concrete urban development policy instrument targeting an integrated and SUD approach in Portugal.

From an environmental standpoint, Évora, particularly its historical centre and surrounding areas, is quite well-preserved since industrial activities are not prevalent in

⁹ MEDEIROS, Eduardo; VAN DER ZWET, Arno - Evaluating integrated sustainable urban development strategies: a methodological framework applied in Portugal, *European Planning Studies*. 15 Apr 2019, P. 563-582.

the municipality¹⁰. Even so, the Évora SUD strategy has a concrete measure (06.05) aimed at improving the urban environment, restoring and decontaminating industrial areas and reducing air pollution¹¹. More broadly, three main challenges are highlighted for the future of the city:

1. Conceive and streamline urban intervention strategies to respond to challenges that result from the need to attract new economic investment that, simultaneously, functions as drivers for attracting new residents;
2. Mobilize the competitive advantages of the city's territorial assets to add to the resources of financing of public policies, new dynamics of private investment capable of taking advantage of economic and employment opportunities specific to the Urban Rehabilitation and Regeneration Cluster, with a matrix of activities based on micro and small business initiatives for employment and skills; and
3. Constitute an active example of intelligence and creativity in the implementation of the 2020 Sustainable Cities Strategy, involving resources and urban partners in a commitment to interventions combined in the physical dimension of urban space and in economic development, social inclusion, education and environmental protection, thus reinforcing urban structuring and improving the quality of life of populations in an urban environment.

Ultimately, the Évora SUD highlights the need to relaunch the city investment dynamics towards the attraction of new residents in response to the demographic decline, in particular, in the historical core. It can do this by reinforcing social cohesion factors; supporting regeneration and activities directed at the elderly population; and by providing better access to health and personal services. In this context, the Evora SUDs defined the following three strategic priorities:

1. Streamline the urban revitalization of Évora through targeted strategic and operational interventions for structuring innovative and competitive economic functions that attract new investment, as well as attracting and retaining residents, with new skills and talent;
2. Promote the multifunctionality of the traditional city by contributing to the revitalization of the economic fabric and by involving public and private partners in a strategy for the regeneration of heritage buildings (social equipment, housing, etc.) and also by contributing to the renewal of tourism demand and associated activities;
3. Qualify and integrate central urban areas by encouraging interventions for social inclusion and territorial cohesion, via the municipality and social network partners, in a way to improve quality of life to residents and increase the city's attractiveness.

Besides the overall policy goal of promoting an integrated approach to urban development, the Évora SUD has several specific policy goals directly related to the 11 UN SGDs, including: (i) the promotion of environmental, cultural, social and economic sustainability of urban spaces; (ii) ensuring functional integration and economic and sociocultural diversity in the existing urban fabric; (ii) renew green spaces, urban spaces and equipment for communal use; (iv) ensuring protection and promoting the

¹⁰ MIRANDA, Eduardo - O Centro Histórico e as Centralidades em Évora Dinâmicas Urbanas e Organização Espacial. Lisboa: Técnico Lisboa, Master Degree Dissertation, 2014.

¹¹ CME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Évora: Câmara Municipal de Évora, 2015.

enhancement of cultural heritage; (v) renew and integrate especially vulnerable urban areas, to promote social inclusion and territorial cohesion; and (vi) encourage the adoption of energy efficiency criteria in public and private buildings¹².

Results and impacts of the Évora SUD

In comparison to previous urban development approaches, the Évora SUD offers some innovative elements. Firstly, the participation of the promoters in acquiring monitoring indicators. This is also one aspect of the strategy design and implementation which might be transferable for interventions in other European cities. Secondly, the multi-level governance process and the inclusion of partners from all economic sectors in the Monitoring Group, although not entirely innovative is, nevertheless, a positive and transferable governance practice. Thirdly, and a more negative lesson, is that the 'somewhat excessive' role of the municipality's president in the implementation of the SUD strategy decision-making process can be seen as a sign of unnecessary autocracy in a regional capital which could have a municipal department with a higher decision-making role

It is also important to stress that, despite the more than 20M€ allocated to urban development processes via the Évora SUD, its impacts on a municipality located in a region characterised by depopulation trends and comparatively low (national and European) levels of socioeconomic competitiveness, are not expected to immediately reverse these trends. Even so, in the medium-long term, the physical improvements brought about by the SUD interventions can contribute positively to creating a more attractive city, both for nationals and foreigners (tourism and work).

In detail, the Évora municipality has put in place the Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora (Operation to Restore the Historical Centre of the City). As expected, this plan is very closely connected to the SUD PARU. Nonetheless, since the rehabilitation process is complex and involves many actors, these are, first and foremost, engaged by the entities targeted for renewal. Here, the SUD strategy is integrated with a Financial Instrument for Urban Renewal and Revitalization (IFRRU 2020 – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana) created under the Portugal 2020 framework. As such, this urban renewal operation can be financed by the Regional Operational Programme (Programa Operacional do Alentejo) and the National Operational Programme for Sustainability (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), via the support for the urban renewal and revitalisation axis, including the promotion of energy efficiency and housing renovation for private individuals. This support is provided through financial products created by commercial banks to be made available with more favourable conditions than free market conditions. These co-financing operations are focused on specific territories located within the PARU in historic centres, riverside areas or abandoned industrial zones defined by the municipalities.

Finally, the urban rehabilitation process in Évora can benefit from two additional funding sources: (i) The National Fund for the Renovation of Buildings (Fundo

¹² CME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Évora: Câmara Municipal de Évora, 2015.

Nacional para a Reabilitação do Edificado - FNRE). This is primarily intended to renovate/restore the degraded public heritage, with the objective of improving seismic resistance, increasing energy efficiency and creating conditions of better accessibility, aiming at their subsequent placing on the market; and the (ii) Efficient Home Programme (Programa Casa Eficiente), which aims to provide financing on more favourable terms to operations that promote the improvement of the environmental performance of private housing, with a special focus on energy and water efficiency, as well as urban waste management.

In sum, the Évora SUD has had a positive impact in fostering a collaborative territorial and institutional approach and in reinforcing the need to support an integrated and sustainable strategic vision for urban development. In terms of social policies, the SUD has promoted the physical and socioeconomic rehabilitation of deprived neighbourhoods, by supporting tourism related economic activities, education programmes, and social protection initiatives. Moreover, by involving several social and economic entities in implementing the SUD financed projects, and by implementing a monitoring and project evaluation system, it has led to an increasing institutional and governance capacity of local administration by supporting the decision-making capacity and a collaborative policy approach. Furthermore, the SUD strategy had to follow the regional (PROT) and national (PNPOT) spatial planning directives, leading to an integrating logic and lens on all territorial levels. Finally, the current COVID-19 pandemic has posed a huge challenge to a city which is largely dependent on tourism and needs to support socioeconomically deprived neighbourhoods. As such, the main priorities for now are for the city to re-establish positive socioeconomic trends rather than environmental sustainability related processes.

Conclusion

This text presents a necessarily concise panorama of the urban policies in the framework of the 2030 Agenda in Portugal. It goes without saying that by being an EU member state since 1986, Portugal has been highly influenced by EU policy visions and strategies over the past four decades. More whimsically, this EU influence, also known as 'EUization', can be testified by the incorporation of environmental sustainability and policy integration rationales in the design and implementation of spatial plans and programmes, and territorial development and cohesion policies at all spatial levels. Moreover, the reading of the text also presents a solid case for the active contribution of Portugal to the development of the UN 2030 Agenda, as an EU member state.

Crucially, from a formal standpoint, the Portuguese government, mainly through the Ministry of Foreign Affairs, activated institutional arrangements aimed at facilitating the implementation of the 2030 Agenda. However, despite an initial stage (2016-17) in which participatory approaches led to a sound multi-institutional dynamic in debating the incorporation of the 2030 Agenda into the various national and sub-national thematic agendas, this dynamic soon weakened substantially due to a feeble institutional model with a lack of interconnection between all involved stakeholders, and limited participation from civil society.

Beset by such a scenario of a lack of an operative national institutional framework to implement the 2030 Agenda, its urban dimension was also affected by the absence of a national urban agenda. Indeed, the reading of the national (PNPOT) and regional spatial plans (PROTS) indicates that they are mostly influenced by EU development visions and urban and regional development strategies, rather than the 2030 Agenda. On a positive note, however, they follow closely the goals expressed in the 11th SGD intended to make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable. More precisely, both the EU and the UN strategic visions highlight the need to support: sustainable transport, integrated and sustainable human settlement planning, the safeguarding of cultural and natural heritage, access to green and public spaces, and the building of sustainable and resilient buildings, among other measures.

In this context the text presents, as a selected case-study, the Évora SUD, which is one of the 108 SUDs to have been implemented in Portugal since 2014. The main reason for this choice is the fact that these SUDs are very much aligned with the 2030 Agenda rationale for urban areas and are a concrete EU policy tool to foster integrated and SUD. In the case of Évora, the physical renovation and socioeconomic support has been targeted as the city is economically dependent on the tertiary sector (mostly tourism) with aging and depopulation trends. More modestly, the environmental domain was also considered in the Évora SUD interventions to rehabilitate old factory sites and improve air quality.

More importantly however, were the positive institutional and governance effects that resulted from the implementation of the Évora SUD in several domains, not only for the municipality, but also for the region (Alentejo). More particularly, it contributed to foment and activate previously non-existent or feeble territorial collaboration networks. It also had a vital role to implement a monitoring and evaluation system of urban development plans in the city. Moreover, it reinforced the urban participatory approaches by involving not only citizens but several stakeholders in the design and implementation phases of the SUD. Also important was the Évora SUD contribution to reinforce the intra- and inter-city collaboration process aimed at fomenting a sound and integrated urban development process with the surrounding region

In conclusion, despite not having a dedicated urban agenda, Portugal has used EU funded policy tools like the SUDs to implement some of the 11th SDG guidelines. These include integrated and sustainable urban planning and development approaches, very much aligned with the 2030 Agenda. Moreover, at the national level, several development strategies, such as the New Generation of Housing Policies strategy, the National Climate Change Adaptation Strategy the National Strategy for Preventive Civil Protection and the National Platform for Disaster Risk Reduction, incorporate urban development guidelines included in the 11th SDG. These include the need to ensure affordable and sustainable housing, a participative, integrated and sustainable urban environment, the promotion of social diversity in cities, the safeguarding of human cultural heritage, and the reinforcement of urban resilience through risk prevention. In other words, the reading of the Portuguese SUDs as well as some thematic national development strategies confirms the effective presence of an urban 2030 Agenda in Portugal.

Bibliography

CME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Évora: Câmara Municipal de Évora, 2015.

FERREIRA, Patrícia - Portugal e a Agenda 2030, Plataforma Portuguesa das ONGD, Lisboa, 2018.

MEDEIROS, Eduardo; VAN DER ZWET, Arno - Evaluating integrated sustainable urban development strategies: a methodological framework applied in Portugal, European Planning Studies. 15 Apr 2019, P. 563-582.

MEDEIROS, Eduardo; VAN DER ZWET, Arno - Sustainable and Integrated Urban Planning and Governance in metropolitan and medium-sized cities?, Sustainability, 24 July 2020, P. 5976.

MIRANDA, Eduardo - O Centro Histórico e as Centralidades em Évora Dinâmicas Urbanas e Organização Espacial. Lisboa: Técnico Lisboa, Master Degree Dissertation, 2014.

OLIVEIRA, Vitorino & NAVEGA, Francisca (eds.) - National report on the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Lisboa: Ministry of Foreign Affairs, Portuguese Government, 2017.

UN - Transforming our world: the 2020 Agenda for Sustainable Development. New York: United Nations, 2015.

O Impacto Sócio-econômico-ambiental do Agronegócio no Brasil: o Falso Dilema entre Meio Ambiente e Economia na Perspectiva da Ecologia Profunda e a Pachamama

Antonio Guimaraes Brito

Universidade Federal do Rio Grande
tombrito@yahoo.com

Gabrielle Orti Chueri

Universidade Federal do Rio Grande
gabrielleorti10@gmail.com

Fernanda Diel

Universidade Federal do Rio Grande
fernandadiel3@gmail.com

Resumo: Os objetivos deste estudo é analisar o impactos sociais, ambientais e econômicos do agronegócio no Brasil, o Falso Dilema entre Meio Ambiente e Economia na perspectiva da Ecologia Profunda e a Pachamama. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), durante o ano de 2020 o agronegócio no Brasil cresceu 24,3%, representando 26,1% do PIB nacional. Os índices de produção e exportação alcançaram números recorde em relação ao ano anterior, enquanto o mundo lida com os efeitos da crise sanitária em nível mundial de COVID-19. Simultaneamente, a pobreza vira realidade para 27,7 milhões de brasileiros, marcado pela alta da taxa de desempregados, e um índice de Gini equivalente a 0,640%, indicando o resultado mais alarmante em toda a história pré-pandêmica¹. Somado a isso, as relações para com o meio ambiente se deterioraram, ao passo que nos últimos anos decretos de desmonte de políticas ambientais entraram em vigor, ameaçando órgãos e entidades socioambientais. Nos termos de Capra, é necessário uma “Alfabetização ecológica” no sentido de novas consciências, compreendendo as redes sistêmicas que interligam a vida numa complexa teia Essa percepção e paradigma ecocêntrica ou ecofeminista, ou a Terra, Gaia como centro da vida e os seres interligados, numa delicada relação sistêmica, é a visão cósmica indígena da Pachamama, não ocidentalizada, cristã, e misógina. A cosmovisão do cuidado, que nasce das raízes das florestas e das montanhas que se espalham nos Andes. Originária da língua quéchua, oficial na Bolívia, Peru e Equador, falada e viva por milhões de pessoas, Pachamama é deidade acolhedora da natureza.

Palavras-chaves: Agronegócio, Impacto, Sócio-Econômico-Ambiental; Brasil, Pachamama,

Introdução

Esse artigo é resultado do projeto de pesquisa sobre Ecologia Política e Pachamama. Tem como objetivo fazer uma análise do processo do agronegócio no Brasil, seus impactos sociais, ao Meio Ambiente, a Economia e aos povos indígenas. Essa reflexão é abordada a partir da perspectiva da Pachamama e do Antropoceno. Pretende-se resgatar aspectos gerais e históricos do agronegócio no Brasil, o dilema entre economia e meio ambiente, os efeitos do agronegócio na sociedade, nas comunidades e povos tradicionais e na natureza. O Brasil, desde a ocupação dos colonizadores europeus, vive de ciclos econômicos baseados no latifúndio, na monocultura e a exploração do ser humano e degradação do meio ambiente. O Pau-Brasil, o açúcar, café, borracha, pecuária, soja, a história do Brasil está intimamente ligada ao agronegócio, ao escravismo, concentração de renda, formação de uma oligarquia agrária e política, o genocídio dos povos indígenas, a destruição de rios, solos e florestas. Se espera debater esse cenário dialogando com a cosmologia andina da Pachamama, e os debates mais recentes do Antropoceno. A civilização ocidental se notabilizou por medir a felicidade e o conceito de desenvolvimento a partir do progresso industrial e tecnológico, colocando como regra de medição o Produto Interno Bruto de um país para ver seu ranking em termos de qualidade de vida. Sob a ótica materialista e capitalista, viver bem seria a sociedade com capacidade de consumo, conforto, e sua indústria forte e mercado consolidado. Mais antenas, mas computadores, automóveis, eletrodomésticos, tecnologias de ponta, a robotização, a computação e micro-eletrônica, em suma, um sociedade obesa, consumista, imediatista, competitiva, com meritocracia, opulenta, produtora de lixo e de degradação ao meio ambiente. Ou seja, uma sociedade “rica”.

A partir da cosmovisão indígena, outro paradigma de relação com a natureza, as constituições do Equador e Bolívia falam do “buen vivir”, o Sumak Kawsay, em quéchua, Suma Qamaña em aimara, Teko Porã em guarani, onde a alegria, a felicidade, o desapego, são os fatores sociais mais importantes. É uma superação da sociedade de consumo para a comunidade da felicidade, em oposição a história machista e patriarcal, mas voltada ao feminino, a pachamama, deidade materna, um caminho para pensar e viver outras realidades e construir outros mundos, mais possíveis do ponto de vista da justiça, da generosidade, solidariedade e paz, pois todos esses pontos estão interligados no Bem Viver.

A Mãe Terra, a representação da divindade em forma feminina, a fecundidade, a criação, os braços maternos que embalam a vida. Mais, muito além de um debate de gênero, uma cosmovisão do cuidado, que nasce das raízes das florestas e das montanhas que se espalham nos Andes. Originária da língua quéchua, oficial na Bolívia, Peru e Equador, falada e viva por milhões de pessoas, Pachamama é deidade acolhedora da natureza, incorporada nas constituições do Equador e Bolívia como meio ambiente sujeito de direito, rompendo a lógica da construção jurídica do pensamento ocidental.

Os direitos da Natureza, não mera mercadoria humanizada, mas um novo sistema jurídico com o fim da ditadura da epistemologia ocidental, para um alcance mais amplo, nova concepção para a humanidade, o esgotamento moral e físico de uma racionalidade curta no tempo e na generosidade.

Na cosmologia andina dos povos originários, na perspectiva da ancestralidade existem três espaços: Hawa Pacha (o Mundo do céu); Kay Pacha (o mundo presente, a Terra) e Uku Pacha (o mundo subterrâneo, ou dos mortos).

Na cosmologia da pachamama a uma busca de equilíbrio e harmonia permanente entre os mundos. O cosmo criado por Pachakamak e Pachamama. Pachamama é que faz nascer a vida, tanto entre os seres divinos, a natureza e o ser humano. A origem Pacha significa tanto a ideia de tempo como de espaço, tempo cíclico, como um espiral, não linear como na perspectiva ocidental. Espaço que não pode ser possuído, pois é como a casa de toda família. Pode se chamar de ecosofia, com uma ética baseada em tudo e todos, e o ser humano precisa obedecer essa razão que transcende a racionalidade ocidental. A sabedoria andina, Vachana, é sentimento, intuição, que possui a experiência, não um saber cognitivo superficial, pois saber algo é amar algo. A inteligência é um saber do Shunku (coração).

Os povos originários compreendem a Pachamama como parte de seu ser e negam a lógica da exploração econômica. A terra é sagrada.

Em contraponto, o Antropoceno é o reconhecimento da centralidade humana e os riscos civilizatórios que o ser humano criou para a complexidade da vida e a natureza, como também para sua própria espécie. Como observa Torres²:

Podemos, resumidamente, considerar os fatores listados acima. Mas há muitos outros setores que vêm sofrendo o impacto da atividade humana, em escala global, assim como na atmosfera. O termo antropoceno vem sendo usado com cada vez mais frequência por pesquisadores e profissionais das mais variadas áreas⁴ para destacar como a humanidade está mudando nosso planeta. O impacto previsto implicará esforços de adaptação por parte da humanidade, por conta de emissões de gases e hiperaquecimento global e forças geofísicas e biológicas que fugirão ao controle humano. Secas, ciclones tropicais, ondas de calor, colheitas perdidas, enchentes, incêndios Florestais e erosões são alguns exemplos extremos, com consequências extremas, como fornecimento insuficiente de água, má-nutrição e doenças infecciosas. Esses fenômenos levarão, por sua vez, à migração massiva e conflitos regionais cada vez mais intensos

Nesse sentido, é o momento de profunda ecosofia e ecocrítica, que possui todos os elementos para dialogar com a Pachamama em seus princípios relacionais entre ser humano e natureza.

O objeto de análise deste artigo é o Agronegócio no Brasil, suas raízes históricas, seus danos a natureza, as relações laborais análogas a escravidão, o impacto nas Terras tradicionais dos povos originários, o incremento do preço dos alimentos, como a noção de segurança e soberania alimentar, a desgraça da fome criminosa que se é produzida, a concentração econômica e o falso dilema entre meio ambiente e economia, a contaminação dos rios, destruição das florestas, acumulação fundiária, e a elaboração de

² TORRES, Sonia. O antropoceno e a antroppo-cena pós-humana: narrativas de catástrofe e contaminação. *Ilha do Desterro* v. 70, nº 2, p. 093-105, Florianópolis, mai/ago 2017, p. 94

uma narrativa que o agronegócio é tudo, é pop, é tecnologia, é riqueza, confundindo o que é agricultura familiar do agribusiness, tudo promovido pelos setores políticos e midiáticos. Essa reflexão parte do diálogo entre a perspectiva do Antropoceno e a cosmovisão andina e indígena da Pachamama.

Após a Segunda Guerra Mundial houve grande avanço tecnológico em diversos setores, incluindo o de alimentos, já que a maior produtividade era um fator decisivo aos soldados na guerra. Isso ajudou no que é conhecido hoje por produção padronizada e industrializada a fim de aumentar a praticidade. Durante esse período, a mecanização da agricultura foi essencial, no entanto, há de se observar as consequências disso no pós-guerra. O que foi um grande sucesso durante a Segunda Guerra pode ser considerado um fator crítico posteriormente com a emergência da crise de superacumulação.

A estratégia utilizada pelos ideólogos do agronegócio, apoiada e reforçada pelas empresas financiadoras e, inclusive, pelo governo estadunidense, foi a disseminação do discurso de “Guerra Contra à Fome”³ Conforme o discurso, era necessária a expansão do agronegócio aos países periféricos para que esses superassem a fome e a falta de recursos. O governo estadunidense chega até a financiar um programa de “ajuda alimentar”, no qual era promovido o aumento do mercado para o chamado *agribusiness*⁴.

Um grande marco para a exportação do termo político e ideológico à América Latina se dá a partir da criação da *Latin American Agribusiness Development Corporation* (LAAD) por empresas em conjunto com o governo estadunidense em 1972. A organização tinha como principal fundamento o fortalecimento de empresas privadas do agronegócio na região latino-americana como forma de estabelecer áreas de influência durante a Guerra Fria, além de ser uma região com mão de obra barata e ótimos incentivos à importação de empresas estadunidenses⁵. Nesse contexto, a expansão do agronegócio pode muito bem ser caracterizada como uma forma de concentrar o capital de multinacionais.

No Brasil o processo não difere, tendo em vista que “A partir do final dos anos 1960 e começo da década seguinte, algumas organizações privadas passaram a divulgar a noção de agribusiness no Brasil”⁶, destaque para a atuação do *Agribusiness Council* da *International Basic Economy Corporation* (Ibec). O desenvolvimento do agronegócio em território brasileiro foi ainda mais facilitado pelo Regime Militar ditatorial iniciado em 1964, posto que a discussão em favor da reforma agrária foi suprimida dando espaço

³POMPEIA, Caio Ribeiro. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. Tese Doutorado - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018, p 79.

⁴MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia Política do Agronegócio**. Annablume Editora, São Paulo, 2018, p. 47.

⁵MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia Política do Agronegócio**. Annablume Editora, São Paulo, 2018, p. 37

⁶POMPEIA, p.110, 2018 POMPEIA, Caio Ribeiro. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. Tese Doutorado - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018, p 79.

para os processos de incentivo à industrialização desmedida e sem muitos impedimentos às explorações trabalhistas⁷.

Em vista disso, é importante salientar que os países latinos americanos desde os tempos coloniais possuem o modelo agroexportador baseado nas plantations e na criação de gado efetivado em grandes propriedades, controlada pelas elites locais e vinculadas ao mercado externo que exerceram um papel importante nas suas economias tanto no plano econômico quanto no político⁸.

E desse modo, devido ao fato da grande expansão da agricultura houve aparecimento nestes países periféricos de empresas globais na esfera da produção de commodities, resultando em uma ampliação da fronteira agrícola a taxa geométrica em todos os países produtores e exportadores de tais produtos⁹. A expansão da soja de forma geométrica nos países da América Latina é um exemplo dessa enorme expansão do agronegócio, visto que no Brasil e na Argentina se generalizou de tal forma, concentrou-se e foi se especializando regiões inteiras, que outras culturas desapareceram e/ou encontram espremidas sem alternativas de crescimento.

No Brasil o avanço do agronegócio sobre áreas do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste exemplifica essa situação vivida pelo país. Pois, sob uma perspectiva, esse crescimento do agronegócio põe o país como um grande produtor e exportador de commodities, com supersafras crescentes de grãos, aumento da produtividade, responsável por superávit crescente e permanentes da balança comercial e portador de uma suposta competitividade internacional conforme o discurso da elite beneficiária deste processo¹⁰. Por outro lado, segmentos não articulados ao agronegócio, como os agricultores familiares, os povos e comunidades tradicionais tem sido cada vez mais impactados, acarretando inúmeros problemas, de ordem econômica, social e ambiental¹¹.

⁷ POMPEIA, Caio Ribeiro. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. Tese Doutorado - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018, p 109.

⁸ MESQUITA, Benjamin Alvino de; DA COSTA, Solange Maria Gayoso; TEIXEIRA, Gerson Luis Mendes. EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMÉRICA LATINA : A contribuição governamental a centralização do capital e a exclusão social. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2015, p 04

⁹ MESQUITA, Benjamin Alvino de; DA COSTA, Solange Maria Gayoso; TEIXEIRA, Gerson Luis Mendes. EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMÉRICA LATINA : A contribuição governamental a centralização do capital e a exclusão social. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2015, p 04.

¹⁰ MESQUITA, Benjamin Alvino de; DA COSTA, Solange Maria Gayoso; TEIXEIRA, Gerson Luis Mendes. EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMÉRICA LATINA : A contribuição governamental a centralização do capital e a exclusão social. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2015, p. 08.

¹¹ MESQUITA, Benjamin Alvino de; DA COSTA, Solange Maria Gayoso; TEIXEIRA, Gerson Luis Mendes. EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMÉRICA LATINA : A contribuição governamental a centralização do capital e a exclusão social. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2015, p. 08.

1 Impactos Socio-Econômico-Ambiental do Agronegócio no Brasil

O conceito que deu origem ao conhecido agronegócio no Brasil tem suas origens na Harvard Business School por meio da publicação do livro “A Concept of Agribusiness” de John Davis e Ray Goldberg, em 1957¹². De acordo com os autores o processo de desenvolvimento gerado pelas tecnologias disponíveis na época seriam fatores determinantes para uma revolução na agricultura, de modo que a produção de alimentos seria padronizada e mecanizada. Sendo, portanto, cabível, utilizar um novo termo para o que viria a se tornar a agricultura aliada a tecnologia: O *Agribusiness*.

Nesse contexto de mecanização agrícola, o *agribusiness*, segundo os autores, seria responsável por cerca de 40% da economia estadunidense¹³. Davis e Goldberg argumentam que para que o *agribusiness* fosse potencializado dentro da economia estadunidense era necessário um maior apoio governamental, por meio de políticas de facilitação e disposição de crédito, já que toda a cadeia produtiva do *agribusiness* é responsável por grande parte da composição do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Um grande marco para a exportação do termo político e ideológico à América Latina se dá a partir da criação da *Latin American Agribusiness Development Corporation* (LAAD) por empresas em conjunto com o governo estadunidense em 1972. A organização tinha como principal fundamento o fortalecimento de empresas privadas do agronegócio na região latino-americana como forma de estabelecer áreas de influência durante a Guerra Fria, além de ser uma região com mão de obra barata e ótimos incentivos à importação de empresas estadunidenses¹⁴. Nesse contexto, a expansão do agronegócio pode muito bem ser caracterizada como uma forma de concentrar o capital de multinacionais.

Levando isso em consideração, é interessante avaliar todo o panorama do agronegócio brasileiro em dados concretos, de modo que seja possível entender melhor as convicções do agronegócio. Segundo dados retirados do ComexStat, no ano de 2021 o produto mais exportado pela agropecuária brasileira foi a soja, correspondendo a 70% de toda a exportação do setor, sendo que no mesmo ano o produto mais importado pelo Brasil foi de adubos ou fertilizantes químicos, correspondendo a 6,9% da exportação de todos os setores juntos. Isso, além de demonstrar a dependência para com o setor externo para a compra de insumos agrícolas, infere também na grande concentração de monoculturas monopolistas em território brasileiro, de forma que a segurança alimentar fica lesada.

É evidente, desse modo, que a “modernização da agricultura serviu para subordinar a terra ao capital”¹⁵, a qual atende apenas uma pequena parte da sociedade brasileira, que,

¹² MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia Política do Agronegócio**. Annablume Editora, São Paulo, 2018, p. 25.

¹³ MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia Política do Agronegócio**. Annablume Editora, São Paulo, 2018, p. 26

¹⁴ MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia Política do Agronegócio**. Annablume Editora, São Paulo, 2018, p. 37.

¹⁵ GONÇALVES, Márcia Cristina Verdego. O Agronegócio e a Mecanização do Trabalho no Campo: Entre Lucro, Precarização e Exclusão. In: **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Cidade Universitária da UFMA. São Luis (MA), 2017, p. 5.

a título de análise, também é responsável pela estruturação da representação, por meio da Bancada Ruralista, no Congresso Nacional.

Em outras palavras, a premissa de que o agronegócio é o maior gerador de empregos no Brasil é contraditório, posto que o mesmo foi responsável pela própria gênese do desemprego. Isto posto, cabe analisar um pouco mais a realidade latifundiária brasileira, já que o mesmo é fonte de variadas polêmicas relativas à Reforma Agrária no Brasil, bem como a Luta pela Terra.

Nesse contexto de apropriação privada de mais-valia social, recai sobre os subalternos, como camponeses, indígenas e quilombolas, a garantia de todo o modelo insustentável operado pelo agronegócio, por meio da extração e negação de suas terras. A dependência para com o mercado externo orquestrada pelo agronegócio, e apoiada pelo Estado por meio de representação política dentro do Congresso Nacional, é o principal responsável pela concentração fundiária brasileira, a qual, reforça a violência às minorias sociais e compromete a criação da soberania alimentar no Brasil ¹⁶.

2. A Narrativa do conflito Meio Ambiente e Economia

A narrativa do conflito entre meio ambiente e economia pode ser evidente no momento que se identifica o problema do modelo econômico tradicional de não considerar o meio ambiente, baseando sua utilidade apenas em ganhos com a produtividade e ignorando que nenhuma atividade econômica será viável se a natureza fornecedora dos recursos materiais e energéticos estiver comprometida. Contudo, o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo, tendo de estar relacionado sobretudo com a melhoria da qualidade de vida e da própria vida, afinal a vida é o maior de todos os valores ¹⁷.

É importante salientar que esse conflito de narrativa surge essencialmente de raízes históricas do direito ambiental e econômico que possuem diferenciação entre si. Essa distinção é percebida no sentido de que o direito econômico é visto como garantidor da iniciativa econômica privada e implementador do bem-estar social ¹⁸. Já o direito ambiental é em si reformador, modificador, pois atinge toda a organização da sociedade atual, cuja trajetória conduziu à ameaça da existência humana pela atividade do próprio homem ¹⁹.

Apesar desses fatos que os distinguem, é possível ressaltar que essa narrativa conflituosa e, muitas vezes, um falso dilema, é uma questão socialmente construída. Visto que Direito econômico e ambiental se interceptam e comportam as mesmas preocupações: os dois pensam na busca da melhoria do bem-estar social das pessoas e

¹⁶ MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia Política do Agronegócio**. Annablume Editora, São Paulo, 2018,

¹⁷ FARIAS, Talden. **A Proteção do Meio Ambiente e a Garantia do Desenvolvimento Econômico**. Consultório Jurídico, 4 maio 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-04/ambiente-juridico-protacao-meio-ambiente-desenvolvimento-economico>. Acesso em: 9/03/2022.

¹⁸ DERANI, Cristiane. **Direito ambiental e econômico**. Editora Saraiva, São Paulo, 2009, p. 46

¹⁹ DERANI, Cristiane. **Direito ambiental e econômico**. Editora Saraiva, São Paulo, 2009, p. 56

estabilidade do processo produtivo, mas para buscar esses dois pontos possuem uma perspectiva diferente²⁰. De modo que a qualidade de vida, proposta na finalidade do direito econômico, deve ser coincidente com a qualidade de vida almejada nas normas de direito ambiental. Tal implica que nem pode ser entendida como apenas o conjunto de bens e comodidades materiais, nem como a tradução do ideal da volta à natureza, expressando uma reação e indiscriminado desprezo a toda elaboração técnica e industrial.²¹

Convém destacar, dessa forma, que o principal argumento utilizado pelo agronegócio na legitimação de todas as atrocidades sociais e ambientais é o fator do desenvolvimento econômico. No entanto, o que não é mencionado é que a sustentação do agronegócio se dá a partir da concessão de isenções fiscais, além da sonegação fiscal e renegociação de dívidas, por vezes de até 100% de seu valor²². À exemplo disso, em 2019, a arrecadação deste tributo rendeu aos cofres públicos apenas R\$ 16,3 mil. A título de informação, naquele ano, o agronegócio exportou US\$ 96,8 bilhões, 43% das exportações do país²³. Dessa forma, entende-se que a atual concepção deturpada da ideologia propagada pelo agronegócio por meio da campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, não passa de um marketing promotor da ideia de superioridade do setor para que o mesmo atinja o suporte da opinião pública²⁴. No que se refere às diversas concessões governamentais, destaca-se o surgimento da Bancada Ruralista no Congresso Nacional como forma que os grupos dominantes encontraram para obter espaço no Estado a fim de perpetuar seu poder²⁵.

Desse modo, há uma narrativa socialmente construída e reforçada pela bancada ruralista de que há necessidade de destruição do meio ambiente para se conseguir o pleno progresso econômico no agronegócio, em conjunto com o discurso de acabar com a fome no Brasil²⁶. Em vista disso, essa narrativa construída é, de certa forma, uma estratégia política para colocar a sociedade contra o meio ambiente, além de ponderar e reforçar o falso dilema sustentado no país entre meio ambiente e economia.

Por fim, é visível que economia e meio ambiente se movimentam de maneira análoga e em busca de um mesmo objetivo por meio do desenvolvimento sustentável. Ramón Martín Mateo complementa afirmando que o desenvolvimento sustentável é um processo pelo qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais se harmonizam e se coordenam a fim de que nosso potencial atual e futuro satisfaça as necessidades e

²⁰ DERANI, Cristiane. **Direito ambiental e econômico**. Editora Saraiva, São Paulo, 2009, p 57

²¹ DERANI, Cristiane. **Direito ambiental e econômico**. Editora Saraiva, São Paulo, 2009, p 59.

²² SILVA, Raimundo. **Agronegócio: Um negócio Global**. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), São Paulo, 2021

²³ SILVA, Raimundo. **Agronegócio: Um negócio Global**. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), São Paulo, 2021, p. 04.

²⁴ SANTOS, Anderson D. G.; SILVA, Danielle Virturino; MACIEL, Kleiciane Nunes. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eptic**, v.21, n. 1, p. 46-61, jan/abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/10910>. Acesso em: 10 mar. 2022.

²⁵ SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os Dominantes Dominam: O caso da bancada ruralista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/3094>. Acesso em: 10/03/2022.

²⁶ SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018, p. 26.

aspirações humanas²⁷. Para superar esse falso dilema socialmente construído é preciso exercer uma política ambiental vinculada a uma política econômica, assentada nos pressupostos do desenvolvimento sustentável, é essencialmente uma estratégia de risco destinada a minimizar a tensão potencial entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ecológica²⁸.

Considerações Finais

O agronegócio, especialmente no Brasil, produz fome, aumento dos preços dos alimentos, concentração de terras, conflitos e violência no campo, genocídio sobre os povos indígenas, cria uma elite agrária oligárquica, com reflexos e poder político, projeta uma falsa percepção de desenvolvimento, construindo uma narrativa manipulada que aliena a sociedade, explorando o trabalho, formando opinião midiática de que o agronegócio é “pop”, é “tudo”, e ainda provoca uma destruição ambiental de altíssimo impacto, em rios, solos, florestas, sem falar da contaminação dos alimentos. É sombrio, triste, covarde.

O agronegócio explica a concentração e péssima distribuição de renda no Brasil, a existência de uma oligarquia agrária e política corrupta, degradante, o trabalho análogo a escravidão, e os milhares de genocídios indígenas desde o período colonial até os dias atuais, massacres contemporâneos aos povos originários, como com os Guarani-Kaiowa, a mineração e garimpos em Terras Indígenas, e os arrendamentos ilegais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, envolvendo o povo Kaingang e ruralistas que assediam os indígenas para obterem mais terras para plantar soja.

Por outro lado se observa a cosmovisão andina da Pachamama, em diálogo com a ecologia profunda, a Teia da Vida, e a interconexão de todos os seres no planeta, abandonando o antropocentrismo e construindo as bases para uma ecocivilização, a partir de uma reflexão da complexidade e da ecocrítica. Nesse sentido, é possível também, além da percepção sombria dos efeitos do agronegócio, pensar num mundo possível e sustentável, superando o falso dilema entre economia e natureza, desenvolvimento e meio ambiente.

Como foi escrito no presente estudo, algumas décadas se começou a falar de um novo período geológico, o Antropoceno, na conclusão que nunca na história da humanidade a ação antrópica foi tão poderosa e ameaçadora ao meio ambiente. O ser humano possui capacidade predatória e destrutiva a natureza como nunca antes se pensou. E está nas mãos humanas a escolha entre a vida ou a morte generalizada. Se o impacto ao meio ambiente tem caráter gigantesco, na atmosfera, no aquecimento global, efeito estufa, também há vários movimentos articulados entre sociedade civil internacional, ONGs, lideranças, pressões midiática e de cooperação, de conscientização ambiental. Está no centro da agenda internacional, nos fóruns, eventos mundiais, a preocupação com o futuro do planeta, e a população jovem mundial ainda parecem ser os mais comprometidos e conscientes dos limites do crescimento e a necessidade urgente de

²⁷ DERANI, Cristiane. **Direito ambiental e econômico**. Editora Saraiva, São Paulo, 2009, p 111.

²⁸ DERANI, Cristiane. **Direito ambiental e econômico**. Editora Saraiva, São Paulo, 2009, p 121.

políticas públicas internacionais para a efetivação da redução de gases tóxicos na atmosfera, e a escassez de água. Como também com o desflorestamento da Amazônia, a preservação dos biomas, o aquecimento e elevação dos mares, e o respeito aos povos originários.

Entre o pessimismo dos dias atuais e as possibilidades do futuro sustentável, queremos crer na conscientização da humanidade, não por utopia, mas por necessidade prioritária e imediata de cuidado ao meio ambiente. Nesse sentido, muito temos a refletir sobre a Pachamama, a Mãe Terra, criadora e cuidadora da vida.

Bibliografia

COMEXSTAT - **ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comexvis>. Acesso em: 14/03/2022

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental e econômico**. Editora Saraiva, São Paulo, 2009

FARIAS, Talden. **A Proteção do Meio Ambiente e a Garantia do Desenvolvimento Econômico**. Consultório Jurídico, 4 maio 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-04/ambiente-juridico-protECAo-meio-ambiente-desenvolvimento-economico>. Acesso em: 9/03/2022.

GONÇALVES, Márcia Cristina Verdego. O Agronegócio e a Mecanização do Trabalho no Campo: Entre Lucro, Precarização e Exclusão. *In: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas*. Cidade Universitária da UFMA. São Luis (MA), 2017.

MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia Política do Agronegócio**. Annablume Editora, São Paulo, 2018.

MESQUITA, Benjamin Alvino de; DA COSTA, Solange Maria Gayoso; TEIXEIRA, Gerson Luis Mendes. **EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMÉRICA LATINA : A contribuição governamental a centralização do capital e a exclusão social. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2015.

POMPEIA, Caio Ribeiro. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. Tese Doutorado - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, Anderson D. G.; SILVA, Danielle Virturino; MACIEL, Kleiciane Nunes. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eptic**, v.21, n. 1, p. 46-61, jan/abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epic/article/view/10910>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os Dominantes Dominam: O caso da bancada ruralista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/3094>. Acesso em: 10/03/2022.

SILVA, Raimundo. **Agronegócio: Um negócio Global**. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), São Paulo, 2021.

SOARES, Narciso Vieira. Agrotóxicos, Revolução Verde e seus Impactos na Sociedade: Revisão Narrativa de Literatura. In: **XXVI Jornada de Pesquisa. Salão do Conhecimento UNIJUÍ**. Santa Rosa (RS), 2021.

TORRES, Sonia. O antropoceno e a antro-po-cena pós-humana: narrativas de catástrofe e contaminação. **Ilha do Desterro** v. 70, nº 2, p. 093-105, Florianópolis, mai/ago 2017.

Narrativas da natureza: mudanças e permanências

Amanda Barbosa da Silveira

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo
amandabarbosadasilveira@gmail.com

Resumo: O debate acerca da mudança dos comportamentos social, político e econômico no bojo da questão ambiental não são recentes, mas a sua difusão pode ser localizada principalmente a partir da década de 1960. Em virtude desse contexto, as narrativas da questão ambiental no âmbito da governança urbana tem vindo a manifestar mudanças em busca da mitigação dos efeitos do modelo de urbanização. Este ensaio parte do quadro conceitual da relação da sociedade e natureza no contexto do fenômeno da urbanização, sobretudo com um olhar histórico do último século até a atualidade. Nesse sentido, objetiva discutir o conceito da natureza e refletir acerca de perspectivas, discursos e tendências da agenda política ambiental global. A partir de uma abordagem teórica, qualitativa e histórica, a pesquisa utiliza de revisão da literatura e análise de conteúdos para construir um delimitado recorte de linguagens da natureza e um quadro conceitual da mudança do discurso político ecológico global no contexto da generalização da urbanização. Na perspectiva de uma contextualização cronológica do percurso da questão ambiental, podem ser reunidas componentes de uma transição, no âmbito de perceber alguns contextos que contribuíram com o escopo dos relatórios Meadows (1972) e Brundtland (1987). O exercício proposto intenta referir uma perspectiva ampla histórica do momento de difusão da narrativa ecológica, nomeadamente a partir do século XX e início do XXI, através do cruzamento de referências teóricas, com o objetivo de levantar questões acerca da mudança da interpretação da questão ambiental em um cenário globalizado. Em termos metodológicos, o desenho cronológico pretende enquadrar os relatórios em um quadro que faz pontes entre o papel da natureza no processo de urbanização, o contexto da sensibilidade ecológica e o movimento ambientalista, algumas narrativas da ecologia e as tentativas de integração das questões ecológicas na política global.

Palavras-chave: Transformações socioecológicas, Sociedade urbana, Natureza, Crise ecológica, discurso.

Introdução

Este ensaio parte de um quadro conceitual da relação da sociedade e natureza no contexto do fenômeno da urbanização, sobretudo com um olhar histórico de meados do século XX até a atualidade. Nesse sentido, objetiva discutir conceitos como natureza e urbanização e refletir acerca de perspectivas, discursos e tendências da agenda política ambiental global. A partir de uma abordagem teórica, qualitativa e histórica, a pesquisa utiliza de revisão da literatura e análise de conteúdos para construir um delimitado quadro de mudanças do conceito de natureza e do discurso político ecológico global no contexto da generalização da urbanização.

A relevância do tema em discussão se relaciona com um contexto de revisão do modelo de produção do espaço implicado em destruição da natureza, bem como dos arranjos político-institucionais para tratar dos efeitos desse padrão. Essa reflexão comportamental – e até moral – envolve uma reavaliação do campo das ideias no âmbito das perspectivas da sociedade sobretudo ocidental e dos arranjos da governança acerca do território em que estamos a construir para vivermos. Nesse sentido, muitas transformações e dinâmicas estão imbricadas nos processos de projetos de sociedade.

Com a generalização do capitalismo, «as sociedades humanas agora produzem a natureza de modo tão completo que a cessação do trabalho produtivo provocaria alterações profundas na natureza, incluindo a extinção da natureza humana»¹ pois «em uma economia de troca, a apropriação da natureza cada vez mais é regulada por firmas e instituições sociais e, destarte, os seres humanos começam a produzir mais do que o suficiente para sua subsistência»². Isto é, como tendência do capitalismo, a produção da natureza é amplificada e multiplicada para manter a estrutura social e, desse modo, as transformações físicas da natureza no processo de produção da natureza além de fabricar mercadorias, gera outros produtos não pretendidos como perda de biodiversidade, propagação de doenças, alterações climáticas, entre outros³.

Uma parte da complexidade da questão ambiental refere-se ao âmbito conceitual do meio ambiente e da natureza. Com as mudanças sociais no percurso da história, o conceito de natureza socialmente criado também se transforma, estando, portanto, em constante disputa e contestação. Ora, se o significado faz parte da narrativa em que o conceito é inserido, este é o lugar onde cruzam-se as matérias do ambiente, da cultura e do discurso, contexto esse em que automaticamente são articulados aos conteúdos do projeto ambiental os tópicos político e econômico.

Diante da crise ambiental gestada pela somatória da industrialização e urbanização extensivas, a contestação da situação passou a ser amplificada sobretudo de meados do século XX pelo movimento ambientalista e academicista. Nesse sentido, a discussão da pressão do modo de vida urbano e industrial pode atingir escalas planetárias na agenda da política internacional, sobretudo com o estudo do Clube de Roma acerca dos limites do crescimento em 1972. Com isso, a relação entre globalização, questão ambiental e

¹ SMITH, Neil, **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e Produção do Espaço**, 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988, p. 72.

² *Ibid.*, p. 77.

³ *Ibid.*, p. 96.

governança tem se estreitado. A agenda socioambiental aponta urgências de transformação do pensamento acerca das interfaces da sociedade com o ambiente socialmente construído e suas relações com outras manifestações de vida para além da humana. Em virtude dessa situação, as narrativas da questão ambiental no âmbito da governança urbana tem vindo a manifestar mudanças de trajetória em busca da mitigação dos efeitos do modelo de urbanização extensiva.

Para desenvolver a argumentação, alguns recortes foram importantes. Interessa à pesquisa explorar as transformações das relações no tempo, através de uma breve reconstrução histórica fundamentada em revisão da literatura. Assim, este ensaio reúne objeto teórico organizado em duas partes, uma mais conceitual e outra mais metodológica. A primeira seção engloba uma discussão acerca da linguagem do termo «natureza», com o objetivo de perceber melhor como o conceito está presente nos ideários social e político. A interpretação da linguagem nesse caso pode contribuir com reflexões acerca do comportamento da sociedade urbana face ao que pode ser entendido como natureza. Deste modo, importa refletir sobre a elasticidade dos conceitos da natureza e do meio ambiente no âmbito sociopolítico, em vias de dar espessura à questão ainda que de maneira geral e breve, dada a complexidade do tema e da extensão do repertório acerca do assunto. Para isso, as obras de Williams, de Smith e de Harvey⁴ parecem fornecer bases suficientes para desenvolver uma discussão conceitual e elucidar as complexidades de determinação dos significados, das linguagens e das aplicações dos conceitos neste ensaio.

A segunda parte propõe uma contextualização do percurso da questão ambiental através de componentes de uma transição para iluminar alguns contextos da construção dos relatórios Meadows⁵ e Brundtland⁶. O exercício proposto intenta desenhar uma perspectiva ampla histórica do momento de difusão da narrativa ecológica através do cruzamento de referências teóricas para levantar questões acerca da mudança da interpretação da questão ambiental em um cenário globalizado. Em termos metodológicos, o desenho cronológico pretende delimitar os relatórios em um quadro que faz pontes entre o papel da natureza no processo de urbanização, o contexto da sensibilidade ecológica e o movimento, as narrativas da ecologia e as tentativas de integração das questões ecológicas na política global, a partir das obras de Kaika, Pereira, Katz e Kaika e Swyngedouw⁷.

⁴ HARVEY, David, *The Nature of the Environment: The dialects of social and environmental change*, **The socialist Register**, p. 1–51, 1993; HARVEY, David, **Justicia, Naturaleza y la geografía de la diferencia**, Madrid: Traficantes de Sueños, 2018 [1996]; WILLIAMS, Raymond, **Palavras-chave. Um vocabulário de cultura e sociedade**, São Paulo: Boitempo, 2007; SMITH, **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e Produção do Espaço**; SMITH, Neil, **Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space**, 3. ed. Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 2008.

⁵ MEADOWS, Donella H *et al*, **Limites do Crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**, São Paulo: Editora Perspectiva, 1978 [1972].

⁶ WCED, **Our Common Future**, Oxford: Oxford University Press, 1987.

⁷ KAIKA, Maria, **City of flows: Modernity, Nature and the City**, New York: Routledge, 2005, p. 77; PEREIRA, Elenita Malta, Sensibilidade ecológica e ambientalismo: Uma Reflexão Sobre As Relações humanos-natureza, **Sociologias**, v. 49, n. 20, p. 338–366, 2018, p. 350–357; KATZ, Cindi, Whose nature, whose culture? Private productions of space and the «preservation» of nature, *in*: BRAUN, Bruce; CASTREE, Noel (Orgs.), **Remaking Reality: Nature at the Millenium**, London: Routledge, 1998,

Algumas leituras conceituais acerca da natureza

O conceito de natureza é, talvez, um dos mais complexos de compreender e delimitar, pois se relaciona com o pensamento e com o campo das ideias, que estão sujeitos a variações orientadas pelo tempo e às visões individuais. Assim, com a transformação das sociedades no percurso histórico, o entendimento da natureza se modifica e se molda às organizações sociais. Com a diversidade de entendimentos, os conceitos são colocados em campos de disputas simbólicas e materiais.

É sabido que há uma série de obras inseridas nesse debate, contudo, foi reunido neste trabalho um recorte restrito, que pretende cumprir uma função introdutória. Ou seja, não se pretende esgotá-la, mas sim enfatizar a presença, o histórico e, sobretudo, a importância da discussão no desenvolvimento de diversos campos do conhecimento, nomeadamente, no que toca as relações da sociedade com a natureza no tempo.

Para encadear a discussão, será abordado o significado de natureza a partir da perspectiva de Williams⁸, que articula sociedade e cultura em diversas palavras da linguagem inglesa. O conceito de natureza está inserido na história do pensamento e da linguagem humana, que se desenvolve há um longo período e, por isso, envolve diversos processos de significação. Assim, a definição da palavra se transformou no tempo e expressou uma transição de escala, sobretudo com o desenvolvimento científico. Nesse sentido, através do materialismo histórico, o autor construiu o percurso histórico conceitual e o dividiu em três campos de significação: definição ou especificidade de algo, processos relacionados a um agente que rege o planeta e os seres e substantivos independentes, que se referem ao mundo material em sua totalidade.

As definições empregadas são pelo autor localizadas no tempo, nos âmbitos da utilização mais específica ou mais abstrata do termo a partir do grau de determinação do significado em relação ao tempo, conforme representado na Figura 1. Ao passo que o sentido da natureza tenciona para um conjunto de substantivos independentes (c), a dimensão da determinação apresenta duas escalas de abrangência, como ilustrado na Figura 2, que demonstra as características de uma multiplicidade ou de uma singularidade a partir de mudanças políticas e científicas.

À medida que a palavra ganhou abstração, ela também, em contrapartida, reduziu sua dimensão de uma multiplicidade de coisas e criaturas (c1) para uma singularidade generalizada de qualidade comum (c2). Enquanto o caráter de definição se consolida no século XIII, os de processo e de substantivos independentes coexistem a partir do século XIV. Isso significa que os sentidos não são estáticos no tempo e que podem acontecer em simultâneo. A condição abstrata da linguagem implica em percepções e comunicações carregadas de contradições e complexidades espelhadas em como, quando e por quem a palavra é entendida, caracterizada e utilizada.

p. 54–58; KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik, Radical urban political-ecological imaginaries, *Eurozine*, n. May, p. 1–9, 2014, p. 1–9.

⁸ WILLIAMS, *Palavras-chave. Um vocabulário de cultura e sociedade*, p. 293–299 [1983].

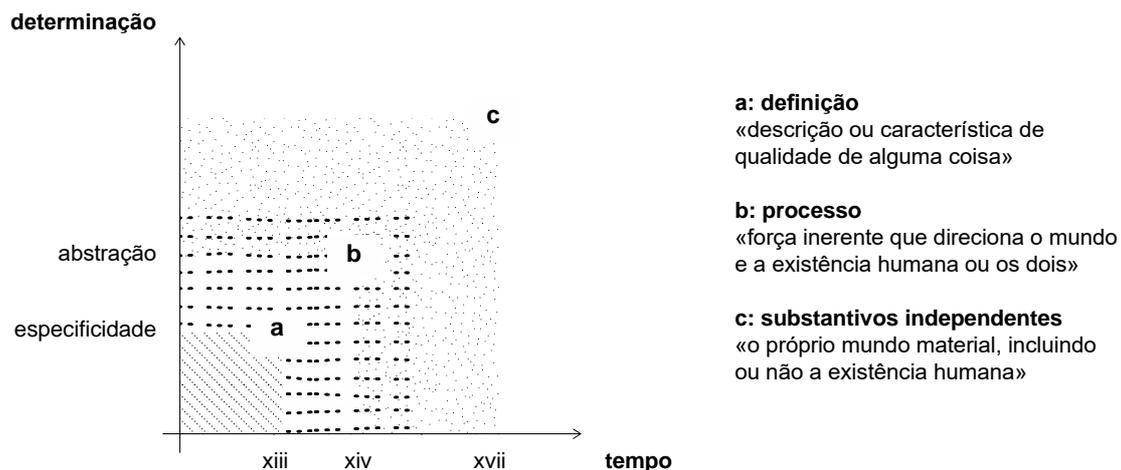


Figura 2. Diagrama da transformação da escala no conceito de natureza mais contemporâneo

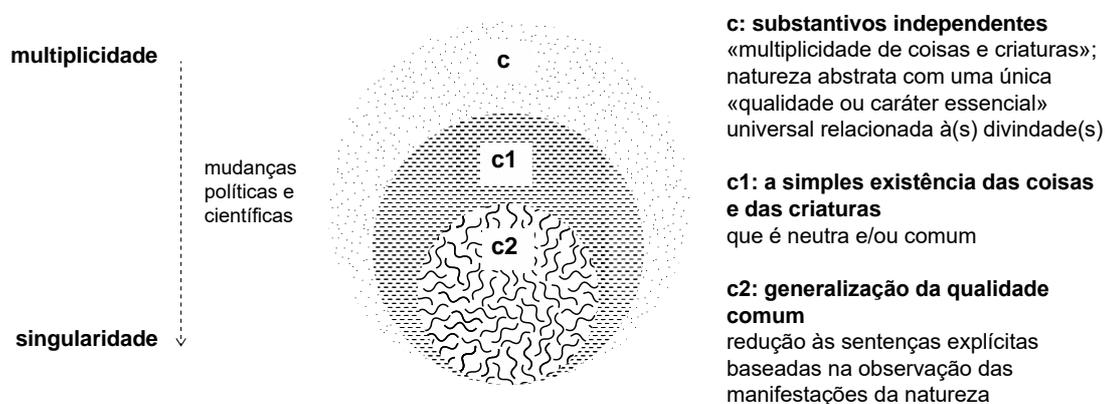


Figura 1. Gráfico do conceito de natureza no tempo, Fonte: Elaborados pela autora com base em Williams⁹.

Sobre o caráter abstrato da natureza, quando o conceito adquire a conotação de substantivos independentes e se insere na visão do mundo material, apresenta mudanças delineadas pela sociedade que personifica a natureza como divina, poderosa e representada com «N». No entanto, esse ideário adquire contradição quando a natureza é entendida como uma condição primitiva e frágil, face à sociedade que a submete à processos de destruição contínua. A categoria de mundo material, à luz da observação e da representação dramática das leis da natureza, orientou o conhecimento científico e racional da natureza¹⁰. Esse processo desencadeou questionamentos da sociedade relativos ao seu comportamento no sentido de refletir também acerca da natureza humana produzida.

É interessante perceber como o termo ganhou elasticidade no tempo e, com isso, abriu possibilidades de inserção em debates multidisciplinares. Smith¹¹ também aponta a

⁹ *Ibid.* [1983].

¹⁰ WILLIAMS, Raymond, **Keywords: A vocabulary of culture and society**, 2. ed. New York: Oxford University Press, 2015, p. 167.

¹¹ **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e Produção do Espaço.**

complexidade do termo, sua transformação na história e sua concepção contraditória. Em acordo com o que Williams levantou sobre o entendimento da natureza no século XVIII, no que se refere à sua concepção ser o oposto do ser humano, Smith ao discutir a ideologia da natureza afirma que a transformação do conceito foi conduzida especialmente pelo capitalismo industrial.

As categorias exterior e universal colocadas pelo autor, se inserem na discussão das experiências científica e poética para situar o conceito de natureza e para fundamentar argumentos da «ideologia da natureza» e da concepção burguesa de natureza. No campo científico, a exterioridade representa uma tradição mais antiga da concepção de natureza, que enquadra a natureza como objeto nos processos produtivos com uma forte inclinação à perspectiva religiosa, enquanto a universalidade se aproxima mais à ciência moderna, que considera a natureza universal e se baseia em uma unidade secular. No âmbito poético, a natureza foi representada mais na exterioridade como um mundo a ser alcançado, mas também como oposição à civilização, em uma perspectiva de contestação da posição de objeto produtivo em que foi socialmente enquadrada¹². As visões e os significados colocados por ambos os autores foram reproduzidas lado a lado no Quadro 1, de maneira a ilustrar comparativamente os significados e as categorias atribuídas nas obras em análise.

O mesmo desenvolvimento científico que sofisticou as ferramentas de domesticação da natureza fomentou uma «nostalgia ecológica», que passou a defender o retorno à natureza especialmente na vivência de classes economicamente dominantes, quando essas usufruíam convenientemente dos benefícios rurais e urbanos. Smith considera que a exterioridade e a universalidade ao passo que estão intrincadas, estabelecem contradições entre si¹³. Essa relação conflitante pode estar relacionada com a condição própria do conceito de natureza como um produto social e como uma ferramenta sociopolítica da organização da sociedade.

Em suma, a «ideologia da natureza», apresentada por Smith, se estrutura no argumento da dominação da natureza que, por sua vez, se ampara nas ideias de hostilidade da natureza e da «moralidade espiritual da natureza universal», que fundamenta bases comportamentais para a sociedade¹⁴. A visão da externalidade da natureza, sobretudo no âmbito da materialização dos comportamentos próprios das leis da natureza, potencializa os esforços de domesticação e controle. Nesse sentido, o autor resgata a tentativa de reconciliação da análise da natureza e da história de outras obras consagradas para refutar a ruptura do estudo da natureza pelas ciências biológicas e do ser humano pelas ciências sociais. Smith afirma que:

A relação com a natureza é um produto histórico e mesmo colocar a natureza como sendo exterior à sociedade (um axioma metodológico fundamental da «ciência» positivista, por exemplo) é literalmente absurdo, uma vez que o próprio ato de se colocar a natureza exige que se

¹² *Ibid.*, p. 28–29.

¹³ *Ibid.*, p. 35.

¹⁴ *Ibid.*, p. 39–45.

entre numa certa relação com a natureza. Por mais ideal que esta relação pudesse ser, ela é, todavia, uma relação com a natureza¹⁵.

WLLIAMS	SMITH
significados	
<p>inocente; desprovida; segura; insegura; fecunda; destrutiva; força pura, contaminada e amaldiçoada; campo e lugares intocados; plantas e criaturas não humanas; condição primitiva pré sociedade; a Deusa, o ministro, o monarca, o advogado ou a fonte da inocência original; objeto de observação com o modo de observação; forma simples e persistente da Deusa, a própria Natureza.</p>	<p>material e espiritual; dada e feita; pura e imaculada; ordem e desordem; sublime e secular; dominada e vitoriosa; totalidade e série de partes; mulher e objeto; organismo e máquina; acidental e planejada; selvagem e jardim; dom de Deus e produto de sua própria evolução; história universal à parte e produto da sua história.</p>
categorias	
<p>definição; processo; substantivos independentes.</p>	<p>exterior e universal; científica e poética.</p>

Quadro 1. O conceito de natureza em Williams e em Smith, Fonte: elaborado pela autora com base em Williams e em Smith¹⁶.

A partir dessa perspectiva, Smith argumenta que é necessário superar a visão dual da natureza e da sociedade e, para isso, é importante analisar relações próprias e materiais para além do que o autor aponta ser o «triumfalismo negativo da ideia da dominação da natureza». Em seu ponto de vista, é mais complexo entender as relações da sociedade com a natureza como processos de produção da natureza, no sentido que essa base teórica oferece uma maior capacidade de pensar em «um futuro histórico que está ainda para ser determinado pelos eventos e pelas forças políticas e não pela necessidade técnica», considerando o contexto do modo de produção capitalista¹⁷.

A terceira perspectiva a ser abordada se apoia em Harvey¹⁸, que destaca que a natureza e o meio ambiente envolvem uma problemática maior que a semântica. De acordo com

¹⁵ *Ibid.*, p. 49.

¹⁶ *Ibid.*, p. 28–29; WILLIAMS, **Palavras-chave. Um vocabulário de cultura e sociedade**, p. 293–299 [1983].

¹⁷ SMITH, **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e Produção do Espaço**, p. 64–65.

¹⁸ *The Nature of the Environment: The dialects of social and environmental change*; HARVEY, **Justicia, Naturaleza y la geografía de la diferencia** [1996].

o autor, a adaptação ao ambiente é uma condição constante e conseqüentemente catalisadora de transformações pelos organismos na natureza, de modo a construir seus próprios ecossistemas através da remodelação de outras possibilidades de subsistência. Isto é, ainda que o contexto da «questão ambiental» seja de alguma forma conhecido, este está incorporado em cada ambiente de cada ser. E é nesse contexto que ambiente, cultura e discurso – como expressões sociais baseadas em imaginários, pensamentos e experiências – se cruzam, de maneira que todo e qualquer projeto ecológico é também político econômico, assim como qualquer projeto político econômico é ecológico¹⁹.

Um recorte cronológico de narrativas da natureza

Dado o estágio de globalização e a multiplicação de desequilíbrios socioambientais, as políticas públicas tem se reescalado, se reterritorializado e se redirecionado de maneira a fomentar transformações no quadro de sucessão de crises que acometem as vidas humanas e não humanas. A somatória da industrialização e da urbanização ao manifestar a natureza como símbolo de crise²⁰ revela graves questões ambientais em todas as superfícies do planeta, tendo maiores impactos sobretudo em territórios mais vulnerabilizados devido às ações urbanas²¹.

Com o foco na generalização da mercadoria, o processo de produção de natureza produz também outras naturezas indesejadas, como por exemplo poluição dos rios, perda de biodiversidade, desequilíbrios socioambientais, propagação de doenças, bem como as alterações climáticas. Nesse sentido, a crise ambiental produzida pelo modelo urbano capitalista passou a ser contestada pelo discurso ambientalista, sobretudo a partir de meados do século XX, no âmbito de discutir a pressão do modelo de vida da sociedade urbana e industrial no meio ambiente.

A década de 1970 reuniu uma série de estudos e ações de conscientização acerca da questão ambiental à nível mundial por conta do modo industrial e urbano. Contudo, as contestações de ambientalistas e de estudos acerca do meio ambiente são antecessores a esse momento. No entanto, nesse período, a difusão dessas ideias atingiu escalas planetárias com a inclusão da pauta ambiental na agenda da política internacional ao discutir as limitações do modelo de crescimento. Um importante acontecimento foi a Conferência de Estocolmo em 1972, que contou com a participação de diversos países e de instituições para discutir a questão ambiental. Esse evento se insere no contexto do relatório Meadows, que foi dirigido pelo Clube de Roma, publicado no mesmo ano, 1972, em formato do livro intitulado *Limites do Crescimento*²².

O estudo fez projeções apoiadas em duas grandes necessidades, as físicas e as sociais, que se articulam na discussão das limitações da utilização dos recursos naturais face ao

¹⁹ HARVEY, *The Nature of the Environment: The dialects of social and environmental change*, p. 2; 25–28; HARVEY, *Justicia, Naturaleza y la geografía de la diferencia*, p. 110; 158.

²⁰ LEFEBVRE, Henri, *A revolução urbana*, Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 36.

²¹ HARVEY, *Justicia, Naturaleza y la geografía de la diferencia*, p. 242 [1996].

²² SEIXAS, Paulo Castro; DIAS, Ricardo Cunha; VIDAL, Diogo Guedes, *Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos*, *Sociologia : Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 39, p. 56–83, 2020, p. 61.

desenvolvimento capitalista e ao crescimento populacional. O objetivo foi sensibilizar as pessoas acerca de um futuro complexo para a humanidade, com base nas tendências prospectadas naquela conjuntura. Assim, apresenta duas grandes conclusões: uma necessária revisão do modelo do crescimento demográfico mundial, sobretudo nos aspectos das problemáticas da industrialização, da poluição, da produção de alimentos e da diminuição de recursos naturais, para que os limites do crescimento fossem alargados para além dos cem anos verificados nas projeções, e a urgência de um planejamento para estender a sobrevivência humana no planeta, a partir de um equilíbrio ecológico e econômico articulado com o atendimento das necessidades básicas de todas as pessoas, bem como de um empenho da população para alcançar esse objetivo²³.

Ao discutir os impactos do modelo de vida e de produção industrial e estimular a preservação do meio ambiente e a gestão dos recursos naturais, essa obra foi um marco importante para o movimento ambientalista. No âmbito da questão social, o estudo incorporou um reconhecimento das condições vulneráveis que a população trabalhadora estava a enfrentar, nomeadamente insegurança alimentar e limitação econômica²⁴. Assim, representou de fato uma preocupação com os efeitos da industrialização e da urbanização. Contudo, tanto o estudo quanto a conferência foram protagonizados por grandes grupos industriais ligados à exploração de recursos naturais – como os setores petrolífero e automobilístico – que estavam preocupados com a manutenção de suas atividades. Esse fator é fundamentalmente relevante para perceber os interesses nessa repercussão e as narrativas empregadas no contexto²⁵.

A Conferência de Estocolmo indicou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que concebeu em 1983 a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que por sua vez foi encarregada de desenvolver uma «agenda global para a mudança». O repertório dessa agenda abrange a sensibilização dos países para orientar estratégias ambientais de cooperação internacional. Assim, através dessa atribuição, a CMMAD foi encarregada de propor estratégias que considerassem a diversidade planetária no âmbito das relações entre população, recursos, meio ambiente e desenvolvimento, e de aperfeiçoamento de suas capacidades de operacionalização dos objetivos em um recorte temporal alargado²⁶.

Em 1987 a CMMAD, a partir do relatório de Brundtland intitulado «Nosso Futuro Comum», apresentou o conceito de «desenvolvimento sustentável» fundamentado em discussões antecessoras, não sendo, portanto, uma novidade nesse debate. Discussões acerca do termo «sustentabilidade» já eram realizadas anteriormente, sobretudo no âmbito dos recursos renováveis, sendo esse conceito, no entanto, inserido no movimento ambientalista posteriormente²⁷. O conceito «codesenvolvimento», enunciado em 1971, foi precursor do «desenvolvimento sustentável» e enfatizou as

²³ MEADOWS *et al.*, **Limites do Crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**, p. 20 [1972].

²⁴ *Ibid.*, p. 18.

²⁵ SEIXAS; DIAS; VIDAL, Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos, p. 62.

²⁶ *Ibid.*; WCED, **Our Common Future**.

²⁷ LÉLÉ, Sharachchandra M., Sustainable development: A critical review, **World Development**, v. 19, n. 6, p. 607–621, 1991, p. 609.

componentes de equidade, de justiça social e da participação, sobretudo a partir de uma ótica de regiões mais desiguais²⁸.

Alinhado ao contexto político da ascensão do neoliberalismo, de uma forma geral, o relatório rompe com a narrativa crítica dos limites do crescimento, assume uma postura menos calamitosa e define diretrizes de continuidade do modelo de crescimento infinito²⁹. A lógica, portanto, é da operacionalização da manutenção do crescimento capitalista, orientada para uma modernização ecológica à luz de soluções tecnológicas para a utilização dos recursos naturais. No âmbito social, a discussão se concentra nas problemáticas do crescimento populacional e da urbanização, sobretudo nos países do Sul Global, sugerindo que essas nações não devem seguir os modelos de consumo do Norte Global³⁰.

A apresentação do «desenvolvimento sustentável» no relatório de Brundtland refere a relação da pobreza com a degradação do meio ambiente e aponta a estagnação econômica como a razão do agravamento dessas condições³¹. A partir dessa perspectiva, sugere que o crescimento econômico é o que pode combater essas condições via inovação tecnológica. No entanto, o percurso capitalista tem sugerido que crescimento econômico não significa necessariamente distribuição equitativa de renda e de poder, condições fundamentais para mudanças concretas na situação socioambiental.

Ainda que o foco do «desenvolvimento sustentável» esteja apoiado no atendimento de necessidades básicas, a sugestão de operacionalização através do crescimento orientou a tomada de decisão internacional e, com isso, obteve maior aderência na política ambiental³². Posteriormente foi lapidado e sistematizado em parâmetros e diretrizes de transformação política, ambiental, cultural, social e econômica. Essa organização orientou um programa de ação, designadamente o relatório «Agenda 21», que resultou da segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+10, em 1992 no Rio de Janeiro. Esse evento internacional reuniu a adoção de 170 governos à meta do «desenvolvimento sustentável» e deu início às tratativas de uma convenção das alterações climáticas. Em 2012, com a cúpula do Rio+20, foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) oficializados no documento intitulado «O Futuro que queremos»³³.

O que essa trajetória da questão ambiental revela no âmbito das políticas públicas, sobretudo do século XX, é a difusão do conhecimento das consequências do modo de viver da sociedade urbana e a sensibilização de uma urgência de transformação socioambiental. Nesse sentido, ao passo que a «popularização da ecologia» e o conhecimento dos efeitos da antropização despertaram conscientização e educação

²⁸ SEIXAS; DIAS; VIDAL, Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos, p. 62; LÉLÉ, Sustainable development: A critical review, p. 615.

²⁹ SEIXAS; DIAS; VIDAL, Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos, p. 62.

³⁰ CMAD, **Nosso Futuro Comum**, Rio de Janeiro: [s.n.], 1991.

³¹ *Ibid.*, p. 53.

³² LÉLÉ, Sharachchandra M., Re-thinking sustainable development, **Current History**, 2013, p. 312.

³³ SEIXAS; DIAS; VIDAL, Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos, p. 63; LÉLÉ, Re-thinking sustainable development, p. 311.

ambiental, também interferiram no posicionamento radical do movimento ambientalista, que perdeu espaço para as narrativas empresariais e midiáticas³⁴.

Na perspectiva de uma contextualização cronológica do percurso da questão ambiental, pode-se reunir componentes de uma transição da visão do papel da natureza, no âmbito de perceber as fundamentações da construção dos relatórios Meadows e Brundtland referidos anteriormente. No entanto, seguramente há perspectivas anteriores a esse contexto e outras diversas variáveis intrincadas nesse panorama. Ou seja, é importante enfatizar que há uma diversidade de organizações sociais e saberes espalhados pelo mundo e que cronologias não podem ser lidas de maneira estática e restritamente linear, pois há padrões que continuam a se manifestar ainda que surjam outros. Feitas essas observações, o exercício metodológico proposto na Figura 3 intenta referir uma perspectiva ampla histórica do momento de difusão da narrativa ecológica, nomeadamente do fim do século XX e início do XXI, a partir do cruzamento de referências teóricas, com o objetivo de levantar questões acerca da mudança da interpretação da questão ambiental em um cenário globalizado.

Para isso, importa refletir, com base no referencial de Kaika, sobre o papel da natureza no processo de urbanização, sobretudo a partir de meados do século XX, período em que, de uma maneira geral, a natureza é manifestada como fonte de crise³⁵, sendo necessária a revisão do modelo e uma atuação para inverter lógicas de desenvolvimento industrial e urbano³⁶. Dentro desse recorte temporal, é possível verificar que houve uma dilatação da aderência e da influência do movimento ambientalista que despertou uma conscientização ecológica. Segundo Pereira, essa sensibilidade ecológica pode ser enquadrada em dois momentos: um primeiro relacionado à década de 1970, que adotou uma expressão mais indicativa do futuro do planeta devido aos problemas ecológicos criados pela humanidade e, um segundo, inserido na década de 1980, que assumiu uma postura mais estética da relação da sociedade com a natureza via modernização tecnológica, gestão de recursos e regulamentações política econômicas³⁷. Essas manifestações são relativas às narrativas da ecologia que comunicaram suas visões acerca da questão ambiental. De acordo com a autora, houve uma transformação dessas narrativas, dado que o primeiro período da sensibilidade ecológica discursou acerca de danos das práticas industriais e urbanas, a partir de uma perspectiva apocalíptica do futuro e, posteriormente, adotou um olhar mercadológico da situação, estimulando o consumo de produtos «ecológicos»³⁸.

³⁴ PEREIRA, Sensibilidade ecológica e ambientalismo: Uma Reflexão Sobre As Relações humanos-natureza, p. 357.

³⁵ LEFEBVRE, *A revolução urbana*, p. 36 [1970].

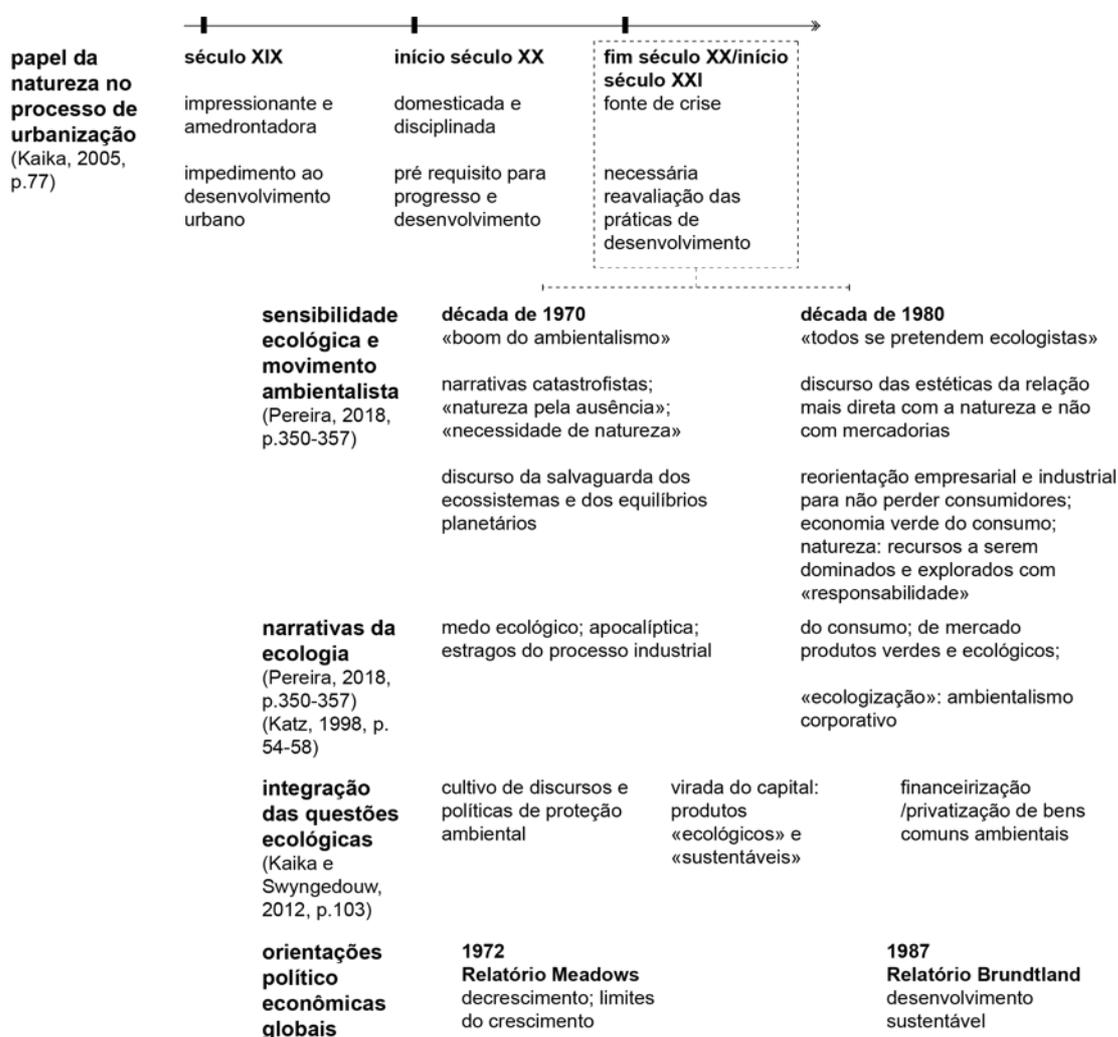
³⁶ KAIKA, *City of flows: Modernity, Nature and the City*, p. 77.

³⁷ PEREIRA, Sensibilidade ecológica e ambientalismo: Uma Reflexão Sobre As Relações humanos-natureza.

³⁸ *Ibid.*, p. 350–357.

Fonte: elaborado pela autora com base em Katz, Kaika, Kaika e Swyngedouw e Pereira³⁹.

Figura 3. Cronologia da transformação política econômica da questão ambiental



De acordo com Katz, a partir da década de 1980 surgiu um «ambientalismo corporativo», ou «ecologização» que, em conjunto com a ciência e com investimentos, transformou a natureza em estratégia de acumulação a partir de políticas ambientais de «preservação» e de «restauração», mas também através de privatização de territórios de

³⁹ KAIKA, *City of flows: Modernity, Nature and the City*, p. 77; PEREIRA, *Sensibilidade ecológica e ambientalismo: Uma Reflexão Sobre As Relações humanos-natureza*, p. 350–357; KATZ, *Whose nature, whose culture? Private productions of space and the «preservation» of nature*, p. 54–58; KAIKA; SWYNGEDOUW, *Radical urban political-ecological imaginaries*, p. 1–9.

domínio público⁴⁰. Essa lógica de reprodução da natureza se ampara na ideia de investimento no futuro e apresenta limites territoriais bem determinados para o controle do acesso ao recurso ambiental em questão. Na prática, a estratégia enseja a valorização do capital tanto no tempo quanto no espaço ao mobilizar paisagens potencialmente interessantes à elevação dos preços de terras. Aqui podem ser referidos os conceitos de «lavagem verde» – que parece estar alinhado com o momento do «ambientalismo corporativo» – e «lavagem da natureza» – que configura práticas mais recentes, com a preocupação acerca das alterações climáticas – apontados por Smith⁴¹.

Nessa mesma linha, Kaika e Swyngedouw apontam três iniciativas de inserção das questões ecológicas no modelo capitalista de produção, reprodução e consumo na agenda mundial da política ambiental: uma primeira orientada ao discurso de proteção ambiental, uma segunda da virada do capital para o mercado «verde» e, por fim, outra no âmbito de práticas de financeirização e privatização de bens naturais comuns. Embora as categorias se diferenciem entre si, seus processos estão interligados⁴². Essas questões revelam algumas teias de contestação inseridas na temática, que manifestam as disputas de narrativas acerca da natureza e do meio ambiente.

Considerações Finais

Longe de esgotar o assunto, o objetivo foi enunciar alguns significados sociais e políticos do que se entende por natureza e meio ambiente. Para além das contribuições teóricas das obras citadas, é interessante notar os métodos utilizados pelos autores de contextualização da problemática no tempo e no espaço. Nesse aspecto, ao tencionar significados, questões mais complexas são iluminadas no sentido de perceber que não há consensos e nem um único entendimento sobre o que é propriamente natureza. Assim, uma maior compreensão das localizações na sociedade pode vir a iluminar motivações e perspectivas intrincadas nas disputas territoriais tencionadas por diferentes interpretações acerca das ideias debatidas.

Como discutido anteriormente, o conceito da natureza não é estático e apresenta, inclusive, uma tendência de transformação perpétua orientada pela cultura. Por esse motivo, os autores apresentados abordaram os significados através de atribuição de qualidades ao termo. Nesse aspecto qualitativo, Williams apresenta adjetivos que se contrapõem de uma forma mais livre, ao passo que Smith os organiza de forma dialética. Inclusive, quando levantam as categorias do conceito de natureza, as concebe

considerando o fator temporal que, entretanto, tem diferentes implicações nas hipóteses dos autores. Enquanto Williams explora a transformação do conceito no tempo – considerando a construção social da ideia de natureza e da palavra como ferramenta de

⁴⁰ KATZ, Whose nature, whose culture? Private productions of space and the «preservation» of nature, p. 47–49.

⁴¹ SMITH, **Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space**.

⁴² KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik, The Urbanization of Nature: Great Promises, Impasse, and New Beginnings, **Bridge - The New Blackwell Companion to the City**, n. October 2017, p. 96–107, 2012, p. 103.

comunicação –, Smith se apoia na posição do ser humano em relação ao todo – que de fato sofreu alterações de acordo com o desenvolvimento do campo do conhecimento.

Em suma, Williams faz uma reconstrução histórica do conceito da natureza a partir da ótica da cultura, Smith apresenta uma visão mais sociológica da concepção do termo. Já Harvey reafirma a disputa ideológica e enfatiza, sobretudo, a componente política da narrativa da natureza. Ainda que as abordagens tenham diferenças, as três perspectivas apresentadas tem como pano de fundo a mudança da significação do conceito pela sociedade sobretudo urbana, à luz das dinâmicas do modelo capitalista.

A conferência de Estocolmo em 1972 mesmo em suas contradições, trouxe contribuições para o debate acerca da questão ambiental. Não obstante, resiste ao tempo e 50 anos depois continua a ser um legado do Clube de Roma. Ao olhar para algumas narrativas e perspectivas acerca do assunto sobretudo de meados do século XX para cá, é possível verificar que debates sobre meio ambiente conquistaram espaço na agenda global e dinamizaram atuações nas esferas política, social e econômica.

Ainda que o exposto no pequeno recorte cronológico proposto seja limitado a alguns enquadramentos, interessa perceber o percurso da mudança de abordagem da questão ambiental, tanto na expressão no território quanto no debate político, sobretudo em tempos mais recentes. Nesse sentido, Harvey afirma que há de se observar rigorosamente os conjuntos produzidos pelas ações humanas baseadas na lógica urbanizadora e sua capacidade de promover desequilíbrios ecológicos com impactos multifacetados no território, bem como a disposição de condições compatíveis com a criação e disseminação de doenças perigosas das mais diversas⁴³.

Contudo, o século XXI revela algumas permanências do século passado e demonstra a potencialização dos problemas ecológicos, vide a produção das naturezas da doença pandêmica da Covid-19 no início da década de 20 e das mudanças climáticas com manifestação de temperaturas extremas no Sul Global, que estão a secar os fluxos hidrológicos essenciais para o cultivo de alimentos por exemplo. A análise da mudança do discurso político das estratégias urbanas, sobretudo a partir da lente da ecologia política, pode oferecer ferramentas de reflexão acerca da transformação socioecológica histórica e geográfica do fenômeno da urbanização extensiva.

Bibliografia

CMAD. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1991.

HARVEY, David. **Justicia, Naturaleza y la geografía de la diferencia**. Trad. Jose María Amoroto. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

HARVEY, David. The Nature of the Environment: The dialects of social and environmental change. **The socialist Register**, p. 1–51, 1993.

KAIKA, Maria. **City of flows: Modernity, Nature and the City**. New York:

⁴³ HARVEY, **Justicia, Naturaleza y la geografía de la diferencia**, p. 243.

Routledge, 2005.

KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik. Radical urban political-ecological imaginaries. **Eurozine**, n. May, p. 1–9, 2014.

KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik. The Urbanization of Nature: Great Promises, Impasse, and New Beginnings. **Bridge - The New Blackwell Companion to the City**, n. October 2017, p. 96–107, 2012.

KATZ, Cindi. Whose nature, whose culture? Private productions of space and the «preservation» of nature. *In*: BRAUN, Bruce; CASTREE, Noel (Orgs.). **Remaking Reality: Nature at the Millenium**. London: Routledge, 1998, p. 46–63.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins; Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LÉLÉ, Sharachchandra M. Re-thinking sustainable development. **Current History**, 2013.

LÉLÉ, Sharachchandra M. Sustainable development: A critical review. **World Development**, v. 19, n. 6, p. 607–621, 1991.

MEADOWS, Donella H; MEADOWS, Dennis L; RANDERS, Jorgen; *et al.* **Limites do Crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

PEREIRA, Elenita Malta. Sensibilidade ecológica e ambientalismo: Uma Reflexão Sobre As Relações humanos-natureza. **Sociologias**, v. 49, n. 20, p. 338–366, 2018.

SEIXAS, Paulo Castro; DIAS, Ricardo Cunha; VIDAL, Diogo Guedes. Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobirmos que ambientalistas somos. **Sociologia : Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 39, p. 56–83, 2020.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e Produção do Espaço**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. **Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space**. 3. ed. Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 2008.

WCED. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords: A vocabulary of culture and society**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave. Um vocabulário de cultura e sociedade**. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

Grupo de risco. A relação pelo desenho

Sónia Mota Ribeiro

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa
soniamotaribeiro@gmail.com

Resumo: A hipótese de conciliar desenvolvimento económico com equilíbrio ecológico foi oficialmente discutida em 1972, na Conferência de Estocolmo, a reunião das Nações Unidas em que surgiu o atual conceito de sustentabilidade. A ubiquidade deste conceito tem incentivado um conjunto de ações destinadas a preservar e recuperar o equilíbrio ecológico do planeta. O estudo de caso apresentado neste artigo procura contribuir para o pensar de interações ambientais mais sustentáveis, interrogando se a arte e as práticas artísticas podem influenciar a relação dos humanos com o ambiente que denominam de “natural”. Esta ideia é explorada através da etnografia do trabalho do *Grupo do Risco*, um coletivo de 31 desenhadores e fotógrafos, sediado em Lisboa, cuja prática consiste em imergir em ambientes “naturais”, registando o que experienciam. A análise foca-se na compreensão da perceção e interação ambiental, a partir da experiência individual de cada um dos seus membros, incidindo especialmente na prática do desenho, devido a ser pouco mediada tecnicamente e requerer tempo de observação prolongado. Sugere-se que a imersão desta prática pode promover a sensação de integração ambiental, através da identificação com o que é observado, podendo ainda operar como um elemento relacional no interior do Grupo, amplificando a sensação de pertença, ao coletivo e ao ambiente.

Palavras-chave: ecologia, ambiente, arte, desenho, *Grupo do Risco*.

Introdução

Este trabalho procura interrogar a relação entre arte e ambiente, no contexto da atual crise ambiental, apurando se a prática artística pode influenciar a percepção e a integração no ambiente “natural”¹, contribuindo para uma interação ecológica mais equilibrada, entre a humanidade e as restantes espécies. Investiga-se esta problemática através da etnografia do coletivo *Grupo do Risco*², observando e analisando a percepção e a interação dos seus membros com o ambiente “natural”, onde praticam desenho de observação. O estudo é inspirado num quadro teórico multidisciplinar, que interroga a divisão “natureza/cultura” como uma das causas da atual crise ecológica. Revê propostas alternativas de interação ambiental mais harmoniosa, interrogando a importância do contacto direto e sensorial com o ambiente “natural”. Observa-se como a prática artística do *Grupo do Risco* pode ser um exemplo inspirador, através da divulgação das representações gráficas dos locais e espécies desenhados, mas sobretudo pela especificidade da relação social e ambiental do coletivo, mediada e reforçada pela prática do desenho.

Desenvolvimento

Metodologia - Durante 16 meses observei e entrevistei os 31 membros do *Grupo do Risco*, no sentido de compreender a formação do grupo, a sua prática de desenho e a percepção ambiental de cada um dos seus membros. Um dos aspetos centrais desta metodologia foi a minha implicação na sua prática coletiva. Com a observação da residência do Grupo n’*O Chão das Artes - Jardim Botânico*, na Casa da Cerca³, em Almada, ficou claro que perceber a sua prática e interação ambiental, passava igualmente por pensar o seu relacionamento social, implicando que praticasse com eles, o desenho e a socialização que este suscita. Esta interação subtil e espontânea requer uma atenção etnográfica mais implicada, que vai além da simples observação.⁴ Com isto em mente, desenhei com os membros do Grupo, notando o que está implicado na sua prática, nomeadamente, a confiança necessária para fazer o primeiro risco no papel, a frustração de não conseguir, e o contentamento de conseguir e poder partilhar o resultado. Foi igualmente importante compreender o desafio físico de estar no terreno, mantendo a mesma posição durante o tempo necessário à observação e ao registo, e notar como os membros do Grupo se apoiam e entrelaçam nestes processos.

¹ Esta investigação sugere que a separação “natureza/cultura”, possa ser um tópico de debate, e não um recurso de compreensão e organização da nossa relação com o ambiente. Deste modo, inspirada por Bruno Latour, optei por assinalar o termo “natureza” e “natural” com aspas subidas ao longo do texto, *as a reminder that we are dealing with a coding system* (LATOURE, Bruno - **Facing Gaia. Eight Lectures on the New Climatic Regime**. Cambridge: Polity, 2017 [2015]. p. 45.

² Informação adicional sobre o *Grupo do Risco* disponível no *website do coletivo*, em: <https://www.grupodorisco.com/acerca-de>. [consultado: 2021-11-07].

³ Informação adicional sobre a Casa da Cerca e *O Chão das Artes - Jardim Botânico*, no *website da Câmara Municipal de Almada*, disponível em: <https://www.cm-almada.pt/casa-da-cerca-centro-de-arte-contemporanea/o-chao-das-artes-jardim-botanico>. [consultado: 2021-11-07].

⁴ SCHNEIDER, Arnd - **Appropriation as Practice: Art and Identity in Argentina**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

Quadro conceitual - O quadro conceitual foi determinado pelos dois campos de estudo principais (ambiente e arte), e pela análise de conteúdo das primeiras entrevistas, em que foi possível inferir que a prática do desenho é um elemento mediador, não só da relação dos elementos do Grupo com o ambiente, mas também da sua relação social, revelando a necessidade de usar o trabalho de autores que abrangessem esta complexidade. A análise teórica começa por endereçar as problemáticas da ligação da humanidade ao ambiente⁵ e os efeitos da divisão moderna de “natureza” e cultura.⁶ Examina-se o *Antropoceno*⁷ como um conceito para pensar este dualismo⁸, mas também novas formas de integração.⁹ Faz-se a revisão das principais tendências ambientalistas e ecologistas desde os anos 70¹⁰, para contextualizar outras propostas alternativas de interação ambiental, mais equilibradas, que incorporam razão e emoção em sistemas éticos de ecologia social e ambiental.¹¹ Paralelamente, reflete-se sobre a importância do contacto direto e sensorial com o ambiente “natural”, como potencialmente facilitador de empatia e cuidado com as outras espécies.¹² A ponte entre ambiente e arte é pensada através das duas referências centrais ao estudo, a epistemologia e ontologia relacional e estética do antropólogo Gregory Bateson (1972¹³, 1991¹⁴), e a ecologia integrada e perene de Johann Wolfgang von Goethe (2009 [1790]¹⁵, 1988¹⁶). Apesar da distância temporal, ambas as propostas incluem a arte, e no caso de Goethe o desenho de observação, como uma prática necessária ao conhecimento e interação ambiental, pois possibilita conciliar os aspetos racionais e emocionais que constituem o ser humano. Estes autores sugerem que é através do reconhecimento estético, ou seja, do reconhecimento de semelhanças com outras espécies, que pode surgir identificação e potencialmente maior cuidado.

Bateson (1972) idealiza o mundo como um sistema de mentes análogas, que se identificam através do reconhecimento de semelhanças entre si. Esta identificação é sensorial e estética. Reconhecer beleza ou feiura no outro, é estar relacionado sistemicamente, identificando partes de nós no outro, e este aspeto possibilita pensar a

⁵ INGOLD, Tim - Globes and spheres. The topology of environmentalism. Em MILTON, Kay - **Environmentalism. The view from anthropology**. London, New York: Routledge, 1993.

⁶ LATOUR, Bruno - **Facing Gaia. Eight Lectures on the New Climatic Regime**. Cambridge: Polity, 2017 [2015].

⁷ STEFFEN, Will, GRINEVALD, Jacques, CRUTZEN, Paul & MCNEILL, John - The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. **Phil. Trans. R. Soc. A**. 369 (2011). p. 842–867.

⁸ TSING, Anna - O Antropoceno mais que Humano. **Ilha – Revista de Antropologia**. 23, 1 (2021). p. 176-191.

⁹ HARAWAY, Donna - **Saying with the Trouble, Making Kin with the Chthulucene**. Durham, London: Duke University Press, 2016.

¹⁰ PEPPER, David - **Modern Environmentalism**. London, New York: Routledge, 1996.

¹¹ ANDERSON, Eugene - **Ecologies of the Heart Emotion, Belief, and the Environment**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1996.

¹² MILTON, Kay - **Loving Nature. Towards an ecology of emotion**. London, New York: Routledge, 2002.

¹³ BATESON, Gregory - **Steps to an Ecology of the Mind. Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, And Epistemology**. Northvale, New Jersey, London: Jason Aronson Inc, 1972.

¹⁴ BATESON, Gregory - **A Sacred Unity. Further Steps to an Ecology of Mind**. New York: Harper Collins Publishers, 1991.

¹⁵ GOETHE, Johann Wolfgang von - **The Metamorphosis of Plants**. Massachusetts, London: The MIT Press, 2009 [1790].

¹⁶ GOETHE, Johann Wolfgang von - **Scientific Studies**. New York: Suhrkamp Publishers, 1988.

arte como um elemento relacional, pois é o relacionamento estético que torna possível a identificação e o reconhecimento.

Goethe (2009 [1790]) propõe conciliar, através da prática do desenho de observação, a dimensão física com a dimensão percebida. Para este autor, as duas dimensões são complementares para a obtenção de um conhecimento completo do mundo, e esta premissa viabiliza a exploração do potencial do desenho como uma prática de integração mental, ambiental e relacional, em que o desenhador se posiciona como mediador, tecnologia e também como uma interface entre as dimensões material e sensorial, concreta e abstrata. Esta capacidade do desenho de conter e explicar a complexidade é possível devido, precisamente, a ser uma prática material, mas que articula um raciocínio imaterial, permitindo aceder e comunicar uma dimensão implícita ou tácita.¹⁷ Por outras palavras, o modo como observamos um objeto é determinado pela consciência de uma série de processos que intimamos, mas que não conseguimos sentir ou compreender inteiramente, apenas tendo a sensação de que o nosso corpo reage a este objeto, em termos de posição, tamanho e movimento. O vaivém entre observador e observado, que o desenho exige, sugere a alternância entre mente consciente e inconsciente, e a «simultaneidade entre ver, inscrever e compreender»¹⁸, e produz um conhecimento que torna visíveis relações que de outra forma não seriam perceptíveis. Esta prática surge como uma expressão autónoma, que comporta multiníveis de informação, impossíveis de comunicar apenas com a linguagem, pois as atividades contidas no ato de desenhar (selecionar, comparar, julgar e generalizar), são atividades concretas, mas de raciocínio abstrato: «o desenho torna o ato de observar mais profundo, melhora a sua qualidade, será certamente algo útil à observação. Pelo desenho talvez consiga conjugar a relação entre a mente e a mão, e também entre a sensibilidade e a razão».¹⁹



Figura 1 - Desenho de João Catarino. Expedição Ilha do Príncipe. © Grupo do Risco.

¹⁷ ANDERSON, Gemma - **Drawing as a Way of Knowing in Art and Science**. Bristol, Chicago: Intellect, 2019 [2017]. p. 18.

¹⁸ CABAU, Philip - Crus e Descosidos. Reflexões em torno do ensino do desenho na antropologia. **Cadernos de Arte e Antropologia**. 5, 2 (2016) 33-48. p. 41.

¹⁹ Debate com o desenhador João Catarino a 15 de julho de 2020, a propósito da sua comunicação *Perder o Norte. Uma viagem pelo Desenho*, inserido no projeto *5 minutos de desenho*, da FBAUL. Informação adicional na página *5 minutos de desenho*, disponível em: <http://5md.belasartes.ulisboa.pt>. [consultado: 2021-11-07].

Etnografia - O *Grupo do Risco* começou a adquirir a sua forma em 2007, inspirado num modelo heterogéneo e multidisciplinar que o seu fundador, o biólogo e ilustrador Pedro Salgado, experienciou numa viagem à Amazónia no ano 2000. Ao longo dos seus anos como professor, foi identificando pessoas que possuem as características que considera necessárias à formação de um grupo equilibrado, em termos de trabalho e relacionamento social, designadamente: «Competências (artísticas e técnicas), a maneira de estar com os outros ... capacidade de entreaajuda, tolerância ... versatilidade, resistência e resiliência ao desconforto».²⁰ O Grupo define-se oficialmente como «uma associação sem fins lucrativos, de artistas profissionais e amadores, que visa promover e divulgar valores ambientais através da utilização de uma variedade de formas artísticas que incluem o desenho e a pintura, normalmente num diário gráfico, mas também fotografia e vídeo».²¹



Figura 2 - *Grupo do Risco* em trabalho de campo. © Grupo do Risco.

Para os seus membros, o coletivo é igualmente um espaço de partilha e de experimentação da prática do desenho, mas também da adaptação ao espaço e ambiente onde trabalham. Referem a combinação da possibilidade de imersão na “natureza”, com a oportunidade de observar o trabalho e modos de estar uns dos outros. As entrevistas e

²⁰ Entrevista a Pedro Salgado. 3 de novembro de 2021. Jardim Botânico, Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC), Lisboa.

²¹ Esta definição está disponível no *website* do *Grupo do Risco* em: <https://www.grupodorisco.com/acerca-de>. [consultado: 2021-11-07].

observação participante evidenciaram a dinâmica relacional do grupo, realçando que a sua cultura e ecologia, ou seja, a forma com interação entre eles e com o ambiente, é mediada pela prática do desenho. Este opera como um elemento facilitador da comunicação e da relação social, sendo, ao mesmo tempo, a linguagem comum do coletivo. Por outro lado, a estrutura relacional alimenta igualmente a prática artística, através do reconhecimento estético das singularidades do trabalho e da técnica dos outros.²²

O acesso ao coletivo é apenas possível através de convite, e os critérios de entrada não são formalmente expressos. Ser convidado é percebido como um privilégio que nenhum membro questiona. Pode observar que esta inclusão num coletivo exclusivo e restrito, produz um sentimento de gratidão e de pertença, definindo um perímetro de segurança que possibilita maior liberdade de experimentação no trabalho: «O que eu noto que mudou mais com o Grupo é a vontade de experimentar... nós partilhamos muito os cadernos e o que fazemos... só o facto de termos abordagens diferentes ao mesmo sítio e ao mesmo objeto dá vontade de estudar mais e experimentar... isso é uma das coisas boas e faz com que o meu desenho esteja ainda em construção, não acho que tenha uma identidade marcada, um estilo, ainda estou a desenvolver isso e no Grupo até tento não fazer igual. O Grupo é uma fase de experimentação».²³



Figura 3 - A árvore 'alce' desenhada por João Catarino. © Grupo do Risco.

²² BATESON, Gregory & MEAD, Margaret - **Balinese character: A photographic analysis**. New York: Special Publication of the New York Academy of Sciences, 1942.

²³ Entrevista a José Perico. 27 de maio de 2021. *On-line*.

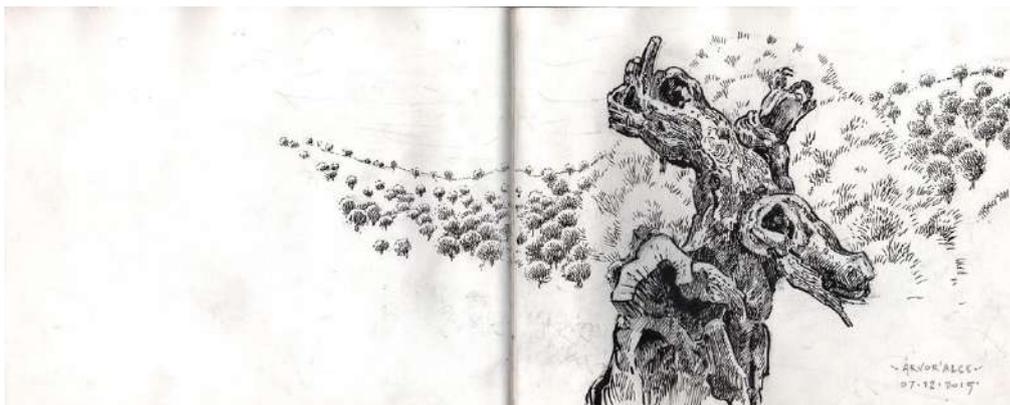


Figura 4 - A árvore 'alce' desenhada por Pedro Salgado. © Grupo do Risco.

O grupo desenha coletivamente os mesmos objetos e ambientes, usando diferentes registos gráficos, e esta observação conjunta produz uma linguagem comum, acentuando, ao mesmo tempo, a experiência individual de cada um, num equilíbrio entre individualidade e perda de singularidade. Cada elemento deve existir singularmente, mas não pode fazer valer-se isoladamente, pois correria o risco de pôr em causa o todo coletivo, ou seja, a sua individualidade é essencial para o funcionamento do conjunto.¹¹

Os membros parecem saber, ainda que implicitamente, porque foram escolhidos para integrar o *Grupo do Risco* e respeitam a hierarquia visível no coletivo, pois beneficiam das suas vantagens em termos de aprendizagem e inspiração com os mais experientes. Um dos aspetos mais referidos nas entrevistas é precisamente esta partilha, da técnica do desenho, da experiência sensorial de se estar no lugar, e da multidisciplinaridade e diversidade presente no Grupo: «Por outro lado, numa perspetiva endógena, mais egoísta, alimentamo-nos dessas diferenças individuais para crescer enquanto artistas-naturalistas, tanto ao nível das abordagens pessoais das técnicas, que partilhamos, dos estilos, que plagiamos sem complexos à medida de cada um, mas também na forma de ler a paisagem, do conhecimento das plantas, das aves, dos peixes ou dos escaravelhos, da história dos homens e da arte... no Grupo do Risco, para cada tópico, há sempre alguns de nós que sabem mais das ciências ou das artes, e outros tantos, a trabalhar ali ao lado, que querem saber».²⁴

Quando descrevem a prática, os desenhadores referem sentir uma oscilação entre consciente e inconsciente. Falam de harmonia entre o «lado pragmático e o lado sensível»²⁵, indicando um conhecimento completo, possível através da imaginação específica do desenho, como é traçado por Goethe: *Reviewing the sequence of leaves, we then attentively internalize these visual forms as memory images. With these forms firmly in mind, we move in imagination through the sequence, transforming the first into the second, the second into the third, and so on, following the process forward and backward, forward and backward, as nature has also done.*²⁶

²⁴ SALGADO, Pedro - **Provas de Professor Especialista**. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências, 2012. p. 117.

²⁵ Entrevista a Marco Nunes Correia. 17 de novembro de 2020. Esplanada do Artur, Alcobça.

²⁶ GOETHE, Johann Wolfgang von - **The Metamorphosis of Plants**. Massachusetts, London: The MIT Press, 2009 [1790]. p. 108.



Figura 5 - Desenho de Catarina França. Expedição Douro Internacional. 2008. © Grupo do Risco.

Goethe sugere que a experiência empírica passa a ser uma ideia que é percebida intuitivamente, ou seja, o foco na estrutura da folha de uma planta contribui para um alinhamento análogo da mente e da imaginação sensorial, gerando a mesma ideia da planta na mente do observador. O sujeito observado deixa de ser um estranho, pois o conhecimento é adquirido através da participação, levando a uma identificação mútua. A extensão do *self* no outro, permite reconhecer características análogas, mesmo em organismos radicalmente diferentes como uma folha. Este tipo de entendimento unificado sugere um elemento de regularidade em todos os organismos, numa alusão ao que Bateson considerava a sabedoria constitutiva²⁷, que possibilita o reconhecimento do outro: *There is a secret element of regularity in the object which corresponds to a secret element of regularity in the subject.*²⁸ Desta perspectiva, a prática do desenho remete para o que Pedro Salgado nomeia de «canalização de afetos»²⁹, e que alguns membros descrevem como a transmissão, através dos desenhos, do que vêm e sentem durante a prática de observação: «Nós sentimos isso na pele e percebemos que isso também afeta os outros quando olham e comentam os desenhos... as pessoas ficam a conhecer melhor os locais e apercebem-se, através dos desenhos, das mais valias da existência de organismos, de espécies (vegetais ou animais) ..., portanto, há no fundo este compromisso, esta responsabilidade do nosso olhar mais atento».³⁰

²⁷ BATESON, Gregory - **A Sacred Unity. Further Steps to an Ecology of Mind**. New York: Harper Collins Publishers, 1991. p. 170.

²⁸ GOETHE, Johann Wolfgang von - **Scientific Studies**. New York: Suhrkamp Publishers, 1988. p. 308.

²⁹ Entrevista a Pedro Salgado. 8 de novembro de 2020. Jardim Botânico, (MUHNAC), Lisboa.

³⁰ Entrevista a Marco Nunes Correia. 17 de novembro de 2021. Esplanada do Artur, Alcoaça.



Figura 6 - Caderno de campo Marco Nunes Correia. Expedição Príncipe. 2016. © Grupo do Risco.

Os registos passam a ser veículos dos afetos que os elementos do Grupo experienciam, quando referem uma sensação de «afinidade»³¹ pelo que se desenha, passando a conhecê-lo em profundidade. Esta atenção completa pelo objeto observado, transporta os desenhadores para uma dimensão onde sentem ser possível conjugar «sensibilidade e razão».³² Descrevem a experiência como plena: «O importante é essa interação mental, visual e o espaço em si... contempla as paisagens... contempla os organismos ... e ao mesmo tempo estamos ali a fazer um exercício ... que é estimular a criatividade... sinapses entre os dois hemisférios, o lado pragmático e o lado sensível em plena harmonia, é excepcional».³³ Através da prática do desenho deixam de ser espectadores e passam a integrar e existir no mesmo mundo do objeto observado:³⁴ «[...] a capacidade de síntese que o desenho proporciona, o tipo de atenção que permite no acesso ao objeto (pois no desenho a atenção acompanha o objeto, capturando-o através de um movimento de contacto, de um processo que é simultaneamente háptico e empático), o modo como a ação de desenhar inscreve essa experiência no antropólogo/desenhador».³⁵

Os elementos do Grupo acreditam ter ficado mais sensíveis e atentos ao que os rodeia, devido a esta atenção expandida que o desenho requer: «tenho isto muito fresco em mim, o partir do nada e começar a olhar para as coisas de uma maneira completamente diferente... De repente as árvores já não são da mesma maneira, as pessoas já não são da

³¹ Entrevista a Catarina França. 17 de dezembro de 2020. Café do Jardim do Príncipe Real, Lisboa.

³² Debate com o desenhador João Catarino a 15 de julho de 2020, a propósito da sua comunicação *Perder o Norte. Uma viagem pelo Desenho*, inserido no projeto *5 minutos de desenho*, da FBAUL. Informação adicional na página *5 minutos de desenho*, disponível em: <http://5md.belasartes.ulisboa.pt>. [consultado: 2021-11-07].

³³ Entrevista a Marco Nunes Correia. 17 de novembro de 2020. Esplanada do Artur, Alcobaça.

³⁴ INGOLD, Tim - **The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill.** London, New York: Routledge, 2000.

³⁵ CABAU, Philip - Crus e Descosidos. Reflexões em torno do ensino do desenho na antropologia. **Cadernos de Arte e Antropologia.** 5, 2 (2016). p. 38.

mesma maneira... muda um bocado o cérebro das pessoas [risos]». ³⁶ Ao praticarem em ambientes “interespécie”, ficam evidentemente mais atentos aos elementos presentes nestes contextos. Sentem-se parte do ambiente, considerando transportar a sua experiência ecológica de desenho de campo para o seu trabalho, podendo inspirar outros, através dos objetos de divulgação dos seus registos: «E isso é algo que me tem dado um enorme prazer, quer com o Grupo do Risco ... quer com o prazer que me dá ver que consigo pôr pessoas a encontrar um novo fascínio com coisas para onde nunca olharam com atenção, e que com o desenho e este tipo de foco, valorizam o que está à nossa volta de outra maneira». ³⁷

O ambiente é apreciado como algo de que fazem parte, e quando questionados sobre a “vocação ambiental” do coletivo poder ser uma forma de ativismo, a resposta   maioritariamente negativa, existindo, no entanto, a noção da possibilidade de influência através da sua experiência pessoal e trabalho ³⁸, mas apenas como uma consequência da própria prática: «nós, como pessoas normais, vamos, olhamos, registamos e partilhamos. Nesse sentido há uma tentativa de influenciar [apenas] a partir do que vemos». ³⁹ Alguns desenhadores consideram ainda que a integração no Grupo potenciou a sua perceção ambiental, pelas oportunidades de sair do meio urbano mais vezes e imergir no meio não-urbano, ou “natural”: «  um retomar ao ar livre, natureza, com pessoas que pensam como eu. O primeiro dia   de transição, às vezes ao terceiro, mas quando começa a correr bem... O Catarino [João] parece que medita, há uma absorção total. É um momento, uma experiência, esquece tudo o resto, tudo faz sentido, fico contente... não sei se é bem meditar... se calhar é um despertar de consciência total». ⁴⁰

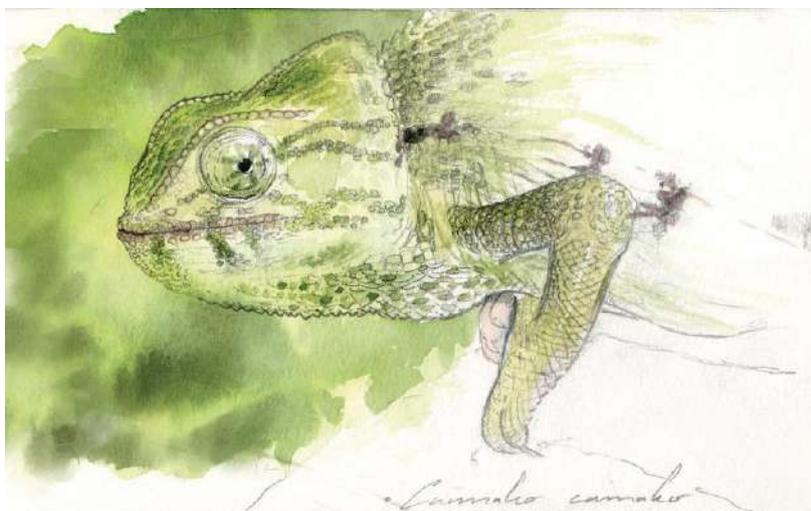


Figura 7 - Desenho de Pedro Mendes. Expedição Ria Formosa. 2009.   Grupo do Risco.

Sugere-se a aproximação à ideia de que o contacto direto com a “natureza” amplia o conhecimento e empatia pelo ambiente “natural”, podendo estimular a identificação com as espécies observadas. Quando existe reconhecimento de si mesmo no outro,

³⁶ Entrevista a Cristina Espírito Santo. 16 de novembro de 2020. MUHNAC, Lisboa.

³⁷ Entrevista a Pedro Salgado. 3 de novembro de 2021. Jardim Botânico, MUHNAC, Lisboa.

³⁸ SALGADO, Pedro - **Expedition Príncipe Island**. Príncipe: Grupo do Risco, 2016.

³⁹ Entrevista a Lúcia Antunes. 28 de maio de 2021. *On-line*.

⁴⁰ Entrevista a Francesco Aguilar. 7 de junho de 2021. *On-line*.

podem inferir-se as suas emoções, passando a fazer parte de uma ética relacional que é ecológica, mas também estética, pois a relação acontece através do reconhecimento sensorial. Esta compreensão sistemática de um todo é mencionada por alguns membros, quando referem experienciar sensações de «plenitude»⁴¹ ou de «assoberbamento»⁴² ambiental, que já não requerem o desenho, mas são promovidas por ele: «Este momento não tem necessariamente a ver com o desenho, tem a ver com a experiência na natureza. Às vezes até apetece só ficar a contemplar... porque só isso te preenche... uma sensação que se deve ter poucas vezes, que é de plenitude... não precisas de mais nada... é intenso... eu acho que isto já é para lá da prática do desenho. O desenho é uma necessidade... e essa sensação de prazer torna a situação mais ampla, melhor. Mas isto que eu estou a dizer, esta sensação, não precisa sequer do desenho, porque só o resto já chega... é a partir do desenho que acontece estar naquele lugar e isso quer dizer que o desenho é o início... e o que acontece depois pode ser o desenho como marca física nos cadernos e pode ser esta ideia de plenitude, de estar no lugar».⁴³



Figura 8 - Desenho de Luísa Passos. Expedição Ilha das Flores. 2019. © Grupo do Risco.

A sensação de reintegração na ecologia do mundo, descrita por alguns membros do *Grupo do Risco*, sugere que a atenção da prática do desenho, associada ao contacto direto com o objeto observado, pode produzir uma sensação de inclusão e de pertença. As observações etnográficas sugerem ainda que a prática do desenho é um elemento mediador da interação social do grupo, e deste com o ambiente. Uma linguagem que é comum entre os desenhadores, mas que é igualmente uma forma de interação ambiental com as espécies que observam durante a prática. Gregory Bateson descreve esta interação como a identificação de semelhanças entre organismos que partilham uma consciência comum, revelada pela prática artística. A arte como forma de acesso a um nível de conhecimento sistémico, ou sabedoria constitutiva, transversal a todos os organismos: *Art becomes, in this sense, an exercise in communicating about the species of unconsciousness*.⁴⁴

⁴¹ Entrevista a Dilar Pereira. 17 de dezembro de 2020. Café Cistér, Lisboa.

⁴² Entrevista a Sandra Tapadas. 3 de junho de 2021. *On-line*.

⁴³ Entrevista a Dilar Pereira. 16 de dezembro de 2020. MUHNAC, Lisboa.

⁴⁴ BATESON, Gregory - **Steps to an Ecology of the Mind. Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, And Epistemology**. Northvale, New Jersey, London: Jason Aronson Inc, 1972. p. 147.

Considerações finais

Os dados resultantes da etnografia do *Grupo do Risco*, indicam que a arte e a sua prática podem facilitar e potenciar a interação ambiental. No caso deste coletivo foi ainda evidente que a dimensão relacional potencia esta interação, através da sensação de pertença a um sistema social e ecológico equilibrado. A singularidade do *Grupo do Risco* não reside apenas na prática de desenho, individual e coletiva, embora esta seja uma linguagem distintiva comum, para o exterior, e mediadora no interior do coletivo, e deste com o ambiente. A particularidade do Grupo assenta na forma como tem vindo a ser construído e mantido pelo seu fundador, Pedro Salgado, através da seleção de pessoas que reúnem um conjunto de características interpessoais, criativas e técnicas, que interagem numa dinâmica e equilíbrio relacional comparável ao que podemos observar em outros sistemas ecológicos. Portanto, a integração e interação ambiental inicia-se no próprio sistema do Grupo e na forma como este é mantido em equilíbrio. A relação ambiental é mediada pela prática do desenho individual, mas também, e sobretudo, pela dimensão relacional da prática coletiva. Os dois elementos (desenho e relacionamento) estão interligados, contribuindo para a construção de um sentimento de pertença, que pode ser projetado para a interação ambiental, num vaivém que se reforça mutuamente. O nome do coletivo, *Grupo do Risco*, define exemplarmente o sistema que observei: um grupo que se relaciona, entre eles e com o ambiente, através do risco - a relação pelo desenho.

Este trabalho procura posicionar-se na discussão alargada sobre modelos conceituais para pensar a questão ecológica, e a etnografia revela a importância de aprofundar a relação entre a dimensão social e a dimensão ambiental, no sentido de compreender o equilíbrio entre indivíduo e coletivo, e o envolvimento de emoção e razão em processos de gestão ambiental. Como nota final, sugiro a necessidade de mais etnografias de práticas criativas sustentáveis, que procurem promover o contacto direto com o ambiente “natural”, como observado no *Grupo do Risco*,

Bibliografia

ANDERSON, Eugene - **Ecologies of the Heart Emotion, Belief, and the Environment**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1996.

ANDERSON, Gemma - **Drawing as a Way of Knowing in Art and Science**. Bristol, Chicago: Intellect, 2019 [2017].

BATESON, Gregory - **Steps to an Ecology of the Mind. Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, And Epistemology**. Northvale, New Jersey, London: Jason Aronson Inc, 1972.

IDEM - **A Sacred Unity. Further Steps to an Ecology of Mind**. New York: Harper Collins Publishers, 1991.

BATESON, Gregory & MEAD, Margaret - **Balinese character: A photographic analysis**. New York: Special Publication of the New York Academy of Sciences, 1942.

CABAU, Philip - Crus e Descosidos. Reflexões em torno do ensino do desenho na antropologia. **Cadernos de Arte e Antropologia**. 5, 2 (2016). p. 33-48.

GOETHE, Johann Wolfgang von - **Scientific Studies**. New York: Suhrkamp Publishers, 1988.

IDEM - **The Metamorphosis of Plants**. Massachusetts, London: The MIT Press, 2009 [1790].

HARAWAY, Donna - **Saying with the Trouble, Making Kin with the Chthulucene**. Durham, London: Duke University Press, 2016.

INGOLD, Tim - Globes and spheres. The topology of environmentalism. Em MILTON, Kay - **Environmentalism. The view from anthropology**. London, New York: Routledge, 1993.

IDEM - **The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill**. London, New York: Routledge, 2000.

LATOUR, Bruno - **Facing Gaia. Eight Lectures on the New Climatic Regime**. Cambridge: Polity, 2017 [2015].

MILTON, Kay - **Loving Nature. Towards an ecology of emotion**. London, New York: Routledge, 2002.

PEPPER, David - **Modern Environmentalism**. London, New York: Routledge, 1996.
SALGADO, Pedro - **Provas de Professor Especialista**. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências, 2012. 121 p.

IDEM - **Expedition Príncipe Island**. Príncipe: Grupo do Risco, 2016.

SCHNEIDER, Arnd - **Appropriation as Practice: Art and Identity in Argentina**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

STEFFEN, Will, GRINEVALD, Jacques, CRUTZEN, Paul & MCNEILL, John – The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. **Phil. Trans. R. Soc. A**. 369 (2011). p. 842–867.

TSING, Anna - O Antropoceno mais que Humano. **Ilha – Revista de Antropologia** [Em linha]. 23, 1 (2021). p. 176-191.

Espaço, Ambiente e Ecologia nas práticas artísticas contemporâneas - uma entrada a partir dos anos 1960 e 1970

Margarida Brito Alves

IHA-FCSH/UNL
abalves@fcsch.unl.pt

Vanessa Badagliacca

IHA-FCSH/UNL
vbadagliacca@fcsch.unl.pt

Resumo: Num momento em que se celebram os 50 Anos da *Conferência de Estocolmo*, e de forma relativamente abreviada, este texto procura mapear e revisitare alguns dos contributos, constelações e linhas de orientação que, desde as décadas de 1960 e 1970, assinalaram, no plano das artes, a reflexão e o debate em torno da ecologia e do meio ambiente. Assim, partindo do final dos anos 1960, e em particular do contexto norte-americano, serão abordadas algumas das práticas artísticas que se relacionaram directamente com a paisagem e com a natureza, participando, de diferentes modos, numa dinâmica mais alargada que visou fomentar uma consciência ecológica.

Palavras-chave: ambiente, natureza, arte, ecologia, paisagem

No livro *A Invenção da Natureza. As Aventuras de Alexander Von Humboldt. O Herói Esquecido da Ciência*, Andrea Wulf traça um retrato do geógrafo, naturalista e explorador alemão, percorrendo a sua extraordinária vida e as suas muitas viagens pelas Américas entre os séculos XVIII e XIX, ao mesmo tempo que salienta as suas ideias, pautadas por uma visão holística sobre a natureza.

Narrando a escalada do Chimborazo – um vulcão inactivo nos Andes, a cerca de 150 Km a sul de Quito, no actual Equador –, que Alexander Von Humboldt (1769-1859) e os seus três companheiros de viagem empreenderam a 23 de Junho de 1802, a autora descreve as dificuldades dessa subida, desde a necessidade dos exploradores deixarem para trás a maior parte da bagagem às desafiantes condições atmosféricas.

A pouco menos de 300 metros do cume do vulcão, Humboldt terá feito uma pausa e medido a altitude, registando 5917 metros, tendo assim chegado a um ponto nunca antes atingido. Ao relatar essa pausa, escreve Wulf:

“Enquanto estava de pé no topo do mundo, olhando lá em baixo as cordilheiras enrugadas, Humboldt começou a ver o mundo de forma diferente. Viu a terra como um grande organismo vivo, em que tudo estava ligado, concebendo uma ousada nova visão da natureza, que continua a influenciar a forma como compreendemos o mundo natural.”¹

É esta perspectiva do mundo como uma totalidade, como um corpo constituído por ligações, que traz consigo a consciência de que os fenómenos individuais dependem da sua relação com a totalidade – mas também, e conseqüentemente, de que o mundo é um lugar vulnerável.

Talvez tenha sido justamente essa mesma consciência que, noutra escala, e mais de um século e meio depois, terá (re)despertado *Earthrise*, uma fotografia captada a 24 de Dezembro de 1968 pelo astronauta William Anders, durante a missão Apollo 8.

Para lá de uma parte da superfície da Lua, *Earthrise* mostrou o planeta Terra como uma frágil esfera azul, parcialmente banhada por luz, a flutuar num imenso espaço escuro.

A fotografia viria a ser reconhecida como uma das imagens do século XX, tendo alterado a percepção sobre o mundo, ao mesmo tempo que contribuiu largamente para estimular uma sensibilidade ambiental que ganhou crescente expressão ao longo da década de 1970.

Até certo ponto, é enquanto parte dessa dinâmica que podemos abordar o trabalho de muitos artistas que, nesses anos, desenvolveram um trabalho que pode ser directamente relacionado com essa sensibilidade.

Com efeito, e tendo desde logo como referência o contexto norte-americano, foi essencialmente desde o final da década de 1960 que diferentes artistas, reagindo aos códigos do Minimalismo e muitas vezes adoptando uma posição crítica em relação à

¹ Andrea Wulf, *A Invenção da Natureza. As Aventuras de Alexander Von Humboldt. O Herói Esquecido da Ciência*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2018, p. 3.

instituição, desenvolveram propostas que problematizavam o espaço exterior. Foi nesse quadro que, em 1971, o crítico Robert Pincus-Witten utilizou o termo “pós-minimalismo,”² para dar conta de uma expansão de campo que abrangia uma dimensão conceptual e processual,³ e que viria a estender-se para lá dos recortes da instituição.

De facto, dando sinais de insatisfação perante a comodificação da arte, mas também em relação ao próprio sistema socio-político e cultural da época, artistas como Nancy Holt, Agnes Denes, Alan Sonfist, Carl Andre, Walter de Maria, Michael Heizer, Robert Smithson ou James Turrel exploraram o espaço exterior como alternativa à galeria e ao museu, realizando intervenções na paisagem⁴. Frequentemente temporárias, essas intervenções foram executadas com matérias naturais, ou orgânicas, e assumiram uma escala de grandes dimensões, tendo sido então designadas como *Land* ou *Earth Art*.

Apesar da análise dessas obras ter ficado muito ligada à sua vertente formal, é, contudo, fundamental notar que diversos dos artistas em causa desenvolveram os seus projectos em diálogo com disciplinas como a antropologia, a geologia ou a arqueologia, contribuindo através dessas lentes, também, para uma reflexão em torno da ecologia e do ambiente. É aliás referindo-se à perspectiva ecológica sobre esses trabalhos, que tem vindo a ganhar crescente ênfase, que Nicholas Alfrey, Stephen Daniels e Joy Sleeman assinalaram que a *Land Art* do final da década de 1960 e da década seguinte passou a ser vista como “proto-ecológica.”⁵

É disso exemplo o trabalho de Alan Sonfist, considerado um dos pioneiros desta via, que, e iniciou, logo em 1965, o projecto *Time Landscape* – que deu por concluído em 1978 e que correspondeu à replantação de plantas que eram nativas da área de Nova Iorque nos tempos pré-coloniais numa área de terreno rectangular (13,71 x 60,96m) situada na Lower Manhattan.

No mesmo contexto, Agnes Denes, em 1968, realizou *Rice /Tree /Burial* na zona de Sullivan County – Nova Iorque, e que, nas suas palavras, consistiu num manifesto que anunciou o seu “compromisso com questões ecológicas e ambientais, preocupações humanas e pensamento filosófico.”⁶ Estruturada como um ritual em três accões, a obra incluiu a plantação de um campo de arroz, em representação da vida; o acorrentamento de árvores, que assinalava a interferência em processos naturais; e ainda o enterro de poemas *haiku* da sua autoria (dos quais não terá guardado cópia), simbolizando os poderes intelectuais humanos e a criação.

Obras como estas demonstram uma clara consciência ecológica, alinhando assim como um movimento social mais alargado que teve expressão numa simbólica manifestação

² Robert Pincus-Witten, “Eva Hesse: Post-Minimalism into Sublime”, in *Artforum*, N. 3, Vol.10, Nov. 1971, pp. 33-44.

³ A este propósito, ver Lucy Lippard, **Six Years: The Dematerialization of the Art Object from 1966 to 1972**, Berkeley / Los Angeles / London: University of California Press, 1997.

⁴ A este propósito, ver Margarida Brito Alves, **O Espaço na Criação Artística do Século XX. Heterogeneidade. Tridimensionalidade. Performatividade**. Lisboa: Colibri, 2012.

⁵ Nicholas Alfrey, Stephen Daniels e Joy Sleeman, “To the Ends of the Earth: Art and Environment”, in **Tate Papers**, N.17, <https://www.tate.org.uk/research/tate-papers/17/to-the-ends-of-the-earth-art-and-environment>, acedido a 22 de Julho de 2022.

⁶ Agnes Denes, “Notes on Eco-Logic: Environmental Artwork, Visual Philosophy and Global Perspective”, in **Leonardo**, N. 5, Vol. 26, Special Issue: Art and Social Consciousness, 1993, p. 388.

no dia 22 de Abril de 1970 – data a partir da qual se começou a comemorar o *Dia da Terra*. Nessa ocasião, apelando a uma maior sensibilidade para com o meio ambiente, inúmeras pessoas atravessaram as ruas da de Nova Iorque, segurando uma flor na mão e vestindo uma máscara de protecção na cara.

Num mesmo sentido, e demonstrando uma articulação internacional, entre 5 e 6 de Junho de 1972, decorreu na Suécia a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente*, hoje mais conhecida como *Conferência de Estocolmo*, que debateu questões relacionadas com a degradação do meio ambiente. Contando com a representação de 113 países, foi dessa iniciativa que resultou a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, tido como o primeiro documento de direito internacional que reconhece o direito a um meio ambiente de qualidade.

Efectivamente, a década de 1970 foi particularmente profícua nos debates promovidos em torno de questões ambientais, configurando um quadro que se alargou a diferentes áreas de conhecimento e no qual se inscrevem as propostas de muitos artistas que, à época, procuraram contribuir para essa discussão.

Um percurso que à luz desses debates, e ainda no contexto norte-americanos, vale a pena assinalar é o de Patricia Johanson, cujos trabalhos procuraram funcionar como formas de combater a degradação ecológica. Depois de, em 1966, realizar *William Rush*, a sua primeira escultura ao ar livre, a partir de 1969, a artista desenvolveu numerosos projectos ecológicos para o espaço público, preocupando-se não tanto em intervir na natureza, mas sobretudo em testar como a própria natureza pode incorporar elementos de carácter estético introduzidos pela mão humana. Nessa medida, desenvolvendo uma prática de grande subtilidade, elementos como flores, musgos ou folhas tornara-se elementos do seu trabalho.⁷

Esta delicada forma de encontro com a paisagem, no qual o ser humano deixa por vezes apenas uma pegada efémera – na areia, na terra, ou na erva –, assinalando a união com a natureza, ou mesmo um sentido de pertença, está muito presente na obra de Ana Mendieta, como mostra a série *Siluetas*. Desenvolvida entre 1973 e 1978, essa série, que assumiu uma dimensão de ritual, consistiu no registo da silhueta da artista em paisagens no Iowa, mas também no México, nas quais deixou a marca do seu corpo na terra através de processos de moldagem, mas também de inscrição com fogo.

Uma referência crucial a ter em conta nestes anos é a investigação da bióloga norte-americana Rachel Carson⁸ que, já em 1962, revelara as suas preocupações em relação ao meio ambiente através do seu livro *Silent Spring* – no qual descreveu uma natureza descontaminada e feliz que, subitamente, começara a sofrer de “uma doença estranha que ataca as plantas” e se espalha em seu redor, resultando num “um estranho silêncio”

⁷ A este propósito, ver Ughetta Molin Fop, “Arte Pública Ambiental na Obra de Patricia Johanson”, in **Arte Pública: Lugar, Contexto, Participação**, editado por Bernardo Pinto de Almeida, Catarina Rosendo e Margarida Brito Alves, Lisboa / Santo Tirso: Instituto de História da Arte FCSH-UNL / Câmara Municipal de Santo Tirso, 2018, pp. 55-69.

⁸ Shirley Briggs, “Rachel Carson. A Corrective Memoir by Shirley Briggs”, in **Heresies** N.13 – Earthkeeping / Earthshaking, New York, 1981, p. 2.

em que os pássaros deixaram de se ouvir.⁹ Ostracizada pela comunidade científica e considerada um perigo pelas forças capitalistas por ter alertado sobre os perigos do uso de pesticidas no meio ambiente, como a destruição da biodiversidade, o aumento da acidez dos solos, a contaminação das águas, a poluição do ar ou a extinção das espécies – riscos com consequências devastadoras para os ecossistemas –, Rachel Carson tornara-se num ícone para os movimentos ambientalistas que surgiram desde então e que se vinham a afirmar pelo mundo fora, cruzando-se com questões relacionadas com a igualdade de género, a raça e a classe social.

Entre as práticas artísticas pioneiras na oposição a uma ameaçadora “primavera silenciosa”, e contribuindo para a implantação de acções de cultivo sem pesticidas, está o trabalho da artista Bonnie Ora Sherk. Promovendo o encontro entre espaço rural e urbano, *Crossroads Community – The Farm*, um dos seus mais conhecidos projectos, foi desenvolvido entre 1974 e 1980 na cidade de San Francisco e funcionou como uma ação comunitária de carácter multicultural e multidisciplinar, objectivada na criação de uma “escola sem paredes.”¹⁰

Como mostram, de diversos modos e através de diferentes linguagens, as obras de Patricia Johanson, Ana Mendieta e Bonnie Ora Sherk – embora muitas outras artistas pudessem ser aqui referenciadas –, na década de 1970, evidenciou-se uma postura no campo das artes que se interessa, e se relaciona de forma directa com o *Ecofeminismo* – um termo cunhado em 1974 por Françoise d’Eaubonne. Com efeito, nesse ano, a autora francesa publicou o livro *Le Féminisme ou la Mort*, no qual descrevia o vínculo existente entre a desvalorização da Terra e os direitos das mulheres, chamando a atenção para duas questões chave: a sobrepopulação do planeta e a destruição de recursos naturais.

Uma publicação que assinala justamente o cruzamento entre Ecologia e Feminismo nos Estados Unidos da América é o Nº13 da revista *Heresies: A Feminist Publication on Art and Politics*, que, publicada 1981, foi dedicada especificamente a esse tema sob o título “Earthkeeping/ Earthshaking.” Prestando tributo a Rachel Carson, a publicação reuniu contributos de teóricas e artistas como Lucy Lippard, Joan L. Griscon, Ana Mendieta, Jane Logemann, Merle Tempkin, Faith Wilding, Patricia Johanson, Phyllis Janto, Janet Culbertson ou Sabra Moore entre diversas outras.¹¹

Foi também no início dos anos 1980, e mais concretamente em 1983, que Alan Sonfist editou a antologia *Art in the Land*, fazendo um balanço das então duas décadas anteriores e apresentando um conjunto de textos sobre artistas cujo trabalho, ao longo da década anterior, “assumia uma posição sobre a relação do homem com a natureza.”¹²

⁹ Rachel Carson, **Primavera Silenciosa**, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969, p. 13

¹⁰ Veja-se Bonnie Sherk, “Crossroads Community (The Farm) is an Alternative to Art Spaces, in Earthkeeping/Earthshaking **Heresies** #13, New York, 1981, p. 31.

¹¹ A propósito do envolvimento de algumas destas artistas na publicação ver Giulia Lamoni e Vanessa Badagliacca, “Entrevistas com Artistas”, in catálogo **Earthkeeping / Earthshaking: Arte, Feminismos e Ecologia**, Lisboa: EGEAC – Galerias Municipais, 2021, pp. 73-81.

¹² Alan Sonfist (ed.), **Art in the Land: A Critical Anthology of Environmental Art**, Dutton: New York 1983, p. xi.

Note-se contudo que, nessa publicação, Sonfist privilegiou o contexto norte-americano – que identificou como “o centro das actividades artísticas”¹³ focadas numa consciência sobre a natureza e o planeta Terra, embora reconhecesse que se referia a uma dinâmica internacional.

De facto, é logo desde a década de 1960 que, internacionalmente, podemos distinguir, no trabalho de muitas e muitos artistas, uma mobilização que procurou ampliar o debate, e sensibilizar consciências, sobre diferentes questões ecológicas e ambientais.

Enquanto parte de uma dinâmica internacional, importa salientar o trabalho de Frans Krajcberg, considerado um dos mais importantes ativistas do movimento ambientalista brasileiro surgido durante a ditadura militar (1964-1985). Em 1964 Krajcberg realizou a sua primeira obra com um tronco morto e, a partir desse momento, deu início à sua missão ambiental através da prática artística, adotando, como a descreveu Pierre Restany, “uma abordagem realista e cada vez mais imediata e objetiva.”¹⁴ O carácter político do seu trabalho, fruto de uma ética marcada pela vivência profunda e continuada dos lugares, começou a ampliar-se internacionalmente, levando-o a redigir em 1978, com Sepp Baendereck e Pierre Restany, o Manifesto do Rio Negro” que criticava asperamente as políticas então adoptadas na Amazónia.

Com preocupações semelhantes, na Colômbia, Alicia Barney – uma figura central no que diz respeito a um empenho militante perante as questões ecológicas – realizou projectos como *Puente sobre Tierra*, de 1975, tratando-se de uma ação de carácter efémero cujo rasto se mantém em seis fotografias que mostram um caminho quase impercetível entre dois pontos de água. Se uma ponte sobre água geralmente liga duas partes de terra, neste caso – e numa operação que descentraliza o ser humano – a ponte permitia, idealmente, que as criaturas que habitavam estes ecossistemas aquáticos pudessem estabelecer uma ligação através de uma ponte.

Na Europa, merece particular destaque o trabalho desenvolvido pelo alemão Joseph Beuys, que, assumindo um compromisso político e social, foi autor de diferentes projectos que problematizaram o meio ambiente – sendo quase inevitável recordarmos o muito referenciado *7000 Oaks Trees*, proposto em 1982 no âmbito da Documenta 7, em Kassel.

No contexto britânico, que também se salientou no quadro da designada *Land Art*, são de assinalar os importantes contributos de artistas como Richard Long, Hamish Fulton, ou a dupla Gilbert & George, que desenvolveram práticas definidas em estreita ligação com a paisagem e a natureza, muitas vezes partindo de caminhadas. E paralelamente, em Itália, recordemos o percurso de artistas como Mario Merz ou Giuseppe Penone, a par do de Laura Grisi, que, em trabalhos como o livro de artista *Distillations - Three Months of Looking* (1970), a peça sonora *Sounds* (1971) ou o vídeo *From One to Four*

¹³ Idem, idem.

¹⁴ Pierre Restany, **Krajcberg et l'Annti-Destin**, Paris: Galerie 'J', 1966, s.p.

Pebbles (1972), a partir de dados científicos, procurou explorar uma experiência emocional para a compreensão dos fenómenos naturais.¹⁵

Já em Portugal, é fundamental assinalarmos, à luz desta dinâmica, a obra de Alberto Carneiro, que, entre dezembro de 1968 de fevereiro de 1972, redigiu, como entradas do seu diário, as notas para um manifesto da arte ecológica, revelando preocupações que foram transversais ao seu trabalho – que, desde o seu início, se articulou intimamente com a natureza.

Não é possível, nem é o seu objectivo, assinalar com este texto a diversidade de práticas e de artistas que nestas décadas, e globalmente, contribuíram para uma reflexão em torno de questões ecológicas, mas são por certo exemplos como os que acima referenciámos que nos permitem compreender a expressão, e a riqueza dessa expressão, que essas mesmas questões começaram a ter na arte contemporânea desde as décadas de 1960 e 1970.

É, pois, na esteira do legado dessas décadas que, com um empenho cada vez mais evidente, a arte contemporânea tem vindo a assumir um posicionamento reflexivo, questionante, e interventivo sobre e o meio ambiente e a ecologia, como mostra o aceso debate acerca do *Antropoceno* – um termo utilizado em 2000 pelo químico Paul J. Crutzen, e que, apesar de controverso, é certamente muito pertinente para pensarmos o nosso tempo, no qual as alterações climáticas nos obrigam a agir urgentemente.

Complementarmente a outras perspectivas, e num momento em que se celebram os 50 Anos da *Conferência de Estocolmo*, este texto procurou assim apontar constelações, desenhar linhas de orientação e mapear alguns dos desdobramentos que nos permitem pensar o papel fundamental que as artes podem ter para a construção de outros modos possíveis de habitar o planeta e conviver com as outras espécies.

Bibliografia

ALFREY, Nicholas; DANIELS, Stephen Daniels; SLEEMAN, Joy, “To the Ends of the Earth: Art and Environment”, in **Tate Papers**, N.17, <https://www.tate.org.uk/research/tate-papers/17/to-the-ends-of-the-earth-art-and-environment>, acedido a 22 de Julho de 2022.

ALVES, Margarida Brito, **O Espaço na Criação Artística do Século XX. Heterogeneidade. Tridimensionalidade. Performatividade**. Lisboa: Colibri, 2012.

BRIGGS, Shirley, “Rachel Carson. A Corrective Memoir by Shirley Briggs”, in **Heresies** N.13 – Earthkeeping / Earthshaking, New York, 1981, p. 2.

CARSON, Rachel, **Primavera Silenciosa**, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

¹⁵ Veja-se Giuia Lamoni e Vanessa Badagliacca, “Earthkeeping/Earthshaking – Arte, Feminismos e Ecologia, in **Earthkeeping / Earthshaking: Arte, Feminismos e Ecologia**, Lisboa: EGEAC – Galerias Municipais, 2021, p. 8-16.

DENES, Agnes, “Notes on Eco-Logic: Environmental Artwork, Visual Philosophy and Global Perspective”, in **Leonardo**, N. 5, Vol. 26, Special Issue: Art and Social Consciousness, 1993, p. 387-395.

MOLIN FOP, Ughetta, “Arte Pública Ambiental na Obra de Patricia Johanson”, in **Arte Pública: Lugar, Contexto, Participação**, editado por Bernardo Pinto de Almeida, Catarina Rosendo e Margarida Brito Alves, Lisboa / Santo Tirso: Instituto de História da Arte FCSH-UNL / Câmara Municipal de Santo Tirso, 2018.

LAMONI, Giulia; BADAGLIACCA, Vanessa (eds.), catálogo **Earthkeeping / Earthshaking: Arte, Feminismos e Ecologia**, Lisboa: EGEAC – Galerias Municipais, 2021.

LIPPARD, Lucy, **Six Years: The Dematerialization of the Art Object from 1966 to 1972**, Berkeley / Los Angeles / London: University of California Press, 1997.

PINCUS-WITTEN, Robert, “Eva Hesse: Post-Minimalism into Sublime”, in **Artforum**, N. 3, Vol.10, Nov. 1971, pp. 33-44.

RESTANY, Pierre, **Krajcberg et l’Annti-Destin**, Paris: Galerie ‘J’, 1966.

SHERK, Bonnie, “Crossroads Community (The Farm) is an Alternative to Art Spaces, in Earthkeeping/Earthshaking **Heresies** #13, New York, 1981, p. 31.

SONFIST, Alan (ed.), **Art in the Land: A Critical Anthology of Environmental Art**, Dutton: New York, 1983.

WULF, Andrea, **A Invenção da Natureza. As Aventuras de Alexander Von Humboldt. O Herói Esquecido da Ciência**, Lisboa: Círculo de Leitores, 2018.

50 anos após Estocolmo: a era do Antropoceno e suas paisagens antagônicas

Vanessa Sartori Rodi

Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ
Programa de pós graduação em arquitetura/PROARQ
vanessa.rodri@fau.ufrj.br

Resumo: Após 300 mil anos de existência da espécie Homo Sapiens, atingimos o patamar da era Antropoceno e Capitaloceno na história do planeta Terra. As ações dos seres humanos causam cada vez mais impactos nas condições geomorfológicas da Terra, gerando intensa degradação ambiental e conseqüentemente social também. Um dos propulsores mais intensos de tais ações se encontra no consumo desenfreado da modelo capitalista atual, levando a sociedade a ter uma relação com a Natureza cada vez mais de bens de consumo do que de bens naturais. Nesse sentido, se diálogo neste ensaio, como após 50 anos da Conferência de Estocolmo a nossa espécie tem lidado com as mudanças ambientais propostas e como elas reverberam no sul global, em especial na América Latina. Através do campo disciplinar da paisagem, se indaga como são representados territórios que são ocupados pro grupos sociais que vão de embate com a lógica do Antropoceno. Se foca no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, o qual vem construindo territórios que podem refletir uma paisagem política-ecológica e promover ideologias que vão de encontro com possíveis soluções para regredir as conseqüências ambientais geradas pelas pegadas ecológicas humanas de nossa era.

Palavras-chave: Antropoceno, Capitaloceno, Conferência de Estocolmo, Paisagem Política, MST.

O peso das pegadas humanas

Interessante analisar o planeta Terra a partir de uma linha temporal, percebendo que estamos aqui faz “pouco” tempo em comparação com a história do planeta e com a passagem de outras espécies. Evidencia que a Terra viveu muito mais tempo sem nós antes e poderá fazer isso tranquilamente depois de nossa própria extinção, a qual estamos lentamente provocando. O planeta tem aproximadamente 4.600 milhões de anos, tendo fósseis que mostram a possibilidade de a existência de vida ter surgido a partir de quinhentos a milhões de anos após a formação do planeta. Graças ao meteoro que provocou a extinção dos dinossauros, ocorreu a quinta grande extinção, a qual possibilitou a origem dos mamíferos. Os primeiros primatas surgiram há cerca de 50 a 56 milhões de anos atrás. A espécie *Homo Sapiens* surgiu por volta de 300 mil anos passados e é a única espécie do gênero *Homo* ainda viva. Compartilha as suas principais características – cérebro maior, olhos frontais e dedos móveis – com os primatas, nossos parentes mais próximos, os quais estão em vias de extinção graças à forte degradação de seus habitats, por meio de nossa espécie que anseia com o extrair cada vez mais vorazmente os recursos que eles podem oferecer¹.

Comparando com o tempo de vida da Terra, nossa passagem por aqui ainda é “recente”. Estamos aqui há aproximadamente 300.000 mil anos em relação aos milhões ou mais já passados. Após a última glaciação, o planeta Terra tem vivido sob condições climáticas favoráveis para a evolução de diversas espécies, a nossa inclusa. Durante esse período nós desenvolvemos inúmeras formas de nos relacionar com o próprio mundo vivido, com o surgimento de várias culturas e civilizações. Muito disso é devido ao surgimento da agricultura e também de cidades.

Porém, como visto ao longo da história da humanidade, sua evolução baseou-se muito na dominação de territórios, plantas e animais. Com ideologias baseadas no extrativismo, na posse e no ganho. Tais ações humanas implicaram em grandes desmatamentos de florestas, poluição das águas de inúmeros rios e mares, contaminação dos ares pelas máquinas e queima de combustíveis fósseis. Entre outras muitas “pegadas” humanas, como as mudanças climáticas e geológicas, estão perceptivelmente ocorrendo, são resultado dessa nossa “breve” estadia na Terra. Com isso, Paul Crutzen e Eugene F. Stoermer² afirmaram termos entrado em uma nova era geológica, a qual batizaram de Antropoceno (*Anthropocene*), “baseado na inegável evidência que os atuais processos atmosféricos geológicos, hidrológicos e biosféricos são em grande parte antropogênicos, alterados ou influenciados pelas atividades dos seres humanos.”³

Segundo o Relatório Fronteiras 2022⁴, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), aponta consequências das ações da espécie humana no meio ambiente, um aumento considerável na poluição sonora a qual é gerada principalmente por transportes e por máquinas, impactando na saúde dos humanos e animais também,

¹ LUNA, Luis Eduardo - Biosfera, antropoceno e animismo ameríndio. **Cadernos Selvagem**. (2018).p.(1-18).

² CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene. - The «anthropocene». **Global Change Newsletter**. (2000) p. (17–18).

³ LUNA, Luis Eduardo - Biosfera, antropoceno e animismo ameríndio. **Cadernos Selvagem**. (2018).p.(6).

⁴ Relatório disponível no site das Nações Unidas no seguinte endereço: www.unep.org/pt-br/resources/fronteiras-2022-barulho-chamas-e-descompasso. Acesso: 01 de jun. 2022.

podendo levar a sérios riscos de vida. Além disso, os incêndios florestais subiram devido ao aumento das temperaturas globais e estações mais secas, em decorrência de fenômenos humanos como: desflorestamento, expansão urbana e aumento da exploração da madeira⁵. Tais ações ocorrem principalmente na América Latina, destacando o Brasil como país onde o atual governo incentiva tais ações, indo contra medidas de proteção ao meio ambiente.

Diversos prejuízos ao meio ambiente podem ser listados devido à ação do homem no planeta: a perda de biodiversidade, poluição em diversas escalas e esferas, impacto e desequilíbrio dos ciclos de vida das plantas e animais. Destaca-se tais impactos principalmente nos países do hemisfério sul global, os que sofreram a colonização física e ideológica europeia. Percebe-se também como as garras da era da colonização ainda estão presentes e ditam as diferentes monoculturas – territorial, ideológicas e morais - na América Latina.

Apesar disso, existe uma força contrária a tal movimento de degradação e destruição da Natureza⁶. A conferência de Estocolmo de 1972 é um exemplo disso, marco histórico o qual reuniu 133 países para discutir questões ambientais e traçar perspectivas e ações em prol da conservação. Em pleno 2022, no esperado fim de uma violenta pandemia global marcada pelo vírus SARS-CoV-2, comemora-se os 50 anos da conferência, levando a refletir sobre os objetivos atingidos e dos caminhos tomados pela humanidade após tão ilustre encontro.

Além das conferências sobre o meio ambiente no mundo e das políticas ambientais implementadas em diversos países, vale destacar fortemente como povos originários, pequenas comunidades de sociedades tradicionais lidam com a famosa “ecologia” e relação com a Natureza. Para muitos, a ideologia adotada é a de que tudo está interconectado, que a Natureza não é algo desassociado de nós seres humanos e que é sagrada⁷.

É nesse eixo que o presente ensaio se coloca, trazendo a perspectiva ecológica e política de movimentos sociais que lutam por igualdade e pela preservação do meio ambiente. É o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o qual está por todas as regiões do Brasil, lutando pelos seus direitos, por terras e indo contra à lógica colonial do latifúndio ainda reproduzida no meio rural do Brasil até os dias atuais.

Promovendo uma ecologia política, os territórios do MST propõem uma abordagem social e ambiental com o meio no qual vivem, propondo um modo de vida camponês que se conecte com a Natureza e não a utilize somente como recurso. Nesse sentido, estando mais alinhados aos ideais de preservação ambiental do planeta, mudando a forma de pensar em relação aos seus bens naturais.

Portanto, será abordada como a paisagem política e ecológica do movimento sobressai

⁵ VALENTE, Jonas - **Relatório da ONU aponta ameaças ao meio ambiente: desequilíbrios trazem impactos negativos para a humanidade** [Em linha]. Brasília: Agência Brasil, 2022, atual. 2022. [Consult. 6 mai. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-02/relatorio-da-onu-aponta-ameacas-ao-meio-ambiente>.

⁶ Se utiliza a palavra **Natureza** em maiúsculo pela sua consideração como indivíduo (GUDYNAS, 2015).

⁷ LUNA, Luis Eduardo - Biosfera, antropoceno e animismo ameríndio. **Cadernos Selvagem**. (2018).p.(1-18).

tais valores e conceitos, podendo reproduzir maneiras mais sustentáveis de ocupar os territórios rurais brasileiros e promover mudanças ecológicas que estão favorecendo a regressão nas consequências ambientais geradas pelo Antropoceno.

A era do Antropoceno e a Conferência de Estocolmo de 1972

Crutzen⁸ sugere o início da era do Antropoceno para a última parte do século 18, em conjunto com o momento histórico das descobertas de James Watts com o motor a vapor, em 1784. A escolha não é totalmente arbitrária, pois se baseia no fato de que as consequências das ações humanas no planeta se tornaram muito mais notáveis nos últimos dois séculos passados. Afirma também que dados coletados dos núcleos de gelos glaciais demonstram um crescimento nos níveis de emissão de gases estufa que coincidem com a invenção da máquina à vapor. Somando a tal descoberta o advento posterior da primeira Revolução Industrial, percebe-se notavelmente um crescimento das mudanças geomorfológicas no planeta. O crescimento populacional e a extração de recursos do planeta crescem exponencialmente desde então. O autor enfatiza como a tecnologia pode ser um elemento criado pelo ser humano para reparar seus próprios erros. Por exemplo aplicando tecnologias na produção e consumo de energia, como a captação de energia solar; ou na agricultura, otimizando o espaço da produção e também a indústria da reciclagem cada vez mais avançada.

Como respostas para a era do Antropoceno, a sociedade tomou algumas ações e debates em relação à importância de agir frente às mudanças ambientais. A Conferência de Estocolmo é um marco importante na história pois representa a primeira grande tentativa de aproximação entre os direitos humanos e o meio ambiente, unindo líderes de todo o mundo, com o intuito de pontuar questões ambientais nas agendas políticas das nações. Somando a isso, há um aumento da preocupação global em unir os interesses econômicos com a conservação ambiental, propondo novas condutas globais resultando no documento Nosso Futuro Comum ou Relatório de Brundtland. O que surge a partir desse marco são diversas ONGs e a criação dos chamados “partidos verdes” na política, resultando no surgimento do ambientalismo como um novo movimento social. Surgem parâmetros legais para regular e limitar o uso dos recursos naturais, visando um controle maior nas consequências ambientais geradas e objetivando a diminuição da degradação⁹.

Porém, países do sul global, como o caso do Brasil, não concordaram com diversas das ações propostas a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, a fim de limitar as ações econômicas em relação ao meio ambiente¹⁰. Alegando estarem em processo de desenvolvimento industrial e econômico, os países se encontrariam em demasiada discrepância e patamares muito menores do que os países do norte global, os quais já

⁸ CRUTZEN, Paul J. - The “Anthropocene”. In Ehlers, E., Krafft, T. - **Earth System Science in the Anthropocene: Emerging Issues and Problems**. Berlin/Heidelberg : Springer-Verlag, 2006. ISBN 978-3-540-26588-7. p. 13 - 18.

⁹ GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia - Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. **Administração de Empresas em Revista**. (2012) p.(65–79).

¹⁰ GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia - Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. **Administração de Empresas em Revista**. (2012) p.(65–79).

tenham passado por essa fase de crescimento exacerbado, também às custas da intensa extração e uso de recursos naturais. Portanto, os países em desenvolvimento se viram em grande desvantagem.

Após 50 anos da Conferência de Estocolmo, ações globais foram tomadas para curar a camada de ozônio em 2013, eliminar o combustível com chumbo e impedir cada vez mais a extinção de espécies ameaçadas. Inúmeras contribuições e mudanças no pensar e fazer, ocorreram após o marco da conferência, o que demonstra sua extrema importância na discussão de direitos ambientais.

Apesar disso, alguns questionamentos se colocam, principalmente em relação ao sul global. Qual seria o verdadeiro interesse na preservação e conservação do meio ambiente? Não seria mais uma ação típica do Antropoceno instituir direitos ambientais para garantir os próprios direitos humanos¹¹? Será que as nanotecnologias e a aplicação da geoengenharia, aliadas à outras tecnologias que surgem constantemente, são suficientes para de fato resultarem em mudanças consistentes e duradouras na regressão das consequências ambientais causadas pelo Antropoceno? As mudanças geomorfológicas em nosso planeta são movidas pelos seres humanos, sob qual pretexto? Tais questionamentos são interessantes serem deslocados para os territórios da América Latina, onde diversos estudiosos e pesquisadores se colocam de maneira crítica diante do conceito do Antropoceno, alegando ser muito generalista.

É o caso da socióloga argentina Maristella Svampa¹², que debate a questão do Antropoceno em relação às dinâmicas ecológicas e sociais, por meio de uma visão latina. Vincula a história das ciências da terra com a história econômica e sociocultural, resultando em uma leitura macro de como chegamos até o atual ponto de crise ambiental. Considerando o termo Antropoceno genérico, aborda o termo Capitaloceno¹³ em seu lugar, enfatizando que tal conceito é abordado principalmente na América Latina, inicialmente pela antropóloga colombiana Astrid Ulloa. A qual coloca de um lado as questões climáticas, chave de discussão do Antropoceno; e do outro lado as narrativas críticas latino-americanas, ligadas ao neoextrativismo e conflitos ambientais gerados a partir disso. Ulloa¹⁴ aponta algumas falhas do Antropoceno, geradas a partir dos processos econômicos e ambientais que se constituem no sul global, enfatizando a tese do generalismo do termo. Dentre algumas, as geopolíticas do conhecimento, o extrativismo intenso nos países do sul e a falta de reconhecimento de outras ontologias e epistemologias que diferenciam do modo ocidental nortista de pensar¹⁵.

¹¹ GUDYNAS, Eduardo - **Derechos de la naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales**. Edição 1ª. ed. Lima : Editorial Abya-Yala, 2015. ISBN 9786124653032.

¹² SVAMPA, Maristella - El Antropoceno como diagnóstico y paradigma. *Lecturas globales desde el Sur. Utopia y Praxis Latinoamericana*. (2019) p. (33–54).

¹³ **Capitaloceno** surge como uma crítica ao Antropoceno, ao afirmar que as ações humanas estão ligadas à pretextos econômicos e políticos de poder e desigualdades, no contexto do capitalismo global. Afirmando assim, que a apropriação capitalista da Natureza e dos territórios são a verdadeira causa das ações humanas que geram as transformações ambientais no planeta.

¹⁴ ULLOA, Astrid - Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica? **Desacatos. Revista de Ciencias Sociales**. (2017). P. (58 – 73).

¹⁵ Cit. por SVAMPA, Maristella (2019) – El Antropoceno como diagnóstico y paradigma. *Lecturas globales desde el Sur*, p. 42.

Portanto, parece mais justo alegar as causas de mudanças ambientais e climáticas ao Capitaloceno, enfatizando que as ações da espécie humana que de fato promovem mudanças ambientais significativas no planeta Terra, derivam de pretextos de poder econômico e político baseados no sistema atual do capitalismo. Desse modo, o avanço tecnológico não é e não será suficiente para promover uma regressão definitiva dos efeitos nocivos à Natureza causados pelo Capitaloceno, apesar de auxiliar para tal caminho. O que de fato promoverá uma mudança é uma transformação na ideologia do consumo desenfreado das sociedades nos dias atuais, demandando cada vez mais recursos e gerando mais degradação. Somando à ideologia, enfatizar o fato de reconhecer a Natureza como indivíduo passível de seus próprios direitos e que não está à serviço da humanidade¹⁶. Com isso, diversas comunidades e povos possuem um modo de ver e pensar o mundo que vão de embate com a lógica ambientalista e capitalista do norte ocidental do planeta, a qual ainda impera globalmente e influencia a maioria das mudanças globais.

Paisagens antagônicas

“A terra não pertence às pessoas, elas é que pertencem à terra”, diz Antônio Bispo dos Santos¹⁷, escritor e morador do quilombo¹⁸ Saco do Curtume, no Piauí¹⁹. Tal afirmação resume a ideologia de povos que vão contra um modelo exploratório e extrativista. Apoiando-se na lógica da emancipação, através da contracolônização que reúne os processos de luta e resistência dos territórios, dos símbolos e modos de vida. Contribuindo para a visão de que a Natureza é um indivíduo, é sagrada e deve ser cuidada e respeitada. Não possuem uma relação de posse de terras e produções. Portanto, seus modos de produção e trabalho com a terra respeitam os ciclos da Natureza, sendo favorável para recuperar processos geomorfológicos que foram perdidos. As ações desses povos são orientadas pelo modo como enxergam a Natureza, não como recurso, mas como bens. Poderia ser a resposta para lidarmos com o meio ambiente global, tendo a Natureza como sagrada?

Porém, para Santos, os contracolônizadores são os povos trazidos da África escravizados e os originários das Américas, estando sob as mesmas condições de exploração²⁰. Mas não poderiam ter outras comunidades que contribuem para a contracolônização? Como é o caso dos camponeses sem terra no Brasil, lutando contra o sistema de latifúndio e aplicando modos de produção que centrem na agroecologia e nas agroflorestas, também respeitando os ciclos da terra?

Como o MST, o qual objetiva que o território ocupado tenha que cumprir a sua função social, de produzir alimentos saudáveis e de cuidar da Natureza. O movimento possui uma história de luta pela terra e reforma agrária no Brasil desde sua fundação na década

¹⁶ GUDYNAS, Eduardo - **Derechos de la naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales**. Edição 1ª, ed. Lima : Editorial Abya-Yala, 2015. ISBN 9786124653032.

¹⁷ Defensor dos direitos dos quilombolas e da terra no Brasil. Levanta a bandeira do contracolônialismo como caminho possível para desmanchar as amarras herdadas da era colonial no Brasil, existentes até hoje.

¹⁸ Quilombo é o território formado por escravos fugidos das fazendas coloniais, sendo territórios de resistência dos escravos negros. Existem quilombos remanescentes no Brasil até os dias atuais.

¹⁹ SANTOS, Antônio Bispo - Somos da Terra. **Piseagrama**. (2018) p. (44–51).

²⁰ SANTOS, Antônio Bispo - Modos Quilombolas. **Piseagrama**. (2016) p. (58–65).

de 80. Com isso, o movimento se une à luta por uma ecologia política, reforçando a relação Natureza e homem como algo a buscar integração e equilíbrio.

Trazem uma “nova” maneira de agricultura, baseada na agroecologia e agroflorestas, sendo práticas ancestrais dos povos originários do Brasil. Com tal modelo é possível produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, eliminando a chance de poluição, desmatamento e intensa extração de recursos do solo. O objetivo, na verdade, é a recuperação dos solos contaminados e desprovidos de nutriente, resultado das extensas monoculturas dos latifúndios.

Além disso, uma luta política é desbravada pelo movimento, o qual busca igualdade social no meio rural, indo contra o modelo de latifúndios e concentração de terras, o qual foi instaurado no Brasil desde sua colonização e permanece até hoje. Propondo diversas medidas como o combate à desigualdade social, à exploração dos camponeses e à degradação da Natureza. Considera de extrema importância garantir a soberania alimentar da população do país preservando a biodiversidade, recuperando e cuidando dos bens naturais, como a terra, as sementes, as águas, as matas e as florestas que estão sob o controle do movimento, onde podem de fato atuar²¹.

A paisagem rural presente no Brasil possui um caleidoscópio de imagéticas e possibilidades. Tendo a paisagem como reflexo de como o meio ambiente se apresenta no nosso planeta, refletindo a ideologia e maneira de viver de determinados grupos sociais. As paisagens rurais do agronegócio possuem longas extensões de terra com suas monoculturas perceptivelmente infinitas, sem trabalhadores e diversidade presentes. Sem árvores e sem a arquitetura que abriga a vida social e cotidiana.

Como seria a paisagem rural produzida pelo MST? Representaria que modos de viver e lidar com a Natureza? Tendo o movimento uma união entre política e campo, podendo ser expressada no território – e conseqüentemente na paisagem - seus símbolos, modos de viver e de ideologias. Reafirmando uma maneira que se pode dizer sustentável, tendo uma abordagem com o meio ambiente e social de harmonia e cooperação. Além de habitarem o campo, estarem presentes em suas terras e reproduzirem seus costumes e tradições, como expressado na figura 01, onde ocorre o ato político em comemoração de quatro meses do acampamento Cícero Guedes – MST, localizado no interior do estado do Rio de Janeiro, na cidade de Campos dos Goytacazes.

²¹ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA/MST - **Plantar árvores, produzir sementes saudáveis**. Cadernos de Agroecologia. Volume 1. 2021.



Figura 01 – momento cultural dos acampados e visitantes para celebrar quatro meses de resistência Fonte: fotografia elaborada pela autora.

A partir da figura 01 é possível identificar alguns elementos que constituem a construção coletiva, social e cultural do movimento. O elemento político muito forte e presente na identificação política dos atores – assentados e visitantes - a partir de bonés e camisetas vermelhas com o logo do movimento e de alguns partidos políticos de esquerda. A própria arquitetura do elemento construído presente na imagem, o ‘barracão’ (como os acampados denominam), é possível perceber uma camada representativa do movimento e de sua marginalização. Tendo materiais que compõem a construção encontrados em descartes ou doações, dando a estética de ‘remendo’ e em constante construção. Somando-se a isso, o chão de terra é a grande base, trazendo à tona onde está alocada a raiz dessa paisagem: a terra.

Na figura 02, também do acampamento Cícero Guedes, o altar do movimento está representado, nele estão distribuídos os pilares ideológicos que movimentam as ações do MST, como os panos de chita, coloridos e floridos, remetendo à uma estética rural camponesa. Os livros sobre agroecologia, educação e tecnologia espalhados na base do altar, reforçando a importância de sempre estudar. A bandeira e as ferramentas utilizadas no trabalho árduo do campo, representando a produção em conjunto com os alimentos orgânicos colhidos no próprio acampamento, fruto de trabalho em equipe.



Figura 02 – momento da mística com os acampados e visitantes, cantando canções do movimento e celebrando. Fonte: fotografia elaborada pela autora.

As figuras 03 e 04 representam cenas do trabalho em equipe com as produções agroecológicas do MST em dois assentamentos no estado do Rio de Janeiro. Percebe-se que a forma de lidar com a terra e com a produção é em uma escala mais humana. Baseada no diálogo entre os assentados, discutindo a melhor forma de divisão e planejamento do trabalho no campo. Os frutos das produções dos assentamentos são comercializados em algumas cidades e chegam à mesa do consumidor como alimentos produzidos por agricultura familiar, sem opressão do trabalhador rural e sem a utilização de venenos. A paisagem retratada nas duas figuras representa uma maneira de lidar com a terra e com a Natureza mais respeitosa e menos agressiva, podendo sim extrair frutos e bens do meio ambiente sem degradação e poluição dos solos.



Figura 03 – debate da produção e do modo de plantio de algumas mudas no assentamento Irmã Dorothy localizado no município de Quatis, no estado do Rio de Janeiro., Fonte: Coletivo de Comunicação MST-RJ.



Figura 04 – Momento de trabalho coletivo na terra no PDS Osvaldo de Oliveira no município de Macaé no estado do Rio de Janeiro. Fonte: Coletivo de Comunicação MST-RJ.

Quais serão nossas paisagens futuras?

Nossa passagem no planeta Terra irá se concluir em algum momento na grande linha do tempo da história. De certo, somos a única espécie que atingiu um controle e domínio sobre as outras de uma maneira nunca vista antes. O que tudo indica é que nós mesmos seremos a causa de nosso fim, dado os rumos ambientais que estão sendo provocados por consequências de nossas ações, as quais estão ligadas à uma necessidade de produção e consumo intensos e sempre maiores, visando a geração de capital individual e de grandes corporações. É a era do Capitaloceno.

Apesar desse cenário, foi possível constatar que existem maneiras diferentes de viver, indo contra a ideologia do Capitaloceno. Pequenas comunidades, povos originários e agricultores familiares trabalham diariamente construindo territórios que questionam tal lógica, sem negar totalmente o capital. As paisagens produzidas estão em harmonia com a Natureza e o meio ambiente, gerando ações que regridem as consequências do Antropoceno – Capitaloceno, atingindo os objetivos de tantas conferências ambientais já realizadas no mundo, em particular a de Estocolmo em 1972.

No caso do MST, a paisagem se mostra como elo entre a arquitetura e a ecologia política, concretizando a ideologia do movimento e a enfatizando de maneira imagética. Assim, é possível perceber os elementos paisagísticos e imagéticos que enfatizam suas lutas, maneiras de produzir e de se relacionar com a terra. Enfatizando sempre a matriz ecológica e política da paisagem e como ela pode contribuir e se alinhar com os propósitos de preservação do meio ambiente discutidos desde a conferência de Estocolmo em 1972. A paisagem é apenas um reflexo da ideologia da sociedade que construímos. Que paisagens estamos construindo para o futuro?

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pelo apoio da pesquisa, assim como ao Dinamía'cet-iscte pela acolhida do ensaio e ao PROARQ pelo suporte e incentivo à pesquisa.

Bibliografia

CRUTZEN, Paul J. - The “Anthropocene”. In Ehlers, E., Krafft, T. - **Earth System Science in the Anthropocene: Emerging Issues and Problems**. Berlin/Heidelberg : Springer-Verlag, 2006. ISBN 978-3-540-26588-7. p. 13 - 18.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene. - The «anthropocene». **Global Change Newsletter**. (2000) p. (17–18).

GUDYNAS, Eduardo - **Derechos de la naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales**. Edição 1ª. ed. Lima: Editorial Abya-Yala, 2015. ISBN 9786124653032.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia - Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. **Administração de Empresas em Revista**. (2012) p.(65–79).

LUNA, Luis Eduardo - Biosfera, antropoceno e animismo ameríndio. **Cadernos Selvagem**. (2018).p.(1-18).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA/MST - **Plantar árvores, produzir sementes saudáveis**. Cadernos de Agroecologia. Volume 1. 2021.

SANTOS, Antônio Bispo - Modos Quilombolas. **Piseagrama**. (2016) p. (58–65).

SANTOS, Antônio Bispo - Somos da Terra. **Piseagrama**. (2018) p. (44–51).

SVAMPA, Maristella - El Antropoceno como diagnóstico y paradigma. Lecturas globales desde el Sur. **Utopia y Praxis Latinoamericana**. (2019) p. (33–54).

ULLOA, Astrid - Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica? **Desacatos. Revista de Ciencias Sociales**. (2017). P. (58 – 73).

VALENTE, Jonas - **Relatório da ONU aponta ameaças ao meio ambiente: desequilíbrios trazem impactos negativos para a humanidade** [Em linha]. Brasília: Agência Brasil, 2022, atual. 2022. [Consult. 6 mai. 2022]. Disponível em WWW:<URL:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-02/relatorio-da-onu-aponta-ameacas-ao-meio-ambiente>>.

Quarta Natura. Hacia un nuevo marco conceptual para el estudio de la relación Ser Humano-Naturaleza

Jesús Santiago-Ramos

Departamento de Geografía, Historia y Filosofía
Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, España
jsanram@upo.es

Resumen: La noción de naturaleza presenta un cierto carácter elusivo en cuanto a su definición. Sin embargo, es imprescindible contar con una comprensión clara de este concepto si se quiere entender en su complejidad la actual relación del ser humano con el medio ambiente. El presente trabajo esboza las bases de un nuevo marco conceptual que trata de aunar las principales aproximaciones a la idea de naturaleza desde un punto de vista teórico-aplicado. A través del término *quarta natura*, esta propuesta pretende ofrecer una visión amplia e integradora sobre esta cuestión, que facilite el diálogo entre los diferentes actores y ámbitos de conocimiento implicados en el reto de la sostenibilidad. La idea de *quarta natura* se articula a través de la definición de cuatro rasgos o características que se consideran fundamentales para entender la naturaleza en el momento presente: su carácter sistémico, su carácter multifuncional, su carácter híbrido y su carácter percibido. El carácter sistémico hace referencia a la comprensión de la naturaleza desde el punto de vista de la ecología, siendo central para ello la aplicación del concepto de ecosistema tanto a entornos inalterados como a ámbitos con diferentes grados de intervención antrópica. El carácter multifuncional se vincula al entendimiento de la naturaleza como fuente de beneficios y servicios para la sociedad, ya sea en el plano ambiental, social o económico. El carácter híbrido se refiere a la estrecha imbricación entre componentes naturales y antrópicos observable hoy en día en multitud de contextos, tanto en entornos urbanos como rurales. El carácter percibido está estrechamente relacionado con la idea de paisaje y engloba el conjunto de significados y valores que la sociedad atribuye al medio natural que le rodea. En su conjunto, estas cuatro características dibujan una realidad natural compleja, que requiere de la colaboración y el intercambio de conocimiento entre diferentes ámbitos disciplinares.

Palabras-clave: naturaleza, sostenibilidad, ecosistema, multifuncionalidad, paisaje.

Introducción: la sostenibilidad como reto transdisciplinar

En la última década, la creciente preocupación por el cambio climático –el componente más urgente y visible de la actual crisis ecológica global- y el aumento progresivo de la conciencia medioambiental han impulsado la reemergencia del concepto de sostenibilidad. Hitos recientes como la Cumbre del Desarrollo Sostenible y la aprobación de la Agenda 2030 de Naciones Unidas han certificado la renovada vigencia de una noción que cuenta ya con una larga trayectoria, y que en el momento presente vuelve a ocupar un lugar central en el debate público internacional. Es importante señalar que la idea de desarrollo sostenible ha sido sometida a crítica casi desde su misma aparición, subrayándose sobre todo la vaguedad de su definición; este rasgo habría facilitado una utilización interesada del concepto por parte de algunos sectores, contribuyendo con ello a su banalización¹. Por este motivo, parece conveniente revisar algunos de los fundamentos teórico-conceptuales que sustentan la noción de sostenibilidad, poniendo el foco principalmente en aquellos aspectos que pueden condicionar su operatividad como herramienta real de cambio.

Uno de los rasgos esenciales que debería asumir cualquier aproximación teórica a la sostenibilidad es su carácter necesariamente *transversal*. Entendemos aquí la transversalidad en un doble sentido. De un lado, en la medida en que cualquier estrategia de desarrollo sostenible implica la acción coordinada de diferentes actores: la Administración pública -en sus diferentes escalas y ámbitos sectoriales de actuación-, el ámbito científico, la empresa privada, el tercer sector y la propia ciudadanía. De otro lado, en tanto que la construcción de un futuro sostenible requiere de un conocimiento complejo de las interacciones antrópico-naturales, lo que implica a un conjunto amplio y heterogéneo de disciplinas: ecología, geografía, sociología, economía, ingenierías, arquitectura y urbanismo, etc. El diálogo y la cooperación entre campos de conocimiento y de actuación tan diversos se muestra así como un requisito ineludible para la materialización práctica de los presupuestos de la sostenibilidad.

Si asumimos la sostenibilidad como la búsqueda de un equilibrio armónico y perdurable entre el ser humano y la naturaleza -es decir, entre la sociedad y el medio natural que le da soporte y marca los límites de su viabilidad-, resulta pertinente preguntarse qué es lo que entendemos realmente por *naturaleza*. En particular, se hace necesario cuestionarse si los diferentes actores y disciplinas anteriormente citados comparten una misma concepción de lo *natural*; o, al menos, si las distintas aproximaciones a la naturaleza puestas en juego resultan compatibles entre sí y hacen viable la necesaria comunicación e intercambio de información entre ellas.

El presente trabajo supone una primera exploración de las bases conceptuales que posibilitan este diálogo transversal e interdisciplinar. Partiendo de una breve reflexión sobre la actual conceptualización de lo natural y sus raíces históricas, se planteará la necesidad de un marco de referencia común que facilite un entendimiento amplio e integrador de la actual relación ser humano-naturaleza. Proponemos para ello la idea de *quarta natura*, un

¹ NAREDO, José Manuel – Sobre el origen, el uso y el contenido del término sostenible. **La construcción de la ciudad sostenible**. Madrid: Universidad Politécnica de Madrid, 1997.

concepto-puente que puede facilitar esta tarea al conectar las perspectivas aportadas por diversos ámbitos de conocimiento e intervención. Sobre esta base, se discutirán cuatro rasgos fundamentales que a nuestro juicio definen la naturaleza -o mejor, las posibilidades actuales de análisis e intervención sobre lo natural- en el momento presente: su carácter *sistémico, multifuncional, híbrido y percibido*.

(Re)definiendo la naturaleza

La idea de naturaleza es compleja y se reviste de un cierto carácter elusivo en cuanto a su definición desde sus propios orígenes². En su acepción más habitual en el contexto de las políticas públicas, la ciencia de la conservación o la ética ambiental, lo natural se entiende esencialmente como “lo opuesto a lo humano o artificial”³. Se trata de una conceptualización *en negativo*, basada en la contraposición a otros términos, ya sean de carácter general -como *cultura* o *sociedad*- o más específicos -como la artificialización del suelo. La propia idea de “conservación de la naturaleza”, es decir, la preservación del medio en su estado originario frente a cualquier impacto derivado de la acción antrópica, es una muestra clara de esta perspectiva. No obstante, tal y como señalan Ducarme y Couvet⁴, esta visión de la naturaleza propia del contexto cultural occidental es contradictoria no solo con respecto a otras concepciones no occidentales, sino también en relación con anteriores representaciones europeas de lo natural. Estos autores defienden que es necesario tomar en consideración la diversidad semántica del concepto en el desarrollo de políticas ambientales, “integrando la relatividad y la potencial imprecisión de la definición occidental actualmente dominante”⁵.

A pesar de lo anterior, si se atiende al contenido concreto de los análisis y políticas ambientales, se observa cómo los límites conceptuales asociados a la naturaleza se han ido ampliando, aceptándose en la actualidad de forma generalizada que lo natural puede llevar implícito un cierto grado de intervención antrópica. A grandes rasgos, en el plano práctico se puede observar una división de la naturaleza en tres categorías principales:

- a) Una *naturaleza virgen*, relativamente inalterada por la acción humana. Los espacios o elementos que responden a esta categoría son el objeto prioritario de las políticas de conservación de la naturaleza y constituyen el núcleo central de los sistemas de espacios protegidos (p.ej. la Red Natura 2000 en Europa).
- b) Una *naturaleza productiva*, que corresponde a los espacios dedicados a la agricultura, la ganadería y la silvicultura, donde el medio natural ha sido modificado en aras de su explotación económica. La predominancia de elementos bióticos o abióticos del medio (suelo desnudo, vegetación, fauna) hace que estos espacios mantengan a efectos prácticos un carácter de naturalidad o semi-naturalidad.

² Como referencia general, ver: HADOT, Pierre – **El velo de Isis. Ensayo sobre la historia de la idea de Naturaleza**. Barcelona: Alpha Decay, 2015.

³ DUCARME, Frédéric & COUVET Denis – What does ‘nature’ mean? **Palgrave Communications**. Vol. 6, nº 14 (2020).

⁴ Ibid.

⁵ Ibid.

- c) Finalmente, una *naturaleza ordenada* y modificada para el disfrute del ser humano. En esta categoría se incluirían los jardines, parques y espacios públicos con vegetación presentes en las ciudades; ámbitos en los que los elementos bióticos y abióticos del medio son un componente fundamental, si bien se encuentran completamente modulados por la acción antrópica.

Esta división ternaria de la naturaleza se ve reflejada en contextos muy diversos. Por ejemplo, es frecuente encontrar esta aproximación en la clasificación de las bases cartográficas de coberturas de suelo; así, suele atenderse a una división básica del territorio entre *zonas urbanas o artificiales* (que incluyen las áreas verdes urbanas), *zonas agrícolas*, y *zonas naturales o forestales*⁶. En el plano político-administrativo, encontramos un caso similar en la distribución de las competencias relativas a la gestión y protección del medio; en este sentido, es habitual encontrar órganos diferenciados para la protección de las áreas naturales, para la gestión de las actividades agrícolas y ganaderas, y para la ordenación de los espacios urbanos y metropolitanos. Por su parte, las disciplinas de estudio han trabajado hasta tiempos recientes con un reparto análogo de sus intereses y objetos de investigación, primando por ejemplo la ecología y ciencias afines el estudio de los espacios naturales menos alterados, la ingeniería agrícola y forestal el tratamiento de los espacios productivos, y la arquitectura, el urbanismo o la ordenación del territorio el diseño de parques, jardines y zonas verdes en los entornos más antropizados.

Aunque no es objeto de este trabajo realizar una revisión de los antecedentes de esta concepción tripartita de la naturaleza, sí parece conveniente atender mínimamente a su contextualización histórica. En este sentido, el referente más claro de esta perspectiva (y, a nuestro juicio, uno de los más valiosos para reconfigurar la concepción actual de la naturaleza) es probablemente la aportación del humanista italiano del siglo XVI Jacopo Bonfadio. En un texto de 1541, haciendo referencia al diseño de los jardines del Renacimiento, Bonfadio sugiere que “la naturaleza incorporada con el arte y hecha artificio es connatural con el arte y llega a ser una *tercera naturaleza* a la cual no sabría dar nombre”⁷. Esta tercera naturaleza -o *terza natura* en el original- es el resultado de una integración de arte y naturaleza “realizada por el ser humano, al que beneficia al producir aquello que ni la naturaleza ni el arte por sí solos pueden hacer”⁸. La idea de una tercera naturaleza implica lógicamente la existencia de otras dos naturalezas anteriores. En palabras de Mónica Luengo:

“Se retoma quizás así la antigua idea ciceroniana, recogida en *De Natura Deorum*, en la que el autor se refería al paisaje agrícola transformado por la mano del hombre como a una *altera natura* (o *segunda naturaleza*). Si a estas dos naturalezas de

⁶ Ver, como ejemplos, CORINE Land Cover (CLC), el Sistema de Información de Ocupación del Suelo en España (SIOSE), o el Mapa de Usos y Coberturas Vegetales de Andalucía (MUCVA).

⁷ LUENGO, Mónica – El jardín barroco o la terza natura. Jardines barrocos privados en España. In EGIDO, Aurora & LAPLANA, José Enrique – **Mecenazgo y Humanidades en tiempos de Lastanosa**. Zaragoza: Instituto de Estudios Altoaragoneses, 2008. p. 89-112.

⁸ Ibid.

Cicerón se añade una tercera, el jardín de placer reinventado en el Renacimiento, tendremos las tres naturalezas barrocas”⁹.

Es interesante señalar cómo el jardín barroco ideal otorga a las tres naturalezas una disposición ordenada y jerarquizada en el espacio, a lo largo de un eje longitudinal que avanza desde un mayor grado de intervención antrópica (el edificio y el jardín), a un nivel intermedio (los campos de cultivo circundantes) y, finalmente la ausencia de intervención (los bosques y campos salvajes). Se trata de una visión similar a la que hoy en día nos ofrece el concepto de *gradiente urbano-rural*, ampliamente utilizado en el análisis urbano y territorial¹⁰, o el transecto urbano-rural creado por Andrés Duany en el marco del New Urbanism.

A pesar de su vigencia práctica, esta concepción jerarquizada de la naturaleza parece en la actualidad insuficiente para abordar muchos de los nuevos desafíos ligados al objetivo de la sostenibilidad. Precisamente, gran parte de las cuestiones ambientales que afrontamos hoy en día se caracterizan por una estrecha y compleja imbricación entre las actividades humanas y los sistemas naturales que les dan soporte, que trasciende la rígida categorización anterior. Los ejemplos son numerosos: desde la problemática de la implantación de las instalaciones de producción de energías renovables en espacios naturales valiosos; a la búsqueda de fórmulas que maximicen la compatibilidad entre una agricultura productiva y rentable y una adecuada conservación de la biodiversidad; o al reto de armonizar la ciudad con el entorno que la rodea y, a su vez, integrar lo natural en el propio espacio urbano.

Los instrumentos que surgen para abordar este tipo de desafíos apelan a una visión de la naturaleza cada vez más abierta, basada en una división mucho más laxa entre lo natural y lo antrópico. Así, por ejemplo, algunos conceptos recientes de gran calado en el ámbito de las políticas ambientales en el marco de la UE, como son los de *capital natural*, *soluciones basadas en la naturaleza* o *servicios ecosistémicos*, llevan implícita una visión marcadamente funcionalista de la naturaleza, que trasciende la división entre ecosistemas naturales y artificiales y considera los procesos ecológicos como fuente potencial de bienestar para la sociedad, con independencia del contexto en que se producen. En el ámbito de la planificación, se pueden citar conceptos como los de agricultura urbana o parque agrario¹¹, que subrayan la necesidad de superar –funcional y espacialmente– la estricta división entre el espacio urbano y el entorno agrícola. Un último ejemplo dentro de los muchos posibles sería el concepto de *naturbanización*, que pone el foco sobre los desarrollos urbanísticos situados en entornos naturales valiosos, utilizados cada vez más como espacios de recreación para los habitantes de las ciudades¹².

⁹ Ibid.

¹⁰ Ver, por ejemplo: VIZZARI, Marco et al. – Urban-rural-natural gradient analysis with CORINE data: An application to the metropolitan France. **Landscape and Urban Planning**. Vol. 171, p.18-29 (2018).

¹¹ YACAMÁN, Carolina & ZAZO, Ana (Eds.) – **El Parque Agrario: una figura de transición hacia nuevos**

modelos de gobernanza territorial y alimentaria. Madrid: Heliconia, 2015.

¹² PRADOS, María José (Ed.) – **Naturbanization: New identities and processes for rural-natural areas**. Leiden: CRC Press/Balkema, 2009.

A la vista de lo anterior, parece conveniente esbozar un nuevo marco de conceptualización de la naturaleza, capaz de abarcar la complejidad emergente de las nuevas formas de relación del ser humano con el medio natural.

Hacia una Cuarta Natura: rasgos definitorios de la naturaleza en el siglo XXI

En este apartado se desarrolla una primera exploración de los fundamentos de dicho marco conceptual. Denominamos esta nueva aproximación como *cuarta natura*, recogiendo así el testigo dejado por Bonfadio y su *terza natura*, y a su vez asumiendo la necesidad de superar definitivamente la concepción ternaria de la naturaleza anteriormente descrita. De una parte, la idea de *cuarta natura* englobaría a las tres naturalezas anteriores; de otra, integraría todas aquellas manifestaciones de lo natural que no encajan con claridad en ninguna de esas categorías. En particular, una visión actualizada de la naturaleza debe incorporar explícitamente todos aquellos elementos, espacios o contextos que supongan una hibridación o transición entre las anteriores tipologías, sobre todo en aquellos casos en que esta imbricación este relacionada con alguno de los principales retos ambientales actuales.

Desde esta perspectiva, lo natural debe dejar de entenderse como un conjunto ordenado y jerarquizado de elementos, definidos en función del grado de intervención antrópica sobre el medio. Al contrario, la idea de *cuarta natura* queda delimitada por una serie de rasgos esenciales que son aplicables a cualquier componente natural del territorio, con independencia de su grado de alteración o su localización geográfica. Cada uno de estos rasgos responde *grosso modo* a una perspectiva de análisis o intervención vigente en la actualidad en el ámbito de la política o la ciencia ambiental y ligada a un grupo de disciplinas o campos de conocimiento específicos. Los cuatro rasgos fundamentales de esta cuarta naturaleza serían:

- Carácter sistémico
- Carácter multifuncional
- Carácter híbrido
- Carácter percibido

Carácter sistémico

Tomando como base los presupuestos conceptuales y metodológicos de la ecología, el entendimiento de la naturaleza desde una perspectiva sistémica no solo nos permite una comprensión precisa de sus aspectos estructurales y de su funcionamiento; también nos ofrece la posibilidad de analizar y cuantificar los procesos y cambios que afectan a cualquier sistema natural o semi-natural -con independencia de su grado de antropización- y predecir la respuesta de éste frente a posibles dinámicas de alteración. Adoptar una visión sistémica de la naturaleza es, por tanto, esencial para afrontar el reto de su preservación. Lógicamente, la noción de *ecosistema* es central a este respecto¹³.

¹³ Un ecosistema puede definirse como “un sistema formado por individuos de muchas especies, en el seno de un ambiente de características definibles, e implicados en un proceso dinámico e incesante de interacción, ajuste y regulación, expresable bien como intercambio de materia y energía, bien como una secuencia de

La aplicación de esta perspectiva ha resultado fundamental para la conservación de hábitats naturales valiosos y poco alterados, pero también se puede aplicar a entornos antropizados. Así, los propios ámbitos urbanos también pueden entenderse como sistemas ecológicos artificiales, constituidos por un conjunto de componentes bióticos y abióticos y por los ciclos y la transformación de materia y energía que se desarrollan en su seno. Evidentemente, el ecosistema urbano tiene una organización espacial propia y unas pautas distintivas de cambio en el tiempo, que difieren con respecto a los ecosistemas naturales¹⁴; no obstante, ello no impide que se puedan aplicar los mismos fundamentos conceptuales y metodológicos en ambos casos.

Por su parte, las tierras de cultivo también pueden ser definidas como ecosistemas semi-naturales¹⁵. El intenso control humano de los procesos naturales ligados a la actividad agrícola, unido a la función productiva primordial de la agricultura, añade una complejidad adicional al análisis de los agro-ecosistemas, pero ello no impide que puedan ser estudiados en función de su naturaleza ecosistémica, y que de este conocimiento se deriven pautas de manejo que potencien sus beneficios ambientales y disminuyan su potencial impacto en el medio.

Finalmente, es importante destacar que la visión sistémica sobre la naturaleza puede aplicarse también desde una óptica espacial o territorial. La denominada *ecología del paisaje* nos permite entender el territorio como un sistema espacial constituido por diferentes componentes naturales y antrópicos interrelacionados, cuya configuración y disposición en el espacio condicionan los procesos ecológicos que se dan en su seno.¹⁶ Esta perspectiva tiene una gran aplicabilidad en el contexto de la conservación y la planificación, constituyendo el sustento teórico-metodológico de numerosas estrategias actuales de preservación de la naturaleza, como el diseño de corredores ecológicos, el establecimiento de redes interconectadas de espacios naturales protegidos a diferentes escalas, o la creación de infraestructuras verdes para la preservación de áreas naturales valiosas en entornos urbanos.

nacimientos y muertes, y uno de cuyos resultados es la evolución a nivel de las especies y la sucesión a nivel del sistema entero". MARGALEF, Ramón – **Ecología**. Barcelona: Ediciones Omega, 1991.

¹⁴ SUKOPP, Herbert – On the early history of urban ecology in Europe. **Preslia**. Vol. 74, p. 373-393 (2002).

¹⁵ ANTLE, John & CAPALBO, Susan. M. Agriculture as a managed ecosystem: policy implications. **Journal of Agricultural and Resource Economics**. Vol. 27, nº 1, p. 1-15 (2002).

¹⁶ La ecología del paisaje puede definirse como el estudio de las interacciones entre patrones paisajísticos y procesos ecológicos, o lo que es lo mismo, el análisis de la influencia de dichos patrones en los flujos de agua, energía, nutrientes y biota. En términos generales, se puede afirmar que se trata de un enfoque científico con un marcado carácter transdisciplinario, que tiene como componentes fundamentales las aportaciones de la geografía y la ecología. Ver: VILA, Joan et al. – Conceptos y métodos fundamentales en ecología del paisaje (landscape ecology). Una interpretación desde la geografía. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, nº 48, p. 151-166 (2006).

Carácter multifuncional

En los últimos años, la consolidación de conceptos como los de *servicios basados en la naturaleza* o *capital natural* pueden vincularse a un progresivo entendimiento de lo natural desde una óptica utilitaria, marcadamente antropocéntrica. Desde esta perspectiva, la naturaleza constituye el soporte básico para el desarrollo de las sociedades humanas por su capacidad para aportar un amplio espectro de beneficios ambientales, económicos y culturales. Esta funcionalidad constituiría de hecho la razón última que justificaría la preservación de los ecosistemas naturales (más allá del valor intrínseco de lo natural).

Uno de los conceptos fundamentales dentro de esta perspectiva es el de *servicio ecosistémico*, es decir, “las condiciones y procesos a través de los cuales los ecosistemas naturales y las especies que los integran, sostienen y satisfacen las necesidades de la vida humana”¹⁷. Estos servicios “hacen posible la vida a través de la regulación de procesos esenciales como la purificación del aire y del agua, la polinización de cultivos, el ciclado de nutrientes, la descomposición de residuos y la generación y renovación de suelos, así como la moderación de las condiciones ambientales mediante la estabilización del clima, la reducción del riesgo de fenómenos meteorológicos extremos, la mitigación de sequías e inundaciones y la protección del suelo frente a la erosión”¹⁸.

Aunque son los ecosistemas naturales quienes juegan un papel más destacado en la provisión estas funciones, los sistemas ecológicos con un cierto grado de intervención antrópica también pueden proveer importantes beneficios al ser humano. Por ejemplo, cabe citar los servicios esenciales para la sostenibilidad urbana proporcionados por los espacios libres de la ciudad (regulación microclimática, mejora de la calidad del aire, captación de CO₂, depuración de aguas residuales, etc.), o los servicios potencialmente vinculados a los espacios agrícolas (preservación de la fertilidad del suelo, mantenimiento de la provisión de agua, aporte de nutrientes, capacidad de carga ecológica, regulación biótica, etc.)¹⁹.

En la actualidad, el concepto de servicio ecosistémico ha sido adoptado por disciplinas muy diferentes. Se puede destacar en este contexto el enfoque dado desde la ciencia económica, que apuesta por una valoración monetaria de las funciones de la naturaleza de cara a su toma en consideración en el funcionamiento de la economía. Según esta aproximación, la tradicional “invisibilidad” de los servicios de la naturaleza en el marco de las dinámicas de mercado sería una de las principales causas que explicarían el actual grado de degradación de muchos ecosistemas.

¹⁷ DAILY, Gretchen Cara – What are ecosystem services? In DAILY, Gretchen Cara (Ed.) – **Nature’s Services: Societal Dependence on Natural Ecosystems**. Washington D.C.: Island Press, 1997, p. 1-10.

¹⁸ NEWCOME, Jodi et al. – **The economic, social and ecological value of ecosystem services: A literature review**. Londres: Department for Environment, Food and Rural Affairs, 2005.

¹⁹ BJORKLUND, Johanna, LIMBURG, Karin E. & RYDBERG, Torbjörn – Impact of production intensity on the ability of the agricultural landscape to generate ecosystem services: an example from Sweden. **Ecological Economics**, nº 29, p. 269-291 (1999).

Carácter híbrido

En diferentes contextos, lo natural se manifiesta como espacio o elemento intervenido, modificado, reubicado o combinado con lo artificial. El ejemplo más claro sería el caso ya mencionado de las zonas verdes urbanas, donde componentes y procesos naturales y antrópicos se combinan para dar lugar a entornos de una naturaleza híbrida, que enlazan directamente con la visión bonfadiana de la *terza natura*. Más allá de su valor estético y recreativo, estos espacios a medio camino entre lo natural y lo artificial son hoy en día un elemento central del proyecto de ciudad sostenible.

No obstante, el carácter híbrido de la naturaleza en la ciudad va más allá del tradicional espacio ajardinado o el arbolado viario. Lo podemos encontrar, por ejemplo, en las propias edificaciones, en la forma de techos verdes *-green roofs-* y fachadas vegetales *-green walls-*; elementos cada vez más presentes en un paisaje urbano donde lo natural se configura progresivamente como componente estructural y funcional básico tanto de edificios como de espacios abiertos. Un caso adicional de hibridación sería el de los humedales artificiales: sistemas naturales creados por la mano del hombre como mecanismos para la depuración de aguas residuales urbanas, que pueden ejercer de forma complementaria una función de embellecimiento del entorno y de soporte para la biodiversidad en la ciudad.

Por su parte, fuera de las ciudades resulta cada vez más difícil encontrar entornos naturales completamente vírgenes que no cuenten con un mínimo grado de alteración o intervención. Incluso los territorios más aislados de las actividades humanas no escapan completamente de los efectos de la acción antrópica, dada la escala global de muchos de los impactos ambientales actuales (p.ej. el cambio climático). No obstante, en ocasiones la intervención humana sobre la naturaleza tiene un resultado netamente positivo, conformándose nuevos sistemas híbridos *-socioecosistemas-* de alto valor ambiental, cuya génesis y pervivencia sería imposible sin la aportación humana. Muchos de estos espacios se ubicarían a medio camino entre la *primera* y la *segunda naturaleza*. Uno de los ejemplos más potentes sería el de la dehesa, un sistema de explotación agro-silvo-pastoril en el que el bosque mediterráneo autóctono, principalmente de encinar o alcornocal, es aclarado y gestionado para su aprovechamiento económico. El carácter tradicional y no intensivo de las actividades desarrolladas resulta compatible con el mantenimiento de unas condiciones óptimas para la biodiversidad y la preservación de procesos y funciones ecológicas básicas. Estas características han llevado por ejemplo a la declaración por la Unesco de las dehesas de Sierra Morena en Andalucía (España) como Reserva de la Biosfera. Al mismo tiempo, muchas de las extensiones de dehesa de la comunidad andaluza constituyen el componente mayoritario del paisaje de numerosos espacios naturales protegidos (p.ej. el Parque Natural de la Sierra de Aracena y Picos de Aroche o el Parque Natural de la Sierra Norte de Sevilla). En regiones como Andalucía, donde el territorio ha sufrido un dilatado proceso histórico de antropización y, en consecuencia, la existencia de una primera naturaleza inalterada es prácticamente marginal, las políticas de protección de la naturaleza deben poner su foco sobre estas manifestaciones híbridas *-y no por ello menos valiosas-* de lo natural.

Realidad percibida

La naturaleza posee una dimensión simbólico-cultural que va más allá de su valor ecológico intrínseco o de su mera utilidad práctica para el ser humano. Lo natural constituye siempre una realidad percibida, valorada y cargada de significado por parte de la sociedad, pudiendo establecerse un vínculo profundo entre los habitantes de un determinado territorio y los componentes naturales de éste. Esta dimensión perceptiva, simbólica o incluso identitaria de la naturaleza está estrechamente ligada al concepto de paisaje.

La propia noción de paisaje es polisémica y, como la propia idea de naturaleza, admite múltiples miradas²⁰. Una definición ligada a la ecología es la que considera al paisaje como la “percepción multisensorial de un sistema de relaciones ecológicas”²¹. Esta concepción implica que hasta un ecosistema estrictamente natural puede ser objeto de una apreciación o valoración por parte de la sociedad; es decir, existe una componente subjetiva que se superpone a la realidad objetiva de los procesos ecológicos. Otras definiciones de paisaje consideran directamente la interacción entre ser humano y naturaleza como un elemento básico de este concepto. Así, por ejemplo, la definición de la Carta del Paisaje Mediterráneo (1993):

“La manifestación formal de la relación de los individuos y las sociedades en el espacio y en el tiempo con un territorio más o menos modelado por los factores sociales, económicos y culturales. El paisaje es así el resultado de la combinación de los aspectos naturales, históricos, funcionales y culturales”.

O la definición de la Convención Europea del Paisaje (2000):

“Cualquier parte del territorio tal cual es percibido por las poblaciones, cuyo carácter resulta de los factores naturales y/o humanos y sus interrelaciones”.

El paisaje de un determinado territorio es en última instancia un testimonio de la relación histórica entre la naturaleza y el ser humano, que queda plasmada en forma de elementos, hitos y patrones paisajísticos concretos. En determinados casos, la existencia de un consenso social sobre el valor de los paisajes les aporta un carácter patrimonial, lo que puede conllevar la activación de iniciativas y estrategias para su protección. No obstante, incluso cuando no se dan estas condiciones excepcionales, cualquier política o estrategia de intervención sobre un entorno natural (con independencia de su grado de alteración o modificación) debería atender a su componente perceptiva o subjetiva, a fin de responder a las aspiraciones y demandas de la población con respecto a su propio territorio. La resolución de muchos conflictos ambientales actuales es imposible sin atender a esta perspectiva, que atañe directamente a la componente social y cultural del concepto de sostenibilidad.

²⁰ RUBIO, Marta & Ojeda-Rivera, Juan Francisco – Paisaje y paisajismo: realidad compleja y diálogos discursivos. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. Nº 78, p. 245–269 (2018).

²¹ GONZÁLEZ BERNÁLDEZ, Fernando. **Ecología y paisaje**. Barcelona: Blume, 1981.

Consideraciones finales

En un momento de transición ecológica global, es urgente potenciar la cooperación y la búsqueda de sinergias entre los actores vinculados al reto de la sostenibilidad. Solo así será posible acometer las actuaciones necesarias para conseguir los ambiciosos objetivos mundiales marcados para las próximas décadas. Para este fin, se hace necesario revisar los conceptos básicos que utilizamos en el marco de las políticas y proyectos de desarrollo sostenible, a fin de facilitar el diálogo y el intercambio de conocimiento entre expertos y agentes clave. A través de la idea de *cuarta natura* hemos tratado de sintetizar las principales aproximaciones actuales a la noción de naturaleza, desde una visión tanto analítica como aplicada; con ello, se establecen unos fundamentos conceptuales amplios, cuyo desarrollo futuro puede ayudar a tender puentes y favorecer la comunicación transdisciplinar.

Los cuatro rasgos de la *cuarta natura* señalados dibujan una realidad natural compleja, híbrida, cuya comprensión global escapa del conocimiento necesariamente limitado que aporta por separado cada ámbito disciplinar. Al mismo tiempo, estas cuatro características muestran las enormes posibilidades de interacción entre diferentes campos de conocimiento, así como la necesidad de buscar espacios comunes de trabajo que se beneficien de su colaboración.

En este sentido, de cara al futuro desarrollo del marco conceptual de la *cuarta natura*, cabría destacar el potencial de los espacios urbano-metropolitanos y, en particular, de las infraestructuras verdes, como un laboratorio privilegiado para ensayar nuevas formas de gestionar las relaciones antrópico-naturales desde esta óptica transversal e integradora. Son ámbitos donde deben confluír necesariamente el conocimiento científico-técnico, las innovaciones en materia de diseño arquitectónico y urbanístico, y la consideración de la componente perceptivo-subjetiva de lo natural por parte de una ciudadanía cada vez más concienciada con el medio ambiente. Se trata por tanto de un campo prioritario para poner a prueba, en el marco de futuros estudios, los fundamentos aquí expuestos y avanzar en la construcción de un mejor entendimiento de nuestra relación con la naturaleza.

Bibliografía

ANTLE, John & CAPALBO, Susan. M. Agriculture as a managed ecosystem: policy implications. **Journal of Agricultural and Resource Economics**. Vol. 27, nº 1, p. 1-15 (2002).

BJORKLUND, Johanna, LIMBURG, Karin E. & RYDBERG, Torbjörn – Impact of production intensity on the ability of the agricultural landscape to generate ecosystem services: an example from Sweden. **Ecological Economics**. Nº 29, p. 269-291 (1999).

DAILY, Gretchen Cara – What are ecosystem services? In DAILY, Gretchen Cara (Ed.) – **Nature's Services: Societal Dependence on Natural Ecosystems**. Washington D.C.: Island Press, 1997, p. 1-10.

DUCARME, Frédéric & COUVET Denis – What does 'nature' mean? **Palgrave Communications**. Vol. 6, nº 14 (2020).

GONZÁLEZ BERNÁLDEZ, Fernando. **Ecología y paisaje**. Barcelona: Blume, 1981.

HADOT, Pierre – **El velo de Isis. Ensayo sobre la historia de la idea de Naturaleza**. Barcelona: Alpha Decay, 2015.

LUENGO, Mónica – El jardín barroco o la terza natura. Jardines barrocos privados en España. In EGIDO, Aurora & LAPLANA, José Enrique – **Mecenazgo y Humanidades en tiempos de Lastanosa**. Zaragoza: Instituto de Estudios Altoaragoneses, 2008. p. 89-112.

MARGALEF, Ramón – **Ecología**. Barcelona: Ediciones Omega, 1991.

NAREDO, José Manuel – Sobre el origen, el uso y el contenido del término sostenible. **La construcción de la ciudad sostenible**. Madrid: Universidad Politécnica de Madrid, 1997.

NEWCOME, Jodi et al. – **The economic, social and ecological value of ecosystem services: A literature review**. Londres: Department for Environment, Food and Rural Affairs, 2005.

PRADOS, María José (Ed.) – **Naturbanization: New identities and processes for rural-natural areas**. Leiden: CRC Press/Balkema, 2009.

RUBIO, Marta & OJEDA-RIVERA, Juan Francisco – Paisaje y paisajismo: realidad compleja y diálogos discursivos. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. Nº 78, p. 245–269 (2018).

SUKOPP, Herbert – On the early history of urban ecology in Europe. **Preslia**. Vol. 74, p. 373-393 (2002).

VILA, Joan et al. – Conceptos y métodos fundamentales en ecología del paisaje (landscape ecology). Una interpretación desde la geografía. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**. Nº 48, p. 151-166 (2006).

VIZZARI, Marco et al. – Urban-rural-natural gradient analysis with CORINE data: An application to the metropolitan France. **Landscape and Urban Planning**. Vol. 171, p.18-29 (2018).

YACAMÁN, Carolina & ZAZO, Ana. (Eds.) – **El Parque Agrario: una figura de transición hacia nuevos modelos de gobernanza territorial y alimentaria**. Madrid: Heliconia, 2015.

“Desenvolvimento, [Património] e Meio Ambiente” entre a Paisagem Histórica e o Território Vago

Miguel Reimão Costa

Universidade do Algarve
CEAACP, Campo Arqueológico de Mértola
mrcosta@ualg.pt

Resumo: O presente texto é relativo a uma comunicação preparada a propósito dos 50 anos da Conferência de Estocolmo (1972-2022), refletindo sobre a importância de uma abordagem integrada para um modelo de desenvolvimento consonante com a proteção e a valorização do ambiente. Com o agravamento da crise ambiental nas últimas décadas, a premência dos princípios daquela conferência acentuou-se de forma dramática. Durante esse período, o conceito de património continuou a abarcar um conjunto cada vez maior de expressões, reclamando, por essa via, a sua legitimação ou validação por parte das comunidades. No mesmo ano da Conferência de Estocolmo, a UNESCO adotou a Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural, enfatizando, por um lado, a sua dimensão supranacional e visando, por outro lado, a sua proteção de forma integrada. De modo muito preliminar, este texto reflete sobre a importância da relação entre cultura e meio-ambiente (na perspetiva em que foi considerado na Conferência), a partir de âmbitos distintos que vão desde a história da cidade e do planeamento urbano à paisagem e à conservação do património. Para tal, serão consideradas três escalas diferentes: a primeira parte do texto incide na cidade consolidada, compreendendo muito sinteticamente os diferentes ciclos da sua transformação a partir da industrialização até à emergência gradual do património urbano; a segunda parte estende o objeto de estudo aos processos de urbanização extensiva das últimas décadas para refletir sobre o modo como o património construído dos antigos territórios rurais (na relação com a estrutura ecológica) pode integrar o modelo de urbanismo a partir da paisagem; a terceira parte contrapõe a situação dos territórios do interior ou dos territórios de abandono a este processo de urbanização global, para equacionar a sua importância a partir da memória.

Palavras-chave: património construído, desenvolvimento integrado, paisagem histórica urbana, urbanização extensiva, território vago

In the long and tortuous evolution of the human race on this planet a stage has been reached when, through the rapid acceleration of science and technology, man has acquired the power to transform his environment in countless ways and on an unprecedented scale. Both aspects of man's environment, the natural and the man-made, are essential to his well-being and to the enjoyment of basic human rights – even the right to life itself.¹

The works of man express themselves in the cultural landscape. There may be a succession of these landscapes with a succession of cultures. They are derived in each case from the natural landscape, man expressing his place in nature as a distinct agent of modification. Of especial significance is that climax of culture which we call civilization. The cultural landscape then is subject to change either by the development of a culture or by a replacement of cultures. [...] We are concerned with the importance of the site to man, and also with his transformation of the site. Altogether we deal with the interrelation of group, or cultures, and site, as expressed in the various landscapes of the world.²

Introdução

O modo como as estruturas biofísica e ecológica conformam o processo de urbanização na sua relação com os padrões de povoamento muda profundamente ao longo da história. No período pós-industrial, a dimensão bidirecional dessa relação torna-se gradualmente presente no pensamento e no desenho da cidade, com especial relevância para a abordagem paisagista³. O agravamento da crise ambiental e os impactos das alterações climáticas retiram esse debate do âmbito disciplinar e abrem-no à esfera global, entre clivagens ideológicas, geracionais e geográficas nas diferentes comunidades, muitas vezes, para uma mediação complexa entre ciência e política, interesse público e privado, escala e prioridade, sociedade e economia, meio ambiente e desenvolvimento.

Trata-se evidentemente de um processo de implicações [im]previsíveis, que, nalguns casos, se poderá traduzir numa abordagem maniqueísta de conceção e desenho das soluções às diferentes escalas, dando prioridade absoluta aos sistemas naturais e renunciando à importância das dimensões históricas, culturais e sociais⁴.

¹ United Nations – **Report of the United Nations. Conference on the Human Environment. Stockholm, 5-16 June 1972.**

² SAUER, Carl – The morphology of landscape. In LEIGHLY, John (ed.) – **Land and life. A selection from the writings of Carl Ortwin Sauer.** Berkeley: University of California Press, 1967. p.333,349.

³ Considerar, a título de exemplo, McHARG, Ian L. – **Design with Nature.** New York: Natural History Press, 1971.

⁴ Cf. COHEN, Preston Scott & NAGINSKI, Erika – The return of nature. In MOSTAFAVI, Mohsen (ed.) – **Ecological Urbanism.** Baden: Lars Müller, 2010. p.136-137.

É neste quadro que se defende aqui uma perspetiva integradora que se inscreve no espírito da Conferência de Estocolmo, considerada aqui de forma abrangente⁵. Esta é, de resto, uma condição fundamental para o conhecimento da história e para a interpretação da mudança do conceito de património cultural⁶ – neste caso, em particular, a memória dos processos de transformação, dos diversos modelos de ocupação do território e das suas repercussões – no modo como se têm vindo a aproximar das comunidades e como se podem afirmar enquanto sistemas de intermediação para a mudança, privilegiando os interesses coletivos.

O presente texto aborda alguns dos temas da relação entre cultura e meio-ambiente, a partir da arquitetura e da paisagem e da sua transformação no tempo. Mantém *grosso modo* a estrutura da aula que esteve na sua génese, onde se procurou encadear uma série de referências e de imagens que se entenderam úteis para suscitar a reflexão do estudante relativamente ao papel da arquitetura na contemporaneidade. É por isso um texto construído a partir das imagens, com uma cadência pouco convencional, e que comporta uma extensão reduzida considerando um âmbito temático tão alargado.

O centro, a densificação da cidade antiga e a paisagem histórica urbana

Para compreender a transformação da cidade na idade contemporânea temos necessariamente de recuar ao processo da industrialização, reconhecendo, nas suas diferentes fases, a alteração dos modelos de produção e de distribuição das populações no território ou a preponderância gradual dos sistemas de transporte nos padrões de urbanização da paisagem. Uma das expressões mais conhecidas deste processo está relacionada com a grande densificação das cidades mais marcadas pela industrialização, com a edificação de parte significativa dos espaços livres preexistentes e a degradação das condições de vida que daí resultou⁷. Trata-se de um processo genérico e transversal que, no entanto, tende a adquirir, em cada caso, uma expressão morfo-tipológica particular, conformada pelo tecido urbano e pela cultura tectónica local.

Em Portugal, esta mudança é especialmente evidente a partir do Fontismo e do último quartel do século XIX, apesar de associada a uma industrialização lenta, dependente de surtos e crises mundiais e dominada por empresas subdimensionadas⁸. Considerem-se, a este propósito, o exemplo dos *pátios* e *vilas* de Lisboa⁹, das *ilhas* no Porto¹⁰, ou das povoações costeiras do Algarve que constitui, também, um caso interessante, ditado

⁵ “In order to achieve a more rational management of resources and thus to improve the environment, States should adopt an integrated and coordinated approach to their development planning so as to ensure that development is compatible with the need to protect and improve environment for the benefit of their population [...]”. United Nations – **Report of the United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm, 5-16 June 1972**. New York: United Nations, 1973. p.4 [Principle 13].

⁶ Cf. CHOAY, Françoise – **L'allégorie du patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.

⁷ Considere-se, por exemplo, a descrição de Engels para o caso de Manchester: ENGELS, Friedrich – **Condition of the Working Class in England**. London: Penguin Books, 2009.

⁸ ROSAS, Fernando [et al.] – A «indústria nacional». In MATTOSO, José (dir.) – **História de Portugal. Sétimo Volume. O Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Estampa, [1994]. p.62-63.

⁹ TEOTÓNIO PEREIRA, Nuno – Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário alojamento. **Análise Social**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXIX (1994). p.509-524.

¹⁰ TEIXEIRA, Manuel C. – **Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

pela emergência da indústria conserveira com o aproximar de finais do século XIX. O Plano Geral de Urbanização de Olhão, datado de 1944, constitui um balanço interessante das repercussões da industrialização na região, através do registo fotográfico (figura 1) e de cartografia de caracterização na qual se comentam, registam e espacializam as “instalações industriais” e os “núcleos miseráveis”, caracterizando as mudanças nas habitações do centro urbano e a degradação das condições de vida com o aparecimento de pátios e bairros em posições mais centrais ou periféricas¹¹.



Figura 1 – Beco do Russo, Olhão; Plano Geral de Urbanização da vila de Olhão da Restauração, 1944. Arquivo Central da Universidade do Algarve.

Ainda que com diferentes repercussões e recursos nos diversos contextos geográficos, estas mudanças súbitas traduziram-se, como é sabido, na proposta de modelos urbanos alternativos, em que se advogava uma maior intervenção do Estado (em contraposição às conceções mais liberais), centrada em novos programas de políticas públicas e de desenho urbano (com acento nas infraestruturas viárias, equipamentos, incluindo, por vezes, jardins públicos e parques urbanos) e de garante das condições de salubridade e habitabilidade (não apenas a nível da legislação e licenciamento relativos às novas edificações, mas considerando também a referência a propostas de *sventramento* urbano). Este contexto é o que, de modo genérico, marca também uma parte

¹¹ AGUIAR, João – **Plano geral de urbanização da vila de Olhão da Restauração**. Lisboa: Conselho Superior de Obras Públicas, 1944.

significativa dos planos de urbanização à época de Duarte Pacheco¹², como ocorre com o plano de Olhão, que antes referimos, de abordagem ousada de reconfiguração do tecido urbano tradicional.

No seu conjunto, a industrialização, a densificação e depois a renovação da cidade preexistente, bem como a expansão urbana, contribuíram de forma decisiva para a preocupação crescente e defesa do que passou então a ser designado por ‘centro histórico’ associadas a uma reação culturalista, considerando os critérios da história e da arte, primeiro a partir da valorização dos conjuntos monumentais e da sua envolvente próxima e depois, já a partir de meados do século XX, estendendo o propósito de salvaguarda ao património urbano¹³.

Em Portugal, assistem-se a algumas propostas precursoras de valorização do conjunto urbano, a partir da década de 60 do século passado. José Augusto França propôs a interpretação e conservação de unidades urbanas enquanto património histórico-artístico delimitando e propondo a preservação dos núcleos da reconstrução pombalina em Lisboa¹⁴. Joaquim Cabeça Padrão (e a equipa da Direção Geral dos Serviços de Urbanização) procurou valorizar o património urbano de inúmeros povoados do Algarve (com claro apreço pela arquitetura vernacular), privilegiando a relação entre o espaço público e a preservação (ou nalguns casos ou recomposição) das características externas dos edifícios¹⁵ (figura 2).

De uma forma consciente, esta proposta evoca a obra de Gordon Cullen¹⁶ para a valorização do conjunto urbano, do desenho incerto e desigual, admirável na sequência de perspetivas, na composição dos diversos tempos da cidade. Esta conceção, de valorização do espírito corretivo na morfologia urbana, que os modernos desdenhavam na leitura da cidade antiga¹⁷, contribuiu para a mudança do paradigma assente na sua renovação exclusivamente a partir de propósitos higienistas, infraestruturais, estéticos e especulativos¹⁸, ou seja, mais próximos à abordagem concetual.

Nalguns casos, a consideração do património urbano restringido ao espaço público contribuiu para a sobrevalorização da fachada – que se haveria de consolidar até ao presente – em detrimento do entendimento dos conjuntos urbanos numa perspetiva mais integrada, incluindo, em cada caso, o estudo da história da arquitetura doméstica e a abordagem tipológica.

¹² Cf. LOBO, Margarida Sousa – **Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco**. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1995.

¹³ Cf. GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio – **Conservación del patrimonio cultural. Teoría, historia, principios y normas**. Madrid: Cátedra, 2018. p.349-369.

¹⁴ FRANÇA, José Augusto – **Estudo das zonas ou unidades urbanas de carácter histórico-artístico em Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

¹⁵ CABEÇA PADRÃO, José [et al.] – **Prospecção, preservação e recuperação de elementos urbanísticos e arquitectónicos notáveis, em áreas urbanas e marginais viárias, na região do Algarve** [21 volumes]. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), 1965-1970.

¹⁶ CULLEN, G. – **Townscape**. London: The Architectural Press, 1961. Refira-se que em 1971 Cabeça Padrão publica: CABEÇA PADRÃO, Joaquim – **Townscape, its Classification, Preservation and Recuperation**. Lisboa: DGSU/Ministério das Obras Públicas, [1971].

¹⁷ Cf. LE CORBUSIER – **Cómo concebir el Urbanismo**. Buenos Aires: Infinito, 1959. p.55-66.

¹⁸ Cf. GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio – **Conservación del patrimonio cultural. Teoría, historia, principios y normas**. Madrid: Cátedra, 2018. p.362.

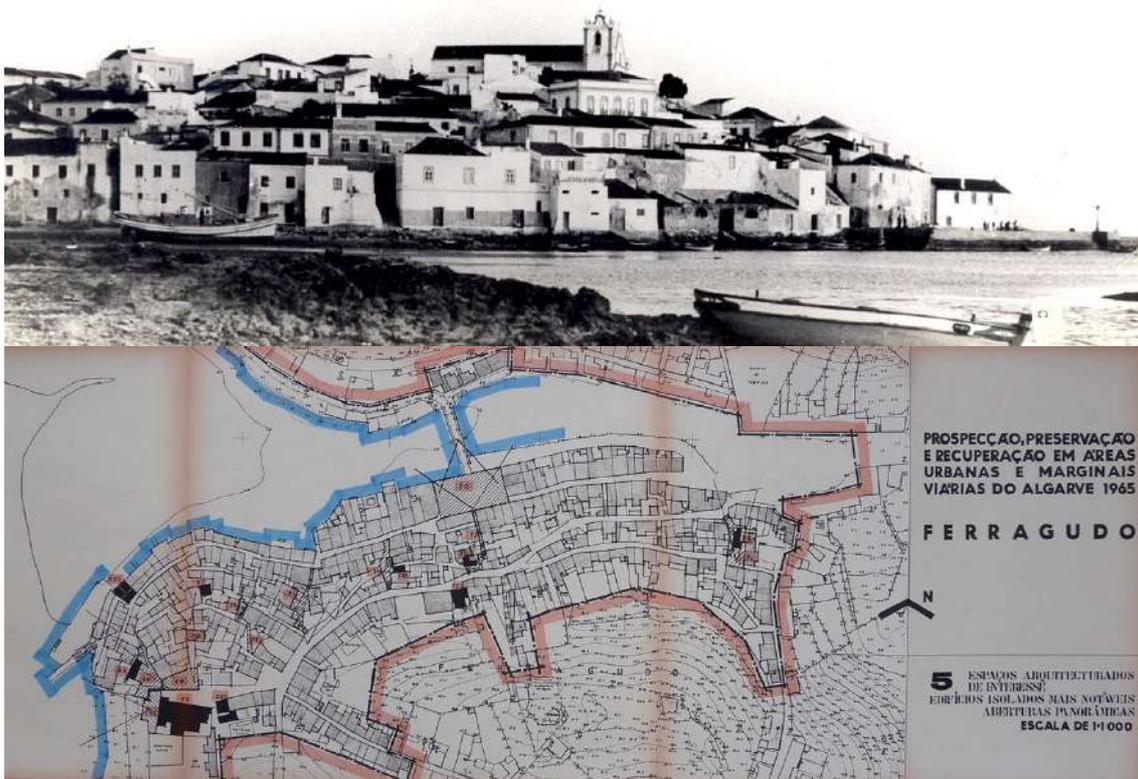


Figura 2 – Ferragudo. Panorâmica e planta de espaços arquitetónicos de interesse...; Prospecção, preservação e recuperação em áreas urbanas e marginais viárias do Algarve, 1965/1970. Arquivo da Câmara Municipal do Barreiro.

E é neste quadro, que o Plano realizado, ainda na década de 1960, para o Barredo, na zona ribeirinha do Porto, adquire uma importância excepcional¹⁹. O arquiteto Fernando Távora opõe-se às propostas de demolição do conjunto edificado (hoje Património Mundial da Unesco) preconizadas, no todo ou em parte, pelos planos de vigência anterior; regista o “valor de conjunto” do património construído e, ainda de forma mais expressiva, a importância maior da comunidade ou “quadro humano”; ensaia uma solução para a excessiva densificação e sobreocupação dos edifícios preexistentes (por fim dotados de condições de salubridade), com conservação parcial da população residente; e propõe a reabilitação e alteração do conjunto edificado preexistente, na adaptação ao novo programa, a partir das ferramentas fundamentais do desenho da arquitetura.

A proposta do Barredo constitui, assim, ainda hoje, uma referência para os centros das cidades, cada vez mais marcados, como sabemos, por processos de especulação e gentrificação.

¹⁹ TÁVORA, Fernando (coord.) – **Estudo da Renovação Urbana do Barredo**. Porto: Câmara Municipal do Porto/Direção de Serviço de Habitação, 1969.

A região urbana, o património e a paisagem como modelo para o urbanismo

Para além das repercussões a nível da consciência patrimonial e, em especial, do património urbano, a reação aos sucessivos ciclos de mudança da cidade a partir do início da época contemporânea acabou por se refletir também a nível da consciência ambiental. No interior da cidade pré-industrial, a estrutura ecológica poderia ser contínua (considerando, por exemplo, o atravessamento dos cursos de água) ou descontínua (como os logradouros domésticos do interior dos quarteirões tradicionais associados à produção). No primeiro caso, a toponímia fixa ainda, em muitas situações, a importância dessa estrutura, entretanto dissimulada ou oculta por intervenções sucessivas de artificialização do espaço público. No segundo caso, a impermeabilização do interior dos quarteirões tanto poderá ter ocorrido de forma brusca (como com a edificação de novas unidades fabris ou habitações precárias nas cidades industriais) ou de forma gradual (decorrente da mudança dos modos de habitar dos centros urbanos).

Em qualquer caso, também a nível do desenho da cidade, a tendência de encarar o meio ambiente enquanto antagonista que importava dominar tende a dar lugar a uma visão mais integrada. Em diferentes lugares, se assiste no presente à inversão daquela tendência, através, por exemplo, da renaturalização de espaços coletivos (associados a cursos de água entretanto encanados) e da afirmação da estrutura ecológica em contexto urbano, com evidentes reflexos na adaptação às alterações climáticas (como ocorre por exemplo com a renaturalização dos cursos de água e a integração de estruturas de retenção, infiltração e controlo de cheias, ou com o incremento da estrutura verde e a redução do efeito de ilha-de-calor).

Se o entendimento da paisagem para o redesenho da cidade consolidada é considerado cada vez mais relevante, idêntico reconhecimento compreende para os territórios da urbanização extensiva característicos da época contemporânea. Este processo tem sido estudado a partir de distintas abordagens com recorrente [re]formulação de novos conceitos – da cidade difusa à cidade-região – que podem ser considerados a diferentes escalas, desde as megacidades às regiões conformadas por estruturas polinucleares com centros urbanos de média e pequena dimensão. A urbanização extensiva tende a tomar e a comprometer as áreas de maior aptidão agrícola que, nos modelos tradicionais de organização da paisagem, constituíam uma das condições preponderantes da situação e do desenvolvimento dos aglomerados urbanos (por vezes, contidos até bem tarde no interior de uma estrutura amuralhada, mais apertada de génese antiga ou medieval ou mais alargada, de desenho abaluartado característico do período moderno).

Ao contrário, a urbanização extensiva não remete para esta ideia de povoado concentrado de perímetro contido (que facilmente se demarca no interior de uma paisagem não urbanizada), mas para a ideia de interconexão associada a sistemas mais complexos e a “práticas, se se quiser, cegas, fragmentárias carentes de autorreflexão e de todo o processo crítico, com as quais se organiza a vida metropolitana atual”²⁰. Assim, em contraponto à cidade contida no interior dos perímetros urbanos

²⁰ SOLA-MORALES, Ignasi – Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades. In SOLA-MORALES, Ignasi & COSTA, Xavier (dir.) – **Presente y futuro. Arquitectura en las ciudades**. Barcelona: Col·legi d'Arquitectes de Catalunya / Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1996. p.11 [tradução própria].

convencionais, uma outra cidade se desenvolve através de estruturas mais complexas que abrem um âmbito outro com novas categorias de interpretação, que poderão incluir desde os sistemas auto-organizados às metáforas orgânicas²¹. É neste contexto, que se entende que as práticas de planeamento e de ordenamento das áreas urbanas deverão condicionar e contrariar a fragmentação e *insularização* dos ecossistemas naturais e, em muitos casos, dos próprios agro-sistemas tradicionais, considerando a sua importância económica, cultural, ecológica e identitária, no contexto da descontinuidade formal e da incipiência de estruturas de uso coletivo que marca estes territórios urbanos²². De facto, a par dos critérios ambientais e ecológicos, o urbanismo a partir da paisagem tem sido enquadrado enquanto oportunidade para a reinterpretção de temas e estruturas de continuidade que se poderão constituir como sistemas de referência e identidade à escala da cidade, retomando, não apenas critérios físicos e biofísicos, mas também critérios culturais. Para tal, poderemos reconhecer – enquanto objeto de estudo – os territórios em que o processo de urbanização extensiva tem ocorrido, de forma mais ou menos consciente, com persistência e transformação de estruturas e sistemas da paisagem tradicional (em detrimento da primazia da *tabula rasa* mais preponderante no processo de urbanização de outros territórios).

Neste sentido, a dimensão cultural da paisagem deve ser considerada a partir de um modelo integrado de planeamento capaz de equacionar a aptidão das diversas expressões do património construído para as regiões urbanas. Esta perspetiva integrada é, de resto, considerada no preâmbulo da “Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana” em que se defende que a assunção de uma abordagem paisagística contribui para a preservação da identidade urbana²³.

Como é evidente, importa equacionar evidentemente esta abordagem para lá da cidade dita histórica, considerando as diferentes escalas das regiões urbanas (incluindo aquelas organizadas em redor de cidades de pequena e média dimensão), reequacionado os instrumentos de inventariação e desenho e os processos de participação pública, na perspetiva de um entendimento mais integrado das diferentes dimensões da paisagem. Assim, a consideração e valoração do património construído não deverão ser equacionadas apenas, em cada caso, a partir do seu valor enquanto elemento ou objeto, mas como parte de um sistema que concilia uma grande diversidade de estruturas, associadas a diferentes ciclos do processo diacrónico de ocupação que, nalguns casos, poderão representar inclusivamente expressões contraditórias.

²¹ SOLA-MORALES, Ignasi – **Territorios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. p.52. Ver também DONATO, Franco & BASILI, Lorenza Lucchi – **L'ordine nascosto dell'organizzazione urbana. Un'applicazione della geometria frattale e della teoria dei sistemi auto-organizzati alla dimensione spaziale degli insediamenti**. Milano: FrancoAngeli, 1996. p.181-188. CARERI, Francesco – **Walkscapes, o andar como prática estética**. Barcelona: Gustavo Gili, 2004. p.176-185.

²² Cf. COSTA, Miguel Reimão & BATISTA, Desidério – Towards Integrating Rural Vernacular Settlements in Urban Regions: A study of Algarve, Portugal. **ISVS e-journal**. Ahmedabad: ISVS. Vol. 2, Issue 1 (2011). p.35-51.

²³ Considere-se o preâmbulo deste documento quando se defende que “[...] emphasis needs to be put on the integration of historic urban area conservation, management and planning strategies into local development processes and urban planning, such as, contemporary architecture and infrastructure development, for which the application of a landscape approach would help maintain urban identity [...]”. Cf. UNESCO – Recommendation on the Historic Urban Landscape

Já noutras circunstâncias, tivemos a oportunidade de elencar, para o caso do Algarve, as diversas estruturas do património construído a equacionar num modelo de ordenamento da região urbana de carácter policêntrico²⁴, considerando: as povoações rurais de pequena dimensão, com valor patrimonial de conjunto, capazes de se constituírem enquanto espaços de centralidade, em contexto de grande dispersão, individualização e dependência do automóvel; quintas de média e grande dimensão, frequentemente localizadas nas áreas periurbanas, com aptidão para conversão em estruturas de utilização coletiva, através da valorização das suas diferentes valências e estruturas de produção; casais e edificações dispersas tradicionais, passíveis de reabilitação no quadro da sua valorização crescente e dos condicionalismos à edificação nas áreas exteriores ao perímetros urbanos; estruturas ligadas à arquitetura da produção, património hidráulico, redes de trajetos rurais, terraços de culturas e outras construções da paisagem a integrar no sistema de parques desenhados à escala da região urbana (figura 3).

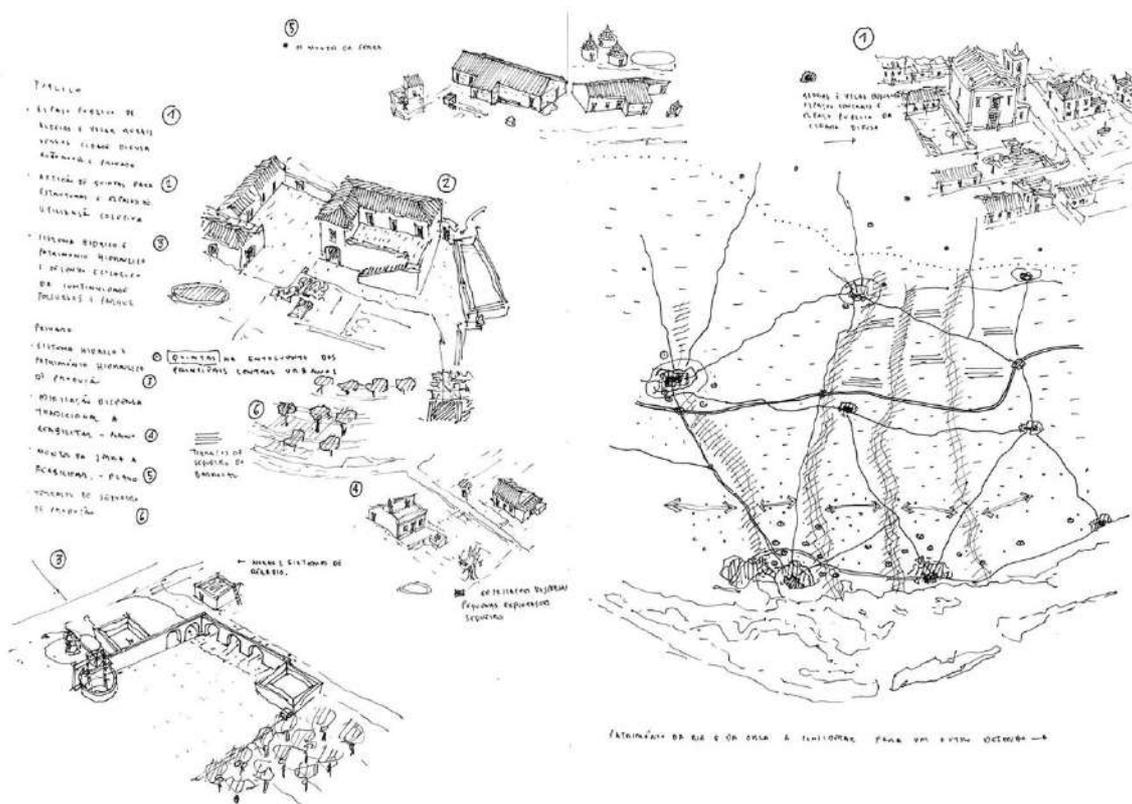


Figura 3 – Baixo Algarve Central. Património rural na região urbana; esquisso elaborado pelo autor.

Em qualquer caso, a importância para a comunidade da memória sobre estruturas e espaços obsoletos não se restringe à possibilidade da sua reabilitação convencional e de adaptação a novos usos no quadro da urbanização extensiva. Dos cinco âmbitos que Ignasi de Solà-Morales estabelece para problematizar a rede de interações na qual a arquitetura deve reequacionar o seu lugar e reconhecer os seus instrumentos – a forma da mudança, a forma do movimento, a forma da residência, a forma do intercâmbio e a

²⁴ COSTA, Miguel Reimão & BATISTA, Desidério – Towards Integrating Rural Vernacular Settlements in Urban Regions: A study of Algarve, Portugal. **ISVS e-journal**. Ahmedabad: ISVS. Vol. 2, Issue 1 (2011). p.35-51.

forma da ausência – esta última adquire especial relevância, para o presente ponto, abarcando a importância do tempo histórico e a persistência do significado dos lugares na “grande cidade”. O autor revisita a expressão francesa *terrain vague*, tirando partido do caráter ambíguo e de múltiplos significados da palavra vago – no sentido de vazio e livre de atividades mas também no sentido de indefinido e impreciso – para se reportar a lugares marginais e abandonados (em resultado de mudanças estruturais no interior da cidade de antigas indústrias, linhas de caminho-de-ferro, portos e margens dos rios e outros) para questionar o processo convencional de reabilitação e defender a sua importância enquanto espaço de ausência para a memória e identidade, ainda que apenas para uma parte da comunidade²⁵.

A paisagem rural, as regiões de montanha e o território vago

A generalização do processo de urbanização enquanto tendência cada vez mais determinante à escala global tem sido reconhecida enquanto questão central das agendas para um desenvolvimento mais sustentável (adaptação às alterações climáticas, crescimento económico inclusivo, erradicação da pobreza, etc.), ainda que se repercute de forma distinta nas diversas geografias, com maior relevância nos países mais desenvolvidos²⁶. Este processo reflete, entre outras condições, um quadro complexo de migrações internacionais, em que o crescimento demográfico exponencial e a dimensão multicultural e multiétnica das áreas urbanas se combinam com a tendência para um decréscimo ligeiro da população residente em áreas rurais²⁷ que se acentua de sobremaneira nos países mais desenvolvidos. Contrastando com este quadro genérico, o decréscimo demográfico expressivo dos aglomerados urbanos – que em língua inglesa se fixou sob a expressão *shrinking cities* – tem adquirido grande importância a nível das políticas públicas, em especial, nos países marcados por processos mais relevantes de desindustrialização.

E, como se sabe, em muitos dos territórios do interior, em especial nos países mais desenvolvidos, assiste-se também ao envelhecimento e diminuição muito significativa da população residente, quase sempre, associados às diversas formas da *desruralização*. Constituem, portanto, territórios de abandono (figura 4) que contrastam com outras regiões de maior aptidão para a produção, quer através da reconversão dos sistemas tradicionais, quer através de estratégias mais agressivas e menos sustentáveis de produção intensiva.

²⁵ SOLA-MORALES, Ignasi – Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades. In SOLA-MORALES, Ignasi & COSTA, Xavier (dir.) – **Presente y futuro. Arquitectura en las ciudades**. Barcelona: Col·legi d'Arquitectes de Catalunya / Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1996. p.21-23.

²⁶ “While the global urban transition witnessed over the last three decades has been phenomenal, the level, pace and processes driving urbanization are uneven across the world. The process of urbanization is much advanced in the developed regions of the world where 79 per cent of the population reside in urban areas. This trend will continue, albeit slowly, as 87 per cent population is expected to be urban by 2050. While the level of urbanization in developed countries is high, the rate of urban population growth is low, declining and even negative in some countries”. UN-Habitat – **Envisaging the Future of Cities. World Cities Report 2022**. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2022. p.10.

²⁷ Cf. UN-Habitat – **Envisaging the Future of Cities. World Cities Report 2022**. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2022. p.9-19.



Figura 4 – Mesquita, serra do Algarve; elaborado pelo autor.

As mudanças a que estes territórios têm sido sujeitos tendem a passar pela desagregação das diversas componentes que, na sociedade tradicional, formavam o núcleo base de produção agro-silvo-pastoril. A necessidade de garantir os diversos recursos de modo a viabilizar uma casa agrícola, no quadro da economia de subsistência, traduzia-se num *vínculo* entre o conjunto edificado e as diversas parcelas rústicas (ou, em certo sentido, entre o aglomerado e a área de recursos concernente). Hoje cada um destes bens adquire um valor próprio e com muita frequência, se encontram as melhores courelas agrícolas abandonadas ou florestadas e, na sua proximidade, edifícios convertidos a uma ocupação sazonal.

Muitas das subunidades geográficas do interior, tradicionalmente marcadas por vários níveis de encerramento ou autonomia associados aos sistemas de produção agro-silvo-pastoril, integram hoje novos projetos, que procurando adquirir uma dimensão nacional ou internacional estão, simultaneamente, arreigados à cultura regional. Deste modo, acentuam-se as relações de complementaridade entre as regiões urbanas e os territórios do interior, através de iniciativas de índole cultural e artística, de atividades relacionadas com turismo cultural, e da importância crescente dos serviços ecossistémicos, ainda que associados a padrões de baixa densidade e combinados por iniciativas e programas ditos de revitalização, quase sempre implementados de cima para baixo e nem sempre com os resultados esperados.

Este é, portanto, um quadro difuso, de dinâmicas circunstanciais e muitas vezes desacompanhadas que se desenvolvem entre lugares de abandono de distinta natureza, e a partir de um interesse crescente em torno do que poderemos designar por *território*

*vago*²⁸, ausente e expectante, remetendo para as marcas de memória de uma cultura do passado. São, muito frequentemente, as regiões de montanha aquelas que evocam esta condição de forma mais expressiva. O modo de vida e a adaptação das comunidades a estes territórios de características tão adversas nas sociedades pré-industriais não tem paralelo nos dias de hoje. Nalguns casos, essa história é a de comunidades que, provenientes de outros lugares, encontraram aqui o último reduto e também a de comunidades que desenvolveram hábitos e estruturas particulares de resistência, com gestão coletiva dos recursos, organização de aglomerados de pequena dimensão, estruturas de partilha e hábitos de entreajuda ou práticas de transumância e migrações sazonais.

As montanhas representam, na sua diversidade, sociedades complexas, de práticas que os estados contemporâneos haveriam de considerar anacrónicas, procurando, em muitos casos, dismantelar e integrar. Para compreendermos a importância deste confronto – ou a idiossincrasia das regiões de montanha observadas a partir das planícies e dos maiores centros urbanos – poderemos registar os programas de realocização de comunidades de montanha organizados, a partir das motivações mais distintas, pelos Estados de diferentes geografias durante o século passado. O *território vago* é também o desse confronto ou transição, entre uma cultura mais assente na família extensa e na comunidade e outra vinculada à família nuclear e ao Estado, entre o desenho mais orgânico da aldeia da orografia da montanha e o desenho reticulado do povoado fundado na base planície. A relação com essa memória é, por isso, diversa, a partir de um quadro muito distinto de referências, que tanto poderá partir do discurso daqueles que desceram, por fim, a montanha e se aproximaram da cidade, como dos outros que, habituados a encarar o recorte do relevo ao fundo, viram a cidade aproximar-se progressivamente.

Conclusão

A integração dos âmbitos da arquitetura, do urbanismo, da paisagem e do património adquire importância crescente em diferentes domínios e escalas de atuação e a partir do contributo de um leque alargado de disciplinas. As alterações que têm ocorrido nas últimas décadas, a nível dos padrões de ocupação do território, conferem maior relevância a esta abordagem integradora, desde o tecido consolidado do centro da cidade e das áreas periurbanas até às regiões da urbanização extensiva e às designadas

²⁸ Mantemos a expressão *território vago* ainda que seja mais apropriado falar de paisagem. Apesar de *território vago* não constituir uma expressão idiomática, como ocorre com *terrain vague* para a língua francesa, beneficia da mesma ambiguidade no termo *vago* em língua portuguesa: “Por una parte ‘vague’ en el sentido de vacante, vacío, libre de actividad, improductivo, en muchos casos obsoleto. Por otra parte ‘vague’ en el sentido de impreciso, indefinido. Vago, sin límites determinados, sin un horizonte de futuro”. *Território vago* não se trata – como o *terrain vague* – de um espaço impreciso no contexto urbano, mas de escala e limite definidos. Ao contrário, ainda que podendo exercer a mesma “romántica fascinación por el pasado ausente”, o *território vago* estende-se, como matriz, compreendendo uma extensão de escala e limites indefinidos, remetendo, ao mesmo tempo, para uma condição mais arcaizante e extraurbana. Transcrições: SOLA-MORALES, Ignasi – Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades. In SOLA-MORALES, Ignasi & COSTA, Xavier (dir.) – **Presente y futuro. Arquitectura en las ciudades**. Barcelona: Col·legi d’Arquitectes de Catalunya / Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1996. p.23.

áreas de baixa densidade, compreendendo tópicos distintos como a adaptação às alterações climáticas ou a salvaguarda do património.

A emergência da expressão da *paisagem histórica urbana* é um dos exemplos que confirma a importância da paisagem enquanto instrumento para o conhecimento e transformação dos lugares, menos determinado pela natureza dos objetos e mais vinculada aos sistemas de relações, seja a partir da importância das dimensões física e biofísica, seja através do encadeamento de diferentes civilizações e culturas para a sua construção. Os desafios crescentes para a mudança do meio urbano que as alterações climáticas colocam no futuro próximo conferem, necessariamente, a esta abordagem uma importância operativa, para o desenho participado da transformação das áreas urbanas consolidadas com maior ou menor valor histórico-cultural.

Do mesmo modo, constitui complementarmente um modelo para a integração de temas de identidade e de desenho “do geral para o particular” e para a maior preponderância dos espaços coletivos e de continuidade ecológica no contexto das regiões urbanas caracterizadas por padrões de fragmentação, descontinuidade e debilidade da dimensão social do espaço. Por fim, constitui também uma abordagem ajustada aos territórios de baixa densidade ou de contraponto às regiões marcadas pela urbanização extensiva, considerando, em diferentes padrões, o predomínio de práticas mais intensivas de produção, a salvaguarda da paisagem cultural e a procura de modelos mais sustentáveis, ou os diversos temas de abandono e *desruralização*. E neste último caso em particular, a abordagem integrada é particularmente ajustada à aproximação à ideia de *território vago*, e à sua interpretação e estudo que, para lá dos discursos de lamento, permitam estabelecer as suas possibilidades para o futuro, nas relações de complementaridade com os outros territórios.

Bibliografia

AGUIAR, João – **Plano Geral de Urbanização da vila de Olhão da Restauração**. Lisboa: Conselho Superior de Obras Públicas, 1944.

CABEÇA PADRÃO, Joaquim [et al.] – **Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis, em Áreas Urbanas e Marginais Viárias, na Região do Algarve** [21 volumes]. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), 1965-1970.

CABEÇA PADRÃO, Joaquim – **Townscape, its classification, preservation and recuperation**. Lisboa: DGSU/Ministério das Obras Públicas, [1971].

CARERI, Francesco – **Walkscapes, o andar como prática estética**. Barcelona: Gustavo Gili, 2004. p.176-185.

CABEÇA PADRÃO, Joaquim [et al.] – **Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis, em Áreas Urbanas e Marginais Viárias, na Região do Algarve** [21 volumes]. Lisboa: DGSU, 1965-1970.

CHOAY, Françoise – **L'allégorie du patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.

COHEN, Preston Scott & NAGINSKI, Erika – The return of nature. In MOSTAFAVI, Mohsen (ed.) – **Ecological Urbanism**. Baden: Lars Müller, 2010. p.136-137.

COSTA, Miguel Reimão & BATISTA, Desidério – Towards Integrating Rural Vernacular Settlements in Urban Regions: A study of Algarve, Portugal. **ISVS e-journal**. Ahmedabad: ISVS. Vol. 2, Issue 1 (2011). p 35-51.

CULLEN, G. – **Townscape**. London: The Architectural Press, 1961.

DONATO, Franco & BASILI, Lorenza Lucchi – **L'ordine nascosto dell'organizzazione urbana. Un'applicazione della geometria frattale e della teoria dei sistemi auto-organizzati alla dimensione spaziale degli insediamenti**. Milano: FrancoAngeli, 1996.

FRANÇA, José Augusto – **Estudo das Zonas ou Unidades Urbanas de Carácter Histórico-Artístico em Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio – **Conservación del patrimonio cultural. Teoría, historia, principios y normas**. Madrid: Cátedra, 2018.

LE CORBUSIER – **Cómo concebir el Urbanismo**. Buenos Aires: Infinito, 1959.

McHARG, Ian L. – **Design with nature**. New York: Natural History Press, 1971.

ROSAS, Fernando [*et al.*] – A «indústria nacional». In MATTOSO, José (dir.) – **História de Portugal. Sétimo Volume. O Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Estampa, [1994]. p.61-100.

SAUER, Carl O. – The morphology of landscape. In LEIGHLY, John (ed.) – **Land and life. A selection from the writings of Carl Ortwin Sauer**. Berkeley: University of California Press, 1967. p.315-350.

SOLA-MORALES, Ignasi – Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades. In SOLA-MORALES, Ignasi & COSTA, Xavier (dir.) – **Presente y futuro. Arquitectura en las ciudades**. Barcelona: Col·legi d'Arquitectes de Catalunya / Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1996. p.10-23.

SOLÀ-MORALES, Ignasi – **Territorios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

TÁVORA, Fernando (coord.) – **Estudo da Renovação Urbana do Barredo**. Porto: Câmara Municipal do Porto/Direção de Serviço de Habitação, 1969.

TEIXEIRA, Manuel C. – **Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

TEOTÓNIO PEREIRA, Nuno – Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário alojamento. **Análise Social**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXIX (1994). p.509-524.

UNESCO – **Recommendation on the Historic Urban Landscape**. Paris: Unesco, 2011. Disponível em: <https://en.unesco.org/about-us/legal-affairs/recommendation-historic-urban-landscape-including-glossary-definitions>

United Nations – **Report of the United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm, 5-16 June 1972**. New York: United Nations, 1973.

UN-Habitat – **Envisaging the Future of Cities. World Cities Report 2022**. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2022. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/06/wcr_2022.pdf

Regressar Onde? O mapeamento fotográfico do espaço português

Duarte Belo
drtbelo@yahoo.com

Resumo: Descrever três viagens céleres, de norte a sul de Portugal, com o objetivo de fazer um conjunto de fotografias para um trabalho em curso sobre a caracterização da paisagem portuguesa. Embora este projeto tenha por base um arquivo fotográfico pessoal de quase 1.900.000 imagens, senti a necessidade de, pontualmente, introduzir fotografias de aspetos muito recentes de transformação da paisagem. Que lugares lemos quando regressamos a um mesmo espaço, décadas depois de lá termos estado uma primeira vez? Onde nos transporta o mapeamento fotográfico sistemático dos lugares de um país? Estas são palavras e reflexões que se erguem de muitos dias, muitos quilómetros no campo, como se no terreno permanecessem as fontes fundamentais para o conhecimento, não apenas do povoamento humano, mas da vida, entendida em sentido lato. A partir do solo, das noites a céu aberto, numa miríade de referências desconexas, de autores das mais diferentes áreas científicas, num hiato temporal muito alargado, repensar a nossa condição biológica. A vida como uma viagem realizada com uma enorme curiosidade pelo conhecimento, pela forma de o exprimir, pela construção de uma coerência possível, como se de uma casa se tratasse. Arquitetura como conceito, como invenção de uma situação espacial nova, como cidade, memória, máquina do tempo.

Palavras-chave: Viagem; Portugal; Fotografia; Tempo

Regressar Onde?

O mapeamento fotográfico do espaço português

No dia 17 de fevereiro de 2022 saí em viagem de mapeamento fotográfico de alguns lugares um pouco por todo o espaço português peninsular. Com algumas exceções, foram pontos quase sempre próximos da linha de fronteira com Espanha ou sobre a linha de costa, tanto a poente como a sul, no Algarve. O trabalho em curso visava a caracterização da paisagem portuguesa através de fotografias e textos que as acompanhariam. Como princípio metodológico, tendo como referência um número de imagens a rondar as 150, decidi criar uma quadrícula baseada no cartograma do Instituto Geográfico Militar, para a escala 1:25.000. Agregei conjuntos de 6 cartas militares, duas por linha, três por coluna. Cada carta representa um pedaço de território com 16x10 quilómetros. Assim, teria como unidade cartográfica deste projeto específico retângulos com 32x30 quilómetros o que, aplicando a malha ao território nacional, obteria um total de 128 retângulos. Haveria ainda de contar com os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Neste caso concreto seria atribuída uma imagem a cada uma das ilhas habitadas e duas para a ilhas de maiores dimensões, São Miguel e Madeira. (fig.1 Mapa das três viagens)

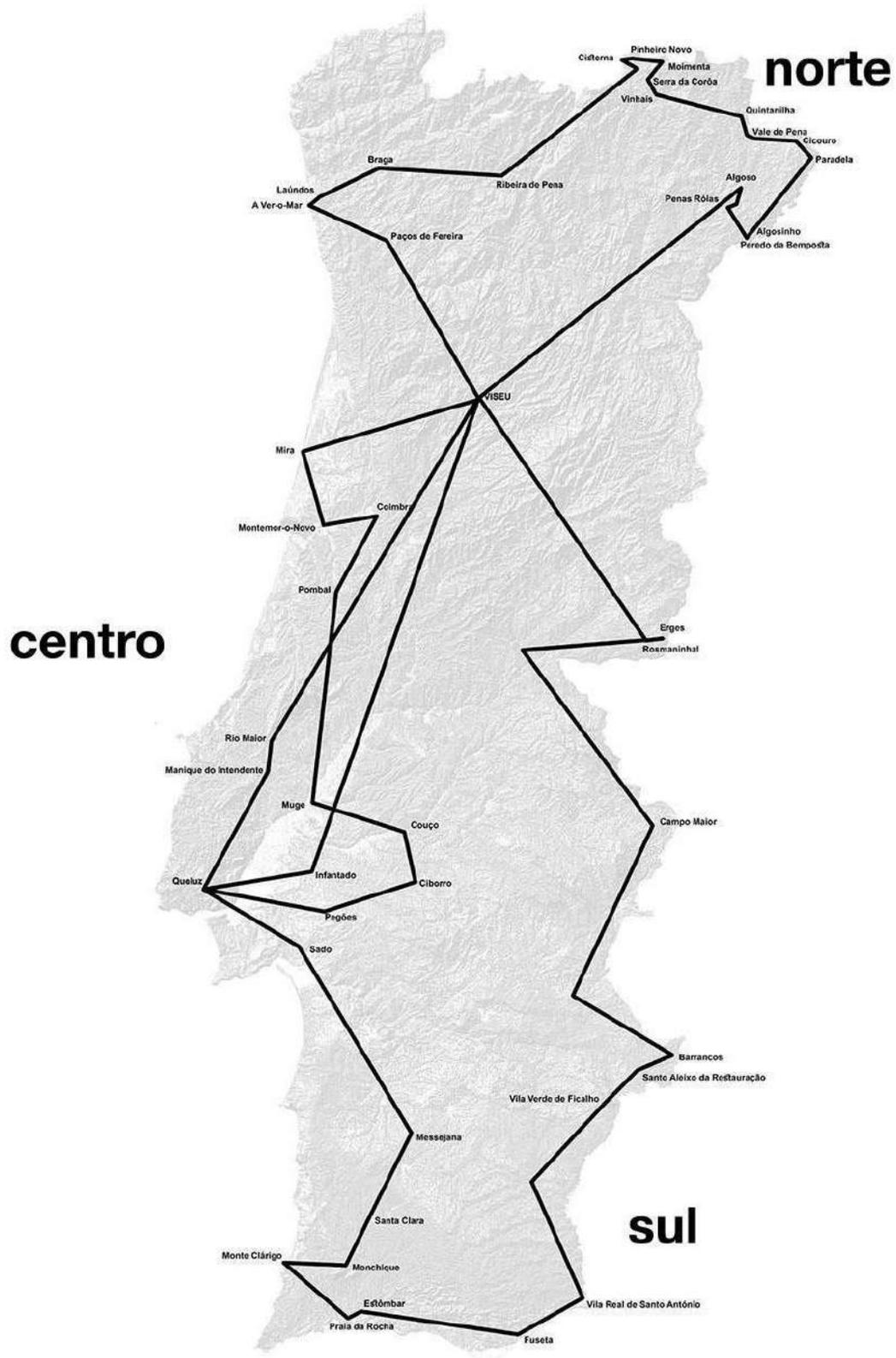


Figura 1- Mapa das três viagens

Podia desenvolver praticamente todo o trabalho a partir do meu arquivo, composto por perto de 1.900.000 imagens, mas senti necessidade de atualizar o levantamento fotográfico em virtude de transformações muito recentes, e aceleradas, do espaço português. De qualquer modo, teria sempre de regressar ao terreno porque havia quadrículas sobre pedaços muito exíguos de território onde eu nunca tinha estado.

A par da questão metodológica, que não deixava de ser geométrica, havia a necessidade de representar aspetos concretos da paisagem, tanto na diversidade de situações espaciais, geológicas e geográficas, a estrutura do território, os principais rios e serras, a linha de costa, mas também o povoamento humano. Sobre este último tema houve a necessidade de ter presentes todas as fases de ocupação do território hoje português. Todos os tempos, desde o Paleolítico até à atualidade, deveriam estar representados. Das paisagens arqueológicas à periferia das grandes cidades.

Estas palavras são sobre as três viagens rápidas que fiz para mapear fotograficamente fragmentos do espaço português. É o retrato célere de um país, quando procurava identificar a paisagem portuguesa na sua múltipla complexidade. Relato breve dos dias em viagem. Os lugares por onde passei, algumas derivações em relação ao foco de partida. Houve alguns espaços onde nunca tinha estado, mas estas foram, sobretudo, viagens de regresso, revisitações. O que encontramos quando voltamos a um mesmo lugar, nalguns casos, mais de duas décadas volvidas? Há dimensões do tempo e do espaço que se cruzam. Há reflexões que se soltam da impossibilidade das fotografias dizerem tudo.

Centro

Parto de Viseu, de madrugada. O dia amanhece nublado. A primeira paragem é na praia de Mira, onde é visível a erosão oceânica, fazendo recuar o areal. Não deixo de fotografar os passadiços que sobrevoam as dunas. Uma solução cada vez mais usada em muitos lugares como uma espécie de praga que parece ter como efeito levar as pessoas onde elas não iriam. Prossigo viagem para Montemor-o-Velho, onde fotografo, sobretudo, o vale do Mondego e o espaço que medeia entre o rio e a elevação onde está implantada a antiga vila medieval. Subo o curso do rio pela estrada que foi desenhada na sua margem direita. Não chego a entrar em Coimbra. Fotografo a cidade a partir de Santa Clara, de início num terraço de uma área residencial relativamente recente, depois do adro em frente ao convento de Santa Clara-a-Nova. Impressiona a continuidade urbana que se espraia por ambas as margens do Mondego. Prossigo para Pombal, pela Estrada Nacional N°1. O que tento fixar é mesmo um aspeto desta estrada, a rotunda a norte da cidade. Numa reflexão sobre a paisagem portuguesa não poderiam deixar de estar presentes as rotundas, uma marca urbana tão vincada em vilas e cidades de média dimensão. (fig.2 Praia de Mira, Mira)



Figura 2 - Praia de Mira, Mira

Um dos objetivos das fotografias era mostrarem várias camadas de tempo e de espaço. No fundo retratar a complexidade dos territórios que habitamos em que nada parece ser óbvio, linear, simples. Não procurava qualquer espécie de pureza, imagens que nos remetessem para um mundo antigo, idealizado, perdido, mas a realidade com todas as suas dissonâncias, que são, de modo evidente, o mundo que habitamos. Há, quase sempre, uma estranheza no quadro visual que temos pela frente e é essa evidência que procurava captar com a câmara fotográfica. Pombal, a rotunda que na altura tinha diante de mim, era um ótimo exemplo destas paisagens da contemporaneidade, onde toda uma aparente confusão de elementos parecia estar reunida. (fig. 3 Pombal)



Figura 3 - Pombal

De Pombal segui para Muge, onde queria fotografar a ponte sobre o rio Tejo. A ponte Rainha Dona Amélia foi inaugurada no dia 14 de janeiro de 1904. Em 2001 foi encerrada ao trânsito ferroviário, sendo objeto de uma intervenção no sentido de a adaptar à circulação de automóveis ligeiros, que hoje mantém. Com um comprimento total de 840 metros, tratar-se de um significativo exemplo deste tipo de construção, em ferro. Foi este o motivo desta deslocação, registar uma construção emblemática da transição, em Portugal, do século XIX para o século XX. (fig. 4 Ponte Rainha Dona Amélia, Muge)

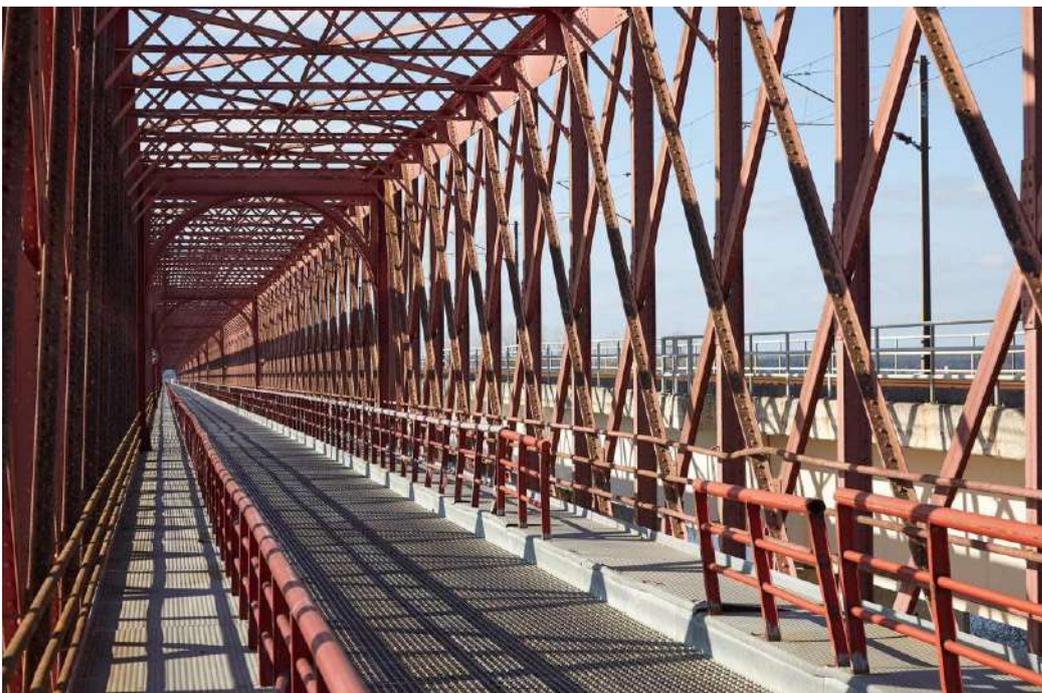


Figura 4 - Ponte Rainha Dona Amélia, Muge

Pouco depois estava em Chouto. Em plena charneca do Tejo. Há geografias que queremos representar pela fotografia, mas que a tarefa não se apresenta fácil. A margem da estrada, próximo da ponte sobre o rio Sorraia, encontrei dois bancos de jardim, onde ninguém se sentaria há muito tempo. Era um bom exemplo desta paisagem de charneca onde o povoamento humano foi sempre pouco denso.

O fim da tarde já se enunciava. Se o registo da EN 1, em Pombal, era importante no contexto deste levantamento, ou deste retrato da paisagem portuguesa, o mesmo se poderia dizer da EN 2, que recentemente foi adquirindo o singular estatuto da mais extensa estrada nacional. São 738,5 quilómetros entre Chaves e Faro. É uma estrada que define um pouco toda a grande diversidade de solos que encontramos em Portugal, de Trás-os-Montes até ao Algarve. Fotografei a estrada nas proximidades de Ciborro, que marca o quilómetro 500, em zona de montado. (fig. 5 EN2, km 493, Ciborro, Montemor-o-Novo)



Figura 5 - EN2, km 493, Ciborro, Montemor-o-Novo

Para rentabilizar o dia, ainda passei por Pegões, mas a noite estava definitivamente instalada e não consegui, com a luz disponível, fazer mais fotografias dentro do objetivo que perseguia.

Depois de uma estadia breve em Lisboa, passei pelo Infantado, que é atualmente pouco mais do que uma rotunda no meio do nada. Uma rotunda com características peculiares: nela está representada uma cena de descortçamento de um sobreiro, com todo o bestial associado, raposa lebre e perdizes, além de três homens, um empoleirado na árvore e os outros dois no solo, a receberem a cortiça. (fig. 6 Infantado, Montijo)



Figura 6 - Infantado, Montijo

Sul

O Rosmaninhal é uma aldeia de grandes dimensões que se desenvolve em três núcleos. O cemitério ocupa as cotas mais elevadas do lugar, a partir do qual se vêem os campos em redor. É uma paisagem seca, árida, terras de xisto que se prolongam para sul, para lá do Tejo, que não está longe e que aqui faz fronteira com Espanha.

Do Rosmaninhal desloquei-me para ponte, para atravessar a linha imaginária que estava desenhada no mapa, que me permitia saltar para outra quadrícula, para um estreito pedaço de território onde nunca tinha estado. Vi na carta militar e nas imagens de satélite qual seria o melhor percurso a seguir. No itinerário passei por um vértice geodésico de primeira categoria, Cabeço Alto, com 403 metros de altitude. Embora não seja um ponto muito elevado, dele colhemos um panorama muito abrangente, desde as paisagens de Espanha, ali bem perto, da serra de São Mamede, no Alto Alentejo, também a Gardunha e a Estrela, a poente; para norte toda a extensão desta planície até a terra se começar a enrugar de forma mais acentuada, na serra da Malcata e serra das Mesas, onde a temperatura se torna mais fria. Ainda teria de percorrer cerca de dois quilómetros e meio, para chegar à linha que queria passar. Segui por uma estrada de terra, de acesso fácil em direção ao rio Erges. Pouco depois estava com vista para o vale. Parei o carro e desci, por entre uma mata de carvalhos jovens. (fig. 7 Rio Erges, Arraial da Farinha, prox., Rosmaninhal, Idanha-a-Nova)



Figura 7 - Rio Erges, Arraial da Farinha, prox., Rosmaninhal, Idanha-a-Nova

Regressei, depois, ao Rosmaninhal, onde fiquei a fazer fotografias, a aproveitar a luz suave do fim do dia, já com o sol posto.

Quando retomei a viagem era noite. Teria bastantes quilómetros pela frente, até Campo Maior, local que assinalara como a próxima paragem, também numa quadrícula onde nunca tinha estado. O dia despontara coberto de nuvens. Estava agora em terras alentejanas. Paisagem suave pontuada por sobreiros e azinheiras. Era o Alentejo de Campo Maior. (fig. 8 Campo Maior)



Figura 8 - Campo Maior

Em Barrancos, como no Rosmaninhal, o cemitério ocupa a cota mais elevada do lugar. Há uma acentuada uniformidade no desenho das campas, dominadas pelo mármore branco. Ao contrário do traçado urbano, que se adapta organicamente a uma topografia irregular, no cemitério tudo é regular, os vários talhões são planos, separados por muros que diferenciam níveis diferentes, como socalcos. A vista em redor é ampla.

Santo Aleixo da Restauração foi a próxima paragem. Fiquei-me pela periferia, num espaço de relação entre a malha urbana e a sua articulação com a paisagem plana envolvente. Prossegui para Vila Verde de Ficalho, no sopé da Serra da Adiça. Eram as paisagens inomináveis do Alentejo fronteiriço. Deslocava-me para sul, parando, pontualmente num ou noutro lugar de acordo com a sua localização, com a necessidade de mapear mais uma quadrícula.

Em Vila Real de Santo António, no extremo sul do Portugal, na foz do Guadiana, fotografei o paredão que conforma a Foz do rio e um pequeno farol, na altura com pescadores por ali dispersos, na conversa, lançando o anzol às águas com corrente forte. Um lugar de fronteira onde ouvia o castelhano tanto quanto o português. De algum modo, as paisagens são sempre estranhas, temos um qualquer problema de integração, de, simultaneamente, estarmos fora e estarmos dentro dos lugares, há qualquer coisa de inadaptação contínua. O meu dia de recolhas fotográficas estava a chegar ao fim. O sol já se havia posto. A faixa litoral tem um povoamento excessivamente denso, procurei um local de pernoita longe. Voltei para trás, quando a terra se enrugou e se elevou nos cabeços redondos da serra do Caldeirão. A escuridão avançava mas não tive dificuldade em encontrar, seguindo uma estrada de terra, um pequeno terreno onde havia meia dúzia de amendoeiras. Montei a tenda e passei a noite naquele silêncio que não encontro nas cidades. (fig. 9 Foz do rio Guadiana, Vila Real de Santo António)



Figura 9 - Foz do rio Guadiana, Vila Real de Santo António

Adormecera cedo. Quando me levantei ainda não eram cinco da madrugada. Fiz a viagem até ao mundo noturno da Fuseta. Fotografei a localidade, a malha urbana, ainda iluminada pelos candeeiros. Ainda estava escuro quando a iluminação pública foi

desligada. Momentaneamente vivi uma experiência singular ao percorrer o lugar em silêncio e escuridão. Havia, pontualmente, uma casa onde se acendia a luz. Prosseguir para a zona portuária deste povoado de pescadores do concelho de Olhão. O dia despontava com o grasnar das gaivotas. Sempre que fui à Fuseta não deixei de ir fotografar o edifício do Instituto de Socorros a Náufragos. Construído sobre pilotis, com uma rampa de acesso, janelas redondas, uma interessante peça de arquitetura, uma ilha de modernidade.

Nunca tinha estado em Estômbar. Foi uma dos lugares que falhei, quando trabalhava na obra *Portugal Património*, nos primeiros anos da década de 2000, apercebi-me disso quando selecionava fotografias para a ilustração da edição mais recente da *Viagem a Portugal*, de José Saramago. Embora não estivesse nos planos desta obra sobre a paisagem portuguesa, não resisti a deslocar-me lá para mais um registo deste levantamento do espaço português, sempre incompleto.

A Praia da Rocha foi, ainda na década de 1960, um dos principais cartazes turísticos de uma corrida às praias que nessa altura se iniciava. O movimento, que ainda hoje permanece, traria consequências profundas na urbanidade de todo o litoral português, com algumas raras exceções, como seja a Costa Vicentina, onde a pressão não deixa de ser forte. Atualmente, a Praia da Rocha é um lugar de servidão turística onde o primitivo carácter paradisíaco das arribas areníticas, em amarelo e ocre, praticamente não se vê face à imponente dos blocos habitacionais que parecem querer avançar sobre o mar. Este não deixa de ser um lugar de estranheza abstrata e fascinante, perturbadora. Fiquei com o desejo de regressar a Portimão, que representa a continuidade desta cidade desconexa. Cada viagem é a vontade de regresso. É a tentativa de registo de um tempo célere que tudo apagará na sua passagem. (fig. 10 Praia da Rocha, Portimão)

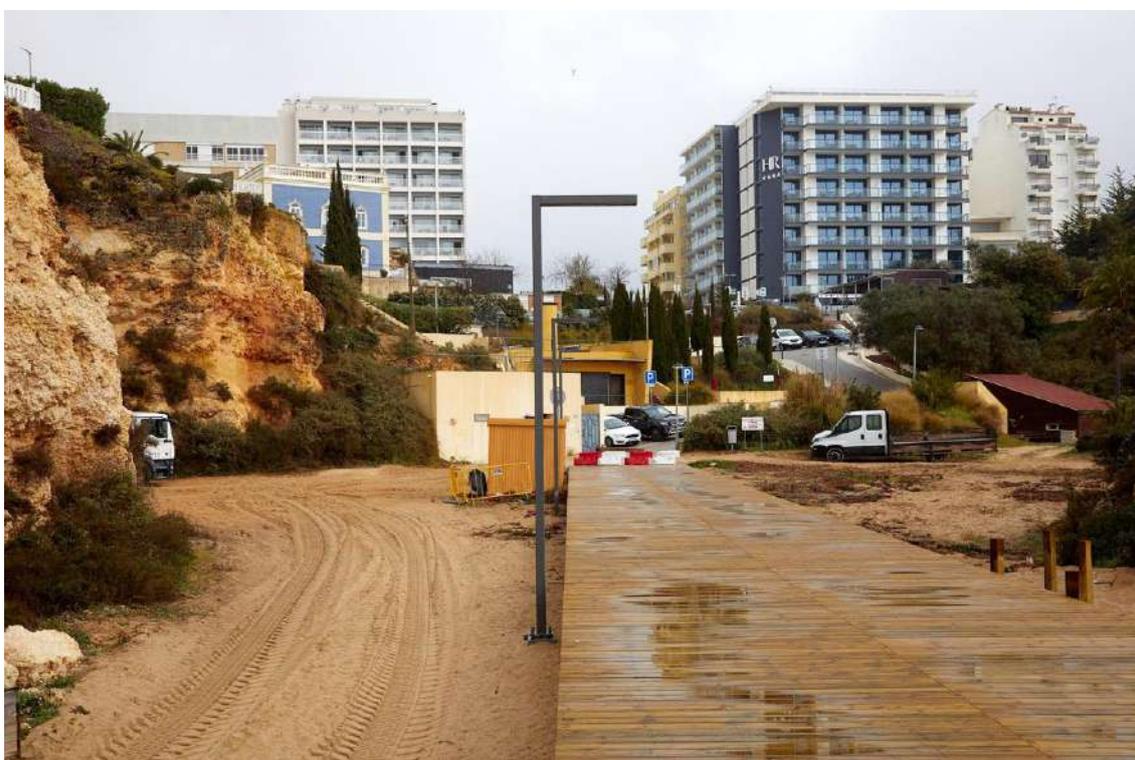


Figura 10 - Praia da Rocha, Portimão

Perto da praia de Monte Clérigo estava, mais uma vez, numa franja de território, numa quadrícula, onde nunca tinha estado. As franjas do mapa onde tinha que ir para completar este mapeamento fotográfico. O litoral vicentino, com as suas escarpas em

xisto, é uma paisagem que impressiona. Estes lugares, onde a terra acaba e o mar começa, ou vice-versa, têm sempre um enorme dinamismo para quem deles se aproxima para fotografar. São sempre diferentes em função do estado do mar, das marés, da hora do dia, da estação do ano, que trazem consigo uma luminosidade sempre diferente. Há, invariavelmente, a dimensão sonora provocada pela rebentação das ondas que ajuda a que nos ausentemos na abstração da tentativa de captar a natureza esquiva destas fronteiras.

E cada projeto puxa novos projetos, neste caso concreto, ia desenvolvendo a ideia de aprofundar este atlas do espaço português, de apertar a malha e representar muitos mais lugares.

Nas Caldas de Monchique localiza-se uma praça de singular beleza, de equilíbrio arquitetónico muito bem conseguido, entre o terreiro, os edifícios que o conformam e as árvores que o povoam. Cada vez que volto a este lugar não deixo de pensar quando é que alguém se vai lembrar de fazer obras de melhoramento e destruir o carácter daquele lugar termal. (fig. 11 Caldas de Monchique, Monchique)



Figura 11 - Caldas de Monchique, Monchique

A vila de Monchique, pouco a norte das termas, foi a paragem seguinte. Estes dois povoados não faziam parte dos lugares que tinha que fotografar. Foram paragens apenas para atualização do meu acervo de registo de lugares. Ao cair da noite, ainda com a luz do final da tarde, avancei para norte, em direção ao Alentejo, por uma estrada que serpenteia pela serra. Pouco depois fazia um desvio à estrada asfaltada e procurava um local para montar a tenda. Na manhã seguinte tenho uma mensagem no meu telemóvel. A Rússia tinha invadido a Ucrânia. Depois de mais de duas décadas de paz, havia de novo uma guerra na Europa. A Rússia, com as palavras de “Operação Militar Especial”, iniciou uma guerra de futuro imprevisível, relegando para segundo plano essa outra batalha iniciada em 1972, na Conferência de Estocolmo, contra as alterações climáticas, que já nessa altura se enunciavam.

Segui para a barragem de Santa Clara, um extenso lençol de água que rega as numerosas estufas do litoral, da zona de São Teotónio, Odemira. Depois de uma breve paragem em Garvão, prossegui para Messejana, onde uma vez pernoitei na casa de um casal de amigos arquitetos, numa viagem a Serpa, enquadrada num concurso para um edifício público. O pelourinho comprova um antigo poder municipal. Do antigo castelo praticamente não restam vestígios, mas o povoado mantém a brancura da cal nas paredes das casas. As ruínas do convento de São Francisco, são também vestígio de um passado onde a religião assumia uma dimensão de estruturação espacial e social do lugar. (fig. 12 Barragem de Santa Clara, Odemira)



Figura 12 - Barragem de Santa Clara, Odemira

Nas margens do estuário do Sado procurei das marcas da industrialização em diálogo com um extenso lençol de águas tranquilas, a evocar também o Mar da Palha e a singularidade tão rara destes dois estuários, de duas serras, da Arrábida e de Sintra, tão diferentes entre si. Dois microcosmos tão próximos, de representação do Mediterrâneo e do Atlântico, tão próximos e tão distantes. Paisagens que nos erguem, que descodificamos, que atribuímos sentido com as fotografias, com artefactos de comunicação que construímos. Terminava assim esta viagem ao Sul.

Pausa

A minha ida a Lisboa tinha um objetivo. Havia marcado uma deslocação à Fundação José Saramago para a digitalização das fotografias que o escritor fizera na sua *Viagem a Portugal*, realizada nos anos 1979 e 1980. De um ponto de vista meramente estético, as imagens não são especialmente interessantes. O que de mais sedutor contêm é o seu carácter documental e o facto de sabermos que serviram de apoio, eventualmente de mnemónica, para a escrita desse livro que é um dos mais bem conseguidos retratos literários de Portugal. Quando observamos um mapa com a implantação dos lugares percorridos, percebemos com maior clareza a extensão da sua viagem, do labirinto de lugares que a mesma espelha, mas também alguns dos lugares que Saramago não teve

oportunidade de visitar. Lisboa foi uma pausa para José Saramago, mas o permanecer em viagens cruzadas.

Há escassos meses atrás tinha estado envolvido na reedição dessa mesma obra, *Viagem a Portugal*, na ilustração com fotografias do meu arquivo, que iriam estar em diálogo com as imagens do escritor anteriormente referidas. (fig. 13 Vale do rio Douro, Miranda do Douro, 1996)



Fig. 13 Vale do rio Douro, Miranda do Douro, 1996

De regresso a Viseu, onde resido, passarei por Rio Maior, onde tenho uma reunião, na biblioteca municipal. Mais uma vez saio cedo de casa para fazer fotografias em Manique do Intendente, São João da Ribeira e a própria cidade de Rio Maior. São três lugares relativamente próximos mas muito diferentes entre si. (fig. 14 Rio Maior)



Figura 14 - Rio Maior

Norte

Parti de Viseu para as proximidades de Paços de Ferreira. O primeiro objetivo desta terceira e última viagem, ao norte, era fotografar o complexo industrial IKEA. Aquela paisagem não correspondeu ao que idealizara para aquele retângulo cartográfico. Estava a repetir outras situações, com referências industriais, já presentes no conjunto das imagens, particularmente uma que fizera no complexo industrial de Setúbal. Perto deste local havia um santuário, de Nossa Senhora do Pilar, que ocupava o topo de uma elevação. O lugar era ainda um importante ponto de telecomunicações, onde podíamos observar um conjunto de antenas. No bosque de carvalhos seculares, envolto em nevoeiro, encontrei o reflexo de uma paisagem telúrica tão presente na religiosidade desta região do país.

Segui para A Ver-o-Mar. O mar de estufas que ali me levara não era suficientemente expressivo em relação ao objetivo que procurava. Em Laúndos, no alto do monte de São Félix, encontrei o que não buscava e a evocação da emigração, através de uma escultura monumental, que tão forte impacto teve no passado recente de todos estes lugares.

Braga, foi uma paragem enquadrada num outro projeto, sobre Maria Ondina Braga, nas comemorações do centenário do seu nascimento. Fiz as fotografias iniciais da sua geografia próxima, desta cidade que teve um significado primordial em toda a sua escrita, mesmo quando partiu para o mundo, num singular percurso literário. Estes trabalhos de mapeamento fotográfico interpenetram-se são aqui, não raras vezes, o somatório de diferentes linhas que hão de ser o desenho de um mapa evolutivo, sempre inacabado. (fig. 15 Busto de Maria Ondina Braga, Braga)



Figura 15 - Busto de Maria Ondina Braga, Braga

Ribeira de Pena foi a paragem seguinte. Queria captar o vale do Tâmega e a barragem próxima, de construção recente. É o mais complexo sistema de produção elétrica que existe no nosso país, que articula a produção hídrica, diurna com a eólica, noturna, para bombar de novo a água para uma cota elevada, quando o consumo é significativamente mais reduzido, o que daria origem a desperdício da energia captada pelas eólicas, no alto das serras envolventes. Até ao cair da noite fotografei a vila. Os dias são curtos, tento rentabilizar ao máximo a luz disponível.

Aproveitei a noite para me aproximar do ponto que iria fotografar no manhã seguinte: Cisterna e Pinheiro Novo, no concelho de Vinhais. Foram cerca de duas horas de viagem. Já próximo do ponto de destino, com a ajuda das imagens de satélite do Google Maps, procuro um local para pernoitar. A noite não foi fácil. Antes da meia noite começara a cair uma chuva copiosa que não mais pararia até de madrugada.

A caminho de Cisterna, de manhã, faço algumas fotografias com o chapéu de chuva na mão. Foi já naquela povoação que deixou de chover. Deverei ter percorrido todas as ruas. Apenas encontrei duas pessoas que estavam a trabalhar na obra de uma casa. Estivemos um pouco na conversa. A linha de fronteira com Espanha estava a escassas centenas de metros. Convidaram-me a entrar, para um café. Agradei e prossegui o meu trabalho nesta aldeia que começava a despertar. Os fogos acesos em algumas habitações libertavam fumo pelas chaminés. (fig. 16 Cisterna, Vinhais)



Figura 16 - Cisterna, Vinhais

Em Pinheiro Novo, a minha paragem seguinte, a realidade era semelhante a Cisterna. Uma pequena aldeia granítica, onde não faltavam novas construções, mas marcada por silêncio e solidão. Prossegui para Moimenta, na direção Este. Fotografei a igreja, com duas torres, com uma escala contida e equilibrada.

A Serra da Corôa estende-se a norte de Vinhais. É uma montanha povoada e de baixa altitude. Nesta região transmontana procurava castanheiros antigos, de grandes dimensões. Encontrei esse souto num declive da serra, alinhados, imponentes.

Vinhais não fazia parte do itinerário fotográfico mas não resisti a uma paragem para algumas fotografias. Há muitos anos, em 1990, tinha aqui chegado, de autocarro, para uma caminhada de atravessamento do parque natural de Montesinho, justamente de Vinhais a Bragança, pela raia, sem deixar de passar em Rio de Onor e Guadramil. A primeira paragem fora, justamente, o cabeço de Cidadelhe, um vértice geodésico que entretanto foi transformado em miradouro e ponto de observação de aves. Mas o que mais significativo tem este lugar são os vestígios de uma antiga muralha, anterior à romanização. (fig. 17 Vinhais)



Figura 17 - Vinhais

Quintanilha, uma fronteira que deixou de existir, símbolo civilizacional de um mundo humano que quer ser comunidade.

A Igreja do Santo Cristo apresenta uma monumentalidade que não é frequente nas aldeias deste território periférico. O terreiro que lhe está em frente é também o símbolo da grandiosidade deste investimento. Existe uma outra igreja, mais antiga, junto ao núcleo primitivo da aldeia. Entre os dois espaços religiosos numa cota baixa, está o pelourinho e a antiga casa da câmara. A ponte, no alto de um cabeço, subsistem os vestígios do antigo castelo de Outeiro.

Entretanto a noite aproximava-se. A temperatura baixava acentuadamente. Na madrugada seguinte os campos estavam cobertos de geada. O termómetro do carro marcava 4C° negativos. Passei perto de Vale de Pena. Avancei para Cicouro, outra aldeia nas proximidades da fronteira com Espanha. As aldeias da raia que, verdadeiramente, não sentem, não estão em nenhuma fronteira, são mundos distantes, isolados, entregues a si próprios, presos a um arcaísmo que parece não estar inserido no quotidiano célere das cidades. (fig. 18 Quinta de Vale de Pena, prox., Pinelo, Vimioso)



Figura 18 - Quinta de Vale de Pena, prox., Pinelo, Vimioso

Paradela, era o meridiano mais afastado, a nascente, de Lisboa. Não deixei de fotografar uma parte significativa da aldeia, mas o que verdadeiramente procurava era o ponto, marcado pelo miradouro de Penha das Torres, sobranceiro ao rio Douro, à Presa de Castro, uma barragem espanhola. Este é o ponto onde o rio encontra o território hoje português, e inflete na direção sudeste, definindo uma fronteira entre os dois países ibéricos.

Algosinho, uma pérola da arquitetura românica, uma estranha sobriedade nas suas proporções, no seu desenho.

Peredo da Bemposta, foi o regresso a um Douro monumental, a um impressionante canhão fluvial aberto no planalto granítico ao longo de milhões de anos. (fig. 19 Miradouro de Picões, Peredo da Bemposta, Mogadouro)



Figura 19 - Miradouro de Picões, Peredo da Bemposta, Mogadouro

Estive uma primeira vez em Penas Róias no dia 14 de setembro de 1990. Tinha partido em caminhada de Miranda do Douro, de onde segui para Duas Igrejas e aí tomara como itinerário a linha ferroviária do Sabor. Fora na proximidade desta aldeia que abandonara a linha férrea, na altura desativada há dois anos, para visitar o castelo. Depois segui para Azinhoso, para visitar a igreja românica. Volto ao tempo presente. À saída de Penas Róias fotografei um terreno com amendoeiras em flor, com a luz rasante do pôr do sol. Subi ao cabeço de Nossa Senhora da Assunção, onde foi erguida uma capela. A amplitude visual que podemos usufruir do local é impressionante. O dia estava a findar. Procurei um local sossegado para passar a noite.

Algozo é uma antiga povoação onde a antiga casa da câmara e o pelourinho nos falam de poderes administrativos antigos que entretanto se perderam. Destes símbolos faz parte, também, o castelo que, pela sua localização, sobranceiro ao rio Angueira, é dos mais singulares de todo o espaço português. Do castelo desci ao leito do rio, a uma ponte medieval que hoje permanece a ligar as duas margens. A jusante deste ponto de atravessamento, o leito do rio é composto por penedos ciclópicos, de xisto e de quartzo, que assumem formas irregulares, onde o polimento provocado pela erosão fluvial parece ter deixado expostos desenhos de mapas, de representação de paisagens indecifráveis, a que hoje não temos acesso. (fig. 20 Castelo de Algozo, Vimioso)



Figura 20 - Castelo de Algosó, Vimioso

Nas margens deste rio de águas límpidas terminava o périplo célere por Portugal. Tinha agora cerca de duas horas de viagem para regressar a Viseu.

Regressar?

Estes lugares, periféricos talvez, são um mundo profundamente diferente daquele que fotografara em Lisboa, quando, há não muito tempo, percorria, a pé, a linha de cintura da cidade. É assim este trabalho, o registo do espaço português, das cidades, das aldeias, dos territórios de alta e de baixa densidade, de um imenso labirinto que se estende e se liga a lugares distantes, cujo significado nos escapa, ou que esse mesmo significado é dinâmico, evolutivo, permanentemente reescrito.

As fotografias contêm em si a ambiguidade de fixarem a imagem retiniana, o espaço e o tempo petrificados. Mas essa petrificação servirá o seu oposto, a irredutível noção da passagem do tempo, a afirmação inquestionável de que tudo muda, que a permanência não existe, que habitamos, todos, uma vertigem, que a vida pode ser um jogo e uma abstração de que apenas. Momentaneamente saltamos fora e habitamos um significado diferente da própria vida. Os trabalhos no campo são essa distração, o mergulho num tempo base, anterior à tomada de consciência da passagem do próprio tempo, uma juventude revivida, em que a eternidade era possível.

As noites no campo e a madrugada fria. Os campos cobertos de geada, alguma surrealidade e identificação de uma paisagem dura, agreste, o labor humano que tende a desaparecer, pelas melhorias das condições de vida. Mas há quem persista nos campos do tempo antigo. Seria curioso saber porquê. Em muitos casos não haverá em tal atitude uma necessidade de compor a economia doméstica. Arriscaria um desejo de terra, a continuidade da luta de antepassados. Um sentimento de vida, de vigor, a que algumas pessoas associaram aos trabalhos agrícolas, ao contacto com a terra, a necessidade mesmo, de sentirem o corpo. Esta interpretação resulta de uma transposição literal a partir do meu próprio trabalho, de um sentido apelo da terra, dos lugares, como se fosse uma atividade há muito aprendida a agora continuada, num movimento perpétuo.

Um trabalho concreto levou-me a fazer as três viagens relatadas nestas palavras. A construção de um artefacto de comunicação, um livro, uma tentativa de sistematização visual de alguns aspetos da paisagem portuguesa. Buscar também algum tempo disponível para fazer coisas diferentes com a fotografia. O calendário do registo dos lugares era muito folgado. Eram pontos muito específicos na paisagem, que eu procurava. Fiz desses lugares o desejo de uma representação fotográfica mais extensiva, ao mesmo tempo que refletia sobre o movimento performativo que a fotografia pode operar, como jogo de produção de sentido.

Regressar onde? É a constatação paradoxal de um tempo interminável e de uma viagem breve na procura de um país. O movimento contínuo no desenho de um mapa. A geometria de linhas sobre lugares, a união de espaços desconexos, um específico exercício de vida. Tentativas e aproximações topológicas à interpretação do espaço e do tempo.

Há um momento em que integramos o fluxo cósmico da matéria. Aproximações a um conhecimento mais profundo da realidade que nos é trazido, em fragmentos, por notáveis personalidades da ciência, da arte, da literatura, de todos os ramos do saber. A claridade possível que nos é dada pela ciência, sabendo que, permanentemente estamos em viagem, em caminho.

Estas viagens concretas, com os pés na terra, são esse caminho, ao mesmo tempo claro e obscuro, como se uma estranha força nos animasse. Não há transcendência religiosa neste trabalho, mas o movimento quântico da matéria, energia em espaço e tempo.

Procuro o manifesto de um fazer, o desfazer de lugares comuns em vários e afastados domínios. A sedução de um caminho interminável, na busca de uma ideia de verdade em que, mamíferos, humanos, Sapiens, somos um capítulo, um acontecimento na história da vida na Terra, ou quando, no Universo, a matéria procura contrariar a entropia, o gigantismo do caos.

Há uma ideia base que, progressivamente, vou assumindo como sendo estruturante neste labor que desenvolvo. Tudo, no planeta que habitamos, resulta de princípios biológicos evolutivos. Nós, humanos, somos uma espécie animal que, num tempo longo, de seis, sete milhões de anos, desenvolveu um conjunto de valências que representou uma enorme vantagem face a todas as outras espécies que, conosco, competiram por recursos. Inventámos artefactos, extensões de corpo, a linguagem simbólica, as cidades. Tudo, tudo é resultante de um processo em que não é possível voltar para trás. Nunca nada se repetiu na história da vida na Terra. Houve, no passado, grandes cataclismos que extinguiram parte significativa da biodiversidade de então. O que se seguiu, após as cinco maiores extinções em massa que ocorreram na história da Terra, foi sempre um recrudescimento do número de espécies. Não adianta querermos voltar à terra antiga. As cidades são uma definitiva conquista biológica.

Nota final

Viajo pouco, fora de Portugal. Tenho optado por tentar conhecer de forma tendencialmente exaustiva o espaço português. Este território, como outros, mas não todos, é como um labirinto que nunca abarcamos na totalidade. Aí reside um dos fascínios da terra: tudo está em permanente movimento. Estive em Estocolmo no ano 2007. Uma cidade muito organizada, mas não tanto quanto eu imaginava, numa reconhecida ordem e civilidade nórdica. Estocolmo, Lisboa ou Viseu, qualquer cidade é uma manifestação da biologia, reprodução da entropia progressiva, mas também o desejo da ordem que encontramos no corpo, essa complexa máquina que nos transporta em movimento alegórico pelo Universo.

Notas curriculares

Amanda Barbosa da Silveira é mestra em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território (MRCOT) com especialização em Políticas Urbanas e Ordenamento do Território na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) desde 2021 e mestranda em Arquitetura e Urbanismo na área de Planejamento Urbano e Regional na linha de Urbanismo e Planejamento no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) desde 2020. Graduada em 2016 em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), integrou grupos de pesquisa no Laboratório de Urbanismo e Meio Ambiente no Programa de Pós-graduação em Urbanismo na UFRJ focados em estudos morfológicos de transformação da frente marítima através de aterros e de implantação de grandes eixos de mobilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro, desenvolvendo tarefas no âmbito de iniciação científica e coordenação de pesquisa. No que diz respeito à temática socioecológica, o interesse pela relação entre sociedade urbana e natureza tem acompanhado a trajetória da pesquisadora. Nesse aspecto, o início do percurso investigativo se apoiou em uma abordagem mais empírica em que foram desenvolvidas competências de mapeamento de transformações morfológicas do tecido urbano e, posteriormente, com o desenvolvimento das dissertações de mestrado, o domínio teórico passou a ganhar expressividade no processo de aprendizagem. As componentes do discurso político e do ordenamento do território tem sido lentes analíticas fundamentais para a construção de análises qualitativas críticas acerca das transformações socioecológicas.

Antonio Guimaraes Brito, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Associado III e Efetivo na Universidade Federal do Rio Grande. Leciona e pesquisa Ecologia Política e Antropologia do Direito, Direito Humanos no curso de Relações Internacionais. Autor dos livros Direitos Indígenas nas Nações Unidas; Direito e Barbárie no Mundo Moderno; Tekoha: em busca da terra sem males; Estudos de Antropologia Jurídica na América Latina Indígena, Pa (Lavras) de Índio. Estudo na fronteira. Conferencista na Universidade de Trás-os-Montes, Universidade Sapienza, Csa da Cultura e Universidade de HABANA (Cuba), Universidade de Varsóvia, Centro de Ciências da Rússia, Universidade de Magalhães (Patagonia, Chile) Universidad de La Pampa (Argentina) Universidad Sna Francisco de Quito (Equador), Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique)..Romancista e escritor. Foi professor federal na Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal do Pampa. Lecionou no programa de mestrado em antropologia social na Universidade Federal da Grande Dourados. Coordenador do projeto Internacional em Moçambique com a Universidade Eduardo Mondlane e no Equador com a Universidad São Francisco de Quito.

Duarte Belo (Lisboa, 1968). Formação em arquitetura (1991). Desde 1986 que trabalha no levantamento fotográfico sistemático da paisagem, formas de povoamento e arquiteturas em Portugal. Este trabalho continuado em mais de 800.000 quilómetros percorridos em espaço português, deu origem a um arquivo fotográfico de cerca de

1.880.000 fotografias. Publicou vários livros sobre o tempo e a forma do território português, de que se destacam: *Portugal — O Sabor da Terra* (1997-1998), *Portugal Património* (2007-2008) e a trilogia *Portugal: 15-5-20*, composta pelos volumes *Caminhar Oblíquo*, *Depois da Estrada* e *Viagem Maior* (2020). De outros trabalhos editados em livro poderíamos referir *Orlando Ribeiro — Seguido de uma viagem breve à Serra da Estrela* (1999); *O Vento Sobre a Terra* (2002); *À Superfície do Tempo* (2002); *Território em Espera* (2005); *Terras Templárias de Idanha* (2006); *Fogo Frio* (2008); *Portugal Luz e Sombra - O País depois de Orlando Ribeiro* (2012); *A Linha do Tua; Sabor-Mamoré* (2013); *Guadiana 86-14* (2014); *Alberto Carneiro - Natureza Dentro* (2017); *Território Manuel Botelho* (2022). Trabalha igualmente, sobretudo em suporte livro, sobre nomes relevantes da cultura portuguesa, como Alberto Carneiro, Maria Gabriela Llansol, Mário de Cesariny, Miguel Torga, Ruy Belo, José Saramago ou Sophia de Mello Breyner Andresen. Lecionou temas relacionados com a fotografia e a arquitetura. É editor do blog *Cidade Infinita*, que reúne textos e fotografias de reflexão sobre espaço, tempo e processo em fotografia. Expõe desde 1987 e participa regularmente em conferências e mesas redondas em temas relacionados com paisagem, arquitetura, Portugal e fotografia, nomeadamente metodologias de registo e arquivo de imagem. Trabalhou na curadoria de várias exposições como *Atlas Suzanne Daveau*, Biblioteca Nacional de Portugal, 2021 ou *Eu vim para ver a Terra*, sobre Maria Ondina Braga, Galeria do Paço, Universidade do Minho, 2022. Está representado em diversas coleções de arte em Portugal e no estrangeiro.

Eduardo Medeiros é professor de Geografia e investigador integrado do DINÂMIA'CET-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Tem um doutoramento em Geografia - Planeamento Regional e Urbano, e cerca de 200 publicações, incluindo mais de 50 artigos publicados em revistas internacionais, 11 livros e 16 capítulos de livros. Os seus interesses de investigação estão focados na Avaliação de Impactos Territoriais, Coesão Territorial, Desenvolvimento Territorial, Cooperação Territorial e Planeamento Territorial. Ele é expert da DG REGIO (Comissão Europeia) e do ESPON e URBACT III, e avaliador do programa Horizonte 2020. Ele é também *Fellow* da *Regional Studies Association*. Ele coordenou vários projetos internacionais de avaliação de programas comunitários e foi membro dos projetos da DG REGIO, do ESPON e da FCT. Foi convidado como consultor de um projeto e para elaborar relatórios pela DG REGIO. Ele já foi convidado para ser um orador principal de várias universidades internacionais e instituições da UE (Comissão Europeia e Comité das Regiões). Ele é membro do comité científico e editorial de várias revistas e revisor de mais de 35 revistas científicas internacionais. Researcher ID: [F-7046-2016](https://orcid.org/0000-0002-8877-5606); ORCID ID: [0000-0002-8877-5606](https://orcid.org/0000-0002-8877-5606); Scopus Author ID: [36613136000](https://www.scopus.com/authorid/detail.uri?authorId=36613136000) - <https://www.scopus.com/authorid/detail.uri?authorId=36613136000>; *Scholar ID* - <https://scholar.google.nl/citations?hl=en&user=SOHY-r0AAAAJ>; *Ciência ID* - [C81F-531B-CE85](https://www.cienciavivae.pt/) - <http://www.cienciavivae.pt/>; H-index - 23 / Citations - 1531 / i10 index - 40 - <https://scholar.google.nl/citations?user=SOHY-r0AAAAJ&hl=en>; Página de Internet - <https://edumedblog.wordpress.com/about/>; Regional Studies Fellow: [FeRSA 3412](https://www.feresa.org/); Perito DG REGIO: [EX2006C131869](https://www.urbact.eu/eduardo); URBACT III Ad-Hoc Expert - <http://urbact.eu/eduardo>; ESPON expert in the Scientific Advisory Panel: [PIN 2020/S 217-531263](https://www.espon.eu/).

Fernanda Luisa Diel, Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista CNPq no Grupo de Pesquisa Pachamama e Ecologia Profunda.

Gabrielle Orti Chucri, Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista CNPq no Grupo de Pesquisa Pachamama e Ecologia Profunda.

Jesús Santiago-Ramos es profesor e investigador en la Universidad Pablo de Olavide (Sevilla, España). Posee una trayectoria formativa de marcado carácter transdisciplinar: licenciado en Ciencias Ambientales, cursó sus estudios de doctorado en el ámbito de la Geografía Humana (programa “Ordenación del Territorio y Estrategias Ambientales” de la Universidad de Sevilla), doctorándose en 2010 con una tesis sobre la funcionalidad ecológica del espacio libre en el área metropolitana de Sevilla. Es miembro del grupo de investigación “Taller de Investigaciones Territoriales y Ambientales” desde 2004. Su principal línea de trabajo se centra en el estudio de las relaciones entre procesos antrópicos y naturales en ámbitos urbanos y metropolitanos y las estrategias para consecución de un desarrollo urbano sostenible, principalmente a través de los instrumentos de ordenación territorial y la implementación de infraestructuras verdes multifuncionales. Esta línea de investigación se ha consolidado a través la implicación en diferentes proyectos centrados en el análisis de los universos metropolitanos español y andaluz, financiados tanto por el Plan Nacional de I+D como por diferentes Programas de I+D+I de ámbito regional. Los resultados obtenidos a partir de estas investigaciones han dado lugar a una amplia producción científica (artículos, monografías, contribuciones a obras colectivas, aportaciones a congresos y seminarios especializados, etc.), así como al desarrollo de dos visores cartográficos destinados a la transferencia de conocimiento. Otra línea de trabajo, estrechamente vinculada a la anterior, es la dedicada a la conexión entre los recursos naturales y culturales y el desarrollo local a través del concepto de patrimonio territorial. Dentro de esta línea se enmarca la participación del investigador en diferentes convenios y proyectos de I+D de ámbito regional, así como su implicación en la elaboración de un atlas digital y un visor sobre patrimonio territorial en Iberoamérica.

Margarida Brito Alves é Professora Associada, com Agregação, do Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, sendo coordenadora do Doutoramento em História da Arte e vice-coordenadora do Doutoramento em Estudos Artísticos. É investigadora integrada do Instituto de História da Arte, onde coordena o Grupo de Estudos de Arte Contemporânea e a Linha de Investigação “Spatial Practices in Contemporary Art”. É autora de diferentes publicações, entre as quais os livros *O Espaço na Criação Artística do Século XX. Heterogeneidade. Tridimensionalidade. Performatividade.* (Lisboa: Colibri, 2012) e *A Revista Colóquio / Artes* (Lisboa: Colibri, 2007). Foi co-curadora das exposições *Salette Tavares: Poesia Espacial* (CAM/ Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2014), *Co-Habitar* (Casa das Galeotas, Lisboa, 2016), *I hope you will drop by someday*,

unannounced (Sistema Solar, Lisboa, 2019) e *As leis próprias do Mar, distante do Mundo dirigido pelas leis da Terra* (Convento dos Capuchos, Lisboa, 2021).

Maria Adelaide Ferreira é professora auxiliar convidada na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), investigadora da FCIências.ID e membro integrado do Centro de Ciências do Mar e do Ambiente da Universidade de Lisboa (MARE-UL). É bióloga (FCUL), mestre em Ecologia Marinha (FCT-NOVA) e doutorada em Geografia e Planeamento Territorial (FCSH-NOVA). Desde 1995 tem desenvolvido investigação aplicada, em Portugal, EUA e Moçambique, em vários domínios da gestão costeira integrada, incluindo, mapeamento/cartografia, monitorização de ambientes e povoamentos costeiros e avaliação ambiental (avaliação de impactes ambientais de projectos e avaliação ambiental estratégica de planos). A partir de 2012, alargou a sua área de investigação a aspectos relacionados com a governação sustentável do oceano, nomeadamente ordenamento do espaço marítimo (incluindo, avaliação de desempenho com base em processos participados), avaliação ambiental estratégica e medidas de conservação da biodiversidade marinha, dentro e fora das áreas de jurisdição nacional. Desde 2020, tem estado envolvida no processo de desenvolvimento do quadro global da biodiversidade pós-2020 da Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CDB), especificamente no reforço da sua dimensão regional (bacias oceânicas) contribuindo, em particular, para o programa *Global Dialogue da Sustainable Ocean Initiative* (SOI) da CDB como especialista da *Global Ocean Biodiversity Initiative* (GOBI).

Miguel Reimão Costa é professor na Universidade do Algarve. Arquitecto (1995) e Doutor em Arquitectura (2009) pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Investigador do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, CEAACP (2009/...). Membro da Direção do Campo Arqueológico de Mértola (2013/...). Integra o Conselho Editorial da coleção “Cidade Participada: Arquitectura e Democracia” (2016/...). Membro especialista do ICOMOS-CIAV e membro do Conselho de Administração do Icomos Portugal (2021/...). Estudou no Porto, Nápoles e Sevilha, trabalhou como arquitecto no Porto, Macau, Nova Iorque e Faro, e realizou investigação em Portugal, Marrocos e Tunísia. Autor de várias publicações e investigador com projetos sobre arquitectura e paisagem em Portugal e no Mediterrâneo.

Paula André é doutorada em Arquitectura pelo Iscte-Instituto Universitário de Lisboa e mestre em História da Arte pela FCSH-UNL. Professora do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do Iscte -Instituto Universitário de Lisboa; directora do Mestrado em Arquitectura e Cultura Visual em Lisboa; coordenadora da Área Científica de Teoria e História da Arquitectura e Urbanismo; docente no Mestrado Integrado em Arquitectura, no Doutoramento em Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, e no Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura. Membro da Comissão Científica do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território - DINÂMIA’CET-IUL, e investigadora integrada tendo coordenado a Linha Temática “Imagens das Realizações Materiais” do Projecto FCT “Fotografia Impressa. Imagem e Propaganda em Portugal (1934-1974)”-PTDC/CPC-HAT/4533/2014. Coordena o

“Laboratório Colaborativo Dinâmicas Urbanas, Património, Artes. Seminário de Investigação, Ensino e Difusão” em parceria com Paulo Simões Rodrigues e Sofia Aleixo (Universidade de Évora), Paula Ribeiro Lobo (Universidade Nova de Lisboa), Miguel Reimão Costa (Universidade do Algarve), Lúcia Rosas e Maria Leonor Botelho (Universidade do Porto), María Teresa Perez Cano (Universidad de Sevilla), Rodrigo de Faria (Universidade de Brasília), Sérgio Proença (Universidade de Lisboa), Raimundo Bambó (Universidad de Zaragoza), Ana Esteban Maluenda (Universidad Politecnica de Madrid), Alexandre Nobre Pais (Museu Nacional do Azulejo), João Branco Pedro (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), Adriano Tomitão Canas (Universidade Federal de Uberlândia) e Mário Caeiro (Politécnico de Leiria). Membro do Comité Editorial da Revista "Cidades, Comunidades e Territórios" editada pelo DINÂMIA'CET-IUL e da Revista "ARA", editada pelo Grupo Museu/Património da Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Membro da Asociación de Historiadores de la Arquitectura y el Urbanismo (AhAU). Investigadora colaboradora do Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora - CHAIA-EU.

Sónia Mota Ribeiro é investigadora, antropóloga e artista. As suas principais linhas de pesquisa são Antropologia da arte e Antropologia do ambiente. Bolseira (Fundação para a Ciência e Tecnologia - Referência PRT/BD/152863/2021) no Programa Doutoral de Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia da NOVA FCSH/ ISCTE. Mestre em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Arte multimédia, pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa e licenciada em Design de comunicação pela Faculdade de Belas Artes do Porto. Membro do Laboratório de Antropologia e Ecologia comportamental do CRIA desde 2020. Bolseira FCT (2020) da Escola de verão do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA). Participou na *Heritage Sciences Summer School* (2022, CY Cergy Paris University), conferência AMASS, *Dialogical arts through sustainable communities* (2022, University of Lapland), no XII Congresso Internacional Criadores sobre outras Obras (2022, Faculdade de Belas Artes de Lisboa), no III *Encuentro Internacional de Antropología Ambiental* (2022, Red de Antropología Ambiental, Donostia-San Sebastián) e nos XIX e XX Encontros Nacionais de Ecologia, da Sociedade Portuguesa de Ecologia (2020, 2021). Publicou em *Dialogical arts through sustainable communities* (2022, Rovaniemi), revista *Artes & Leilões* (2010, Lisboa), *Here as the centre of the world* (2009, Amesterdão), *Programa Criatividade e Criação Artística*, da Fundação Calouste Gulbenkian (2009, Lisboa) e *Open Magazine* (2006, Nova Iorque). Expôs individualmente no Arquivo Municipal de Fotografia de Lisboa (2009) e Galeria Caroline Pagès (2011) e coletivamente no *Musée de L'Elysée* (2015, Lausanne), Galeria Sopro (2010, Lisboa), Centro de Arte Moderna Azeredo Perdigão (2008, Lisboa), *Kunstvlaii 7 Art Fair* (2008, Amesterdão), *Gasometer* (2006, Oberhausen) e *Zico House* (2006, Beirute). Identificadores de autor: Ciência ID: C612-1AB8-B390; ORCID ID: 0000-0001-7642-5230.

Vanessa Badagliacca é investigadora integrada do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, onde concluiu o doutoramento em 2016 em História da Arte Contemporânea com a tese “Organic Materiality in 20th Century Art. Plants and (Human and Non-Human) Animals from Representation to Materialization”, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Os seus interesses de investigação abrangem as práticas artísticas entre a segunda metade do século XX e o presente, focando-se em questões como a materialidade, as ciências e geografias da vida, a ecologia e ambiente e a sua relação com as artes – questões essas que também se reflectem na sua prática curatorial. Entre outras exposições, foi curadora de *Earthkeeping/Earthshaking – Arte, Feminismos e Ecologia* (Galeria Quadrum, Lisboa, 2020 – em co-curadoria com Giulia Lamoni), *Burning with desire to see your experiments from Nature* (Estufa Fria de Lisboa e Jardim Botânico da Universidade do Porto, 2021) e *Planta Pedra* (Sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa, 2020). Em Junho 2020 recebeu o prêmio de investigação Terra Foundation Research Travel Grant.

Vanessa Sartori Rodi Arquitecta e Urbanista pelo Instituto de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitectura da UFRJ (PROARQ-UFRJ) na área de concentração Paisagem e Natureza. Integrante do projeto extensionista Campo - Cidade, do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ), realizando assessoria para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Armazém do Campo, na cidade do Rio de Janeiro. Integrante do grupo de pesquisa Paisagens Híbridas da Escola de Belas Artes da UFRJ (EBA-UFRJ), onde realiza pesquisa na área de paisagem, com enfoque no processo de construção da paisagem rural política nos territórios do MST, a fim de debater as diferentes imagéticas da paisagem campesina.

